



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 109 – SEXTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
- O Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato.
- Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PPV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB ----- Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líder do PMDB Vital do Rêgo Romeu Jucá (49) Sérgio Souza (28) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT (21,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (48) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (17,45) ----- Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (27) Aubail Dias (24) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (48) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (38) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (17,45)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Jayme Campos - DEM (28) Vice-Líderes Cyro Miranda (24) Fleusa Ribeiro (7,35) Lécia Viana (11) Mário Couto (15) Paulo Bauer (6,13) ----- Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,13) Fleusa Ribeiro (7,35) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,48) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gin Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) ----- Líder do PTB - 6 Gin Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozartildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gin Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolph Rodrigues - PSOL (18)

- Notas:**
- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
 - Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
 - Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
 - Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
 - Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
 - Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
 - Senador Fleusa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
 - Senador Gilvam Borges licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
 - O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
 - Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
 - Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
 - Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
 - Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
 - Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
 - Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
 - Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixa o mandato.
 - Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
 - Senador Randolph Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
 - Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
 - Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
 - Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. LDPT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
 - Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
 - Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 - Senador Aubail Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 - Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 - Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 - Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 - Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 - Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
 - Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
 - Senadora Lécia Viana é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 - Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 - Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 - Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 - Senador Fleusa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 - Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 - Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMC. Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
 - Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
 - Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
 - Senador Romeu Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 008/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
 - Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
 - Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
 - Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
 - Senador Demóstenes Torres comunica o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
 - Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
 - Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUP/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
 - Senador Acir Gurgacz licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 20.06.12.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Institucional

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spínola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 130ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE JULHO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Nº 948, de 2012, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Suggestão nº 1, de 2011 (conclui pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2012), *que autoriza o Poder Executivo a criar a Autoridade Pública de Inclusão Social – APIS, com poderes de organizar, planejar, desenvolver e executar o trabalho de inclusão social dos setores sociais de baixa renda por meio do trabalho e de estabelecer medidas destinadas ao fortalecimento do exercício da cidadania pelos adolescentes*. 36694

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2012 (nº 3.054/2010, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Atalaia de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná*. 36701

Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2012 (nº 3.063/2010, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solidão, Estado de Pernambuco*. 36704

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2012 (nº 3.079/2010, na Câmara dos Deputados), *que aprova ato que outorga autorização à Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMI) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais*. 36708

Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2012 (nº 33/2011, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará*. 36712

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2012 (nº 34/2011, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Desportiva do Parma Atlético Clube para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte*. 36716

Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2012 (nº 91/2011, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Campina Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba*. 36720

Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2012 (nº 109/2011, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará*. 36723

Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2012 (nº 283/2011, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo*. 36727

Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2012 (nº 285/2011, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro*. 36731

Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2012 (nº 300/2011, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão*. 36735

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 361 a 370, de 2012, perante a Co-

missão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *As matérias serão apreciadas terminativamente.* 36739

1.2.4 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2012 (nº 301/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio 31 de Março Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.* 36739

Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2012 (nº 359/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.* 36743

Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2012 (nº 361/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à SM – Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.* 36747

Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2012 (nº 378/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à GTOLL Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.* 36749

Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2012 (nº 381/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio Itaúna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.* 36751

Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2012 (nº 386/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Ibiacá Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiacá, Estado do Rio Grande do Sul.* 36754

Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2012 (nº 390/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Buritis Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.* 36757

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2012 (nº 391/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Radiodifusão Luth Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Urânia, Estado de São Paulo.* 36760

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2012 (nº 392/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Cristo Rei Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão*

sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo. 36763

Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2012 (nº 395/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à P1 Serviços de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbáiba, Estado de Goiás.* 36766

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 371 a 380, de 2012, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *As matérias serão apreciadas terminativamente.* 36769

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2012. 36769

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 30, de 2012, de autoria do Senador João Capiberibe, que *determina o registro do nome do Presidente ou da Presidenta, conforme o caso, nas atas das sessões.* 36769

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 30, de 2012. 36769

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 693, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Lopes, solicitando voto de aplauso ao programa “Força Jovem Brasil”. 36769

1.2.9 – Ofício do Ministro de Estado da Previdência Social

Nº 124/2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 336, de 2012, de autoria do Senador Casildo Maldaner. 36771

1.2.10 – Comunicações

Do Senador Wellington Dias, justificando o não registro da presença na sessão do dia 20 de março último (**Expediente S/nº/2012**). 36772

Da Senadora Lúcia Vânia, justificando o não registro da presença na sessão do dia 17 de agosto de 2011 (**Ofício nº 129/2012**). 36772

Do Senador Valdir Raupp, justificando o não registro da presença nas sessões dos dias 5 e 14 de dezembro de 2011, 22 de março e 4 de abril de 2012 (**Ofício nº 916/2012**). 36775

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Satisfação com a decisão unânime do Comitê de Política Monetária que reduziu a taxa Selic para 8% ao ano. . 36785

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa do anteprojeto de lei que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira; e outro assunto. 36786

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Reflexões sobre a crise da suinocultura no Brasil. 36793

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Necessidade de reforço de estratégias de longo prazo voltadas para a recuperação da competitividade do setor industrial brasileiro diante do atual cenário internacional. 36795

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Prestação de contas dos trabalhos realizados pela CAS e CDH no primeiro semestre de 2012..... 36798

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à gestão da Petrobras nos últimos anos, destacando matéria publicada no jornal americano *The Wall Street*, intitulada “Porque o petróleo brasileiro demora a pegar fogo?”; e outro assunto. 36799

SENADOR GARIBALDI ALVES – Cobrança de maior investimento pelo Governo Federal para combater os efeitos da seca que assola o Nordeste brasileiro, em especial, as Regiões Central e do Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte..... 36800

SENADOR CASILDO MALDANER – Reflexão sobre as greves de diversas categorias de trabalhadores, especialmente de servidores públicos, em todo o País; e outros assuntos..... 36809

SENADOR PAULO PAIM – Conclamação à Câmara dos Deputados pela aprovação do Projeto de Lei nº 301, de 2007, que define os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e de guerra; outros assuntos. 36812

1.2.12 – Comunicação

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (**Ofício nº 117/2012**). *Designação do Deputado Glauber Braga, como suplente, para compor a referida Comissão*..... 36818

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Defesa da federalização da educação básica, solicitando, à Presidente Dilma Rousseff, resposta a carta enviada, por S. Ex^a, com propostas de mudanças no sistema educacional do País. 36819

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 58 e 166, de 2012, de autoria do Senador Vicentinho Alves e outros Senadores. **Aprovados**. 36826

Requerimento nº 659, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 949, de 2012-CRE**. 36826

1.4.2 – Discursos

SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Elogio à intenção do Governo Federal de enviar, ao Congresso Nacional, projeto de lei sobre bancarização e inclusão financeira..... 36829

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Prestação de contas das atividades desenvolvidas pela CI durante o primeiro semestre do corrente..... 36833

1.4.3 – Parecer

Nº 950, de 2012, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Suggestão nº 9, de 2011 (conclui pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2012), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão da disciplina “Princípios de Pedagogia” no ensino médio)..... 36834

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Homenagem à juíza Sueli Pereira Pini, promovida a desembargadora do Tribunal de Justiça do Amapá, destacando a necessidade da adoção de medidas que visem proteger autoridades que atuam contra o crime organizado. 36842

SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da preservação da autonomia dos municípios para a definição, em seus respectivos planos diretores, das Áreas de Preservação Permanentes nas áreas urbanas; e outro assunto. 36857

1.4.5 – Comunicação

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (**Ofício nº 119/2012**). *Designação do Deputado Pastor Eurico, como titular, para compor a referida Comissão*. 36859

1.4.6 – Discursos (continuação)

SENADOR JORGE VIANA – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Engenheiro Florestal, destacando a aprovação, na Comissão Mista, do relatório do Senador Luiz Henrique à Medida Provisória nº 571, de 2012, que trata do Código Florestal. 36860

1.4.7 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.336/2012, comunicando a declaração de renúncia ao mandato do Deputado Federal Maurício Rands, em 6 do corrente. 36863

1.4.8 – Discursos (continuação)

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Registro do lançamento, pelo Ministério da Justiça, no dia 27 de junho último, em Maceió, do programa Brasil Mais Seguro. 36863

1.4.9 – Parecer

Nº 951, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2012..... 36865

1.4.10 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 513/2012, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003 (nº 4.024/2012,

naquela Casa), foi sancionado e convertido na Lei nº 12.681, de 2012. 36869

1.4.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para permutar a ordem das fases do julgamento nos processos de licitação*. 36869

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião, que *altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para permitir, nos processos licitatórios destinados a propaganda e publicidade, a participação de licitantes por meio de consórcios*. 36872

Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ação regressiva previdenciária em casos de acidentes de trânsito e de violência doméstica e familiar contra a mulher*. 36874

Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2012-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o artigo 74-A à Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, e dá outras providências*. 36876

1.4.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALDIR RAUPP – Homenagem à Defensoria Pública e comemoração pela aprovação, pela OEA, da resolução intitulada “Defensoria Pública Oficial como Garantia de Acesso à Justiça para as Pessoas em Condição de Vulnerabilidade” 36878

SENADORA ANGELA PORTELA – Considerações sobre a aprovação ontem, da Medida Provisória nº 568, de 2012. 36879

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

2.1 – Termos de Reunião

Referentes à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 574, de 2012. 36880

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 36895

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 36901

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 36907

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 36912

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 36917

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 36926

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 36932

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 36939

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 36945

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 36950

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 36954

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 36956

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993) 36957

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 36959

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 36959

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 36960

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009) 36962

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010) 36964

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 36966

CONGRESSO NACIONAL

8 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 36970

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) .. 36977

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007) 36979

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 36980

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 36981

9 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 36985

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 36986

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 36987

Ata da 130ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 12 de julho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Casildo Maldaner, Sérgio Souza,
Paulo Paim e Mozarildo Cavalcanti*

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 6 minutos e
encerra-se às 18 horas e 27 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

130ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 12/7/2012 07:02:18 até 12/7/2012 20:31:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANISAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO SAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P.SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 59 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB

– PR) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 948, DE 2012

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 1, de 2011, da entidade denominada União Interplanetária, que *cria a Autoridade Pública de Inclusão Social – APIS, a Organização Nacional de Inclusão Social – ONIS, os Núcleos de Inclusão Social – NIS, as Empresas de Inclusão Social – EIS e dá outras providências.*

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão nº 1, de 2011, apresentada pela União Planetária, entidade registrada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que propõe a criação da Autoridade Pública de Inclusão Social; do Conselho Nacional de Inclusão Social; dos Núcleos de Inclusão Social; e das Empresas de Inclusão Social.

Tais institutos teriam poderes para organizar medidas governamentais de inclusão social daqueles que estão fora do mercado de trabalho, bem como gerenciar ações que busquem garantir a sobrevivência, a autonomia e a emancipação das pessoas que vivem em situação de carência econômica.

A Autoridade Pública, de acordo com a sugestão, seria exercida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e teria como órgãos auxiliares o Conselho Nacional, composto por representantes de todas as outras Pastas e da sociedade civil; os Núcleos Sociais, formados nas comunidades pobres, compostos por pessoas desempregadas; e as Empresas Sociais, cuja criação seria estimulada no âmbito dos Núcleos, a fim de estimular a oferta de trabalho para as pessoas que tenham condições de trabalhar.

Na justificação, a entidade autora apresenta considerações sobre a importância da erradicação da miséria, lembrando ~~que se trata de~~ tema prioritário entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), propostos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), e referendados por 191 países, incluindo o Brasil. Explica, ainda, que o trabalho da Autoridade Pública que propõe seja criada consistiria em trabalhar para capacitar as pessoas em três frentes: profissional, educacional e no convívio e lazer.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e entidades organizadas da sociedade civil.

A entidade autora da sugestão em análise, a União Planetária, juntou à sua proposta documentos que atestam sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e dão poderes aos subscritores da sugestão para representá-la, satisfazendo assim aos requisitos de qualificação exigidos regimentalmente.

A proposição elaborada pela entidade demonstra seu empenho em pensar maneiras de atacar o problema da miséria em nosso país, a partir, principalmente, do engajamento das comunidades mais atingidas pela pobreza. E essa atitude é louvável e merece nossa solidariedade.

No entanto, como o cerne da sugestão consiste na criação de um órgão dentro do Poder Executivo federal, definindo detalhadamente responsabilidades e poderes, verificamos que a medida, da forma em que foi apresentada, extrapola os poderes do Legislativo e, desta forma, carece de constitucionalidade, nos termos do § 1º do art. 61 da Carta Magna.

Em consideração a esse aspecto, e num esforço de viabilizar a tramitação da sugestão, dando-lhe a oportunidade de ser mais bem debatida, passando também pela reflexão de outros parlamentares igualmente interessados no combate à pobreza e à miséria em nosso país, decidimos por introduzir pequenas mudanças em sua técnica legislativa, de modo a transformar a proposta em projeto de caráter autorizativo.

Nosso afã é também o de contribuir para fomentar a participação das organizações sociais no processo de elaboração legislativa, sem desconhecer as dificuldades inerentes a essa participação, em vista dos aspectos técnicos envolvidos.

Com as alterações que fizemos à proposição original, afasta-se a vedação constitucional que proíbe o Poder Legislativo de apresentar projetos que tratem da criação de cargos e órgãos na administração direta e autárquica (art. 61, § 1º da CF), uma vez que o cumprimento da matéria autorizada depende da conveniência do Executivo.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** da Sugestão nº 1, de 2011, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2012

Autoriza o Poder Executivo a criar a Autoridade Pública de Inclusão Social — APIS, com poderes de organizar, planejar, desenvolver e executar o trabalho de inclusão social dos setores sociais de baixa renda por meio do trabalho e de estabelecer medidas destinadas ao fortalecimento do exercício da cidadania pelos adolescentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Autoridade Pública de Inclusão Social – APIS, com poder e responsabilidade de organizar, planejar, desenvolver e executar o trabalho de inclusão social das classes sociais de baixa renda.

Parágrafo único. A APIS será exercida pelo Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que também presidirá o Conselho Nacional de Inclusão Social, composto por representantes de todos os Ministérios e representantes da sociedade civil.

Art. 2º A APIS está autorizada a organizar, nos bolsões de pobreza, medidas de apoio aos desempregados, os quais devem ser estimulados a se organizarem em Núcleos de Inclusão ~~SOCIAIS E ECONÔMICOS~~, encarregados de promover capacitação profissional, educacional e social.

§ 1º O tempo de aprendizagem será dividido em:

I – capacitação profissional;

II – atividades educacionais;

III – atividades de convívio e lazer.

§ 2º Serão estabelecidos níveis diferenciados de treinamento, de acordo com a complexidade das atividades inerentes a cada profissão em aprendizagem.

§ 3º Os aprendizes receberão aulas relacionadas aos direitos da cidadania e incentivos à busca da educação formal.

§ 4º As atividades devem incluir carga horária destinada a vivências sociais, com aulas de música, dança, meditação, ioga, tai-chi-chuan e a prática de esportes, entre outras.

§ 5º As pessoas inscritas nos cursos receberão, durante o período de capacitação, um auxílio a ser denominado “Bolsa Capacitação”, condicionado a frequência e desempenho.

Art. 3º A APIS fica autorizada a firmar convênios com municípios e suas comunidades, provendo as localidades de condições para a implantação dos cursos de capacitação.

Parágrafo único. As condições previstas no caput estão relacionadas à instalação ou melhoria de escolas, postos de saúde, creches, bibliotecas, quadras e ginásios esportivos, espaços de convívio social e lazer, além de posto policial.

Art. 4º Concluído o período de capacitação, a APIS buscará garantir a inclusão dos novos profissionais no mercado de trabalho.

§ 1º No esforço de inserir as pessoas treinadas no mercado de trabalho, a APIS está autorizada a organizá-las em pequenas empresas baseadas no sistema de economia solidária, denominadas Empresas de Inclusão Social – EIS.

§ 2º O capital dessa modalidade de empresa será igualmente dividido entre seus trabalhadores, permitindo que cada um tenha os mesmos direitos de gestão e as mesmas responsabilidades.

Art. 5º A APIS está autorizada a:

I – atuar para que os serviços e os produtos das EIS tenham espaço no mercado, evitando a atuação de atravessadores;

II – criar mecanismos capazes de dar preferência às EIS nas licitações públicas;

III – fiscalizar o cumprimento dos objetivos das EIS;

IV – definir os rendimentos mínimos necessários para que os integrantes das EIS possam viver com dignidade, bem como zelar pela observância estrita das normas trabalhistas em vigor;

V – criar mecanismos de incentivos, inclusive fiscais, para motivar outras empresas privadas a demandar produtos e serviços das EIS.

Art. 6º A APIS está autorizada a criar mecanismos especialmente destinados ao fortalecimento da cidadania dos adolescentes.

§ 1º Os mecanismos previstos no caput incluirão, no mínimo, a elaboração de programas do Ministério da Cultura destinados ao público adolescente visando ao desenvolvimento de habilidades no campo da música, da dança, das artes plásticas e do teatro.

§ 2º A APIS está autorizada a atuar para que sejam criadas condições para que os jovens de baixa renda tenham a oportunidade para se prepararem como atletas para as disputas de competições em seus diversos níveis, inclusive olímpicos.

Art. 7º A APIS está autorizada a organizar um quadro de voluntários para atuar em todas as suas atividades.

Art. 8º A APIS está autorizada a elaborar um programa de criação de vilas rurais ecológicas, também denominadas ecovilas, organizadas em sistema cooperativo igualitário.

Art. 9º A APIS está autorizada a organizar medidas de apoio e incentivos aos moradores de áreas urbanas consideradas de risco pela Defesa Civil para as ecovilas.

Art. 10. A APIS está autorizada a desenvolver medidas de incentivo para abrigar em Núcleos Especializados de Inclusão Social – NEIS – a população em situação de rua.

Parágrafo único. Os NEIS darão tratamento especializado para as pessoas que sofrerem de dependência química ou alcóolica.

Art. 11. As ações da APIS devem ser executadas de maneira integrada pelos programas destinados ao combate à pobreza e à miséria, bem como pelos programas destinados à inserção no mercado de trabalho.

Art. 12. Esta lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

Relator



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
SUGESTÃO Nº 1, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 37ª REUNIÃO, DE 28/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
X Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	X 1. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Paulo Davim (PV)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
VAGO	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 948, de 2012**, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 1, de 2011, que conclui pela apresentação do **Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2012**, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Autoridade Pública de Inclusão Social – APIS, com poderes de organizar, planejar, desenvolver e executar o trabalho de inclusão social dos setores sociais*

de baixa renda por meio do trabalho e de estabelecer medidas destinadas ao fortalecimento do exercício da cidadania pelos adolescentes.

Nos termos do art. 102-E, parágrafo único, I, do Regimento Interno, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 361, DE 2012 (nº 3.054/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à **RÁDIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 18 de julho de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Atalaia de Londrina Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 356, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decreto de 18 de julho de 2006 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Atalaia de Londrina Ltda., no município de Londrina - PR;

Decretos de 29 de março de 2010 (DOU do dia subsequente):

2 - Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., no município de Rio Claro - SP;

3 - Rádio Difusora União Ltda., no município de União da Vitória - PR;

4 - Rádio Juazeiro Ltda., no município de Juazeiro - BA;

5 - Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul Ltda., no município de Laranjeiras do

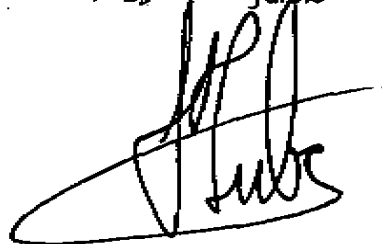
Sul - PR;

- 6 - Rádio Difusora de Mirassol D'Oeste Ltda., no município de Mirassol D'Oeste - MT;
- 7 - Sociedade Rádio Camaquense Ltda., no município de Camaquã - RS;
- 8 - Rádio Brasília Ltda., na cidade de Brasília - DF;
- 9 - Rádio Araucária Ltda., no município de Lages - SC;
- 10 - Rádio Voz de Itabaiana Ltda., no município de Itabaiana - SE;
- 11 - Rede Central de Comunicação Ltda., no município de Campinas - SP;
- 12 - Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., no município de Flores da Cunha - RS;

Decretos de 30 de março de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 13 - Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;
- 14 - Rádio Paranaíba Ltda., no município de Paranaíba - PR;
- 15 - Rádio Iguatemi Ltda., no município de Mogi das Cruzes - SP;
- 16 - Rádio Esmeralda Ltda., no município de Vacaria - RS;
- 17 - Rádio Guaçu de Toledo Ltda., no município de Toledo - PR;
- 18 - Fundação Arquidiocesana de Cultura, no município de Aracaju - SE;
- 19 - Rádio Planalto de Major Vieira Ltda., no município de Major Vieira - SC;
- 20 - Fundação Frei Rogério, no município de Curitiba - SC;
- 21 - Rádio Nova Dracena Ltda., no município de Dracena - SP;
- 22 - Rádio Juriti de Paracatu Ltda., no município de Paracatu - MG;
- 23 - Rádio Guarany Ltda., no município de Pacajus - CE; e
- 24 - Telecomunicações Campos Dourados Ltda., no município de Cascavel - PR.

Brasília, 29 de junho de 2010.



EM nº. 1041/2009 – MC

Brasília, 20 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041128/2003, em que a RÁDIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Londrina, Estado do Paraná, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A outorga do serviço foi conferida pela Portaria nº 377-B-MJNI, de 20 de agosto de 1962, renovada pelo Decreto de 18 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União em 19 de outubro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 454, de 2005,

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Cabe esclarecer que os autos retornaram da Casa Civil da Presidência da República para cumprimento das novas determinações que passaram a ser exigidas ao deferimento do pleito. Sendo assim, após o exame da nova documentação, os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério se manifestaram favoravelmente ao pedido.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho novamente o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

DECRETO DE 18 DE JULHO DE 2006.

Renova a concessão outorgada à Rádio Atalaia de Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041128/2003,

D E C R E T A :

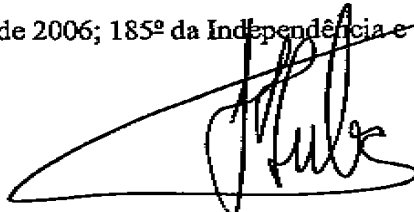
Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Londrina, Estado do Paraná, outorgada à Rádio Atalaia de Londrina Ltda. pela Portaria nº 377-B-MJN1, de 20 de agosto de 1962, e renovada pelo Decreto de 18 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 1994, aprovado por intermédio do Decreto Legislativo nº 454, de 2 de junho de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2005.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.



Referendado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa
D-RADIO ATALAIA(MC EM 404)(L2)

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 362, DE 2012

(nº 3.063/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JOSÉ NUNES CALDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solidão, Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 677 de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solidão, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 359, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

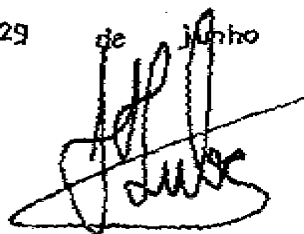
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 677, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas, no município de Solidão - PE;
- 2 - Portaria nº 681, de 10 de setembro de 2009 – Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira, no município de Catarina - CE;
- 3 - Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiacu – Rádio Cidade de Ipiacu, no município de Ipiacu - MG;
- 4 - Portaria nº 685, de 10 de setembro de 2009 – Associação Cultural Colinense de Difusão Comunitária, no município de Colinas do Sul - GO;
- 5 - Portaria nº 690, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Radiodifusão e Cultural de Lagoa do Tocantins, no município de Lagoa do Tocantins - TO;

- 6 - Portaria nº 706, de 11 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Amigos de Toledo, no município de Toledo - MG;
- 7 - Portaria nº 731, de 17 de setembro de 2009 – UMECC - União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia, no município de Caucaia - CE;
- 8 - Portaria nº 820, de 8 de outubro de 2009 – Associação Amigos de Catas Altas da Noruega, no município de Catas Altas da Noruega - MG;
- 9 - Portaria nº 850, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Milênio, no município de São Paulo - SP;
- 10 - Portaria nº 852, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros – ACCDIP, no município de São Paulo - SP;
- 11 - Portaria nº 853, de 23 de outubro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida, no município de São Paulo - SP;
- 12 - Portaria nº 854, de 23 de outubro de 2009 – Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã, no município de Dourados - MS;
- 13 - Portaria nº 855, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural e Educacional de Caldas Novas, no município de Caldas Novas - GO;
- 14 - Portaria nº 856, de 23 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Mar Azul, no município de Balneário Arroio do Silva - SC;
- 15 - Portaria nº 858, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Central de Santiago, no município de Santiago - RS;
- 16 - Portaria nº 859, de 23 de outubro de 2009 – Organização dos Moradores de Pirituba, no município de São Paulo - SP;
- 17 - Portaria nº 861, de 23 de outubro de 2009 – Associação Videomaker do Brasil, no município de São Paulo - SP;
- 18 - Portaria nº 862, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira, no município de São Paulo - SP;
- 19 - Portaria nº 863, de 23 de outubro de 2009 – ABRAQUA - Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio, no município de São Paulo - SP;
- 20 - Portaria nº 864, de 23 de outubro de 2009 – Rádio Escola Comunitária FM de Cariacica, no município de Cariacica - ES;
- 21 - Portaria nº 871, de 29 de outubro de 2009 – Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora, no município de Aurora do Tocantins - TO;
- 22 - Portaria nº 898, de 4 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Unidos Venceremos, no município de Augusto de Lima - MG;
- 23 - Portaria nº 945, de 20 de novembro de 2009 – Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade, no município de Fortaleza - CE;
- 24 - Portaria nº 947, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina, no município de Santa Leopoldina - ES;
- 25 - Portaria nº 948, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural Zona Sul Liberdade FM, no município de Pato Branco - PR;
- 26 - Portaria nº 949, de 20 de novembro de 2009 – Associação Princesa de São Bernardo do Campo, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 27 - Portaria nº 950, de 20 de novembro de 2009 – Associação Riodelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária Jovem Rio, no município de Rio do Sul - SC;
- 28 - Portaria nº 952, de 20 de novembro de 2009 – Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos, no município de Pão de Açúcar - PB;
- 29 - Portaria nº 953, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Altamira do Paraná - ACODCAP, no município de Altamira do Paraná - PR;
- 30 - Portaria nº 954, de 20 de novembro de 2009 – Associação Radiofônica Comunitária de Iconha, no município de Iconha - ES;
- 31 - Portaria nº 958, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária da Cidade de Aricanduva de Radiodifusão, no município de Aricanduva - MG;

- 32 - Portaria nº 960, de 20 de novembro de 2009 - Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, no município de Lima Duarte - MG;
- 33 - Portaria nº 962, de 20 de novembro de 2009 - AMAS - Associação dos Moradores e Amigos do Serro, no município de Serro - MG;
- 34 - Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009 - Associação Comunitária Lário dos Vaies, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 35 - Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2009 - Associação Comunitária FM Guajeru - BA, no município de Guajeru - BA;
- 36 - Portaria nº 967, de 20 de novembro de 2009 - Associação Rádio Comunitária Clube FM, no município de Buriti do Tocantins - TO;
- 37 - Portaria nº 993, de 1ª de dezembro de 2009 - Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Feira Nova Sergipe, no município de Feira Nova - SE;
- 38 - Portaria nº 1.005, de 11 de dezembro de 2009 - Associação Comunitária de Amigos de Bairros, no município de Alto Paraguai - MT;
- 39 - Portaria nº 1.006, de 11 de dezembro de 2009 - Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social - AGRADES, no município de Grão-Pará - SC;
- 40 - Portaria nº 1.007, de 11 de dezembro de 2009 - Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Breves, no município de Breves - PA;
- 41 - Portaria nº 1.009, de 16 de dezembro de 2009 - Associação Comunitária Cultural Bom Jesus do Sul, no município de Bom Jesus do Sul - PR;
- 42 - Portaria nº 1.011, de 16 de dezembro de 2009 - Associação de Difusão Comunitária Benevides FM, no município de Benevides - PA;
- 43 - Portaria nº 26, de 4 de fevereiro de 2010 - Associação Amigos da Rádio de Veredinha, no município de Veredinha - MG;
- 44 - Portaria nº 28, de 4 de fevereiro de 2010 - Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema, no município de São José dos Campos - SP;
- 45 - Portaria nº 54, de 10 de fevereiro de 2010 - Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, no município de Pinhais - PR;
- 46 - Portaria nº 57, de 10 de fevereiro de 2010 - Associação de Difusão Comunitária Caciqueense, no município de Cacique Doble - RS;
- 47 - Portaria nº 58, de 10 de fevereiro de 2010 - Associação Comunitária Para a Difusão Cultural de São Brás de Minas, no município de Lagamar - MG;
- 48 - Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010 - Associação Comunitária Amigos do Município de São Félix de Minas, no município de São Félix de Minas - MG;
- 49 - Portaria nº 70, de 26 de fevereiro de 2010 - Associação Comunitária e Beneficente de Mães Nossa Senhora da Conceição, no município de Biritinga - BA; e
- 50 - Portaria nº 157, de 23 de março de 2010 - Associação de Radiodifusão Comunitária Terra, no município de Formosa - GO.

Brasília, 29 de junho de 2010.



EM nº. 881/2009-MC

Brasília, 18 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas, no Município de Solidão, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em

conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53103.000112/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 677 DE 10 DE setembro DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000.112/00 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 1507 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas, com sede na Avenida João Vieira de Melo, s/nº - Riacho Verde, no município de Solidão, Estado do Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 07º 36' 03"S e longitude em 37º 38' 53"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 363, DE 2012

(nº 3.079/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA MELHOR IDADE (ARMI) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 167 de 24 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMI) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 360, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação, no município de Paracatu - MG;
- 2 - Portaria nº 884, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Amigos de Fátima, no município de Fátima - TO;
- 3 - Portaria nº 898, de 22 de dezembro de 2008 – Fundação Rádio Educativa de Barcelona, no município de Caravelas - BA;
- 4 - Portaria nº 901, de 22 de dezembro de 2008 – Instituição Missionária Vida Nova, no município de Salvador - BA;
- 5 - Portaria nº 906, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Beneficente Educativa Novo Horizonte, no município de Guarulhos - SP;
- 6 - Portaria nº 917, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II – Candango FM, na localidade de Riacho Fundo II - DF;

- 7 - Portaria nº 984, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Ponte Alta, no município de Guarulhos - SP;
- 8 - Portaria nº 1.035, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz, no município de Fortaleza - CE;
- 9 - Portaria nº 857, de 23 de outubro de 2009 – Associação Desportiva do Parma Atlético Clube, no município de São Miguel do Gostoso - RN;
- 10 - Portaria nº 870, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária dos Amigos da Cidade de Iuiu, no município de Iuiu - BA;
- 11 - Portaria nº 886, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Várzea da Palma, no município de Várzea da Palma - MG;
- 12 - Portaria nº 903, de 11 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Dionísio, no município de Dionísio - MG;
- 13 - Portaria nº 944, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Campinaçu, no município de Campinaçu - GO;
- 14 - Portaria nº 946, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz, no município de Itabira - MG;
- 15 - Portaria nº 951, de 20 de novembro de 2009 – ACMMJ - Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras de Jaborandi, no município de Jaborandi - BA;
- 16 - Portaria nº 956, de 20 de novembro de 2009 – Comunidade Spicilegium Dei de Amparo Social e Cristão, no município de São Paulo - SP;
- 17 - Portaria nº 957, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descamps de Ocaçu - SP, no município de Ocaçu - SP;
- 18 - Portaria nº 961, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação, no município de João Ramalho - SP;
- 19 - Portaria nº 965, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Alto Piquiri, no município de Alto Piquiri - PR;
- 20 - Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul - SC, no município de São João do Sul - SC;
- 21 - Portaria nº 992, de 1º de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Xaxinense, no município de Xaxim - SC;
- 22 - Portaria nº 1.004, de 11 de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Balneário Gaivota, no município de Balneário Gaivota - SC;
- 23 - Portaria nº 1.010, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Cultural, Comunitária e Social Aurieense, no município de Áurea - RS;
- 24 - Portaria nº 1.012, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Sócio - Cultural Ibipetuba - ASCIB, no município de Santa Rita de Cássia - BA;
- 25 - Portaria nº 71, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Alto Xingu, no município de São Félix do Xingu - PA;
- 26 - Portaria nº 72, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação de Rádio Comunitária de Miguel Pereira - ARCOMP, no município de Miguel Pereira - RJ;
- 27 - Portaria nº 73, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue, no município de Pedra Preta - MT;
- 28 - Portaria nº 74, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária de Rádio São João, no município de Torres - RS;
- 29 - Portaria nº 128, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária Geraldo de Oliveira de Jaupaci Goiás, no município de Jaupaci - GO;
- 30 - Portaria nº 129, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto, no município de Itabira - MG;
- 31 - Portaria nº 130, de 11 de março de 2010 – Associação de Amigos e Colaboradores do Parque, no município de São Mateus - ES;

32 - Portaria nº 131, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Atendimento Social e Assistencial Marcondense, no município de Alfredo Marcondes - SP;

33 - Portaria nº 149, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guiratinga, no município de Guiratinga - MT;

34 - Portaria nº 167, de 24 de março de 2010 – Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMI), no município de Serra dos Aimorés - MG;

35 - Portaria nº 223, de 25 de março de 2010 – Associação Cultural e Beneficente de Xanxerê - SC, no município de Xanxerê - SC;

36 - Portaria nº 224, de 25 de março de 2010 – Rádio União Comunitária, no município de Criciúma - SC;

37 - Portaria nº 227, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária Radiodifusora Dona Francisca, no município de Dona Francisca - RS;

38 - Portaria nº 230, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária a Voz de Grussaí, no município de São João da Barra - RJ;

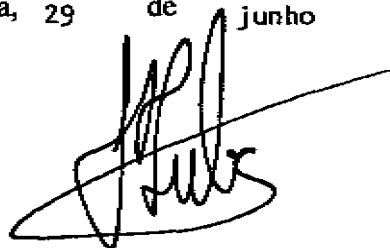
39 - Portaria nº 231, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho, no município de Tartarugalzinho - AP;

40 - Portaria nº 240, de 26 de março de 2010 – Associação Liberdade de Cultura e Comunicação, no município de Seberi - RS;

41 - Portaria nº 241, de 26 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária do Arroio do Padre, no município de Arroio do Padre - RS; e

42 - Portaria nº 243, de 26 de março de 2010 – Associação Cultural Cafelandense, no município de Cafelândia - SP.

Brasília, 29 de junho de 2010.



EM nº 131/2010-MC

Brasília, 29 de ~~março~~ de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMI)**, no Município de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.058274/06, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 167 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.058.274/06 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1647 - 1.08/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMI)**, com sede na Praça Carlos Schaper, nº 186, no município de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 17º 45' 38'' S e longitude em 40º 14' 44'' W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 364, DE 2012

(nº 33/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO ALTO DA PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.035 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 360, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

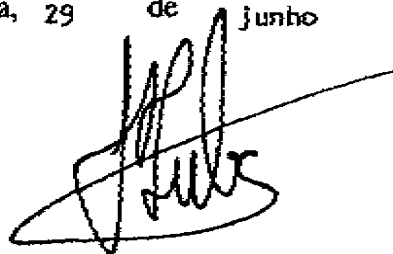
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação, no município de Paracatu - MG;
- 2 - Portaria nº 884, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Amigos de Fátima, no município de Fátima - TO;
- 3 - Portaria nº 898, de 22 de dezembro de 2008 – Fundação Rádio Educativa de Barcelona, no município de Caravelas - BA;
- 4 - Portaria nº 901, de 22 de dezembro de 2008 – Instituição Missionária Vida Nova, no município de Salvador - BA;
- 5 - Portaria nº 906, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Beneficente Educativa Novo Horizonte, no município de Guarulhos - SP;
- 6 - Portaria nº 917, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II – Candango FM, na localidade de Riacho Fundo II - DF;
- 7 - Portaria nº 984, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Ponte Alta, no município de Guarulhos - SP;
- 8 - Portaria nº 1.035, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz, no município de Fortaleza - CE;

- 9 - Portaria nº 857, de 23 de outubro de 2009 – Associação Desportiva do Parma Atlético Clube, no município de São Miguel do Gostoso - RN;
- 10 - Portaria nº 870, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária dos Amigos da Cidade de Iuiu, no município de Iuiu - BA;
- 11 - Portaria nº 886, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Várzea da Palma, no município de Várzea da Palma - MG;
- 12 - Portaria nº 903, de 11 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Dionísio, no município de Dionísio - MG;
- 13 - Portaria nº 944, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Campinaçu, no município de Campinaçu - GO;
- 14 - Portaria nº 946, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz, no município de Itabira - MG;
- 15 - Portaria nº 951, de 20 de novembro de 2009 – ACMMJ - Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras de Jaborandi, no município de Jaborandi - BA;
- 16 - Portaria nº 956, de 20 de novembro de 2009 – Comunidade Spicilegium Dei de Amparo Social e Cristão, no município de São Paulo - SP;
- 17 - Portaria nº 957, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descamps de Ocaçu - SP, no município de Ocaçu - SP;
- 18 - Portaria nº 961, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação, no município de João Ramalho - SP;
- 19 - Portaria nº 965, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Alto Piquiri, no município de Alto Piquiri - PR;
- 20 - Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul - SC, no município de São João do Sul - SC;
- 21 - Portaria nº 992, de 1º de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Xaxinense, no município de Xaxim - SC;
- 22 - Portaria nº 1.004, de 11 de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Balneário Gaivota, no município de Balneário Gaivota - SC;
- 23 - Portaria nº 1.010, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Cultural, Comunitária e Social Aurieense, no município de Áurea - RS;
- 24 - Portaria nº 1.012, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Sócio - Cultural Ibipetuba - ASCIB, no município de Santa Rita de Cássia - BA;
- 25 - Portaria nº 71, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Alto Xingu, no município de São Félix do Xingu - PA;
- 26 - Portaria nº 72, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação de Rádio Comunitária de Miguel Pereira - ARCOMP, no município de Miguel Pereira - RJ;
- 27 - Portaria nº 73, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue, no município de Pedra Preta - MT;
- 28 - Portaria nº 74, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária de Rádio São João, no município de Torres - RS;
- 29 - Portaria nº 128, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária Geraldo de Oliveira de Jaupaci Goiás, no município de Jaupaci - GO;
- 30 - Portaria nº 129, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto, no município de Itabira - MG;
- 31 - Portaria nº 130, de 11 de março de 2010 – Associação de Amigos e Colaboradores do Parque, no município de São Mateus - ES;
- 32 - Portaria nº 131, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Atendimento Social e Assistencial Marcondense, no município de Alfredo Marcondes - SP;

- 33 - Portaria nº 149, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guiratinga, no município de Guiratinga - MT;
- 34 - Portaria nº 167, de 24 de março de 2010 – Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMI), no município de Serra dos Aimorés - MG;
- 35 - Portaria nº 223, de 25 de março de 2010 – Associação Cultural e Beneficente de Xanxerê - SC, no município de Xanxerê - SC;
- 36 - Portaria nº 224, de 25 de março de 2010 – Rádio União Comunitária, no município de Criciúma - SC;
- 37 - Portaria nº 227, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária Radiodifusora Dona Francisca, no município de Dona Francisca - RS;
- 38 - Portaria nº 230, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária a Voz de Grussaí, no município de São João da Barra - RJ;
- 39 - Portaria nº 231, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho, no município de Tartarugalzinho - AP;
- 40 - Portaria nº 240, de 26 de março de 2010 – Associação Liberdade de Cultura e Comunicação, no município de Seberi - RS;
- 41 - Portaria nº 241, de 26 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária do Arroio do Padre, no município de Arroio do Padre - RS; e
- 42 - Portaria nº 243, de 26 de março de 2010 – Associação Cultural Cafelandense, no município de Cafelândia - SP.

Brasília, 29 de junho de 2010.



EM nº. 159/2010 – MC

Brasília, 16 de abril de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz**, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53650.000018/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA Nº 1035 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000.018/00 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 2402 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz**, com sede na Rua Jaçanaú, s/nº - Bom Jardim, no município de Fortaleza, Estado do Ceará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 03°49'07"S e longitude em 38°37'38"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2012

(nº 34/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO PARMA ATLÉTICO CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 857, de 23 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação Desportiva do Parma Atlético Clube para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 360, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

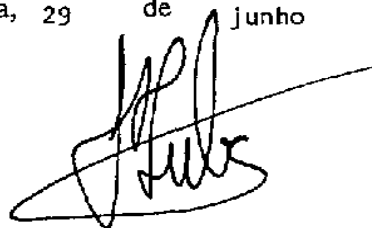
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação, no município de Paracatu - MG;
- 2 - Portaria nº 884, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Amigos de Fátima, no município de Fátima - TO;
- 3 - Portaria nº 898, de 22 de dezembro de 2008 – Fundação Rádio Educativa de Barcelona, no município de Caravelas - BA;
- 4 - Portaria nº 901, de 22 de dezembro de 2008 – Instituição Missionária Vida Nova, no município de Salvador - BA;
- 5 - Portaria nº 906, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Beneficente Educativa Novo Horizonte, no município de Guarulhos - SP;

- 6 - Portaria nº 917, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II – Candango FM, na localidade de Riacho Fundo II - DF;
- 7 - Portaria nº 984, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Ponte Alta, no município de Guarulhos - SP;
- 8 - Portaria nº 1.035, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz, no município de Fortaleza - CE;
- 9 - Portaria nº 857, de 23 de outubro de 2009 – Associação Desportiva do Parma Atlético Clube, no município de São Miguel do Gostoso - RN;
- 10 - Portaria nº 870, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária dos Amigos da Cidade de Iuiu, no município de Iuiu - BA;
- 11 - Portaria nº 886, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Várzea da Palma, no município de Várzea da Palma - MG;
- 12 - Portaria nº 903, de 11 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Dionísio, no município de Dionísio - MG;
- 13 - Portaria nº 944, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Campinaçu, no município de Campinaçu - GO;
- 14 - Portaria nº 946, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz, no município de Itabira - MG;
- 15 - Portaria nº 951, de 20 de novembro de 2009 – ACMMJ - Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras de Jaborandi, no município de Jaborandi - BA;
- 16 - Portaria nº 956, de 20 de novembro de 2009 – Comunidade Spicilegium Dei de Amparo Social e Cristão, no município de São Paulo - SP;
- 17 - Portaria nº 957, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descamps de Ocaçu - SP, no município de Ocaçu - SP;
- 18 - Portaria nº 961, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação, no município de João Ramalho - SP;
- 19 - Portaria nº 965, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Alto Piquiri, no município de Alto Piquiri - PR;
- 20 - Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul - SC, no município de São João do Sul - SC;
- 21 - Portaria nº 992, de 1º de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Xaxinense, no município de Xaxim - SC;
- 22 - Portaria nº 1.004, de 11 de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Balneário Gaivota, no município de Balneário Gaivota - SC;
- 23 - Portaria nº 1.010, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Cultural, Comunitária e Social Auricense, no município de Áurea - RS;
- 24 - Portaria nº 1.012, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Sócio - Cultural Ibipetuba - ASCIB, no município de Santa Rita de Cássia - BA;
- 25 - Portaria nº 71, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Alto Xingu, no município de São Félix do Xingu - PA;
- 26 - Portaria nº 72, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação de Rádio Comunitária de Miguel Pereira - ARCOMP, no município de Miguel Pereira - RJ;
- 27 - Portaria nº 73, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue, no município de Pedra Preta - MT;
- 28 - Portaria nº 74, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária de Rádio São João, no município de Torres - RS;
- 29 - Portaria nº 128, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária Geraldo de Oliveira de Jaupaci Goiás, no município de Jaupaci - GO;

- 30 - Portaria nº 129, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto, no município de Itabira - MG;
- 31 - Portaria nº 130, de 11 de março de 2010 – Associação de Amigos e Colaboradores do Parque, no município de São Mateus - ES;
- 32 - Portaria nº 131, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Atendimento Social e Assistencial Marcondense, no município de Alfredo Marcondes - SP;
- 33 - Portaria nº 149, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guiratinga, no município de Guiratinga - MT;
- 34 - Portaria nº 167, de 24 de março de 2010 – Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMI), no município de Serra dos Aimorés - MG;
- 35 - Portaria nº 223, de 25 de março de 2010 – Associação Cultural e Beneficente de Xanxerê - SC, no município de Xanxerê - SC;
- 36 - Portaria nº 224, de 25 de março de 2010 – Rádio União Comunitária, no município de Criciúma - SC;
- 37 - Portaria nº 227, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária Radiodifusora Dona Francisca, no município de Dona Francisca - RS;
- 38 - Portaria nº 230, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária a Voz de Grussaí, no município de São João da Barra - RJ;
- 39 - Portaria nº 231, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho, no município de Tartarugalzinho - AP;
- 40 - Portaria nº 240, de 26 de março de 2010 – Associação Liberdade de Cultura e Comunicação, no município de Seberi - RS;
- 41 - Portaria nº 241, de 26 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária do Arroio do Padre, no município de Arroio do Padre - RS; e
- 42 - Portaria nº 243, de 26 de março de 2010 – Associação Cultural Cafelandense, no município de Cafelândia - SP.

Brasília, 29 de junho de 2010.



EM nº. 1008/2009 – MC

Brasília, 6 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Desportiva do Parma Atlético Clube**, no Município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.050005/2006, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 857 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.050.005/2006 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 1956 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Desportiva do Parma Atlético Clube**, com sede na Rua dos Guajás, nº 130 - Centro, no município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º 07' 24" S e longitude em 35º 38' 09" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 366, DE 2012

(nº 91/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 655 de 31 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de novembro de 2006, a permissão outorgada à Rádio e Televisão Campina Grande Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 362, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 480, de 12 de setembro de 2006 – Rádio Imprensa S/A, no município de São Paulo - SP;
- 2 - Portaria nº 652, de 31 de agosto de 2009 – Guararapes Metropolitana FM Ltda., no município de Jaboatão dos Guararapes - PE;
- 3 - Portaria nº 655, de 31 de agosto de 2009 – Rádio e Televisão Campina Grande Ltda., no município de Campina Grande - PB;
- 4 - Portaria nº 759, de 18 de setembro de 2009 – Rádio 96 FM Ltda., originariamente Rádio Caiapó Ltda., no município de Rio Verde - GO;
- 5 - Portaria nº 916, de 18 de novembro de 2009 – Sociedade Rádio Clube de Oswaldo Cruz Ltda., no município de Oswaldo Cruz - SP;
- 6 - Portaria nº 935, de 19 de novembro de 2009 – Rede Valeparaibana de Radiodifusão Ltda., no município de Taubaté - SP;

7 - Portaria nº 943, de 19 de novembro de 2009 – Rádio Itapema FM de São Paulo Ltda., originariamente Rádio Manchete Ltda., no município de São Paulo - SP;

8 - Portaria nº 959, de 20 de novembro de 2009 – Rádio Andaiá Ltda., no município de Santo Antônio de Jesus - BA;

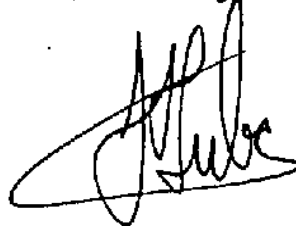
9 - Portaria nº 1.038, de 28 de dezembro de 2009 – Rádio Imperial FM de Pedro II Ltda., no município de Pedro II - PI;

10 - Portaria nº 1.041, de 18 de dezembro de 2009 – Rede MS Integração Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

11 - Portaria nº 45, de 5 de fevereiro de 2010 – Norte Sul Radiodifusão Ltda., originariamente Rádio Universal Ltda., no município de Porto Alegre - RS. e

12 - Portaria nº 98, de 11 de março de 2010 – Fundação L'Hermitage, originariamente Rádio Del Rey Ltda., no município de Belo Horizonte - MG.

Brasília, 29 de junho de 2010.



EM nº. 113/2010 – MC

Brasília, 19 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.083125/2006, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, por dez anos, a partir de 17 de novembro de 2006.

2. A permissão foi conferida, pela Portaria nº 1.256, de 11 de novembro de 1976, e renovada pela Portaria nº 149, de 12 de setembro de 1989, publicada no Diário Oficial da União em 26 de setembro de 1989, referendada pelo Decreto Legislativo nº 44, de 1991, publicado no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 1991.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Acompanham o ato os Processos nº 53730.000783/1996 e nº 53000.083125/2006, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1996/2006, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93, e o segundo que trata do período de 2006/2016.

6. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 655 , DE 31 DE AGOSTO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53730.000783/1996 e nº 53000.083125/2006, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 17 de novembro de 2006, a permissão outorgada à Rádio e Televisão Campina Grande Ltda., pela Portaria nº 1.256, de 11 de novembro de 1976, e renovada pela Portaria nº 149, de 12 de setembro de 1989, publicada no Diário Oficial da União em 26 de setembro de 1989, referendada pelo Decreto Legislativo nº 44, de 1991, publicado no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 367, DE 2012

(nº 109/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ALDO CARVALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de junho de 2006, a concessão outorgada à Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 747, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 1 - Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social, originariamente outorgada à Rádio Maguary Ltda., no município de Belém - PA;
- 2 - Rádio União de João Pinheiro Ltda., no município de João Pinheiro - MG;
- 3 - Rádio Independente Ltda., no município de Lajeado - RS;
- 4 - Fundação Nossa Senhora Aparecida, originariamente outorgada à Rádio Aparecida Ltda., no município de Aparecida - SP;
- 5 - Agência Goiana de Comunicação - AGECOM, no município de Goiânia - GO;
- 6 - Rádio Manchester de Anápolis Ltda., no município de Anápolis - GO;
- 7 - Rádio Serra da Boa Esperança Ltda., no município de Boa Esperança - MG;
- 8 - Rádio Capixaba Ltda., no município de Vitória - ES;
- 9 - Rádio Junqueirópolis Ltda., no município de Junqueirópolis - SP;

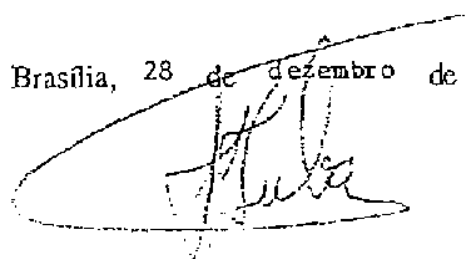
Decretos de 5 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 10 - Rádio e Jornais do Ceará S.A., no município de Fortaleza - CE;
- 11 - Sociedade Rádio Novo Horizonte Ltda., originariamente outorgada à Rádio Novo Horizonte Ltda., no município de Novo Horizonte - SP;
- 12 - Rádio Pérola do Turi Ltda., no município de Santa Helena - MA;

Decretos de 9 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 13 - Rádio Difusora de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP; e
- 14 - Rádio Federal Ltda., no município de Niterói - RJ.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº. 296/2010 – MC

Brasília, 17 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o processo administrativo em que a Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Belém, Estado do Pará, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de junho de 2006.
2. A outorga foi conferida, originariamente, à Rádio Maguary Ltda, pelo Decreto nº 92.673, de 16 de maio de 1986, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 subsequente, posteriormente, transferida para a Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social pelo Decreto de 25 de setembro 2000, publicado no Diário Oficial da União em 26 de setembro 2000.
3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
5. Acompanham o ato os Processos nº 53720.000084/1996 e nº 53000.018549/2007, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1996/2006, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93, e o segundo que trata do período de 2006/2016.
6. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Belém, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta dos Processos Administrativos nºs 53000.018549/2007 e 53720.000084/1996,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 17 de junho de 2006, a concessão outorgada originariamente à Rádio Maguary Ltda. pelo Decreto nº 92.673, de 16 de maio de 1986, posteriormente transferida à Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social pelo Decreto de 25 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 seguinte, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Belém, Estado do Pará.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite
D-EM 296 MC-FUNDAÇÃO ALDO CARVALHO(L2)

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 368, DE 2012

(nº 283/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 187 de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 2003, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 752, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006 – Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Rádio Cólón Ltda., no município de Joinville - SC;
- 2 - Portaria nº 755, de 18 de dezembro de 2007 – Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;
- 3 - Portaria nº 825, de 20 de dezembro de 2007 – Gazeta Comunicações Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;
- 4 - Portaria nº 521, de 7 de agosto de 2009 – Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo, originariamente outorgada à Rádio Difusora Cariacica Ltda., no município de Vitória - ES;

5 - Portaria nº 841, de 22 de outubro de 2009 – Sistema Imagem de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Radio Estéreo Show Ltda., no município de São José do Rio Preto - SP;

6 - Portaria nº 845, de 22 de outubro de 2009 – S.P.S. Rádio e Publicidade Ltda., no município de Torres - RS;

7 - Portaria nº 105, de 1ª de março de 2010 – Rádio Vida FM Ltda., no município de São José dos Campos - SP;

8 - Portaria nº 174, de 24 de março de 2010 – Rádio Subaé Ltda., originariamente outorgada à Rádio Subaé de Frequência Modulada Ltda., no município de Feira de Santana - BA;

9 - Portaria nº 175, de 24 de março de 2010 – Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda., no município de Petrópolis - RJ;

10 - Portaria nº 177, de 24 de março de 2010 – Rádio Marumby Ltda., no município de Campo Largo - PR;

11 - Portaria nº 187, de 24 de março de 2010 – Rádio Clube de Mococa Ltda., no município de Mococa - SP;

12 - Portaria nº 194, de 24 de março de 2010 – Rádio Cidade de Itu Ltda., no município de Itu - SP;

13 - Portaria nº 196, de 24 de março de 2010 – Rádio Lidersom FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Lidersom de Orlândia Ltda., no município de Orlândia - SP;

14 - Portaria nº 202, de 24 de março de 2010 – Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social, originariamente outorgada à Sombrasil Comunicação Ltda., no município de Vila Velha - ES;

15 - Portaria nº 352, de 15 de abril de 2010 – Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda., no município de Três Rios - RJ;

16 - Portaria nº 363, de 16 de abril de 2010 – Sistema Rádio Norte Ltda., originariamente outorgada à Intervisão Emissora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Montes Claros - MG;

17 - Portaria nº 428, de 13 de maio de 2010 – Fundação Rádio Educativa São Sebastião, com fins exclusivamente educativos, no município do Rio de Janeiro - RJ;

18 - Portaria nº 429, de 13 de maio de 2010 – Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Piraí - RJ;

19 - Portaria nº 431, de 13 de maio de 2010 – Rádio Marconi FM Ltda., no município de Açailândia - MA;

20 - Portaria nº 442, de 13 de maio de 2010 – Rádio Tempo FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Transcariri Ltda., no município de Juazeiro do Norte - CE;

21 - Portaria nº 446, de 13 de maio de 2010 – Rádio Montes Claros Ltda., no município de Montes Claros - MG;

22 - Portaria nº 463, de 20 de maio de 2010 – Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda., originariamente outorgada à Empresa de Radiodifusão De Grandi Ltda., no município de Santa Maria - RS;

23 - Portaria nº 475, de 21 de maio de 2010 – Fundação Aperipê de Sergipe, com fins exclusivamente educativos, município de Aracaju - SE;

24 - Portaria nº 477, de 21 de maio de 2010 – Rede Central de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Rádio Manchete Ltda., no município de Recife - PE;

- 25 - Portaria nº 481, de 21 de maio de 2010 – TV Serra Dourada Ltda., originariamente outorgada à Rádio Musical de Goiânia Ltda, no município de Goiânia - GO;
- 26 - Portaria nº 490, de 31 de maio de 2010 – Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, com fins exclusivamente educativos, no município de Joinville - SC;
- 27 - Portaria nº 517, de 11 de junho de 2010 – Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;
- 28 - Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010 – Rádio Morena Stereo Ltda., no município de Campinas - SP;
- 29 - Portaria nº 532, de 16 de junho de 2010 – Rádio Igrejinha FM Ltda., no município de Igrejinha - RS;
- 30 - Portaria nº 535, de 16 de junho de 2010 – Rádio Cidade Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;
- 31 - Portaria nº 549, de 18 de junho de 2010 – Rádio Iguatemi Ltda., originariamente outorgada à Rádio Santo Antônio de Posse Stereo Som Ltda., no município de Santo Antonio de Posse - SP;
- 32 - Portaria nº 589, de 24 de junho de 2010 – TV Pajuçara Ltda., originariamente outorgada à Empresa Gráfica de Comunicação Pajuçara Ltda., no município de Maceió - AL;
- 33 - Portaria nº 594, de 24 de junho de 2010 – Rádio Porto Brasil FM Estereo Ltda., no município de Porto Seguro - BA;
- 34 - Portaria nº 595, de 24 de junho de 2010 – Ultra Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Emissora Minuano, no município de Rio Grande - RS;
- 35 - Portaria nº 638, de 6 de julho de 2010 – Sociedade Rádio Carijós Ltda, no município de Conselheiro Lafaiette - MG; e
- 36 - Portaria nº 684, de 23 de julho de 2010 – Lagoa Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº. 447/2010 - MC

Brasília, 2 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.005381/2003, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora, em frequência modulada, no Município de Mococa, Estado de São Paulo, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2003.
2. A permissão foi conferida por meio da Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente e, renovada pela Portaria nº 1290, de 21 de outubro de 1996, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 85, de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 15 de maio de 2000.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA Nº 187 , DE 24 DE MARÇO DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.005381/2003, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2003, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA., pela Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente e, renovada pela Portaria nº 1290, de 21 de outubro de 1996, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 85, de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de maio de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HELIO COSTA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 369, DE 2012

(nº 285/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO MATOZINHO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 352 de 15 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de junho de 2008, a permissão outorgada à Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 752, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006 – Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Rádio Cólón Ltda., no município de Joinville - SC;
- 2 - Portaria nº 755, de 18 de dezembro de 2007 – Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;
- 3 - Portaria nº 825, de 20 de dezembro de 2007 – Gazeta Comunicações Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;
- 4 - Portaria nº 521, de 7 de agosto de 2009 – Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo, originariamente outorgada à Rádio Difusora Cariacica Ltda., no município de Vitória - ES;

5 - Portaria nº 841, de 22 de outubro de 2009 – Sistema Imagem de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Radio Estéreo Show Ltda., no município de São José do Rio Preto - SP;

6 - Portaria nº 845, de 22 de outubro de 2009 – S.P.S. Rádio e Publicidade Ltda., no município de Torres - RS;

7 - Portaria nº 105, de 1º de março de 2010 – Rádio Vida FM Ltda., no município de São José dos Campos - SP;

8 - Portaria nº 174, de 24 de março de 2010 – Rádio Subaé Ltda., originariamente outorgada à Rádio Subaé de Frequência Modulada Ltda., no município de Feira de Santana - BA;

9 - Portaria nº 175, de 24 de março de 2010 – Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda., no município de Petrópolis - RJ;

10 - Portaria nº 177, de 24 de março de 2010 – Rádio Marumby Ltda., no município de Campo Largo - PR;

11 - Portaria nº 187, de 24 de março de 2010 – Rádio Clube de Mococa Ltda., no município de Mococa - SP;

12 - Portaria nº 194, de 24 de março de 2010 – Rádio Cidade de Itu Ltda., no município de Itu - SP;

13 - Portaria nº 196, de 24 de março de 2010 – Rádio Lidersom FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Lidersom de Orlândia Ltda., no município de Orlândia - SP;

14 - Portaria nº 202, de 24 de março de 2010 – Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social, originariamente outorgada à Sombrasil Comunicação Ltda., no município de Vila Velha - ES;

15 - Portaria nº 352, de 15 de abril de 2010 – Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda., no município de Três Rios - RJ;

16 - Portaria nº 363, de 16 de abril de 2010 – Sistema Rádio Norte Ltda., originariamente outorgada à Intervisão Emissora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Montes Claros - MG;

17 - Portaria nº 428, de 13 de maio de 2010 – Fundação Rádio Educativa São Sebastião, com fins exclusivamente educativos, no município do Rio de Janeiro - RJ;

18 - Portaria nº 429, de 13 de maio de 2010 – Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Piraí - RJ;

19 - Portaria nº 431, de 13 de maio de 2010 – Rádio Marconi FM Ltda., no município de Açailândia - MA;

20 - Portaria nº 442, de 13 de maio de 2010 – Rádio Tempo FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Transcariri Ltda., no município de Juazeiro do Norte - CE;

21 - Portaria nº 446, de 13 de maio de 2010 – Rádio Montes Claros Ltda., no município de Montes Claros - MG;

22 - Portaria nº 463, de 20 de maio de 2010 – Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda., originariamente outorgada à Empresa de Radiodifusão De Grandi Ltda., no município de Santa Maria - RS;

23 - Portaria nº 475, de 21 de maio de 2010 – Fundação Aperipê de Sergipe, com fins exclusivamente educativos, município de Aracaju - SE;

- 24 - Portaria nº 477, de 21 de maio de 2010 – Rede Central de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Rádio Manchete Ltda., no município de Recife - PE;
- 25 - Portaria nº 481, de 21 de maio de 2010 – TV Serra Dourada Ltda., originariamente outorgada à Rádio Musical de Goiânia Ltda, no município de Goiânia - GO;
- 26 - Portaria nº 490, de 31 de maio de 2010 – Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, com fins exclusivamente educativos, no município de Joinville - SC;
- 27 - Portaria nº 517, de 11 de junho de 2010 – Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;
- 28 - Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010 – Rádio Morena Stereo Ltda., no município de Campinas - SP;
- 29 - Portaria nº 532, de 16 de junho de 2010 – Rádio Igrejinha FM Ltda., no município de Igrejinha - RS;
- 30 - Portaria nº 535, de 16 de junho de 2010 – Rádio Cidade Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;
- 31 - Portaria nº 549, de 18 de junho de 2010 – Rádio Iguatemi Ltda., originariamente outorgada à Rádio Santo Antônio de Posse Stereo Som Ltda., no município de Santo Antonio de Posse - SP;
- 32 - Portaria nº 589, de 24 de junho de 2010 – TV Pajuçara Ltda., originariamente outorgada à Empresa Gráfica de Comunicação Pajuçara Ltda., no município de Maceió - AL;
- 33 - Portaria nº 594, de 24 de junho de 2010 – Rádio Porto Brasil FM Estereo Ltda., no município de Porto Seguro - BA;
- 34 - Portaria nº 595, de 24 de junho de 2010 – Ultra Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Emissora Minuano, no município de Rio Grande - RS;
- 35 - Portaria nº 638, de 6 de julho de 2010 – Sociedade Rádio Carijós Ltda, no município de Conselheiro Lafaiette - MG; e
- 36 - Portaria nº 684, de 23 de julho de 2010 – Lagoa Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº. 471/2010 - MC

Brasília, 2 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho para conhecimento de Vossa Excelência portaria, pela qual foi renovada permissão outorgada a RÁDIO E TELEVISÃO MATOZINHO FM LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, por dez anos, a partir de 14 de junho de 2008.
2. A outorga foi conferida pela Portaria nº 129, de 10 de junho de 1988, publicada no Diário Oficial da União em 14 de junho de 1988.

3. Observo que a renovação da permissão outorgada para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que foram atendidas todas as disposições normativas regentes.
5. Acompanham o ato os Processos nº 53770.000627/1998 e nº 53000.011385/2008, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1998/2008, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93, e o segundo que trata do período de 2008/2018.
6. Diante do exposto, e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu regulamento, Decreto nº 88.066/83, encaminho o ato, acompanhado dos respectivos processos, a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA Nº 352 , DE 15 DE ABRIL DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53770.000627/1998 e nº 53000.011385/2008, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de junho de 2008, a permissão outorgada a **RÁDIO E TELEVISÃO MATOZINHO FM LTDA.**, pela Portaria nº 129, de 10 de junho de 1988, publicada no Diário Oficial da União no dia 14 de junho de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 370, DE 2012

(nº 300/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VITÓRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 28 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de agosto de 2008, a concessão outorgada à Rádio Vitória Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 748, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 26 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 1 - Rádio Difusora Boas Novas Ltda., no município de Petrópolis - RJ;
- 2 - Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., no município de Terra Rica -

PR;

- 3 - Rádio Currais Novos Ltda., no município de Currais Novos - RN;
- 4 - Rádio Difusora Coroados Ltda., no município de São Fidélis - RJ;
- 5 - Rádio Progresso de Juazeiro S.A., no município de Juazeiro do Norte - CE;
- 6 - Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho, no município de Santo Antônio

de Jesus - BA;

- 7 - Rádio Sociedade Tupanciretã Ltda., no município de Tupanciretã - RS;
- 8 - Rádio Independência de Goiânia Ltda., no município de Goiânia - GO;

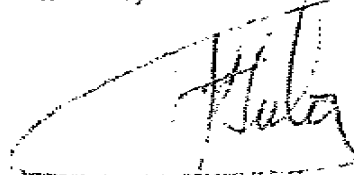
Decretos de 27 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 9 - Rádio Rural de Tupaciguara Ltda., no município de Tupaciguara - MG;

- PR;
- 10 - Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, no município de Wenceslau Braz -
- 11 - Rádio São Luiz Ltda., no município de São Luiz Gonzaga - RS;
- 12 - Super Rádio Deus é Amor Ltda., no município de Curitiba - PR;
- 13 - Sociedade Rádio Peperi Ltda., no município de São Miguel do Oeste - SC;
- 14 - Rádio Astorga Broadcasting Ltda., no município de Astorga - PR;
- 15 - Rádio Clube de Itararé Ltda., no município de Itararé - SP;
- 16 - Rádio Colorado Ltda., no município de Colorado - PR;
- 17 - Rádio São Paulo Ltda., no município de São Paulo - SP;
- 18 - Rádio Cultura do Nordeste S.A., no município de Caruaru - PE;
- 19 - Rádio Difusora Guarapuava Ltda., no município de Guarapuava - PR;
- 20 - Rádio Cultura Taperense Ltda., no município de Tapera - RS;
- 21 - Rádio Pioneira de Forquilha Ltda., no município de Forquilha - CE;
- 22 - Rádio Aliança Ltda., no município de João Pessoa - PB;
- 23 - Rádio Uirapuru Ltda., no município de Passo Fundo - RS;
- Decretos de 28 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):
- 24 - Rádio Vitória Ltda., no município de Vitória do Mearim - MA;
- 25 - Rádio Notícias Brasileiras Ltda., no município de Matão - SP;
- 26 - Rádio Aurilândia Ltda., no município de Nova Lima - MG;
- 27 - Rádio Icatu Ltda., no município de Penápolis - SP;
- 28 - Norte Sul Radiodifusão Ltda., no município de Porto Alegre - RS;
- 29 - Fundação Cristã Educativa, no município de Pires do Rio - GO;
- 30 - Rádio Itapua de Pato Branco Ltda., no município de Pato Branco - PR;
- 31 - Difusora Rádio de Cajazeiras Ltda., no município de Cajazeiras - PB;
- 32 - Rádio Jornal a Verdade Ltda., no município de São José - SC;
- 33 - Rádio Buriti Ltda., no município de Rio Verde - GO;
- Decretos de 2 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):
- 34 - Rádio Bahia Nordeste de Paulo Afonso Ltda., no município de Paulo Afonso -
- BA;
- 35 - Rádio Difusora Três Passos Ltda., no município de Três Passos - RS;
- 36 - Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda., no município de Juiz de Fora - MG;
- 37 - Rádio Itai Ltda., no município de Guaíba - RS;
- 38 - Rádio Rio Mar Ltda., no município de Manaus - AM;
- 39 - Rádio Sociedade Sobradinho Ltda., no município de Sobradinho - RS;
- 40 - Lins Rádio Clube Ltda., no município de Lins - SP;
- 41 - Rádio 31 de Março Ltda., no município de Santa Cruz das Palmeiras - SP;
- 42 - Rádio Jornal de Assis Chateaubriand, no município de Assis Chateaubriand -
- PR;
- 43 - Rádio Alto Piranhas Ltda., no município de Cajazeiras - PB;
- Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):
- 44 - Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no município de São Carlos - SP;
- 45 - Rádio Siqueira Campos Ltda., no município de Colinas do Tocantins - TO;
- 46 - Rádio Continental Ltda., no município de Palotina - PR;

- 47 - Rádio 880 Ltda., outorgada originalmente à Rádio Cauê Ltda., no município de Pedro Leopoldo - MG;
- 48 - Sistema Cumbica de Radiodifusão Ltda., no município de Guarulhos - SP; e
- 49 - Sociedade de Rádio Carijós Ltda., no município de Conselheiro Lafaiette - MG.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº 312/2010 - MC

Brasília, 17 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.034032/2008 em que a **RÁDIO VITÓRIA LTDA** solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2008.
2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 96.300, de 11 de julho de 1988, renovada pelo Decreto de 20 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de agosto de 2002, referendado pelo Decreto Legislativo nº 44, de 2005, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de fevereiro de 2005.
3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filaridi Leite

DECRETO DE 28 DE JULHO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Rádio Vitória Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.034032/2008,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de agosto de 2008, a concessão outorgada à Rádio Vitória Ltda. pelo Decreto nº 96.300, de 11 de julho de 1988, renovada pelo Decreto de 20 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 44, de 24 de fevereiro de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite
D-EM 312 MC-RÁDIO VITÓRIA(L2)

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 361 a 370, de 2012**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão

receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – SF – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2012 (nº 301/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO 31 DE MARÇO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 2 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 13 de julho de 2001, a concessão outorgada à Rádio 31 de Março Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 748, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 26 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 1 - Rádio Difusora Boas Novas Ltda., no município de Petrópolis - RJ;
- 2 - Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., no município de Terra Rica -
- 3 - Rádio Currais Novos Ltda., no município de Currais Novos - RN;
- 4 - Rádio Difusora Coroados Ltda., no município de São Fidélis - RJ;

PR;

- 5 - Rádio Progresso de Juazeiro S.A., no município de Juazeiro do Norte - CE;
- 6 - Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho, no município de Santo Antônio de Jesus - BA;
- 7 - Rádio Sociedade Tupanciretã Ltda., no município de Tupanciretã - RS;
- 8 - Rádio Independência de Goiânia Ltda., no município de Goiânia - GO;

Decretos de 27 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 9 - Rádio Rural de Tupaciguara Ltda., no município de Tupaciguara - MG;
- 10 - Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, no município de Wenceslau Braz - PR;
- 11 - Rádio São Luiz Ltda., no município de São Luiz Gonzaga - RS;
- 12 - Super Rádio Deus é Amor Ltda., no município de Curitiba - PR;
- 13 - Sociedade Rádio Peperi Ltda., no município de São Miguel do Oeste - SC;
- 14 - Rádio Astorga Broadcasting Ltda., no município de Astorga - PR;
- 15 - Rádio Clube de Itararé Ltda., no município de Itararé - SP;
- 16 - Rádio Colorado Ltda., no município de Colorado - PR;
- 17 - Rádio São Paulo Ltda., no município de São Paulo - SP;
- 18 - Rádio Cultura do Nordeste S.A., no município de Caruaru - PE;
- 19 - Rádio Difusora Guarapuava Ltda., no município de Guarapuava - PR;
- 20 - Rádio Cultura Taperense Ltda., no município de Tapera - RS;
- 21 - Rádio Pioneira de Forquilha Ltda., no município de Forquilha - CE;
- 22 - Rádio Aliança Ltda., no município de João Pessoa - PB;
- 23 - Rádio Uirapuru Ltda., no município de Passo Fundo - RS;

Decretos de 28 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 24 - Rádio Vitória Ltda., no município de Vitória do Mearim - MA;
- 25 - Rádio Notícias Brasileiras Ltda., no município de Matão - SP;
- 26 - Rádio Aurilândia Ltda., no município de Nova Lima - MG;
- 27 - Rádio Icatu Ltda., no município de Penápolis - SP;
- 28 - Norte Sul Radiodifusão Ltda., no município de Porto Alegre - RS;
- 29 - Fundação Cristã Educativa, no município de Pires do Rio - GO;
- 30 - Rádio Itapua de Pato Branco Ltda., no município de Pato Branco - PR;
- 31 - Difusora Rádio de Cajazeiras Ltda., no município de Cajazeiras - PB;
- 32 - Rádio Jornal a Verdade Ltda., no município de São José - SC;
- 33 - Rádio Buriti Ltda., no município de Rio Verde - GO;

Decretos de 2 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 34 - Rádio Bahia Nordeste de Paulo Afonso Ltda., no município de Paulo Afonso - BA;
- 35 - Rádio Difusora Três Passos Ltda., no município de Três Passos - RS;
- 36 - Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda., no município de Juiz de Fora - MG;
- 37 - Rádio Itai Ltda., no município de Guaíba - RS;
- 38 - Rádio Rio Mar Ltda., no município de Manaus - AM;
- 39 - Rádio Sociedade Sobradinho Ltda., no município de Sobradinho - RS;
- 40 - Lins Rádio Clube Ltda., no município de Lins - SP;
- 41 - Rádio 31 de Março Ltda., no município de Santa Cruz das Palmeiras - SP;

PR; 42 - Rádio Jornal de Assis Chateaubriand, no município de Assis Chateaubriand -

43 - Rádio Alto Piranhas Ltda., no município de Cajazeiras - PB;

Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

44 - Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no município de São Carlos - SP;

45 - Rádio Siqueira Campos Ltda., no município de Colinas do Tocantins - TO;

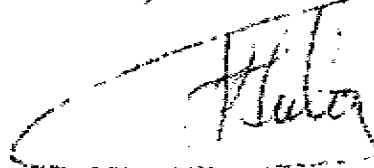
46 - Rádio Continental Ltda., no município de Palotina - PR;

47 - Rádio 880 Ltda., outorgada originalmente à Rádio Cauê Ltda., no município de Pedro Leopoldo - MG;

48 - Sistema Cumbica de Radiodifusão Ltda., no município de Guarulhos - SP; e

49 - Sociedade de Rádio Carijós Ltda., no município de Conselheiro Lafaiete - MG.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº 304/2010 – MC

Brasília, 17 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53830.000249/2001, em que a RÁDIO 31 DE MARÇO LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de julho de 2001.

2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 85.991, de 11 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 subsequente e, renovada pelo Decreto de 25 de janeiro de 2000, publicado no Diário Oficial da União no dia 26 subsequente, referendado pelo Decreto Legislativo nº 15, de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 14 de março de 2003.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

DECRETO DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Rádio 31 de Março Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000249/2001,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de julho de 2001, a concessão outorgada à Rádio 31 de Março Ltda. pelo Decreto nº 85.991, de 11 de maio de 1981, renovada pelo Decreto de 25 de janeiro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 15, de 13 de março de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite
D-EM 304 MC-RÁDIO 31 DE MARÇO(L2)

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 372, DE 2012

(nº 359/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV MAÍRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 43 de 5 de fevereiro de 2010, que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 363, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 993, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda., no município de Iguapé - SP;

2 - Portaria nº 581, de 18 de agosto de 2009 – Empresa de Comunicação Internacional Ltda., no município de Vila Maria - RS;

3 - Portaria nº 604, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Seabra FM Ltda., no município de Seabra - BA;

4 - Portaria nº 719, de 16 de setembro de 2009 – Rádio Timbó Ltda., no município de Rio dos Cedros - SC;

5 - Portaria nº 793, de 30 de setembro de 2009 – Sistema Timbaúva de Comunicação Ltda., no município de Barra do Quaraí - RS;

6 - Portaria nº 794, de 30 de setembro de 2009 – Camargo e Vassali - Empresa de Radiodifusão Ltda., no município de Campinas do Sul - RS;

7 - Portaria nº 795, de 30 de setembro de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Alpestre - RS;

8 - Portaria nº 796, de 30 de setembro de 2009 – Sistema Plug de Comunicações Ltda., no município de Boqueirão do Leão - RS;

9 - Portaria nº 798, de 30 de setembro de 2009 – Andrenei Carneiro de Araújo e Cia Ltda., no município de Santaluz - BA;

10 - Portaria nº 917, de 18 de novembro de 2009 – Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., no município de Altamira - PA;

11 - Portaria nº 918, de 18 de novembro de 2009 – Terra FM Ltda.-ME, no município de Tailândia - PA;

12 - Portaria nº 919, de 18 de novembro de 2009 – Terra FM Ltda.-ME, no município de Xinguara - PA;

13 - Portaria nº 920, de 18 de novembro de 2009 – Rede Ferreira de Comunicação Ltda., no município de Bonfim - RR;

14 - Portaria nº 922, de 18 de novembro de 2009 – Sistema Conquista de Radiodifusão Ltda., no município de Santo Antônio do Leverger - MT;

15 - Portaria nº 923, de 18 de novembro de 2009 – Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., no município de Vigia - PA;

16 - Portaria nº 924, de 18 de novembro de 2009 – Lamoglia Comunicação Ltda., no município de Macaé - RJ;

17 - Portaria nº 925, de 18 de novembro de 2009 – Portal Comunicações Ltda., no município de Vila Valério - ES;

18 - Portaria nº 926, de 18 de novembro de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Barão de Melgaço - MT;

19 - Portaria nº 928, de 18 de novembro de 2009 – Dörner & Grigoletto Ltda., no município de Nortelândia - MT;

20 - Portaria nº 929, de 18 de novembro de 2009 – Lamoglia Comunicação Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ;

21 - Portaria nº 931, de 18 de novembro de 2009 – Radiodifusão Assisense Ltda., no município de São Francisco de Assis - RS;

22 - Portaria nº 932, de 18 de novembro de 2009 – E.F. Comunicações Ltda., no município de Alto Garças - MT;

23 - Portaria nº 933, de 18 de novembro de 2009 – Terra FM Ltda.-ME, no município de São Geraldo do Araguaia - PA;

24 - Portaria nº 934, de 18 de novembro de 2009 – Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., no município de São José do Rio Claro - MT;

25 - Portaria nº 1.013, de 16 de dezembro de 2009 – Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., no município de Baião - PA;

26 - Portaria nº 1.014, de 16 de dezembro de 2009 – Sociedade Vale de Comunicações Ltda., no município de Pomerode - SC;

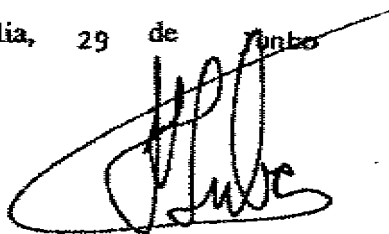
27 - Portaria nº 1.015, de 16 de dezembro de 2009 – Dias & Novato Comunicações Ltda., no município Mato Verde - PR;

28 - Portaria nº 1.016, de 16 de dezembro de 2009 – Televisão Guararapes Ltda., no município de Cerro Azul - PR;

29 - Portaria nº 1.017, de 16 de dezembro de 2009 – Sociedade Vale de Comunicações Ltda., no município de Piçarras - SC;

- 30 - Portaria nº 1.018, de 16 de dezembro de 2009 – Sistema Lageado de Comunicação Ltda., no município de Santarém - PA;
- 31 - Portaria nº 1.019, de 16 de dezembro de 2009 – Star Radiodifusão Ltda., no município de Piedade de Caratinga - MG;
- 32 - Portaria nº 35, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio Universal Ltda., no município de Chapecó - SC;
- 33 - Portaria nº 36, de 5 de fevereiro de 2010 – Sistema Real de Comunicações Ltda., no município de Ibirapitanga - BA;
- 34 - Portaria nº 37, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda., no município de Joinville (Pirabeiraba) - SC;
- 35 - Portaria nº 38, de 5 de fevereiro de 2010 – Sorali - Sociedade de Radiodifusão Litorânea Ltda., no município de Entre Rios - BA;
- 36 - Portaria nº 39, de 5 de fevereiro de 2010 – R & V Comunicação Ltda., no município de Mococa - SP;
- 37 - Portaria nº 40, de 5 de fevereiro de 2010 – C.P.Z. Comunicações Ltda., no município de Colatina - ES;
- 38 - Portaria nº 41, de 5 de fevereiro de 2010 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de São Francisco do Pará - PA;
- 39 - Portaria nº 42, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda., no município de Nova Veneza - SC;
- 40 - Portaria nº 43, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio e TV Maíra Ltda., no município de Campo Novo de Rondônia - PA;
- 41 - Portaria nº 44, de 5 de fevereiro de 2010 – LMG Comunicações Ltda., no município de Manoel Vitorino - BA;
- 42 - Portaria nº 90, de 11 de março de 2010 – Bonito Comunicação Ltda., no município de Anastácio - MS;
- 43 - Portaria nº 91, de 11 de março de 2010 – Rádio Editora Magia Ltda., no município de Nova Pádua - RS;
- 44 - Portaria nº 92, de 11 de março de 2010 – EZR Comunicações Ltda., no município de Passo do Sobrado - RS;
- 45 - Portaria nº 94, de 11 de março de 2010 – Empresa de Comunicações Jatobá Ltda., no município de Perolândia - GO;
- 46 - Portaria nº 95, de 11 de março de 2010 – Sampaio & Martins Ltda., no município de Santa Helena de Goiás - GO;
- 47 - Portaria nº 96, de 11 de março de 2010 – Bonito Comunicação Ltda., no município de Bela Vista - MS;
- 48 - Portaria nº 99, de 11 de março de 2010 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Seberi - RS;
- 49 - Portaria nº 101, de 11 de março de 2010 – Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda., no município de Orizona - GO; e
- 50 - Portaria nº 102, de 11 de março de 2010 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Paranaíta - MT.

Brasília, 29 de Junho de 2010



EM nº. 69/2010-MC

Brasília, 12 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 095/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio e TV Maíra Ltda (Processo nº 53630.000162/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 43 , DE 5 DE FEVEREIRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53630.000162/2000, Concorrência nº 095/2000-SSR/MC, resolve:

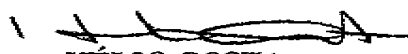
Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO E TV MAÍRA LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 373, DE 2012

(nº 361/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à SM - COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 2 de agosto de 2010, que outorga concessão à SM - Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 735, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 2 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 1 - SM - Comunicações Ltda., no município de Baixo Guandu - ES;
- 2 - SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Primavera - PA;

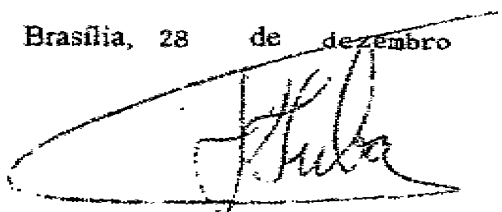
Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 3 - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., no município de Juscimeira - MT;
- 4 - Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda., no município de São Luís - MA; e

Decreto de 5 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 5 - Rádio Itaúna Ltda., no município de Jacinto Machado - SC.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº. 351/2010 -- MC

Brasília, 20 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 008/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a S.M. - Comunicações Ltda (Processo nº 53770.000797/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

DECRETO DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Outorga concessão à SM - Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53770.000797/2000, Concorrência nº 008/2000-SSR/MC,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à SM - Comunicações Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite
D-EM 351 MC-SM COMUNICAÇÕES(L2)

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 374, DE 2012

(nº 378/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 434 de 13 de maio de 2010, que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 720, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 434, de 13 de maio de 2010, que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 342/2010-MC

Brasília, 19 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 061/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Gtoll Telecomunicações Ltda (Processo nº 53740.000312/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 12 de março de 2010, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA Nº 434 , DE 13 DE MAIO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000312/2001, Concorrência nº 061/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º. Outorgar permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º. Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º. O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 375, DE 2012

(nº 382/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à RADIO ITAÚNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 5 de agosto de 2010, que outorga concessão à Rádio Itaúna Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 735, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 2 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 1 - SM – Comunicações Ltda., no município de Baixo Guandu - ES;
- 2 - SBC – Radiodifusão Ltda., no município de Primavera - PA;

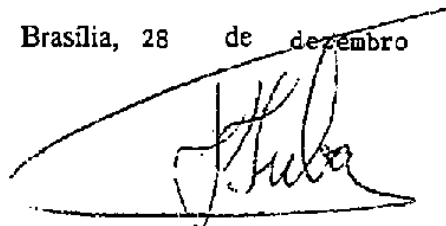
Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 3 - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., no município de Juscimeira - MT;
- 4 - Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda., no município de São Luís - MA; e

Decreto de 5 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

5 - Rádio Itaúna Ltda., no município de Jacinto Machado - SC.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº. 461/2010 - MC

Brasília, 2 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 065/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Itaúna Ltda (Processo nº 53740.000328/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 09 de fevereiro de 2010, motivo pelo qual outorgo a concessão, na forma do projeto de decreto.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

DECRETO DE 5 DE AGOSTO DE 2010.

Outorga concessão à Rádio Itaúna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, c 223, caput, da Constituição, c 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em

vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53740.000328/2001, Concorrência nº 065/2001-SSR/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Itaúna Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de agosto de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2012

(nº 386/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à IBIAÇÁ COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiaçá, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 474 de 21 de maio de 2010, que outorga permissão à Ibiaçá Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiaçá, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 738, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 403, de 4 de maio de 2010 – Sistema Canguçu de Comunicação Ltda., no município de Canguçu - RS;
2 - Portaria nº 406, de 4 de maio de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Palmeira d'Oeste - SP;

3 - Portaria nº 408, de 4 maio de 2010 – Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME, no município de Palmares Paulista - SP;

4 - Portaria nº 421, de 7 de maio de 2010 – Palmital FM Stereo Ltda., no município de Palmital - SP;

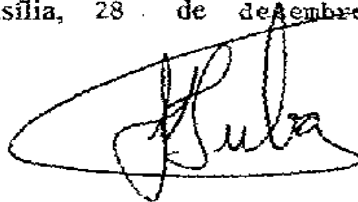
5 - Portaria nº 474, de 21 de maio de 2010 – Ibiaçá Comunicações Ltda., no município de Ibiaçá - RS;

6 - Portaria nº 482, de 21 de maio de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Arroio dos Ratos - RS;

7 - Portaria nº 523, de 14 de junho de 2010 – Rádio FM de Porto da Folha Ltda., no município de Cristinápolis - SE;

- 8 - Portaria nº 581, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Tefé - AM;
- 9 - Portaria nº 583, de 24 de junho de 2010 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Alto Rio Doce - MG;
- 10 - Portaria nº 584, de 24 de junho de 2010 – Baritis Comunicações Ltda., no município de Boa Vista - RR;
- 11 - Portaria nº 585, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Urânia - SP;
- 12 - Portaria nº 604, de 1ª de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Mimoso do Sul - ES;
- 13 - Portaria nº 607, de 1ª de julho de 2010 – Rádio Tropical FM Ltda., no município de Coroados - SP;
- 14 - Portaria nº 608, de 1ª de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de São Domingos do Norte - ES;
- 15 - Portaria nº 609, de 1ª de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Santa Teresa - ES;
- 16 - Portaria nº 611, de 1ª de julho de 2010 – P1 Serviços de Comunicação Ltda., no município de Corumbalza - GO;
- 17 - Portaria nº 652, de 14 de julho de 2010 – Rádio Difusora Luzense Ltda., no município de Luz - MG;
- 18 - Portaria nº 653, de 15 de julho de 2010 – Nossa Rádio de Teresina FM Ltda., no município de Abadiânia - GO; e
- 19 - Portaria nº 654, de 15 de julho de 2010 – CMM Comunicações Ltda., no município de Mata - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010



EM nº. 397/2010 - MC

Brasília, 28 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 048/2009-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ibiacá, Estado do Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Ibiacá Comunicações Ltda (Processo nº 53000.010894/2010) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da

Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA Nº 474 , DE 21 DE MAIO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.010894/2010, Concorrência nº 048/2009-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à **IBIAÇÁ COMUNICAÇÕES LTDA**, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ibiaçá, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 377, DE 2012

(nº 390/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 584 de 24 de junho de 2010, que outorga permissão à Buritis Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 738, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 403, de 4 de maio de 2010 – Sistema Canguçu de Comunicação Ltda., no município de Canguçu - RS;

2 - Portaria nº 406, de 4 de maio de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Palmeira d'Oeste - SP;

3 - Portaria nº 408, de 4 de maio de 2010 – Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME, no município de Palmares Paulista - SP;

4 - Portaria nº 421, de 7 de maio de 2010 – Palmital FM Stereo Ltda., no município de Palmital - SP;

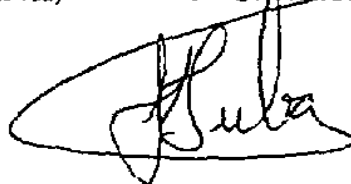
5 - Portaria nº 474, de 21 de maio de 2010 – Ibiacá Comunicações Ltda., no município de Ibiacá - RS;

6 - Portaria nº 482, de 21 de maio de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Arroio dos Ratos - RS;

7 - Portaria nº 523, de 14 de junho de 2010 – Rádio FM de Porto da Folha Ltda., no município de Cristinápolis - SE;

- 8 - Portaria nº 581, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Tefé - AM;
- 9 - Portaria nº 583, de 24 de junho de 2010 -- Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Alto Rio Doce - MG;
- 10 - Portaria nº 584, de 24 de junho de 2010 – Buritis Comunicações Ltda., no município de Boa Vista - RR;
- 11 - Portaria nº 585, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Urânia - SP;
- 12 - Portaria nº 604, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Mimoso do Sul - ES;
- 13 - Portaria nº 607, de 1º de julho de 2010 – Rádio Tropical FM Ltda., no município de Coroados - SP;
- 14 - Portaria nº 608, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de São Domingos do Norte - ES;
- 15 - Portaria nº 609, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Santa Teresa - ES;
- 16 - Portaria nº 611, de 1º de julho de 2010 – P1 Serviços de Comunicação Ltda., no município de Corumbá - GO;
- 17 - Portaria nº 652, de 14 de julho de 2010 – Rádio Difusora Luzense Ltda., no município de Luz - MG;
- 18 - Portaria nº 653, de 15 de julho de 2010 – Nossa Rádio de Tercsina FM Ltda., no município de Abadiânia - GO; e
- 19 - Portaria nº 654, de 15 de julho de 2010 – CMM Comunicações Ltda., no município de Mata - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010



EM nº. 539/2010 – MC

Brasília, 30 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 013/2002-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Buritis

Comunicações Ltda (Processo nº 53000.008271/2002), obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA Nº 584 , DE 24 DE JUNHO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.008271/2002, Concorrência nº 013/2002-SSR/MC, resolve:

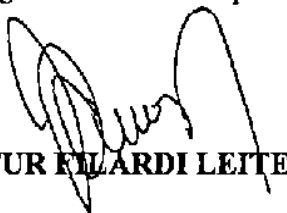
Art. 1º Outorgar permissão à BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 378, DE 2012

(nº 391/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LUTH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Urânia, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 585 de 24 de junho de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Radiodifusão Luth Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Urânia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 738, de 2010.

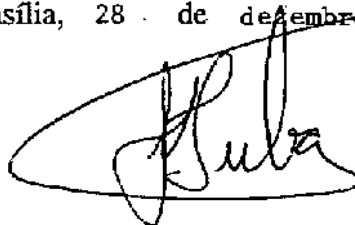
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 403, de 4 de maio de 2010 – Sistema Canguçu de Comunicação Ltda., no município de Canguçu - RS;
- 2 - Portaria nº 406, de 4 de maio de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Palmeira d'Oeste - SP;
- 3 - Portaria nº 408, de 4 de maio de 2010 – Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME, no município de Palmares Paulista - SP;
- 4 - Portaria nº 421, de 7 de maio de 2010 – Palmital FM Stereo Ltda., no município de Palmital - SP;
- 5 - Portaria nº 474, de 21 de maio de 2010 – Ibiaçá Comunicações Ltda., no município de Ibiaçá - RS;
- 6 - Portaria nº 482, de 21 de maio de 2010 – Empresa de Radiodifusão Urso Maior Ltda., no município de Arroio dos Ratos - RS;
- 7 - Portaria nº 523, de 14 de junho de 2010 – Rádio FM de Porto da Folha Ltda., no município de Cristinápolis - SE;

- 8 - Portaria nº 581, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Tefé - AM;
- 9 - Portaria nº 583, de 24 de junho de 2010 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Alto Rio Doce - MG;
- 10 - Portaria nº 584, de 24 de junho de 2010 – Buritis Comunicações Ltda., no município de Boa Vista - RR;
- 11 - Portaria nº 585, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Urânia - SP;
- 12 - Portaria nº 604, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Mimoso do Sul - ES;
- 13 - Portaria nº 607, de 1º de julho de 2010 – Rádio Tropical FM Ltda., no município de Coroados - SP;
- 14 - Portaria nº 608, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de São Domingos do Norte - ES;
- 15 - Portaria nº 609, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Santa Teresa - ES;
- 16 - Portaria nº 611, de 1º de julho de 2010 – P1 Serviços de Comunicação Ltda., no município de Corumbá - GO;
- 17 - Portaria nº 652, de 14 de julho de 2010 – Rádio Difusora Luzense Ltda., no município de Luz - MG;
- 18 - Portaria nº 653, de 15 de julho de 2010 – Nossa Rádio de Teresina FM Ltda., no município de Abadiânia - GO; e
- 19 - Portaria nº 654, de 15 de julho de 2010 – CMM Comunicações Ltda., no município de Matã - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010



EM nº. 538/2010 – MC

Brasília, 30 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 013/2002-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Urânia, Estado de São Paulo.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº

8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que ao Sistema de Radiodifusão Luth Ltda (Processo nº 53000.008299/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA Nº 585 , DE 24 DE JUNHO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.008299/2002, Concorrência nº 013/2002-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LUTH LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Urânia, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 379, DE 2012****(nº 392/2011, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à CRISTO REI COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 604 de 1º de julho de 2010, que outorga permissão à Cristo Rei Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 738, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 403, de 4 de maio de 2010 – Sistema Canguçu de Comunicação Ltda., no município de Canguçu - RS;

2 - Portaria nº 406, de 4 de maio de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Palmeira d'Oeste - SP;

3 - Portaria nº 408, de 4 maio de 2010 – Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME, no município de Palmares Paulista - SP;

4 - Portaria nº 421, de 7 de maio de 2010 – Palmital FM Stereo Ltda., no município de Palmital - SP;

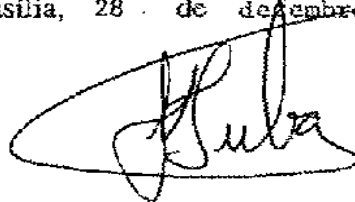
5 - Portaria nº 474, de 21 de maio de 2010 – Ibiacá Comunicações Ltda., no município de Ibiacá - RS;

6 - Portaria nº 482, de 21 de maio de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Arroio dos Ratos - RS;

7 - Portaria nº 523, de 14 de junho de 2010 – Rádio FM de Porto da Folha Ltda., no município de Cristinápolis - SE;

- 8 - Portaria nº 581, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Tefé - AM;
- 9 - Portaria nº 583, de 24 de junho de 2010 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Alto Rio Doce - MG;
- 10 - Portaria nº 584, de 24 de junho de 2010 – Buritis Comunicações Ltda., no município de Boa Vista - RR;
- 11 - Portaria nº 585, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Urânia - SP;
- 12 - Portaria nº 604, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Mimoso do Sul - ES;
- 13 - Portaria nº 607, de 1º de julho de 2010 – Rádio Tropical FM Ltda., no município de Coroados - SP;
- 14 - Portaria nº 608, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de São Domingos do Norte - ES;
- 15 - Portaria nº 609, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Santa Teresa - ES;
- 16 - Portaria nº 611, de 1º de julho de 2010 – P1 Serviços de Comunicação Ltda., no município de Corumbá - GO;
- 17 - Portaria nº 652, de 14 de julho de 2010 – Rádio Difusora Luzense Ltda., no município de Luz - MG;
- 18 - Portaria nº 653, de 15 de julho de 2010 – Nossa Rádio de Teresina FM Ltda., no município de Abadiânia - GO; e
- 19 - Portaria nº 654, de 15 de julho de 2010 – CMM Comunicações Ltda., no município de Mata - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010



EM nº. 560/2010 - MC

Brasília, 7 de julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 009/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão-sonora em frequência modulada, no Município de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Cristo Rei Comunicações Ltda (Processo nº 53770.000809/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da

Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA Nº 604 ,DE 1º DE JULHO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53770.000809/2000, Concorrência nº 009/2000-SSR/MC, resolve:

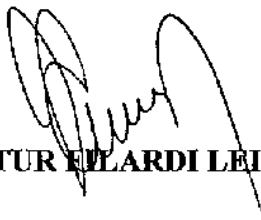
Art. 1º Outorgar permissão à CRISTO REI COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 380, DE 2012
(nº 395/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à
Pl SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.
para explorar serviço de
radiodifusão sonora em frequência
modulada na cidade de Corumbáiba,
Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a
Portaria nº 611 de 1º de julho de 2010, que outorga permissão
à Pl Serviços de Comunicação Ltda. para explorar, por 10
(dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de
radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de
Corumbáiba, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na
data de sua publicação.

Mensagem nº 738, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 403, de 4 de maio de 2010 – Sistema Canguçu de Comunicação Ltda., no município de Canguçu - RS;
- 2 - Portaria nº 406, de 4 de maio de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Palmeira d'Oeste - SP;
- 3 - Portaria nº 408, de 4 maio de 2010 – Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME, no município de Palmares Paulista - SP;
- 4 - Portaria nº 421, de 7 de maio de 2010 – Palmital FM Stereo Ltda., no município de Palmital - SP;
- 5 - Portaria nº 474, de 21 de maio de 2010 – Ibiacá Comunicações Ltda., no município de Ibiacá - RS;
- 6 - Portaria nº 482, de 21 de maio de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Arroio dos Ratos - RS;
- 7 - Portaria nº 523, de 14 de junho de 2010 – Rádio FM de Porto da Folha Ltda., no município de Cristinápolis - SE;

8 - Portaria nº 581, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Tefé - AM;

9 - Portaria nº 583, de 24 de junho de 2010 – Sistema Itanense de Radiodifusão Ltda., no município de Alto Rio Doce - MG;

10 - Portaria nº 584, de 24 de junho de 2010 – Buritis Comunicações Ltda., no município de Boa Vista - RR;

11 - Portaria nº 585, de 24 de junho de 2010 – Sistema de Radiodifusão Luth Ltda., no município de Urânia - SP;

12 - Portaria nº 604, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Mimoso do Sul - ES;

13 - Portaria nº 607, de 1º de julho de 2010 – Rádio Tropical FM Ltda., no município de Coroados - SP;

14 - Portaria nº 608, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de São Domingos do Norte - ES;

15 - Portaria nº 609, de 1º de julho de 2010 – Cristo Rei Comunicações Ltda., no município de Santa Teresa - ES;

16 - Portaria nº 611, de 1º de julho de 2010 – P1 Serviços de Comunicação Ltda., no município de Corumbá - GO;

17 - Portaria nº 652, de 14 de julho de 2010 – Rádio Difusora Luzense Ltda., no município de Luz - MG;

18 - Portaria nº 653, de 15 de julho de 2010 – Nossa Rádio de Teresina FM Ltda., no município de Abadiânia - GO; e

19 - Portaria nº 654, de 15 de julho de 2010 – CMM Comunicações Ltda., no município de Mata - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010



EM nº. 566/2010 - MC

Brasília, 7 de julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 014/2009-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Corumbá, Estado de Goiás.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº

8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a P1 Serviços de Comunicação Ltda (Processo nº 53000.002664/2010) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Artur Filardi Leite

PORTARIA Nº 611 , DE 1º DE JULHO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.002664/2010, Concorrência nº 014/2009-CEL/MC, resolve:

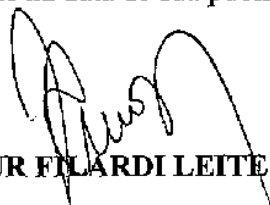
Art. 1º Outorgar permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Corumbáiba, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 371 a 380, de 2012**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2012** (nº 805/2007, na Casa de origem, do Deputado Lincoln Portela), que altera a *Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com emendas, a matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 30, DE 2012

Determina o registro do nome do Presidente ou da Presidenta, conforme o caso, nas atas das sessões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 206 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 206. Na ata, o nome do Presidente ou da Presidente será registrado, entre parênteses, em seguida às palavras: ‘o Sr. Presidente’ ou a ‘Sra. Presidenta’”. (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa a corrigir omissão e garantir a igualdade de tratamento entre os gêneros em dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal. Trata-se do art. 206, que, ao dispor sobre as atas das sessões, estabelece que o nome do Presidente será registrado em seguida à palavra “o Sr. Presidente”.

A nosso ver, o uso do gênero masculino como neutro não pode ocorrer quando o cargo de maior relevância desta Casa, qual seja, o de Presidente, é ocupado por uma mulher, pois essa prática, além de inapropriada, constitui discriminação contra a mulher.

Portanto, é necessário que a flexão de gênero seja aplicada conforme a identidade de quem ocupa o cargo de Presidente do Senado Federal seja homem ou mulher, razão pela qual o projeto altera o referido art. 206 para prever que na ata da sessão, o nome do Presidente ou da Presidenta será registrado, entre parênteses, em seguida às palavras “o Sr. Presidente” ou “a Sra. Presidenta”.

Contamos com o apoio dos senhores senadores e senhoras senadoras para a aprovação desta medida.

Sala das Sessões,

Senador **JOÃO CAPIBERIBE**

LEGISLAÇÃO CITADA

ATO DA MESA Nº 3, DE 2010

A Mesa do Senado Federal, em cumprimento à norma regimental (art. 402), faz publicar o texto do Regimento Interno do Senado Federal, devidamente consolidado em relação ao texto editado em 31 de janeiro de 2007 – ao final da 52ª (quinquagésima segunda) Legislatura –, com as alterações promovidas pelas Resoluções nºs 1, 3, 18, 23, 31, 32, de 2007 e 3, de 2009, e as correções de redação, sem alteração de mérito, com adequação ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 54, de 1995, e a seu Protocolo Modificativo, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 120, de 2002.

Sala de Reuniões da Mesa, 25 de novembro de 2010. Senador **José Sarney**, Presidente. – Senadora **Serys Slhessarenko**, Segunda Vice-Presidente – Senador **Heráclito Fortes**, Primeiro-Secretário Senador **João Vicente Claudino**, Segundo-Secretário Senador **Mão Santa**, Terceiro-Secretário – Senador **César Borges**, Primeiro Suplente – Senador **Sérgio Camata**, Quarto Suplente.

Art. 206. Na ata, o nome do Presidente será registrado, entre parênteses, em seguida às palavras: “O Sr. Presidente”.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Resolução nº 30, de 2012**, que acaba de ser lido vai à publicação e ficará, perante a Mesa, para apresentação de emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 693, DE 2012

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do RISF, a emissão de **VOTO DE APLAUSO do SENADO FEDERAL**, ao programa “**FORÇA JOVEM BRASIL**”, também conhecido pela sigla FJB.

Poucos programas sociais, em nosso País, têm alcançado uma dimensão tão ampla, e tão admirável, como a “Força Jovem Brasil”, programa que **atende mais de trezentos mil jovens** em todo o território nacional, através de atividades educacionais, profissionalizantes, esportivas e culturais.

O objetivo do FJB não poderia ser mais nobre: transformar a vida de meninos e meninas, de rapazes e moças, que enfrentam problemas, que não conseguem estabelecer rumo claro a seguir, ajudando-os a se tornar profissionais de sucesso nas mais diversas áreas, através de atividades gratuitas e abertas a qualquer pessoa que delas queira participar.

Na área da cidadania, por exemplo, temos o Projeto “*Se Liga 16*”, que, além de auxiliar os jovens a regularizar documentos pessoais, cuida de lhes oferecer a sempre necessária formação política e informações sobre direitos civis. O Projeto também encaminha moças e rapazes para o mercado de trabalho, atuando em parceria com agências de emprego e empresas. Ademais, os voluntários que participam desse Projeto realizam ações de cunho social, como doação de sangue, distribuição de cestas básicas em comunidades carentes, oferta de sopa e agasalho para moradores de rua e arrecadação de artigos de primeira necessidade, como produtos de higiene e fraldas, que são doados a familiares de presos, orfanatos, asilos e outras instituições filantrópicas.

Nesse sentido, são feitas ainda visitas a hospitais, como aquelas realizadas no âmbito da campanha “*Dose Alegria*”, que leva amor e carinho a crianças internadas.

Outro Projeto do FJB no campo da cidadania é o “*Uniforça*”, que auxilia a organização de eventos e que também atua quando ocorrem grandes tragédias, como a queda do avião da TAM em Moema. Nessas ocasiões, os voluntários deslocam-se imediatamente para o local da tragédia, oferecendo toda a ajuda possível no socorro às vítimas.

Por seu turno, o Grupo “*Secretárias*”, formado por meninas que integram a “Força Jovem Brasil” como dirigentes, voluntárias ou participantes de projetos, também atua intensamente em atividades sociais. O “*Congresso Feminino*”, por exemplo, é evento que acontece durante uma tarde inteira, com *workshops*, palestras, desfiles e oficinas sobre saúde, moda, beleza, comportamento e atividades profissionais.

Ainda na área da cidadania, o FJB mantém a “*Consciência Jovem*”, que desenvolve, dentre outras, ações em prol do meio ambiente, como o plantio de árvores e a limpeza de cidades e praias. Também promove a “*Caravana Consciência Jovem*”, como aquela que se realizou no Play Center, em São Paulo, e que

reuniu milhares de integrantes da Força Jovem da capital e do interior do Estado.

No campo da educação, há o “Projeto *Jovem Nota 10*”, que está transformando em realidade o sonho de milhares de jovens de melhorar o seu padrão educacional e, principalmente, ter acesso ao ensino superior.

Para tanto, atuando de forma voluntária, uma equipe integrada por profissionais das mais diversas áreas proporciona aos jovens não apenas cursos pré-vestibulares, mas também cursos de libras, rotinas administrativas, secretariado, informática, artesanato, idiomas, turismo e hotelaria. Em parceria com instituições de ensino superior, são realizados vestibulares sociais coletivos, dos quais somente em 2011 participaram mais de vinte mil pessoas, em dezoito unidades da federação.

Cumprir destacar, ainda, o “Projeto *UP, Unidade de Planejamento*”, que apoia estudantes universitários e profissionais das áreas de Engenharia e de Ciência e Tecnologia e o “Projeto *Cultura*”, de fomento a atividades culturais e de lazer, como teatro, cinema, canto, coral, dança, cursos de teclado, cursos de violão, shows diversos e passeios turísticos.

Em parceria com a Record Entretenimento, o FJB realiza-se o “*Festival Média Metragem*”, que teve sua primeira edição levada a efeito no Teatro Paulo Autran, em São Paulo. Já o “*Fashion Day*” é evento que junta muita animação, muita música e muito *glamour*, com um elogiadíssimo desfile de moda feminina.

No campo esportivo, deve-se destacar o apoio a milhares de atletas, muitos dos quais vêm obtendo expressivos resultados tanto em nível nacional como, até, em nível internacional. O carateca Juarez, a equipe de judô do Rio de Janeiro, a Robervânia, no *kung fu*, as irmãs Tânila e Géssica, no *surfboard*, o boxeador Giovani, esses e muitos outros atletas, que o tempo não me permite citar, são integrantes da FJB que alcançaram prestígio internacional e projetam mundo afora o esporte do nosso País.

Há ainda eventos como a “*Virada Esportiva*”, que reuniu mais de sessenta mil jovens no Parque Ecológico do Tietê, para nove horas ininterruptas de atividades esportivas. Temos eventos como o “*Festival de Artes Marciais*”, cuja primeira edição aconteceu em Valinhos, e a “*Copa Evangélica*”, que reuniu em São Bernardo do Campo representantes da Igreja Universal, da Renascer, da Brasil para Cristo e da Assembleia de Deus.

Essas e muitas outras ações vêm sendo desenvolvidas pela “Força Jovem Brasil”, sempre com a cobertura da VPR, agência de comunicação integrada por voluntários, que faz a cobertura dos eventos e é responsável pela divulgação de todo o trabalho realizado. O seu site www.forcajovembrasil.com.br tem

uma rede social com mais de **90 mil membros**, e alcança cerca de **4 milhões de visualizações por mês**.

A “Força Jovem Brasil” possui ainda uma rádio *online* e uma revista bimestral, a “*Força Jovem Magazine*”, com tiragem de cinquenta mil exemplares e distribuição em nível nacional. Além disso, há um programa de televisão, o “*Força Jovem Brasil*”, que vai ao ar todos os dias, à meia-noite, pela IURD TV.

É todo um trabalho, repito, do mais alto gabarito, digno dos mais entusiasmados aplausos. Mas, em meio a todo ele, destaco uma atividade que vem sendo conduzida com muito empenho, com muita determinação e, acima de tudo, com muito amor, pelos integrantes da “Força Jovem Brasil”. Refiro-me ao Projeto “*Dose Mais Forte*”, por meio do qual uma equipe de voluntários, em sua maioria ex-dependentes químicos, desenvolve atividades de conscientização sobre os malefícios causados pelas drogas.

Eventos que dão ênfase à informação são realizados em escolas, universidades, centros de reabilitação juvenil e, mesmo, junto a comunidades inteiras para alertar as pessoas sobre o assunto. Essas ações são acompanhadas de um trabalho de orientação, assistência religiosa e auxílio às famílias dos jovens viciados. Atenção muito especial, evidentemente, é dada à questão do *crack*.

Pesquisas baseadas no último censo realizado pelo IBGE dão conta de que o número de **usuários de crack no Brasil** já passa de **um milhão e duzentos mil**, e que **a idade média para o início do uso da droga está na faixa dos treze anos**.

As consequências são devastadoras! A começar, é claro, pela saúde do usuário. A intoxicação, a fome, o sono, os danos causados aos pulmões, ao coração, aos ossos e músculos, ao sistema neurológico, todos esses fatores, somados, configuram um processo que em grande parte das situações conduz à morte. E se a morte não vem como decorrência da ação do *crack* sobre o organismo, vem pela violência. Uma violência que se estabelece tanto na relação do usuário com o traficante, como nas práticas que ele acaba adotando para satisfazer o vício.

Violência essa que impacta diretamente a sociedade na forma de furtos, roubos, assaltos, sequestros e assassinatos. E que também impacta a sociedade na forma de prejuízos ao sistema educacional e de dispêndios cada vez maiores com a saúde pública, a assistência e a previdência social. É por isso, que no âmbito do Projeto “*Dose Mais Forte*” estão ganhando força eventos como:

(*) o “*Crack, tire essa pedra do meu caminho*”, que em janeiro de 2011 promoveu passeatas em todo o País;

(*) o “*Driblando o crack*”, que em setembro do mesmo ano reuniu quinhentos mil jovens em estádios brasileiros para assistir a jogos de futebol beneficentes; e

(*) o “*Nocaute ao crack*”, realizado em novembro último, com apresentações de várias modalidades de artes marciais.

Como bem lembrou o Deputado Romário, que na sua condição de ídolo do futebol esteve presente em alguns dos estádios onde se realizou o “*Driblando o crack*”, muitos de seus amigos da comunidade do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, onde ele cresceu, não tiveram a oportunidade de dar um drible definitivo nas drogas.

Eventos como os promovidos pela Força Jovem Brasil mostram que é possível, sim, driblar o vício, comprometer-se com a virtude, com resultados extremamente satisfatórios para os jovens, para seus familiares e para o Brasil.

Portanto, faço questão de declarar a minha admiração e meu reconhecimento a todas as pessoas que vêm atuando no Programa, com especial referência ao **pastor Jean Madeira**, que com tanto entusiasmo e tanta competência coordena as ações da “Força Jovem Brasil”.

Com seu trabalho voluntário, com sua dedicação, com seu amor enorme e sincero pelo ser humano, esses jovens demonstram, dia após dia, que podemos e devemos acreditar em nosso País. Um País que, com a graça de Deus, caminha para ser cada vez mais próspero, cada vez mais venturoso.

A emissão de Voto de Aplauso do Senado da República constitui, neste caso, homenagem mínima que esta Casa pode prestar a essa ação singular, de alta significação nacional, desenvolvida pelo Programa “Força Jovem Brasil”, razão pela qual espero contar com o apoio dos Nobres Pares.

Sala das Sessões, . – Senador **Eduardo Lopes**, Líder do Partido Republicano Brasileiro no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 124, de 10 de julho de 2012**, do Ministro de Estado da Previdência Social, em resposta ao Requerimento nº 336, de 2012, de informações, do Senador Casildo Maldaner.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Sobre a mesa, expediente e ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:

Senhor Presidente,

Requeiro que seja considerada minha presença na sessão deliberativa ordinária do dia 20 de março de 2012, como comprovam as notas taquigráficas da referida sessão. Naquela data, por esquecimento, não registrei meu ponto no painel eletrônico desta Casa, constando então como falta o meu lapso.

Sala das Sessões, 2012. – Senador **Wellington Dias**.

Ofício nº 129/2012-GSLVAN

Brasília, 2 de julho de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a gentileza de sua atenção no sentido de abonar a falta es-

pecificada no ofício nº 584/2012-GBRH/SERH, do dia 17-8-2011, quando eu me encontrava em audiência com o Sr. Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, para tratar de assuntos relacionados à Comissão de Serviços de Infraestrutura, da qual sou Presidente.

Esclareço ainda que, conforme notas taquigráficas anexadas, a minha ausência na votação da PEC nº 11 de 2011 foi justificada oralmente, logo que retornei da audiência no referido Ministério.

Anexo também ao presente as presenças nas reuniões das Comissões de Assuntos Sociais e de Serviços de Infraestrutura, em horário pela manhã, do mesmo dia.

Certa da sua atenção e providência necessárias, agradeço antecipadamente, Senadora **Lúcia Vânia**.

Sessão : Nº 130 - Deliberativa Ordinária - SF em 17/08/2011 às 14:00h.

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Taquigrafia

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Wilson Santiago, do PMDB, em permuta com o Senador Pedro Taques.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria apenas de pedir permissão ao nosso querido Wilson Santiago para que a Mesa dê como lidos pronunciamentos sobre uma polêmica relacionada à cajuína, no Nordeste, sobre a Marcha das Margaridas, que acontece hoje, e sobre um evento que o Piauí realizou agora, por meio do Governo estadual, no Estado de São Paulo. Dou como lido esses pronunciamentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. É rapidinho, é só para registrar meu voto favorável na votação da PEC das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – O pedido de V. Exª será registrado, Senadora.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago.

Horário: 18:48 hs

Rosilene Aparecida Rosa de Souza Machado

Assunto: Brasília: Audiência com o Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão - A Senadora vai acompanhada da Bancada da Comissão de Infraestrutura

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Gabinete do Ministro, 8º andar

Início: qua 17/08/2011 15:00

Fim: qua 17/08/2011 15:30

Recorrência: (nenhuma)

Organizador: Sen. Lúcia Vânia

Segue a lista dos Senadores que confirmaram presença na audiência com o Senhor Ministro Edison Lobão.
Contato:

Lista completa:

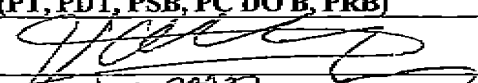
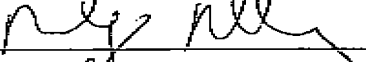
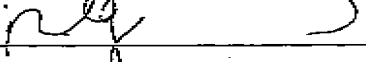
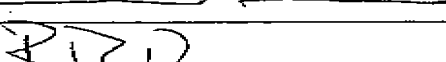
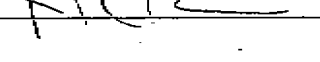
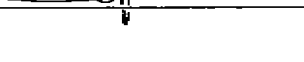
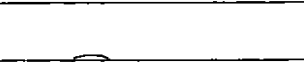
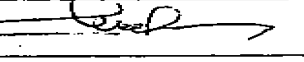
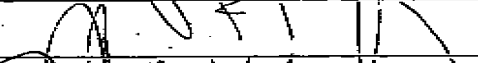
Senadora Lúcia Vânia - Chefe: Gisele Ramal - 2010
Senador Wellington Dias - Chefe: Izabela - Ramal 9054
Senador Reditário Cassol - Sueme - Ramal 6329
Senador Delcídio do Amaral - Genílse - Ramal 2452
Senador Blairo Maggi - Chefe Hamilton Ramal 6166
Senador Acir Gurcacz - Márcia Ramal 3132
Senador Inácio Arruda - Janaina - Ramal 5793
Senador Lobão Filho - Liana Ramal 2314
Senador Flexa Ribeiro - Francisco - Ramal 2345
Senadora Vanesa Grazziotin - Chefe Roberto - Ramal- 6722
Senador Walter Pinheiro - Tânia (Ramal - 6788)
Senador Cyro Miranda - Zezé - Ramal 1962
Senador Waldemir Moka - Ramal 6767
Senador Fernando Collor - Adair - Ramal - 5786
Senador Flexa Ribeiro - Eduarda - Ramal - 2345

Outros Senadores poderão confirmar.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

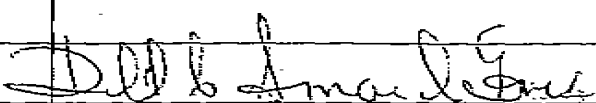
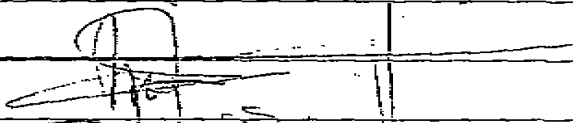
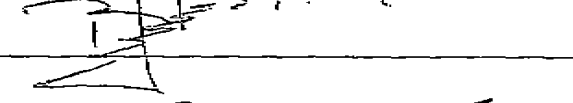
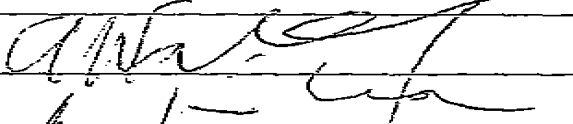
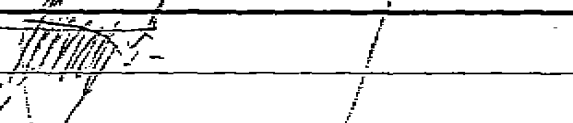
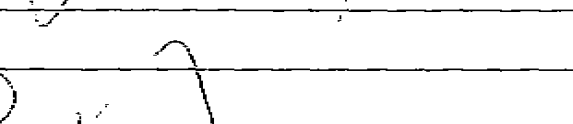
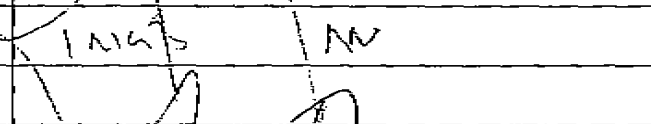
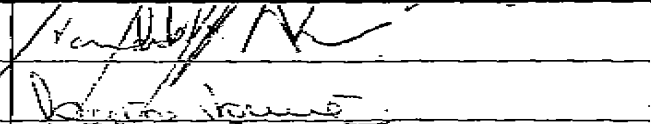
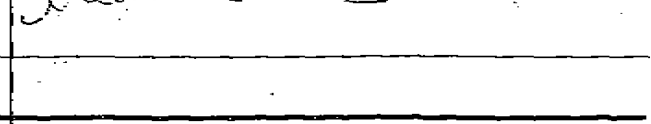
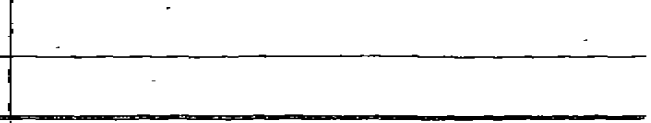
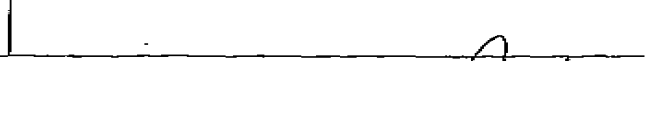
26ª REUNIÃO – CAS (EXTRAORDINÁRIA), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 9 HORAS.

PRESIDÊNCIA: Senador(a) JAYME CAMPOS

SENADORES TITULARES	PARTIDO	ASSINATURA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
PAULO PAIM	PT	
ÂNGELA PORTELA	PT	
HUMBERTO COSTA	PT	
WELLINGTON DIAS	PT	
VICENTINHO ALVES	PR	
JOÃO DURVAL	PDT	
RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	
VANESSA GRAZZIOTIN	PC do B	
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
WALDEMIR MOKA	PMDB	
PAULO DAVIM	PV	
ROMERO JUCÁ	PMDB	
CASILDO MALDANER	PMDB	
RICARDO FERRAÇO	PMDB	
EDUARDO AMORIM	PSC	
ANA AMELIA	PP	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)		
CÍCERO LUCENA	PSDB	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	
VAGO		
JAYME CAMPOS	DEM	
PTB		
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, a realizar-se dia 17 de agosto de 2011, quarta-feira, às 9h30, no Plenário nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

SENADORES TITULARES	PARTIDO	ASSINATURA
Lindbergh Farias	PT	
Delcídio do Amaral	PT	
Jorge Viana	PT	
Walter Pinheiro	PT	
Blairo Maggi	PR	
Acir Gurgacz	PDT	
Antonio Carlos Valadares	PSB	
Inácio Arruda	PC do B	
Valdir Raupp	PMDB	
Waldemir Moka	PMDB	
Lobão Filho	PMDB	
Vital do Rêgo	PMDB	
Ricardo Ferraço	PMDB	
Eduardo Braga	PMDB	
Ciro Nogueira	PP	
Francisco Dornelles	PP	
Fleza Ribeiro	PSDB	
Lúcia Vânia	PSDB	
Cyro Miranda	PSDB	
Demóstenes Torres	DEM	
Fernando Collor	PTB	
Mozarildo Cavalcanti	PTB	
	PSOL	

OFGSVR Nº 00916/2012

Brasília, 12 de julho de 2012

Senhor Presidente,

Cumprimentado-o com cordialidade e conforme o **Ofício nº 643/2012 – GBRH/SERH**, que informa sobre o desconto a ser procedido em minha folha de pagamento no valor de R\$ 8.907,71 (oito mil e novecentos e sete reais e setenta e um centavos), devido a faltas ou não comparecimento às sessões deliberativas não justificadas, venho apresentar **razões de justificativa** quanto as ausências constatadas, em observância ao quadro elaborado pelo Serviço de Casdastro Parlamentar, nos termos a seguir expostos:

De início, relativamente à ausência verificada no dia 22 de março do corrente ano, informo-lhe que compareci a sessão deliberativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, em sua 12ª reunião ordinária, como se vê pela ata de comparecimento anexa, expedida pela Secretaria de Comissões (**doc. 01**) e na 6ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI (**doc. 02**), bem como, proferi discurso (**doc. 03**) na tribuna do plenário no decorrer da Sessão Deliberativa, o que demonstra a minha efetiva presença, implicando, por consequência, na manutenção da respectiva remuneração.

Do mesmo modo, quanto à ausência lançada no dia 14/12/2011, compareci a sessão deliberativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ na referida data, em sua 66ª reunião ordinária, nos termos da ata de presença anexa (**doc. 04**), o que comprova a minha efetiva presença e participação na sessão, implicando, por conseguinte, na manutenção da remuneração correspondente.

No dia 04 de abril do corrente ano tanto estive presente na Sessão Deliberativa, como fiz um pronunciamento demonstrando a minha preocupação com a queda da participação da indústria nacional da riqueza produzida no país (**doc.05**).

Relativamente ao dia 05/12/2011, foi o único dia em que não compareci ao Senado Federal, por compromissos anteriormente agendados fora de Brasília, sendo preciso considerar que tal data se trata de uma segunda-feira, dia em que as sessões não são deliberativas, mas que neste dia tornou-se deliberativa tão somente para contagem de prazo, sem tenha havido sequer votação nessa data.

Nos demais dias lançados como ausência às sessões deliberativas, esclareço que efetivamente compareci às atividades no Senado Federal; porém, devido ao acúmulo das atividades legislativas, reuniões no gabinete e, ainda, o exercício da Presidência Nacional do PMDB, passou despercebido o registro da minha presença nas respectivas sessões.

Por fim, é preciso sobrelevar, com o devido respeito e com os olhos voltados no princípio da razoabilidade, o meu caso concreto, que sou um parlamentar assíduo e com ativa participação nos trabalhos da Casa. Aliado a isso, importa ressaltar que os valores pretendidos à devolução, relativos ao ano de 2011, já foram devidamente lançados no Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF do exercício de 2012, contando com o pagamento do imposto incidido na espécie. A esse respeito, penso que o pretendido desconto, requerido com mais de um ano após a ocorrência do suposto “fato gerador”, representa, de certo modo, uma violação ao princípio da segurança jurídica que, em linhas gerais, privilegia a manutenção das relações jurídicas, a fim de se manter estáveis as relações amparadas pela boa-fé.

Com base nessas justificativas, solicito que as supostas faltas/ausências sejam abonadas, deixando de se realizar qualquer desconto em minha folha de pagamento, como de direito.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,



Senador VALDIR RAUPP
PMDB/RO

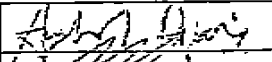
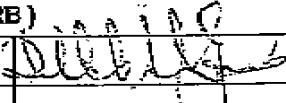
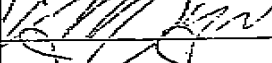
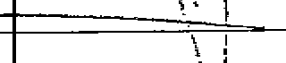
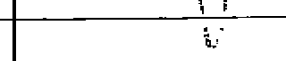
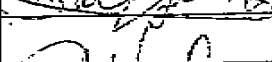
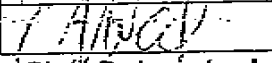
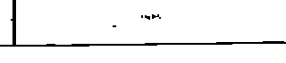
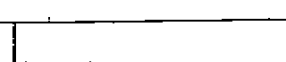
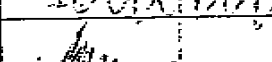
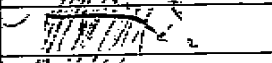
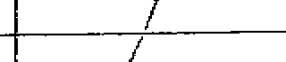
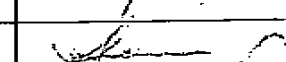
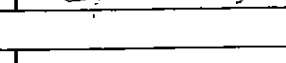
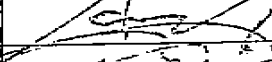
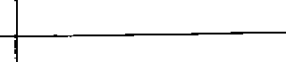
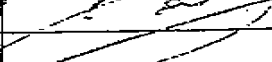
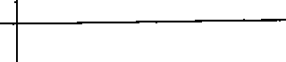
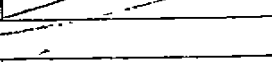
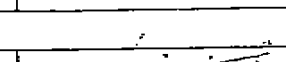
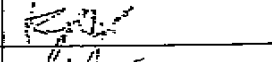
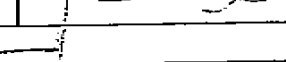
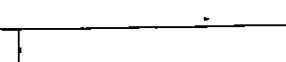
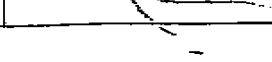
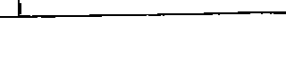
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 12ª Reunião, Ordinária

Data: 22 de março de 2012 (quinta-feira), às 10h.

Local: Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz (PT)		1. Delcídio do Amaral (PT)	
Eduardo Suplicy (PT)		2. Jorge Viana (PT)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)		3. Lindbergh Farias (PT)	
Sérgio Souza (PMDB)		4. Eduardo Lopes (PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)		5. Pedro Taques (PDT)	
Antônio Carlos Valadares (PSB)		6. João Capiberibe (PSB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)			
Jarbas Vasconcelos (PMDB)		1. Lobão Filho (PMDB)	
Luiz Henrique (PMDB)		2. Romero Jucá (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)		3. Ana Amélia (PP)	
Vital do Rêgo (PMDB)		4. Roberto Requião (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)		5. Ricardo Ferraço (PMDB)	
Francisco Domelles (PP)		6. Lauro Antonio (PR)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)		1. Aécio Neves (PSDB)	
Paulo Bauer (PSDB)		2. Cyro Miranda (PSDB)	
José Agripino (DEM)		3. Clovis Fecury (DEM)	
PTB			
Fernando Collor		1. Mozerildo Cavalcanti	
Gim Argello		2. Inácio Arruda (PC DO B)	
PR			
Blairo Maggi		1. João Ribeiro	
PSOL			
Randolfe Rodrigues		1. VAGO	

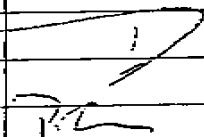
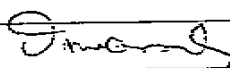
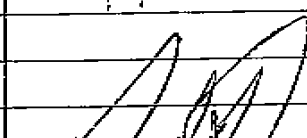
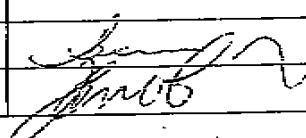
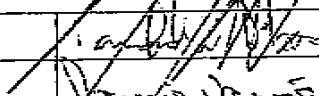
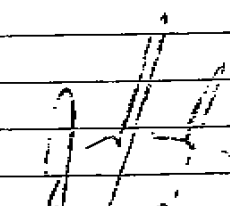
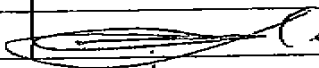
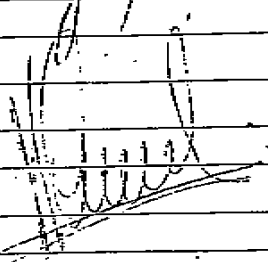
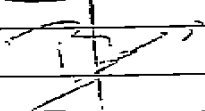
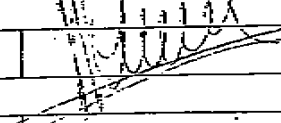
SECRETARIA DE COMISSOES

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária

Data: 22 de março de 2012 (quinta-feira), às 09h.

Local: Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Lindbergh Farias (PT)		1. Humberto Costa (PT)	
Delcídio do Amaral (PT)		2. José Pimentel (PT)	
Jorge Viana (PT)		3. Wellington Dias (PT)	
Walter Pinheiro (PT)		4. Eduardo Lopes (PRB)	
Adir Gurgacz (PDT)		5. Pedro Taques (PDT)	
João Capiberibe (PSB)		6. Rodrigo Rollemberg (PSB)	
Inácio Arruda (PC DO B)		7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)			
Valdir Raupp (PMDB)		1. Romero Jucá (PMDB)	
Waldemir Moka (PMDB)		2. Sérgio Souza (PMDB)	
Lobão Filho (PMDB)		3. Roberto Requião (PMDB)	
Vital do Rêgo (PMDB)		4. João Alberto Souza (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)		5. Clésio Andrade (PMDB)	
Eduardo Braga (PMDB)		6. Casildo Maldaner (PMDB)	
Ciro Nogueira (PP)		7. Lauro Antonio (PR)	
Francisco Domelles (PP)		8. Ivo Cassol (PP)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)			
Flexa Ribeiro (PSDB)		1. Aécio Neves (PSDB)	
Lúcia Vânia (PSDB)		2. Aloysio Nunes Fereira (PSDB)	
Cyro Miranda (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)		
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)		
PTB			
Fernando Collor		1. Armando Monteiro	
Mozarildo Cavalcanti		2. João Vicente Claudino	
PR			
Blaíro Maggi		1. Vicentinho Alves	
PSOL			
VAGO		1. VAGO	

Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 10. O regulamento de cada Agência disciplinará a substituição dos Conselheiros e Diretores em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares ou ainda no período de vacância que anteceder a nomeação de novo Conselheiro ou Diretor.

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Seção V

Da Estrutura Organizacional das Agências

(...)

Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

(...)

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

(...)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

(...)

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

(...)

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

(...)

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

(...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias. É um tema crucial este. A instituição precisa ter posições a respeito dessa matéria para que se consiga o equilíbrio entre os Poderes.

O próximo orador inscrito é o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Ana Amélia, do Estado do Rio Grande do Sul, Srªs e Srs. Senadores, eu queria, antes de iniciar a minha fala, cumprimentar e agradecer a presença do Deputado Júnior Coimbra do Estado do Tocantins, que é o Presidente do meu Partido, o PMDB, no Estado do Tocantins. E, já que vou fazer um pronunciamento sobre o aniversário do PMDB, queria cumprimentar, em nome do Deputado Federal Júnior Coimbra, do Estado do Tocantins, e do Senador Pedro Simon, nosso grande líder histórico, todos os peemedebistas do Congresso e do Brasil.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro completa, no próximo dia 24 de março, 46 anos de sua fundação.

Trata-se, é certo, de um marco importante na história da agremiação política que por mais tempo atuou ao longo de todo o período da República brasileira. De uma agremiação política que, como nenhuma outra, resume, na sua, a história da própria luta democrática travada contra a ditadura imposta pelo Golpe de 1964. A luta contra a extensa noite do arbítrio que, por 21 longos anos, adiou os sonhos e as aspirações de liberdade de toda uma Nação.

As marcas deixadas por essa epopéia estão profundamente gravadas na alma emedebista, e não foram poucos os nossos correligionários que vieram a pagar pesado preço pela oposição que fazia o Partido a um regime que a queria apenas formal, decorativa e subserviente.

Pagaram esse preço, por exemplo, os Deputados Márcio Moreira Alves e Alencar Furtado, por ousarem exercer com dignidade o mandato popular que lhes conferiu a inequívoca vontade do eleitor, atestada nas urnas. E como eles, inúmeros outros membros da verdadeira frente de resistência democrática caracterizou, na época, o MDB. Pagou, também, esse preço nosso eterno Presidente, o Deputado Ulysses Guimarães – cuja intrepidez será sempre recordada pelo modo altivo com que enfrentava os agentes da repressão, fossem eles ocupantes de posições ministeriais, fossem eles os cães que, por vezes, usavam, sem qualquer sucesso, para tentar intimidá-lo.

Pagou esse preço, ainda, o Senador Teotônio Vilela, um companheiro cuja exemplar integridade não pôde tolerar o arranjo situacionista que, por algum tempo tentou fazer funcionar em benefício de sua Alagoas natal. Coube a Teotônio Vilela demonstrar aos homens de bem que seu lugar era, de direito, na trincheira democrática. E foi ele o primeiro, por assim dizer, a escolher o certo em vez do conveniente, o risco em vez do cálculo, e a tomar assento definitivo no carro daquele movimento que, maturado na forma de uma Aliança Democrática, iria mais tarde determinar o próprio futuro do Brasil.

Por último, pagou esse preço – junto, talvez, com o da própria vida! – o peemedebista símbolo do espírito de coragem sem bravata, de conciliação sem entrega e de verdadeiro engenho político característico de nosso Partido, o Presidente Tancredo Neves. É sua candidatura o evento que articula o fim do período de exceção – num processo vitorioso de transição democrática cujo arremate e execução couberam àquele que hoje preside esta Casa, o Senador José Sarney, a quem por isso reverencio, cumprimento e saúdo.

Mas, certamente, valeu a pena, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Todo esse esforço, toda essa doação cívica foi o que permitiu ao nosso Partido deflagrar, em conjunto com todas as forças vivas de nossa sociedade, o processo de reencontro do Brasil com sua alma democrática.

Foi esse o fundamento que permitiu a negociação do projeto de anistia, passo decisivo para a pacificação nacional. Foi essa, também, a base – ancorada no maior movimento popular de toda a nossa história, a campanha das Diretas Já – que propiciou uma transição para a democracia exemplar e única em todo o mundo, coroada pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte e pela retomada das plenas garantias democráticas.

Foi um desafio para gigantes, mas eles de fato nunca faltaram no PMDB! Mesmo quando a hora era mais incerta. Mesmo quando riscos de toda sorte se multiplicavam, ameaçando a própria instituição partidária e os frágeis avanços a tão alto custo conquistados.

Por esse motivo, peemedebistas como Orestes Quércia, Franco Montoro, Dante de Oliveira e José Richa estarão para sempre inscritos na memória dos brasileiros, como inspiradores e alimentadores da transição do autoritarismo para a liberdade. E, além deles, nomes como os de Fernando Henrique Cardoso, Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, Paes de Andrade e tantos outros – que continuam contribuindo vigorosamente para que o processo de aperfeiçoamento democrático cada vez mais avance, para bem do Brasil e dos brasileiros.

Não poderia deixar de me referir, por fim, aos grandes nomes que abrihantaram o quadro de líderes do PMDB, nos Estados e nas regiões do Brasil.

A todos eles, Senador Sérgio Souza, do querido Estado do Paraná, homenagem na figura de um valeroso companheiro de lutas que encontrei no Estado de Rondônia, o meu Estado, unidade federativa que tenho a honra e o orgulho de representar, nesta Casa. Refiro-me, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Jerônimo Santana, Governador do Estado de 1987 a 1991, liderança com quem colaborei, tanto na condição de Prefeito de Rolim de Moura, quanto na de Diretor-Geral do DER estadual. Foi ele, de fato, digna encarnação rondoniense das mais nobres tradições do PMDB e um homem público que neste espaço faço questão de enaltecer e honrar.

Sr^a Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB tem história, mas o PMDB também tem um presente dinâmico e bem-sucedido! Prova disso é, quando nada, o número de seus afiliados que em outubro último ultrapassava a casa dos dois milhões e quatrocentas mil pessoas. Ou, também, a sua imensa capilaridade,

traduzida na forma de diretórios instalados em todo o Brasil. São 5.172 diretórios municipais; 1.175 Prefeitos, que administram prefeituras em todo o Brasil – eleitos pela legenda –, com o apoio de quase 8.500 vereadores. Ou, ainda, sua força nos Estados brasileiros: cinco Governadores, seis Vice-Governadores a partir de uma base própria dos quais governa a partir de uma base própria de 150 Deputados Estaduais, aproximadamente. Ou, por fim, a robusta expressividade do Partido no âmbito federal, do que são exemplo as suas bancadas compostas por cerca de 80 Deputados Federais e 21 Senadores, e o mandato da Vice-Presidência da República, prestigiosa função ocupada pelo Presidente, licenciado de nossa Comissão Executiva Nacional, o Presidente Michel Temer.

Por isso, me congratulo com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, pelo transcurso dos 46 anos de sua fundação – e vejo aqui no Plenário um de seus fundadores, Senador Pedro Simon. Um partido político que protagonizou uma das mais bem-sucedidas transições democráticas de que se tem notícia. Um partido que, além disso, soube – no âmbito da disputa democrática – se manter grande no propósito de bem servir ao Brasil. Um partido que é “o partido do Brasil” e a agremiação que mais tem representado, nos últimos 20 anos, o fiel da balança da governabilidade, o ponto certo de equilíbrio dos interesses nacionais e, por isso, o fiel retrato político do povo brasileiro.

Era essa a homenagem, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, que eu queria fazer neste momento ao meu Partido, cuja presidência nacional tenho a honra de presidir nesse momento.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Valdir Raupp, a Mesa endossa as deferências e homenagens ao PMDB, um partido que tem contribuído muito não só para a redemocratização, mas para a construção de uma história verdadeiramente democrática em nosso País.

Cumprimentos pelo pronunciamento, e a Mesa endossa as homenagens.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Como líder do PP... Filho de Dadá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, senhor. Está aqui inscrito o Senador Magno Malta. Eu ia chamá-lo pela liderança do PR.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia; Sr^{as} e Srs. Senadores; aqueles que nos veem e nos ouvem pelos meios de comunicação desta

Casa, como a Rádio Senado e a TV Senado, eu gostaria de fazer um registro muito importante.

Achei que a pessoa que estava no Cafezinho fosse entrar aqui junto comigo. Eu estava no Cafezinho com duas pessoas muito importantes. Se alguém puder chamá-las para mim, eu agradeço.

Filho é dádiva de Deus. Criar filho é um privilégio. Tenho três lindas filhas, minha Presidente: Magda, Magna Karla e Jaslini, que é filha do coração. Sou pai adotivo. Depois de conhecer Deus, o maior de todos os privilégios é adotar. Essas crianças têm 30% a mais de açúcar do que qualquer outra criança. Quem adota pensando que fez o bem a uma criança se engana redondamente. Aqueles que adotam descobrem que a criança faz um grande bem a eles. As pessoas que adotaram, Senador Jorge Viana, são exatamente aquelas que descobriram que o coração tem útero. A adoção é a única chance que um homem tem de dar à luz.

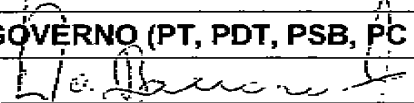
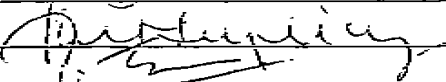
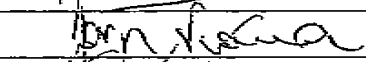
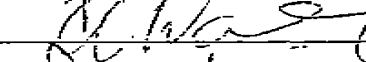
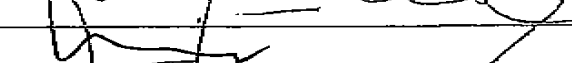
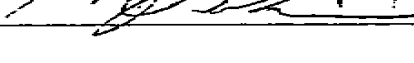
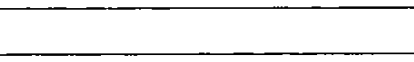
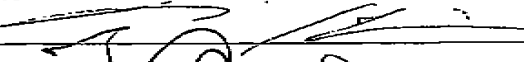
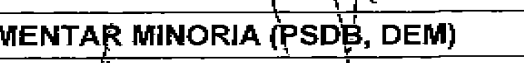
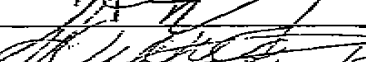
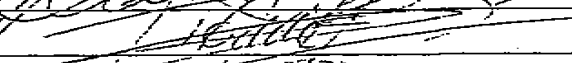
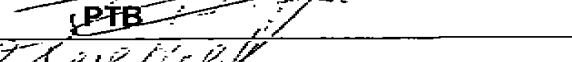
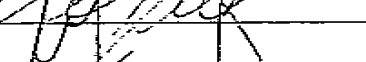
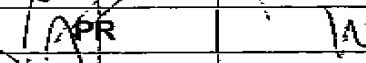
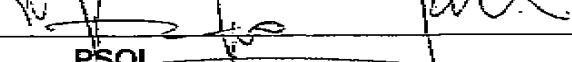
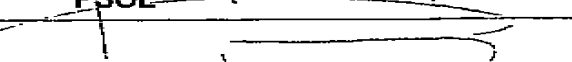
Está ali minha filha Magda, minha filha mais velha, a primogênita. Ela está sentada de frente para mim. É a minha primeira filha, de quem tenho muito orgulho por toda uma história de vida. Tive a oportunidade de lavar fralda, de ensinar a dar os primeiros passos, de ensinar a comer. Ela andava muito comigo. Ela aprendeu a falar muito cedo, com sete meses. Com um ano, ela ainda não tinha dentes, mas o seu vocabulário era completo. Eu podia conversar com uma criança de um ano, que assustava as pessoas aonde chegava, pois, sem ter um dente, falava tudo. E cresceu uma filha maravilhosa, amando a Deus. É o legado que posso deixar, no máximo, porque empreendemos a nossa vida de maneira a ajudar os outros. Ensinei à minha filha a amar a Deus e lhe dei estudo. Ela é absolutamente dedicada e inteligente e, ao longo da sua vida, já na vida adulta, tem se colocado à disposição de uma causa que a senhora gosta tanto também, que é a causa da recuperação dos drogados.

Quando Magda nasceu, já havia drogados em minha casa, e ela vivia, pequenininha, nos braços dos drogados. Hoje, ela é uma das obreiras da instituição. Toda quarta-feira, é ela que faz, na nossa instituição, a reunião de tratamento de caráter, que chamamos de cura interior. Hoje, tem 27 anos de idade a minha primogênita, de quem tenho muito orgulho, muito orgulho mesmo.

Abraçando minha filha, relembro a dor dessas famílias que têm filhos drogados, mas, abraçando minha filha, quero lembrar a essas pessoas que há esperança, que há saída, sim, e que basta tão somente confiar. Abraçando minha filha, quero estimular as pessoas neste País que nos ouvem a dedicar a vida em favor de outras pessoas, a abrir a porta da casa, a dividir o pão, a dividir o colchão de casa. Esse é o mais

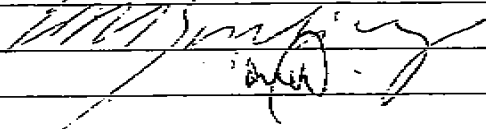
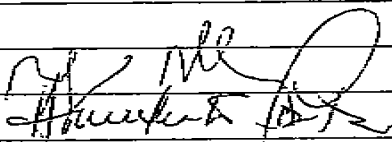
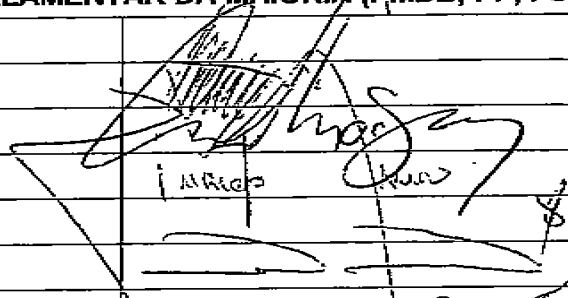
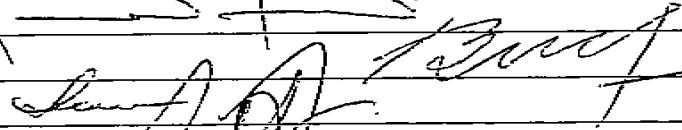
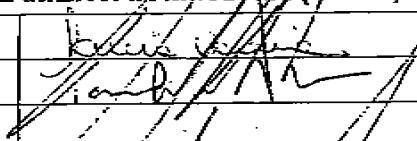
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA-CCJ

66ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, a realizar-se em 14 de dezembro de 2011, quarta-feira, às 10:00 horas, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II - Senado Federal.

PRESIDENTE :	
SENADORES TITULARES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	
MARTA SUPPLY	
PEDRO TAQUES	
JORGE VIANA	
ANTONIO CARLOS VALADARES	
INÁCIO ARRUDA	
MARCELO CRIVELLA	
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	
PEDRO SIMON	
ROMERO JUCÁ	
VITAL DO RÊGO	
RENAN CALHEIROS	
LUIZ HENRIQUE	
FRANCISCO DORNELLES	
SÉRGIO PETECÃO	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	
ALOYSIO NUNES FERREIRA	
ALVARO DIAS	
DEMÓSTENES TORRES	
(PTB)	
ARMANDO MONTEIRO	
GIM ARGELLO	
(PR)	
MAGNO MALTA	
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA-CCJ

66ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, a realizar-se em 14 de dezembro de 2011, quarta-feira, às 10:00 horas, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II - Senado Federal.

COSTA, Anexo II - Senado Federal	
PRESIDENTE :	
SENADORES SUPLENTEs	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
EDUARDO SUPlicy	
ANA RITA	
ANÍBAL DINIZ	
ACIR GURGACZ	
LINDBERGH FARIAS	
RODRIGO ROLLEMBERG	
HUMBERTO COSTA	
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV)	
ROBERTO REQUIÃO	
VALDIR RAUPP	
EDUARDO BRAGA	
RICARDO FERRAÇO	
LOBÃO FILHO	
WALDEMIR MOKA	
BENEDITO DE LIRA	
LAURO ANTONIO	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
LÚCIA VÂNIA	
FLEXA RIBEIRO	
CÍCERO LUCENA	
JOSÉ AGRIPINO	
	
CIRO NOGUEIRA	
MOZARILDO CAVALCANTI	
	PTB
	PR
CLÉSIO ANDRADE	PSOL
MARINOR BRITO	

Pronunciamentos
Texto Integral

Autor	Valdir Raupp (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /RO)
Data	04/04/2012
Casa	Senado Federal
Tipo	Pronunciamento

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, se fosse possível, eu precisaria de um pouquinho mais do que cinco minutos para finalizar meu pronunciamento.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos últimos meses, vários Senadores e várias Senadoras vêm manifestando, da tribuna, uma legítima preocupação com os rumos da nossa indústria. Recordo-me, por exemplo, dos pronunciamentos dos nobres colegas Paulo Paim, Cyro Miranda, Ana Amélia, que neste momento preside a sessão, e Walter Pinheiro, entre muitos outros parlamentares no Senado e na Câmara dos Deputados que se mostraram e se mostram aflitos com a crescente desindustrialização do nosso País. Eu mesmo já expus alguns receios sobre esse assunto em mais de uma oportunidade, alertando para os perigos de não se tomarem atitudes firmes diante da crescente competitividade dos produtos oriundos dos demais países emergentes, sobretudo a China, cuja agressividade comercial é cada vez maior.

A bem da verdade, essa é uma preocupação que, hoje, toma conta não apenas dos parlamentares, não apenas da imprensa, não apenas dos empresários e industriais, mas de todos os cidadãos do País.

De fato, a queda gradual da participação da indústria na formação das riquezas nacionais é um processo que, em nosso País, já se verifica há, pelo menos, duas décadas. O que chama a atenção, no presente, é a intensificação desse processo, o consenso de que ele precisa ser revertido e, principalmente, a necessidade de se adotarem ações urgentes para reverter essa perigosa tendência.

Dessa forma, considero da maior importância que o Senado Federal contribua para esse debate, discutindo as causas da desindustrialização nacional e apresentando propostas para a interrupção e a reversão desse processo.

Foi com essa intenção, Srª Presidente, que apresentei requerimento para a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater a desindustrialização nacional. O requerimento já foi aprovado em ambas as Comissões, e nele propus que se convidassem, para a audiência, os Srs. Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Antônio Delfim Netto, economista; Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Artur Henrique, Presidente da Central Única dos Trabalhadores; Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; e Paulo Bellini, Presidente do Grupo Marcopolo. O mesmo requerimento foi apresentado pelo Senador Moka, na CAS.

Acredito, Srª Presidente, que, reunindo autoridades representativas do Poder Público, da classe industrial e da classe trabalhadora, teremos uma excelente oportunidade de discutir as causas da desindustrialização e de, a partir daí, alinhar algumas estratégias que nos permitam abandonar essa posição extremamente desconfortável. Teremos a oportunidade de discutir, por exemplo, a eficácia das diversas medidas que o Governo Federal vem adotando para combater esse processo, especialmente diante da complexidade do quadro econômico atual, que mescla aspectos positivos e aspectos negativos.

Ontem mesmo, a Presidente Dilma, com um conjunto de Ministros da área econômica, lançou um pacote, visando a melhorar essa situação. Tenho a certeza de que os R\$19 bilhões colocados no BNDES para empréstimo às empresas e as desonerações de IPI de vários produtos poderão amenizar essa situação.

De fato, embora tenhamos ultrapassado o Reino Unido e assumido o posto de sexta economia do mundo, alguns dos nossos indicadores não deixam de ser preocupantes. Crescemos apenas 2,7% em 2011, menos do que a China, com 9% de crescimento; a

Índia, com 7% de crescimento; e a Rússia, com 3,5% de crescimento. E, entre os setores da nossa economia, a indústria, mais uma vez, foi o que registrou o menor crescimento, 1,6%, enquanto o setor agropecuário cresceu 3,9%, e o setor de serviços, 2,7%.

O Governo Federal tem dado mostras de que a questão industrial é uma das prioridades no momento.

Medidas recentes para controlar a valorização do real diante do dólar e as sucessivas reduções da taxa Selic, que deve alcançar o patamar de 9% em futuro próximo, são indicações claras de que o Governo está tentando criar condições favoráveis à recuperação da indústria brasileira, que investiu pouquíssimo no segundo semestre do ano passado.

Tais ações vêm sendo reforçadas por declarações do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que afirmou, em audiência pública no Senado, há alguns dias, que o Governo não abandonará a indústria e que prevê um crescimento de 4,5% para a economia brasileira em 2012. Compartilhamos, é claro, o otimismo do Ministro Mantega, mas não podemos deixar de perceber que as causas profundas da desindustrialização não vêm sendo combatidas com a devida firmeza.

Afinal, um real supervalorizado e uma taxa de juros alta não são os únicos, nem os principais obstáculos que a indústria brasileira tem enfrentado. A competitividade da indústria brasileira continuará seriamente comprometida enquanto impusemos ao setor produtivo uma das maiores cargas tributárias do Planeta, enquanto dificultamos a criação de novas empresas e a formalização de novos negócios, enquanto não formarmos, educarmos e reciclarmos adequadamente nossos trabalhadores e, principalmente, enquanto não eliminarmos os inúmeros gargalos da nossa infraestrutura na energia, no transporte, na tecnologia.

Pergunto-me também se as recentes medidas protecionistas adotadas pelo Governo Federal, como as restrições impostas à importação de automóveis fabricados no México, não apontariam o surgimento de uma tendência perigosa na nossa política de comércio exterior. Nós, que, por muitos anos, criticamos o protecionismo praticado por norte-americanos e europeus em relação aos nossos produtos, agora nos valem de práticas semelhantes, justamente quando deveríamos adotar uma postura mais voltada para a integração regional, para a valorização do Mercosul, para o estímulo ao comércio intracontinental. Enquanto os países da Europa, da Ásia e da América do Norte intensificam cada vez mais as transações comerciais intrarregionais, a América Latina segue na direção contrária. Estamos criando mais e mais empecilhos para o comércio com nossos vizinhos, e, no meu entendimento, essa é uma estratégia ruim no longo prazo, por mais benefícios que ela possa trazer no curto prazo.

Em suma, Sr^a Presidente, são questionamentos dessa natureza que eu gostaria de ver debatidos na audiência pública conjunta da CAE e da CAS que realizaremos no Senado. Tenho a certeza de que boas ideias e boas soluções surgirão desse encontro.

Nos mais de quinhentos anos da nossa história, nunca estivemos tão próximos da condição de país plenamente desenvolvido. O que nos impede de dar os últimos passos nesse caminho é justamente o fato de que não estamos explorando o potencial da indústria nacional. E um País com as dimensões do Brasil só alcançará o pleno desenvolvimento ancorado em uma indústria forte e competitiva. É nisso que temos de trabalhar no presente. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir para falar para uma comunicação inadiável; agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti, se puder fazer a gentileza de permitir que eu fale primeiro, em razão de ter falecido um meio irmão por parte de mãe, Anésio de Lara Campos Júnior, e eu precisaria pegar o avião das três horas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Meus sentimentos, os sentimentos desta Presidência a V. Exa., a todos os seus familiares, Senador Eduardo Suplicy.

Com a concordância do Senador Mozarildo Cavalcanti, eu convido, então, para uma comunicação inadiável, o Senador Eduardo Suplicy, pelo prazo regimental de cinco minutos.

Depois, nós voltamos a restabelecer a ordem: o Senador Mozarildo Cavalcanti como primeiro orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Alvaro Dias, eu gostaria de aqui assinalar algumas reflexões sobre a importante decisão do Copom.

Pois, por decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, baixou medida segunda a qual a taxa básica, em nível inédito, diminuiu para 8% ao ano. É o menor patamar da história do Comitê, criado em 1996.

Assim, como na reunião de maio, houve consenso entre os diretores do Banco Central, que formam o Colegiado do Copom. A reunião foi a mais longa desde agosto de 2011, quando começou o ciclo de afrouxamento monetário, e durou mais de três horas e meia.

Na Nota à Imprensa divulgada após a reunião, afirma o Copom:

O Copom considera que, neste momento, permanecem limitados os riscos para a trajetória da inflação. O comitê nota ainda que, até agora, dada a fragilidade da economia global, a contribuição do setor externo tem sido desinflacionária. Diante disso, dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 8% ao ano, sem viés.

A inflação em queda, a piora de indicadores da indústria e do comércio, o incerto cenário mundial, que também é de desaceleração, explicam a decisão do comitê. Deliberação que avalio como correta e em sintonia com as recentes decisões da Presidenta Dilma Rousseff de dirimir os efeitos da crise econômica internacional por meio de ações que estimulem o consumo e o investimento na economia brasileira.

Todos sabemos, pela teoria econômica, que a taxa de juros tem um efeito bastante importante sobre o nível de investimentos na economia. É claro que estamos falando da taxa de juros em termos reais, descontada a inflação. Quando as taxas de juros em termos reais diminuem, há um estímulo para que os investidores possam realizar investimentos, ou seja, a compra de equipamentos, máquinas que possam ampliar a capacidade instalada das empresas. Mas, obviamente, aí depende muito das expectativas de maior crescimento da demanda agregada pelos bens e serviços que estejam sendo percebidos pelo conjunto dos investidores. Mas, certamente, a queda na taxa de juros tem esse efeito.

No entanto, é importante sublinhar que essa trajetória da política monetária ainda encontra resistências para chegar ao mercado, pois, após várias reduções da Selic, as taxas de juros das operações de crédito ao consumidor subiram em junho, como mostra levantamento divulgado nesta quinta-feira pela Anefac (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), conforme notícia a Folha Online.

A taxa de juros média geral da pessoa física apresentou uma elevação, passando de 6,18% ao mês em maio para 6,20% ao mês em junho. Segundo o estudo, os motivos apontados para a alta estão na piora do cenário econômico por conta da crise na Europa, na expectativa de menor crescimento econômico no Brasil e no aumento nos índices de inadimplência. Das seis linhas de crédito para pessoa física pesquisadas, três foram elevadas, uma apresentou estabilidade (cartão de crédito rotativo) e duas foram reduzidas (cheque especial e CDC-bancos financiamento de automóveis).

As modalidades que apresentaram altas foram juros do comércio, empréstimo pessoal nos bancos e empréstimo pessoal nas financeiras.

A taxa de juros média geral para pessoa jurídica, que é relevante do ponto de vista das expectativas de investimentos, apresentou um pequeno incremento 0,05% ao mês.

Congratulo-me com a decisão do Copom, os juros devem continuar caindo para que possamos retomar o crescimento da economia. Por outro lado, creio que os consumidores devem ficar cada vez mais atentos

e cobrarem das instituições de crédito o declínio das taxas cobradas aos consumidores, caso contrário não será a grande maioria da população que ganhará com a baixa da Selic.

Assim, Sr. Presidente, considero importante essa decisão na direção correta para melhorar o cenário econômico brasileiro e é necessário assinalar que as taxas de inflação estão em nível baixo, que as taxas de desemprego estão no menor nível há muitos anos alcançadas e esses são dados bastante positivos. Esperemos que, agora, haja uma elevação dos investimentos e da atividade econômica.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sérgio Souza, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, antes de iniciar o assunto que me traz a esta tribuna, hoje, que é a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da qual sou Presidente, quero, aqui, fazer um esclarecimento, Senador Sérgio, sobre a votação de ontem da Medida Provisória nº 568, que tratava da remuneração de uma série de categorias do serviço público, e que, infelizmente, no caso dos médicos, fazia uma distorção, porque aumentava a carga horária e mantinha o salário, isto é, diminuía-o. Conseguimos corrigir isso, porque seria uma tremenda injustiça para com os colegas médicos.

Mas outra parte que gostaríamos de ter visto incluída na Medida Provisória, que era a correção, o reajuste salarial dos policiais militares e civis do Estado de Roraima, não pôde ser contemplada. Conversamos sobre isso com o Líder do Governo, Eduardo Braga, e vamos encontrar um caminho, negociando, inclusive, com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que possamos dar uma solução a isso. Faz tempo que os nossos funcionários, de um modo geral, do ex-território, que pertencem a um quadro em extinção, principalmente os policiais militares e os civis, estão sendo tratados como se extintos já fossem, isto é, não têm progressão funcional e não têm equiparação.

Quero anexar, aqui, Senador Sérgio, e deixar registrado tanto o meu posicionamento quanto o da Senadora Angela Portela, para que, amanhã, não haja distorção quanto ao posicionamento que tomamos. Ficamos favoráveis a que se fosse incluído o aumento dos militares, mas, infelizmente, por acordo de liderança e por uma questão de lógica regimental, não foi possível acatar. Mas vamos continuar a luta e vamos conseguir que isso realmente seja resolvido.

Agora, Senador Sérgio, é importante ressaltar que a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da qual, como disse, sou Presidente, é

um foro permanente, inserido na estrutura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e tem a missão de debater constantemente os problemas da Amazônia e da faixa de fronteira brasileiras. Imagine, aqui, só para fazer um esclarecimento aos que nos assistem pela TV Senado ou nos ouvem pela Rádio Senado, se somarmos a área da Amazônia mais a faixa de fronteira que está fora da Amazônia e que vai até o Rio Grande do Sul, teremos uma área que corresponde a dois terços do território nacional.

No entanto, essa área é colocada no fim da fila no que tange ao desenvolvimento, seja na infraestrutura, seja na saúde, seja na educação, em todos os aspectos, e até mesmo no que tange à defesa.

Por isso, na nossa Comissão, fizemos um trabalho bastante longo, que consumiu praticamente um ano e meio. E nós fizemos 20 reuniões, sendo 11 reuniões para realização de audiências públicas, organizadas em seis ciclos: Fronteira e Segurança Nacional, que foi realizada em três audiências; Desenvolvimento Econômico e Social, realizado em três audiências; Infraestrutura, realizada em duas audiências; Plano Estratégico, realizado em uma audiência, e a Questão Indígena e Fundiária, realizada em uma audiência. E, importante, o sexto item foi: Relações Internacionais com os Países da Faixa de Fronteira.

Vejam bem, sabemos que o narcotráfico é alimentado com drogas que vêm de países vizinhos. E o que fazemos do lado brasileiro é só o combate ao narcotráfico: o combate, a apreensão de drogas que mobiliza a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e até as Forças Armadas. Mas nós não temos um diálogo adequado com os nossos vizinhos, cujos países são tidos como produtores, no sentido de fazer um trabalho conjunto para, portanto, coibir a produção dessas drogas.

Por lá também entram as armas que armam o crime organizado dos narcotraficantes no Rio, em São Paulo, em tantos lugares do Brasil. Então, é importante que a gente tenha, de fato, a condição de evitar que isso aconteça. Mas por que isso ainda não aconteceu? Porque, na verdade, o Governo brasileiro não tem tido, para a Amazônia e para a faixa de fronteira, uma política permanente. Ele usa políticas esporádicas. Tem um governo que adota uma estratégia tal, outro governo adota outra estratégia.

Senadora Ana Amélia, estou falando aqui do projeto da Amazônia e da faixa de fronteira. Vamos instituir uma política nacional, portanto, uma política de Estado e não uma política de governo, para que a Amazônia e a faixa de fronteira tenham um tratamento adequado.

Então, nós conseguimos aprovar, na última reunião deste semestre, o anteprojeto na Subcomissão.

Aprovado, o anteprojeto agora vai para a Comissão de Relações Exteriores como um projeto de autoria da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Assim, aprovado nas comissões do Senado – devem ser duas – e no plenário, ele irá para a Câmara. E nós esperamos que a Câmara e o Senado seja céleres, no próximo semestre, para que possamos ter isso aprovado até o final do ano, para a sanção da Presidenta Dilma. Dessa forma, em 2013 teremos realmente uma lei que institui, de maneira definitiva – sujeita a aperfeiçoamentos, à adequação a cada avançar da realidade – o que não tínhamos, que é uma política nacional de defesa e de desenvolvimento da Amazônia e da faixa de fronteira.

Nós colocamos de propósito, Senadora Ana Amélia, o desenvolvimento antes da defesa. Por quê? Porque fazemos defesa com uma população carente, desprotegida, com fronteiras habitadas por pessoas que pagam para ser brasileiras... Então, de fato, qualquer movimento de defesa – são feitos de maneira esporádica e não definitiva – deve contemplar isso.

Nesse projeto, estabelecem-se regras para que possamos ter, de maneira permanente, não só a vigilância. Aliás, tenho que ressaltar que a Presidenta Dilma fez uma coisa importante que foi editar, através de decreto, o Plano Estratégico de Fronteiras. Mas esse Plano Estratégico de Fronteiras também, isoladamente, não vai resolver os problemas das nossas fronteiras. Por quê? Qual é o principal alvo das nossas fronteiras? São os seres humanos que estão lá. E não podemos pensar em querer essas pessoas passando fome, com dificuldades, com doenças e querer defender o território nacional dessa forma. Elas ficam vulneráveis, inclusive, às organizações criminosas organizadas.

Eu concedo, com muito prazer, o aparte a Senadora Ana Amélia.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, eu queria primeiro cumprimentá-lo, ao Congresso Nacional, em especial, ao Senado, por meio dessa sua iniciativa de criar a Subcomissão de Faixa de Fronteira, cujo trabalho tenho a honra de compartilhar com V. Exa., pelo resultado obtido neste semestre. Definir uma política permanente para desenvolvimento e defesa de região de fronteira é fundamental. E o trabalho da Subcomissão se antecipou inclusive ao próprio Poder Executivo, que, na semana passada, começou a discutir, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, exatamente uma ação conjunta de todas as áreas de governo para tratar daquilo que a Subcomissão já preparou como proposta ao Executivo a esse respeito. Penso, Senador Mozarildo, que isso se deve, primeiro, à sua experiência não só como Parlamentar, mas como cidadão da Amazônia, que

sabe das suas necessidades assim como eu também sei das minhas, sendo de uma região de fronteira com dois países; fronteira seca até em algumas cidades, como é o caso da Argentina e do Uruguai com o Rio Grande do Sul. V. Exa, na Comissão de Relações Exteriores, relatou um projeto do Deputado Marco Maia, que trata da criação dos *free shoppings* na região de fronteira para dar um tratamento isonômico à região, nas 28 cidades-gêmeas.

(Interrupção do som.)

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Paulo Paim. Agora, há outras possibilidades de iniciativas, como por exemplo, estabelecer tarifas domésticas diferenciadas para as regiões de fronteira na área da telefonia. Vejam, é impossível ter uma tarifa internacional do outro lado da cidade. Ou não poder dar o tratamento médico para uma hemodiálise por se tratar de um país de fronteira, um país amigo. Hoje não se pode fazê-lo. Bastando atravessar a rua, é muito mais barato do que mandar um paciente ir para uma cidade que fica distante 200 ou 300 quilômetros para fazer hemodiálise. Essas e outras tantas coisas podemos superar, inclusive a redução do limite de fronteira que é, hoje, de 150 quilômetros. Poderia se manter, na Amazônia, 150 quilômetros de região de fronteira, e, para as outras regiões até o Mato Grosso do Sul, manter 50 quilômetros de fronteira. Cumprimentos a V. Exa, Senador Mozarildo. Fico muito orgulhosa ao ver esse resultado tão positivo nesse período da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira. Parabéns!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, fico muito satisfeito com o aparte de V. Exa. Veja bem: eu um Senador do extremo norte do Brasil, e V. Exa uma Senadora do extremo sul do Brasil falando a mesma linguagem, ou seja, do abandono que existe hoje da faixa de fronteira. E a faixa de fronteira do Brasil não é uma faixa de fronteira qualquer não. Representa 150 quilômetros a partir da linha de fronteira para dentro. Por isso, eu disse que, somando a faixa de fronteira, que não é da Amazônia, mais a Amazônia, dão dois terços da área do País.

Então, é importante. Quero também aqui fazer o registro de que a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, A Cedif, do Ministério da Integração, realizou a terceira reunião para elaborar um plano regional que a Cedif chama de Brasil Fronteira. É muito oportuno e será apresentado até dezembro deste ano à Presidente da República. Eu espero que possamos fazer um trabalho conjunto com o Poder Executivo, por meio desta Comissão do Ministério da Integração Nacional, com o que nós já conseguimos fazer aqui no Parlamento por meio da

Subcomissão. Assim, espero que possamos produzir, para o bem do Brasil, rapidamente, este plano, repito, uma política nacional não só para a fronteira, mas para Amazônia e faixa de fronteira.

Então, Senador Paim, para encerrar, eu peço a V. Exa. que autorize a transcrição das matérias a que aqui me referi. Trata-se da questão da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da

Faixa de Fronteira e também a matéria relacionada ao nosso voto ontem, meu e o da Senadora Angela Portela.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

*(inseridos nos termos do artigo 210, inciso 1ª,
parágrafo 2º do Regimento Interno.)*

HISTÓRICO CREPAFF – PLANO DE DESENVOLVIMENTO

A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira é um fórum permanente inserido na estrutura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, e tem a missão de debater, constantemente, os problemas da Amazônia e da Faixa de Fronteira brasileiras.

Apesar de não ter como prerrogativa a participação efetiva no processo legislativo, pois pela CREPAFF não tramitam matérias (PLS, PEC, ou outros), ela tem como tema quase dois terços do território nacional, a partir do momento em que somamos a área da Amazônia com a da Faixa de Fronteira.

Pensado nisso, decidimos propor a realização de um ciclo de debates que possibilitasse a identificação dos diversos problemas da região, ouvindo as pessoas que nela vivem e não interlocutores, que muitas vezes só conhecem a faixa de fronteira e a Amazônia na teoria, do alto dos seus apartamentos à beira-mar.

Neste sentido realizamos 20 reuniões, no âmbito da Subcomissão, sendo 11 reuniões para a realização de audiências públicas organizadas em seis ciclos e temas:

1º - Fronteira e Segurança Nacional (realizadas três audiências públicas);

2º - Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira (realizadas três audiências públicas);

3º - Infraestrutura na Faixa de Fronteira (realizadas duas audiências públicas);

4º - Plano Estratégico de Fronteiras (realizada uma audiência pública)

5º - Questão Indígena e Fundiária na Faixa de Fronteira (realizada uma audiência pública); e

6º - Relações Internacionais com os Países da Faixa de Fronteira (realizada uma audiência pública).

Ao final de cada ciclo, foi apresentado relatório circunstanciado das referidas audiências públicas e, posteriormente, aprovados por aquele colegiado.

Outra informação que julgo pertinente trazer ao conhecimento dos senhores é que, para a realização das 13

audiências públicas, contamos com a participação de 47 autoridades convidadas.

Aqueles que conhecem a realidade da Amazônia e da faixa de fronteira brasileiras certamente entendem a necessidade de um projeto específico de defesa e desenvolvimento para essas regiões. O País já passou muito tempo sem dar atenção aos milhões de brasileiros que ali vivem, em uma área rica em recursos naturais e humanos como nenhuma outra no Brasil.

A Amazônia e a faixa de fronteira do Brasil com outros países sul-americanos compartilham problemas comuns, decorrentes da baixa densidade demográfica, da ocorrência de crimes transnacionais, da existência de conflitos fundiários, da injustiça social e da degradação do meio ambiente, entre outros fatores. Para fazer frente a essas ameaças, as duas regiões precisam ser, de fato, integradas ao espaço econômico nacional e tratadas como espaço geográfico privilegiado de integração regional.

Contudo, as duas regiões partilham também enormes potencialidades. Os recursos naturais – floresta, minério e água, por exemplo – precisam ter a sua exploração

disciplinada, sob pena de os interesses privados imediatos prevalecerem sobre o interesse público de longo prazo. As riquezas existentes nessas áreas pertencem a todos os brasileiros e, portanto, sua exploração deve beneficiar igualmente a todos os brasileiros.

As vulnerabilidades e as oportunidades comuns justificam a reunião de defesa e desenvolvimento em uma mesma política nacional. A semelhança entre os problemas enfrentados e as potencialidades econômicas, por sua vez, autorizam a junção da Amazônia e da faixa de fronteira nessa mesma política.

Nesse sentido, aprovamos ontem no âmbito da CREPAFF, um projeto que será agora, se assim entender a mesma, adotado pela Comissão de Relações Exteriores dessa Casa como de sua autoria, e que **INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA.**

Esperamos agora que este projeto, que cria bases para uma política de Estado para a Amazônia e a Faixa de Fronteira, seja apreciado, acrescentado e melhorado por Vossas Excelências e que ainda neste ano possamos encaminhá-lo a apreciação da Câmara dos Deputados.

DADOS SOBRE A AMAZÔNIA E A FAIXA DE FRONTEIRA

A Amazônia Brasileira:

- Tem cerca de 5 milhões de Km² de extensão
- Representa quase metade das florestas tropicais do mundo
- Possui mais de 25 milhões de habitantes
- Ocupa 60% do território brasileiro
- Em 09 estados
- Faz fronteira com 7 países
- E possui 25 mil quilômetros de rios navegáveis

A Faixa de Fronteira Brasileira:

- Tem 16.886 quilômetros de extensão
- Possui 150 quilômetros de largura
- Abrange 588 municípios
- Com 10,9 milhões de habitantes
- Representa 27% do território brasileiro
- Em 11 estados
- E faz fronteira com 10 países
- Tem 7.363 quilômetros em linha seca
- E 9.523 quilômetros de rios, lagos e canais

Relatório sobre a reunião da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.

Senhor Senador,

Foi realizada na data de ontem, no edifício do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, entre 14 e 17hs, a III Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF.

Inicialmente foi apresentado o status atual dos trabalhos da comissão no sentido da implementação dos comitês estaduais e seus planos de ação regional. O comitê de Roraima já se encontra instalado e em fase de confecção do referido plano, o qual deve ser entregue até o fim deste mês.

Estes planos regionais servirão de base para o que a CDIF chama de PLANO BRASIL FRONTEIRA, que será apresentado até dezembro deste ano à Presidente da República e apresentará de ações voltadas para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz Bloco/PT – AC) – Pela ordem, a Senadora Ângela Portela, depois o Senador Mozarildo, depois o Senador Aécio, depois a Senadora Ana Amélia e o Senador Benedito.

Tem a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero registrar aqui o nosso apoio ao destaque apresentado à medida provisória, que incluirá os servidores dos ex-territórios, os quais seriam contemplados. Quero dizer que é uma questão de justiça social.

Os servidores do ex-território de Roraima prestam relevantes serviços à sociedade de Roraima, assim como os dos demais ex-territórios.

Portanto, quero registrar o nosso apoio a esse destaque, e dizer que nós, da bancada de Roraima, vamos continuar lutando para beneficiar esses servidores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz Bloco/PT – AC) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Igualmente, como disse a Senadora Ângela, inclusive conversamos com o Senador Eduardo Braga, que se comprometeu, embora houvesse esse consenso de rejeitar o destaque, que trabalharia no sentido de haver outra medida que beneficiasse exatamente esses funcionários dos ex-territórios e os policiais militares notadamente.

Evidentemente que, se pudesse ter havido acordo no sentido da aprovação do destaque, nós estaríamos a favor. Estamos a favor, com a palavra garantida do Líder do Governo, Eduardo Braga, de que isso será feito num segundo momento.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo Cavalcanti. Parabéns pelo pronunciamento, pela clareza, e este tema tão importante como a faixa de fronteira. Todos nós que temos Estados nessa região atravessamos o mesmo problema. Parabéns a V. Exa.

Passamos a palavra neste momento ao Senador Sérgio Souza.

Esta Presidência concede a palavra como comunicação parlamentar, mas terá a devida tolerância para que V. Exa. faça o seu pronunciamento como comunicação inadiável.

O Senador Mozarildo será atendido na forma do Regimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, de fato, é uma questão muito importante. Gostaria de aproveitar a presença da Senadora Ana Amélia para parabenizar V. Exa., Senadora Ana Amélia, pela iniciativa e pela forma como

conduziu a crise dos suinocultores que chegou a seu ápice e realmente precisa de decisões o mais rápido possíveis. Hoje, durante a audiência pública da Comissão de Agricultura, nós pudemos ouvir o setor e também o Governo, através do Ministro Mendes Ribeiro, sobre esta situação que causa prejuízos enormes aos Estados do Sul principalmente, que têm na sua cadeia produtiva a maior parte ou boa parte de produtores independentes, e a outros Estados do Centro-Oeste e do Mato Grosso.

Eu venho justamente para fazer meu pronunciamento nesta tarde, que veio bem a calhar como comunicação inadiável, porque é realmente inadiável, Sr. Presidente.

A suinocultura brasileira apresenta números bastante expressivos, porém vivencia um momento de grande dificuldade.

O Brasil é o quarto maior produtor e o quarto maior exportador mundial de carne suína. São 1,65 milhão de matrizes tecnificadas; 3,4 milhões de toneladas de carne em 2011; o setor responde por cerca de um milhão de empregos diretos e indiretos no Brasil; são 50 mil produtores; 1,43 bilhão de dólares em exportação somente no ano de 2011; 9,6 bilhões de reais no valor bruto da produção em 2011.

Os números da crise são muito preocupantes. Certamente o principal deles é a queda nos preços.

Aqui, Sr. Presidente, faço uma reflexão muito profunda: o preço do quilo do suíno vivo em São Paulo caiu de R\$2,70 em julho de 2010 para R\$1,91 em julho de 2012. Mesmo se considerarmos a inflação nesse período, de quase 10%, veremos que o prejuízo é enorme. Para piorar, os custos da produção tiveram um aumento que chegou a 45% de 2010 para 2012.

Enquanto a Embrapa diz que o custo médio da produção por quilo corresponde a R\$2,73, o produtor brasileiro está vendendo o quilo de carne a R\$1,91. Há um prejuízo direto por quilo de R\$0,82. Se os preços continuarem como estão, se o produtor abate um leitão, tem um prejuízo de R\$40,00; mas, se ele decidir continuar na recria, para engordar esse leitão, o prejuízo dele vai aumentar ainda mais, vai para R\$80,00 por unidade.

O pior é que a situação, neste ano de 2012, está se agravando ainda mais, e o prejuízo aos suinocultores do Brasil já chega a R\$1,78 bilhão.

No meu Estado, Paraná, que responde por 17% da produção nacional, o custo de produção por quilo em 2012 corresponde a R\$2,45. Enquanto o preço do quilo do suíno vivo encontra-se no patamar de R\$1,65.

O prejuízo no Paraná está a R\$0,70 por quilo. Trata-se de um prejuízo de R\$80,00 por suíno vendido, ou seja, um prejuízo estimado de R\$291 milhões na

suinocultura paranaense somente neste ano de 2012. A crise já atinge a todos os segmentos do setor. Na agroindústria integração, que representa 60% da produção, o produtor também está perdendo, passando a pagar para trabalhar e a pagar para produzir.

Para piorar, Sr. Presidente, a concorrência para as exportações brasileiras no mercado mundial está crescendo e alguns mercados tradicionais de nossa produção se fechando. Há o menor custo da produção nos Estados Unidos; queda no consumo e aumento dos excedentes exportáveis, subsidiados, da União Europeia, que leva à distorção dos preços de mercado.

O Brasil que em 2007 respondia por 12% das exportações mundiais caiu, em 2012, para 8%.

A participação da mão de obra nos custos da produção de suínos no Brasil é maior que na Alemanha, na Espanha, na Itália e no Reino Unido; é semelhante à da Dinamarca e à dos Países Baixos. Este conjunto de países detém quase 90% da produção da União Europeia.

Em relação aos Estados Unidos da América, o custo unitário do trabalho na indústria representa US\$103,6 aproximadamente, enquanto no Brasil, quase US\$150.

De 2003 a 2011, o custo da eletricidade para a indústria subiu, no Brasil, 246%, enquanto, nos Estados Unidos da América, no mesmo período, subiu tão somente 35%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a situação é extremamente preocupante e os desafios são grandes.

Foi muito positivo ter a presença do Ministro Mendes Ribeiro, representante do Governo da Presidente Dilma, na audiência pública de hoje e saber que ele está se empenhando para solucionar esses impasses.

Consegui negociar, recentemente, junto ao Governo e junto ao Relator Romero Jucá, relator da Medida Provisória 563, a inclusão da suinocultura, Senadora Ana Amélia, na desoneração da folha de pagamento.

Ainda há muito mais por fazer.

Hoje, pela manhã, o setor produtivo nacional apresentou várias demandas.

É fundamental, Sr. Presidente, estarmos atentos à crise vivida pelo setor e procurar, juntamente com o Governo brasileiro, apresentar soluções para a suinocultura do Brasil, uma das mais importantes cadeias produtivas deste País, que, como eu disse aqui, geram milhares e milhares de empregos por este País afora, alimentando todo o Brasil e também muitos países em torno do grandioso Planeta Terra.

Eram essas as minhas palavras.

É esta a comunicação inadiável que entendi necessária neste momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Sei que a Senadora Ana Amélia fará importantes apontamentos logo mais, quando usará desta tribuna. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Sérgio Souza. Sei que ela só não fez o aparte porque sabe que, nas comunicações inadiáveis, não se pode fazer aparte.

Quero cumprimentar V. Exa.

Eu também recebi o convite para essa importante audiência pública, por parte da Senadora Ana Amélia, por parte do Senador Waldemir Moka e por parte também, naturalmente, dos membros da Comissão. Eu não pude estar presente, porque eu estava presidindo a última reunião deste semestre da Comissão de Direitos Humanos, mas, de pronto, cumprimento ambos aqui presentes e o Senador Waldemir Moka pela excelente audiência pública que estão informando, via TV Senado, no plenário do Senado; mas, lá, a audiência pública foi transmitida ao vivo.

Parabéns a ambos!

A SRA ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria aproveitar essa comunicação inadiável que, como disse o Presidente Paim, em comunicação inadiável... Pela ordem, agora, eu me manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem.

A SRA ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Agradeço muito a referência do Senador Sérgio Souza. Com muito orgulho, S. Exa. e eu assinamos o requerimento para essa audiência pública, que reuniu mais de 800 suinocultores do Brasil inteiro no auditório Petrônio Portela.

Quero agradecer à Secretaria da Mesa, que autorizou a cessão do auditório Petrônio Portela e dizer que a Presidência da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, sob o comando de Marcelo Lopes, está, neste momento, no Ministério da Agricultura. Uma comitiva de representantes dos suinocultores brasileiros está sendo recebida pelo Ministro Mendes Ribeiro Filho para definir o elenco de medidas para o socorro desse setor, que é muito importante para toda a economia do País e, evidentemente, muito mais para o Estado de Santa Catarina.

O Senador Casildo Maldaner, o Senador Luiz Henrique da Silveira e o Senador Paulo Bauer deram força, estiveram presentes. O Senador Blairo Maggi, do Mato Grosso, o Senador Benedito de Lira e o Senador Antônio Russo também compareceram, sob a presidência do Senador Waldemir Moka, que está na presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na ausência, por licença médica, do Presidente Acir Gurgacz, que também tem dado grande apoio.

Então, Sr. Presidente Paulo Paim, eu queria dar este informe e dizer que aguardamos que o Ministro Mendes Ribeiro, de viva voz, forneça à suinocultura brasileira as necessárias e emergenciais medidas, sob pena de haver uma falência gravíssima de um sistema que é muito importante. É claro que temos problemas internos e internacionais, com o fechamento do mercado da Rússia e da Argentina, mas tenho a convicção de que a cadeia produtiva, com o apoio dos Ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento e do Gabinete Civil da Presidência da República, terá continuidade, com os mecanismos financeiros disponíveis, pelo Banco do Brasil e, especialmente, pelo BNDES, que poderia abrir uma linha de crédito para um setor que tem sido fundamental em toda a economia brasileira.

Muito obrigada, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia.

O apelo que V. Exa. faz eu estendo também aos Ministérios correspondentes, à Presidência da República e à Casa Civil em nome, se V. Exa. me permitir, dos três Senadores do Rio Grande: V. Exa., Simon e este Senador.

Meus cumprimentos, Senadora!

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Ricardo Ferraço por permuta com este Senador.

O Senador Ricardo Ferraço falará no lugar da Senadora Vanessa Grazziotin, que havia me cedido o lugar, e eu permutei com V. Exa. Eu vou para o seu lugar, V. Exa. falará, para a satisfação de todos nós, inclusive minha, em segundo lugar entre os oradores inscritos. Em seguida será o Senador Garibaldi Alves.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR – *Fora do microfone.*) Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Requião. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, que eu já li, sobre a defesa das cotas. É uma alegria vê-lo aqui no plenário depois de ler o seu pronunciamento. Brilhante!

Senador Ricardo Ferraço, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Paim, o Senador Requião ontem não apenas brilhou ao falar sobre as cotas, mas deu uma verdadeira aula sobre a política do Paraguai na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita que eu diga que o Senador Simon me relatou esse fato sobre o Senador Requião. Quero apenas me somar a V. Exa. Prometo não atrapalhar mais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exa. tem crédito.

Eu tive a oportunidade e o prazer de compartilhar da audiência pública em que recebemos o Ministro Patriota. E, de fato, não apenas a reflexão, mas o histórico que S. Exa. fez, trazendo aos dias atuais a conjuntura que vive o Paraguai, foi um momento muito importante, muito relevante, pelo que quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo, Senador Requião.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de um cenário cada vez mais desafiador para a indústria brasileira. A crise internacional, a partir de 2008, desencadeou dificuldades para além da apreciação do Real: o mercado internacional encolheu, aumentou a competição e o uso de mecanismos protecionistas. Ficou mais difícil exportar e isso está claro no desempenho da balança comercial brasileira, que saiu de US\$30 bilhões, em 2011, para um saldo provavelmente zero, em 2012.

Com isso, diversas empresas e companhias brasileiras, que fizeram um grande esforço exportador na última década, se voltaram ao mercado interno, mas este, também, passou a crescer menos desde o ano passado.

A produção industrial brasileira vem, assim, em declínio há alguns meses, e é clara a perda de confiança do empresariado industrial brasileiro.

O Governo tem, na prática, estendido a mão com medidas conjunturais muito importantes. São diversas as medidas setoriais e pontuais, todas elas muito importantes, voltadas, sobretudo, à desoneração temporária, à facilitação de crédito, sobretudo via BNDES, a redução do custo financeiro – e mais uma fez o Copom se reuniu ontem, reduzindo ainda mais a taxa de juros. O enfrentamento feito pela Presidente Dilma tem resultado na diminuição dos encargos financeiros. Esse enfrentamento, na prática, tem sido muito importante. A redução, enfim, do custo do financiamento; o crédito como ferramenta essencial para que o empreendedor possa ir adiante com seus investimentos.

Na prática, as perspectivas convergem para uma leve aceleração do Produto Interno Bruto no segundo semestre, mas o Brasil poderá fechar o ano com crescimento ainda inferior a 2011, quando crescemos 2,7%. E já se faz uma análise, com algum grau de precisão, de que o Brasil poderá crescer menos de 2% este ano, o que, seguramente, trará enormes problemas à economia brasileira.

O debate público sugere que o Governo adote uma agenda mais voltada à criação de condições para que as empresas possam competir em melhores condições, tanto no mercado externo, quanto no interno, onde competem com os importados através, sobretudo, de intervenções mais estruturantes, com visão de médio e longo prazos, para além das iniciativas pontuais que estamos acompanhando. Ainda que importantes, estas são, a meu juízo, absolutamente insuficientes para que possamos incorporar ganhos efetivos de competitividade à indústria nacional.

Estudos recentes, divulgados pela Fundação Dom Cabral, calcularam que somente a falta de investimentos públicos no setor de logística, portanto, de infraestrutura, em nossos portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, já provoca perdas na economia da ordem de US\$80 bilhões. O valor corresponde a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e é idêntico ao volume que o País precisa investir para acabar com os gargalos no setor.

Eu tive já a oportunidade de ocupar a tribuna do Senado, chamando a atenção para a baixa performance – e tive a oportunidade de ser aparteado pelo Senador Requião – das áreas que têm a responsabilidade, no Governo Federal, de operar os resultados e fazer com que os investimentos no campo da infraestrutura possam caminhar, sobretudo, os investimentos no campo do DNIT, da VALEC, que têm uma performance absolutamente baixa, muito incompatível, inclusive, com aquilo que nós estamos precisando.

O custo logístico, por sua vez, representado pelos gastos dos empresários com transporte de cargas, chega a 12% do PIB, muito acima do observado em outros países. Na China e na África do Sul, ele está entre 8% e 9% do Produto Interno Bruto respectivamente. Nesses países, devido aos fortes investimentos realizados nos anos recentes, a expectativa é de redução ainda maior de participação da logística e da infraestrutura no custo global da indústria desses países.

Os reflexos da perda de competitividade, segundo a Fundação Dom Cabral, são sentidos na redução da capacidade de produção da indústria, que sofre aumento no seu custo operacional, e na redução da renda *per capita* do produtor ligado também ao agronegócio, que tem sofrido enormes perdas em razão dos gargalos em nossa logística e em nossa infraestrutura.

Mas há, ainda, outros gargalos impedindo a competitividade das empresas brasileiras. Um caso emblemático dessas importantes empresas e arranjos industriais ocorre exatamente no setor do aço, no setor siderúrgico, uma das mais importantes e estratégicas vocações do Estado que tenho o orgulho de representar aqui, nesta Casa, o Estado do Espírito Santo.

Recentemente, o jornal *O Estado de S. Paulo* fez uma análise muito apropriada e pertinente da conjuntura e da complexidade dos desafios da siderurgia brasileira, que, com uma capacidade instalada para produzir 48 milhões de toneladas de aço, recorde histórico, a siderurgia brasileira vem, atualmente, passando por um de suas mais duras fases. Enquanto as exportações encolhem, as siderúrgicas nacionais não conseguem defender-se nem mesmo no mercado interno. Das 26 milhões de toneladas que, anualmente, são consumidas em nosso País, quase 15% provêm de países que atuam agressivamente nas exportações, grupo que

inclui a China, a Coreia do Sul, a Rússia, até mesmo a Ucrânia e a Turquia.

Apesar da recente alta do dólar diante do Real, persistem as queixas quanto ao câmbio, mas há problemas mais complexos ligados ao custo Brasil que agravam ainda mais a falta de competitividade da indústria siderúrgica brasileira.

O alto custo de produzir no Brasil pôs fim a um período em que o País era visto como uma grande e importante plataforma para exportação de produtos siderúrgicos. Um exemplo é a situação da Companhia Siderúrgica Atlântico, cuja construção começou em 2006 e que só começou a operar agora, em 2010, no Estado do Rio de Janeiro. A CSA, controlada pela Thyssenkrupp, em parceria com a Vale do Rio Doce, divulgou há poucos dias um prejuízo da ordem de R\$8 bilhões e está à venda. Imaginem: uma siderúrgica que acabou de ser inaugurada, estratégica para o Estado do Rio de Janeiro, estratégica para o País, já apresenta, no seu segundo ano de produção, um prejuízo dessa natureza.

Analistas citam ainda a pesada carga de impostos sobre o setor. Antes dos impostos – friso, antes dos impostos –, o Brasil é o terceiro País mais competitivo do mundo para produzir aço, ou seja, *vis-à-vis*, em igualdade de condição com qualquer país do mundo, somos o terceiro país com melhor competitividade. Mas quando incorporamos a carga tributária aqui, em nosso País, caímos para último lugar no *ranking* global de competitividade da indústria siderúrgica.

Estreitamente ligado a essa questão está o custo da energia elétrica, que vem se tornando proibitivo, pois subiu mais de quatro vezes nos últimos dez anos.

E também, devido à baixa taxa de investimento no País, há pouco consumo de aço pela construção civil, e o consumo de aço *per capita* não passa de 145kg. Na China, o consumo *per capita*, alavancado pela expansão industrial e pelas obras de infraestrutura, saltou para 500kg *per capita* em período recente. Ou seja, em termos *per capita*, a China está consumindo aproximadamente cinco vezes mais aço – friso, cinco vezes mais – que o nosso País.

Recentemente o Dr. André Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau, um grupo tradicional em nosso País, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, há um grande elenco de investimentos previstos, mas os projetos não evoluem na velocidade adequada. Para que essa situação se reverta, é necessária melhor gestão de recursos públicos com ênfase em parcerias público-privadas e concessões ao setor privado. Evidentemente, ele aborda a necessidade de mais investimentos no campo da infraestrutura para que nós possamos obter ganhos de competitividade, o que é fundamental.

Também, em recente encontro empresarial na FIESP, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou

a gravidade da crise e debateu um conjunto de sugestões do Movimento Brasil Competitivo para o aumento e melhoria da competitividade das nossas empresas.

E é fato, além de tudo, que a crise, apesar de grave, não eliminou recursos disponíveis para investimentos. As 100 maiores companhias reduziram investimentos, privilegiando a acumulação de recursos, e esses recursos acumulados podem gerar um *boom* de investimentos quando a situação econômica global melhorar, o que não se avizinha em razão da complexidade não apenas dos Estados Unidos, mas da complexidade da crise na União Europeia.

Contudo, a mesma Agência revelou que o Brasil perdeu uma posição entre os países preferidos pelos empresários como destino de Investimento Estrangeiro Direto (IED) para os próximos anos. Foi a primeira queda que sofremos neste *ranking* desde 2008.

Já caminho para encerrar, Sr. Presidente.

De acordo com o Relatório Global de Investimentos da entidade, o País, que ocupava a quarta posição no ano passado, agora aparece em quinto lugar como destino preferencial para realização de aportes em capital produtivo. A Indonésia, que aparecia em sexto lugar no *ranking* no ano passado, ultrapassou o Brasil e, agora, está em quarto lugar entre os destinos mais atrativos para investimentos diretos. Nas primeiras posições estão China, Estados Unidos e Índia.

O Brasil começa a perder um pouco do seu brilho, conquistado gradualmente com muito esforço e com muita luta, a partir de melhorias contínuas e substanciais no seu ambiente de negócios e nas relações com investidores internacionais, a partir dos anos 90.

(Interrupção do som)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Precisamos, assim, reforçar nossas estratégias de longo prazo e assegurar a persistente recuperação da competitividade estrutural das empresas brasileiras.

Quero, publicamente – já encerrando, Sr. Presidente –, trazer o meu apoio às iniciativas voltadas para melhorar o ambiente de negócios no Brasil a fim de promover a melhoria consistente de nossa competitividade, porque isso, seguramente, terá um reflexo muito grande na geração de empregos, na geração de oportunidades para brasileiros.

Parece simples, mas este tema – competitividade – toca em iniciativas de diversas naturezas e envolve diversos aspectos regulatórios, como, por exemplo, simplificação de leis e melhorias técnicas nas agências reguladoras, até mudanças no mercado de trabalho, no sistema educacional e na estrutura de gastos dos governos, que precisam poupar mais e reservar mais recursos para investimentos.

É a manifestação que trago, Sr. Presidente, ao Plenário do Senado nesta tarde de quinta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ricardo Ferraço, que fala de importância de termos instrumentos para a competição e valorização do produto nacional.

A princípio, um orador e um líder ou comunicação parlamentar, agora fala o Senador Paulo Davim, como Líder, é o único Líder inscrito, e não há ninguém para comunicação parlamentar.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, todos que me ouvem pela TV e Rádio Senado.

O Senado Federal está concluindo, no final desta semana, o ano legislativo. E ontem tivemos uma avaliação da Comissão de Assuntos Sociais da Casa, uma comissão viva, dinâmica, uma comissão extremamente produtora ao longo do semestre, aqui, no Senado Federal, e que aprovou várias matérias, discutiu temas de relevância para a sociedade brasileira. Tivemos ações proativas no sentido de contribuir para o Brasil e para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu fiquei muito feliz ao saber que neste semestre eu fui o membro da Comissão de Assuntos Sociais que mais relatou matérias e que mais teve os seus relatórios aprovados. Foram, ao todo, 16 projetos de lei relatados por mim, o que me deixou bastante satisfeito, sobretudo porque estou em pleno diapasão com a dinâmica daquela comissão.

Da mesma forma que hoje nos reunimos na nossa comissão, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual V. Exa. é o presidente, que dignamente preside, talentosamente consegue aglutinar os seus Pares e manter o nível de estímulo, de vibração de todos nós para termos uma produção positiva no final deste semestre.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, que contamos com a contribuição dos servidores da Casa, servidores da comissão, que são dedicados, são abnegados, são sobretudo competentes e comprometidos com o que fazem.

Mas, evidentemente, nada disso aconteceria se não fôssemos capitaneados por presidentes da estirpe de V. Exa. e do Senador Jayme Campos na Comissão de Assuntos Sociais.

E eu fiquei extremamente satisfeito também quando V. Exa. Comunicou, hoje de manhã, na comissão, que eu teria sido o Senador que mais relatou matéria na Comissão de Direitos Humanos também, e o que mais conseguiu aprovar os projetos relatados.

Então, isso é motivo de júbilo, é motivo de satisfação, porque, se aqui estou, eu quero trabalhar com afinco e corresponder a confiança do meu Estado no meu mandato e no meu trabalho aqui no Senado Federal.

E também tive oportunidade de aprovar e realizar, nas duas comissões, sete audiências públicas neste semestre. Audiências públicas para discutir assuntos variados, mas de interesse da sociedade brasileira, como, por exemplo, a regulamentação do exercício da quiropraxia; audiências públicas para discutirmos a presença dos médicos nos Municípios brasileiros; a regulamentação do exercício da acupuntura; a odontologia e a saúde suplementar no Brasil; a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil; seminário para discutirmos a saúde no Brasil, que foi um seminário conjunto da Comissão de Assuntos Sociais do Senado e a Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Federal.

Sr. Presidente, também realizamos uma audiência pública para discutirmos um tema que diz respeito a todas as famílias brasileiras, que envolve as nossas crianças que estão nas escolas públicas ou privadas, que é o bullying; e fizemos a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para discutirmos o bullying no Brasil, e foi extremamente proveitosa, extremamente eficaz.

Aproveitando, Sr. Presidente, quero prestar contas ao povo do Brasil e ao povo do meu Estado de que participo, neste semestre, de duas CPLs: a CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, da qual sou o Vice-Presidente, juntamente com as Colegas Senadoras Vanessa Grazziotin e a Lídice da Mata. Participo também da CPMI Vegas, a propalada CPMI do Cachoeira.

Participamos do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes; do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara; e da Comissão do Projeto Jovem Senador, da qual sou o Presidente.

Ao todo, Sr. Presidente, apresentamos até então, nesses 18 meses, 16 projetos de lei aqui nesta Casa, que estão tramitando pelas mais diversas comissões.

Faço, portanto, essa prestação de contas da tribuna desta Casa a todo o povo brasileiro, sobretudo ao povo do Rio Grande do Norte e quero, mais uma vez, parabenizar V. Exa. como Presidente da Comissão de Direitos Humanos que preside com muito talento e competência e parabenizar também o Senador Jayme Campos que preside a Comissão de Assuntos Sociais no Senado Federal.

Quero dizer que o Senado Federal termina o semestre, Senador Paulo Paim, com uma agenda muito positiva, com uma agenda proativa. Ao analisarmos, vamos ver que foram discutidas e debatidas aqui matérias importantes. Nós discutimos e votamos, no final do ano passado, a Emenda nº 29, o Código Florestal, os royalties de petróleo, o ICMS das compras realizadas

por meio da Internet, o voto aberto, a queda do 14º e do 15º salários. Enfim, foram matérias relevantes para a vida do povo brasileiro e para a sociedade brasileira.

E, ontem, o Senado Federal teve que cortar na carne com a votação que apontou e cassou o mandato de um Senador. É lamentável, é triste para todos nós, mas isso demonstra que o Senado Federal busca o aprimoramento. Não existe democracia, se não houve um Parlamento forte; não existirá democracia sólida, se não existir um Parlamento livre. E nós estamos fazendo a nossa parte; nós estamos construindo uma agenda positiva, uma agenda proativa. Tenho certeza de que o pensamento de todos os Senadores é que esta Casa siga, no próximo semestre, no mesmo ritmo, no mesmo diapasão, com o mesmo dinamismo que apresentamos nesse primeiro semestre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senador Paulo Davim. Meus cumprimentos pelo seu trabalho, e o relato feito, aqui, resumindo o que foi o seu mandato. Sei que o fez em 10 minutos, mas V. Exa. precisaria de mais de uma hora para falar tudo o que fez.

Senador Alvaro Dias, como orador inscrito; e, aí, vou chamar, em seguida, o meu querido amigo também – todos, aqui, são meus amigos –, o Senador Garibaldi Alves, que, ontem, recebeu-me no seu gabinete, com a presença do Ministro Garibaldi, que foi uma bela reunião.

Agradeço já a V. Exa.

Senador Alvaro Dias, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Obrigado, Senador Paulo Paim.

Srs. Senadores, primeiramente, um registro: a Presidente Dilma muda o discurso na tentativa de justificar o crescimento pífio do Produto Interno brasileiro.

Nos últimos 12 meses, segundo relatório do Banco Central, o crescimento foi de apenas 1,39%; de janeiro a março, constatou-se um crescimento de 0,2%.

A Presidente Dilma diz que um país não se mede pelo seu Produto Interno Bruto. Eu concordo, existem outros indicadores para demonstrar a grandeza de um país ou a sua fraqueza. O que se condena neste caso não é o conceito, é a mudança oportunista do discurso. Porque o que estamos cansados de ouvir é a louvação ao crescimento econômico do Brasil como se fosse uma grande conquista dos governantes.

Houve um momento em que o País ouvia sempre o discurso do espetáculo do crescimento. Eram palavras soltas ao vento na expectativa de iludir a boa-fé dos brasileiros. Esse discurso ficou no passado. Agora, dá lugar ao discurso de que um país não se mede pelo seu Produto Interno Bruto.

Quero, Sr. Presidente, destacar outro fato que não pode ser ignorado pelo povo brasileiro. O que ocorreu na Petrobras nos últimos anos? Os nossos investidores foram obrigados a encarar o mundo real e constatar que os recursos naturais do pré-sal não significam exatamente dinheiro na mão e que a euforia do petróleo sucumbiu à realidade. Esse é o mote de uma reportagem publicada pelo jornal norte-americano *The Wall Street*: “Por que o petróleo brasileiro demora a pegar fogo?” – é o título deste artigo do jornal, que analisa o preço das ações do setor petrolífero no Brasil, afirmando que os papéis da Petrobras estão hoje no mesmo patamar do que em outubro de 2006, e que as ações da empresa OGX perderam dois terços do seu valor de mercado desde 2008.

De acordo com a reportagem, as duas empresas brasileiras diminuíram suas estimativas de produção e estão tendo que investir mais que o previsto. O jornal culpa exigências feitas pelo Governo de que investimentos tenham aproveitamento local, por ineficiência nos gastos.

Com isso, segundo o jornal, o custo da produção por barril da estatal brasileira aumentou. E nós queremos fazer justiça à nova Presidente da Petrobras. A Sra. Graça Foster, atual presidente, ao impor um choque de realidade à empresa, procurou resgatar a gestão claudicante que imperou na Petrobras nos últimos anos.

No plano de investimentos da Petrobras, recentemente anunciado, ficou evidenciado que a empresa operava com metas irreais, o que obrigou a Petrobras adiar inúmeros projetos, notadamente o de refinarias.

A decisão da Sra. Graça de tentar trabalhar com números mais realistas merece, sim, o nosso elogio. E a fantasia não era pequena, não. Até o ano passado, estimava-se que a produção diária de petróleo seria de três milhões de barris em 2015. Essa expectativa foi reduzida em estratosféricos 500 mil barris, quase 20% a menos. Mas, como disse o colunista Reinaldo Azevedo, “não há cálculo que sobreviva à obstinação da má fé política”.

Vejam um exemplo bem explicitado na coluna do jornalista Carlos Alberto Sardenberg: “Quando anunciada por Lula, a Refinaria Abreu e Lima custaria US\$4 bilhões e ficaria pronta antes de 2010”. Graça Foster informa que a refinaria de Pernambuco começará a funcionar em novembro de 2014, com 14 meses de atraso em relação à meta anterior, e custará – pasmem! – US\$ 17 bilhões.

Aliás, é bom abrir parenteses para dizer que a parceria entre Brasil e Venezuela de Hugo Chavèz, na Refinaria Abreu e Lima, é emblemática para caracterizar a ingerência política nas decisões estratégicas da Petrobras. Os investimentos passaram a ser dicido com base na vontade política, sem qualquer compromisso com a boa governança.

Eu quero recordar que o nosso Partido, o PSDB, em parceria com o DEM, protocolamos na Procura-

doria Geral da República nada mais, nada menos do que 16 representações, denunciando irregularidades praticadas na representação da Petrobras, gravíssimas irregularidades, entre elas o superfaturamento na obra da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Esta obra cujo parceiro é Hugo Chavèz, da Venezuela, que não colocou um centavo sequer na sua execução.

E olha a justificativa, disse “que a Venezuela não participaria com recursos porque a obra estava superfaturada”. Mas, surpreendentemente, continua sócio. É sócio sem contribuição.

Mas o que mais assusta nesta obra é o seu superfaturamento. Nós a avaliamos, comparativamente com obras do gênero em outras partes do mundo, e chegamos à conclusão de que o superfaturamento da obra da Refinaria Abreu e Lima, enquanto a projeção era ainda de quatro bilhões de custo, seria de US\$2 bilhões. Um superfaturamento, em uma única obra, de US\$2 bilhões. Este fato justificou uma das representações.

Nós estamos solicitando agora ao Procurador-Geral da República um relatório sobre os procedimentos adotados pelo Ministério Público como consequência destas representações que protocolamos.

Para lembrar apenas outro exemplo de irregularidade gritante na Petrobras: a Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, no Paraná. As obras de ampliação desta refinaria foram superfaturadas em cerca de R\$800 milhões. Supostamente recursos desviados para a campanha eleitoral.

Desta representação surgiu um inquérito. Nós chegamos a ouvir o delegado que preside este inquérito aqui em uma das Comissões do Senado Federal, ainda no início das investigações. Hoje, não temos notícia em que pé se encontra essa investigação. O delegado apenas informava à época que estava iniciando o trabalho de investigação e que não tinha muitas informações a oferecer ao Senado Federal. Isso é sério! São R\$800 milhões numa obra de ampliação de uma refinaria.

Aliás, o Tribunal de Contas da União denunciou o sobrepreço dessa obra. E o que ocorreu? Ocorreu que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, na aprovação do Orçamento, atenderam à recomendação do Tribunal de Contas da União e aprovou dispositivo impedindo a transferência de recursos para a continuidade da obra. Pois bem. O Presidente Lula vetou esse dispositivo. Passou sobre o Tribunal de Contas da União, sobre o Congresso Nacional, e foi a Araucária, na campanha eleitoral, fazer festa diante de uma obra superfaturada.

Ou seja, um deboche. Os governantes do Brasil debocham do povo brasileiro ao praticarem corrupção impunemente, se sobrepondo a instituições como o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas, para fazerem valer objetivos nem sempre republicanos, como o que se verificou.

Este caso da Abreu e Lima, nessa associação com a Venezuela, é uma página amarga da última administração da Petrobras. Esperamos que uma empresa como a Petrobras não cometa erros de planejamento, irregularidades gritantes, como essas que foram denunciadas. A estatal não tinha projeto algum. Mandou fazer obras como a da Refinaria Abreu e Lima. A diretoria de então improvisou plantas, fizeram anúncios, propaganda, enfim, desviaram recursos de forma impune. O que aconteceu com a nossa autossuficiência em petróleo, tão propalada pelo Governo brasileiro em abril de 2006? O Presidente chamou a conquista de independência e a comparou ao esforço de Tiradentes, que ousou desafiar a ideia de que o Brasil não poderia ser independente. Não era então autossuficiência em petróleo, mas, sim, a autossuficiência da propaganda governamental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias ficou dentro do tempo regimental. Eu havia concedido mais cinco minutos, mas V. Exa. abriu mão.

Então, nesse momento, passamos a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves.

Permita-me, Senador Garibaldi Alves, dizer que a reunião de ontem em seu gabinete foi muito produtiva, com o Ministro Garibaldi, seu filho, quando apontamos caminhos para o fator e para o reajuste dos aposentados. Claro que depende agora da negociação nas instâncias de Governo.

É uma alegria ouvi-lo, Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, mais uma vez volto a esta tribuna, para tecer considerações sobre a terrível seca que assola o Nordeste brasileiro, em especial as Regiões Central e do Seridó, no Rio Grande do Norte. A seca é severa e merece atenção total do Governo, pois as suas consequências atingem, em cheio, a economia nordestina, e mais grave, atinge profundamente o povo nordestino.

É inconcebível nos dias atuais depararmos com cenas grotescas, como as que vemos na TV, que nos remetem a meados do século passado, quando a falta de alimentos e de água, tanto para o consumo do homem do campo como para a criação de rebanhos, se traduziam em tragédias, que hoje não mais podemos admitir. Várias décadas se passaram desde então, e hoje acredito que o Governo está fazendo e pode fazer muito mais.

É certo, Srs. Senadores, que o Governo está agindo. A Medida Provisória nº 566 de 2012 concede créditos extraordinários de R\$706 milhões para os Ministérios da Integração Nacional e Desenvolvimento Agrário com a finalidade de atenderem os municípios

atingidos pela seca, que hoje já são cerca de mil em todo o Nordeste.

Entretanto, é também fundamental que o Governo Federal intensifique os investimentos do PAC relacionados com as obras de transposição do Rio São Francisco, como forma de garantir, no futuro, a construção de canais de irrigação nas áreas mais carentes de água.

Da mesma forma, também é necessário agilizar as medidas destinadas a suprir as comunidades mais carentes de abastecimento de água, dando início a um grande projeto de perfuração e instalação de poços como também construção de barragens e açudes destinados aos municípios que se defrontam com esse problema.

O fato é que, embora os ministérios ligados à área já disponham de projetos destinados ao combate da seca, esses programas são lentos e morosos na sua implementação e padecem de burocracia excessiva, o

que, por si só, aumenta os efeitos da seca e do sofrimento do homem nordestino. Vamos juntar os nossos esforços no sentido de agilizarmos cada vez mais as ações necessárias à redenção do Nordeste.

Sr. Presidente, solicito que conste como parte integrante deste meu discurso o documento do Governo do meu Estado com uma relação de obras destinadas a ampliar a estrutura hídrica e distribuição dos estoques de água no Rio Grande do Norte, para que, no futuro, evitemos ter que vivenciar os mesmos problemas que enfrentamos hoje.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GARIBALDI ALVES EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

***Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Gabinete Civil do Governo do Estado***

Obras Destinadas a Ampliar a Estrutura Hídrica e Distribuição dos Estoques de Água do Estado do Rio Grande do Norte

Total do Investimento R\$ 174.047.699,00

I - Projetos prioritários para execução imediata

R\$ 86.045.329,00

1 SISTEMAS ADUTORES

1.1 Sistema Adutor Parelhas – Carnaúbas dos Dantas

Com captação no reservatório da Barragem Ministro João Alves o Sistema Adutor totalizando aproximadamente 21 km de extensão, abastecerá com água tratada sede municipal de Carnaúba dos Dantas e as comunidades rurais de Santo Antônio da Cobra e Juazeirinho, previsão para conclusão em Novembro/2011.

População beneficiada: 10.917 habitantes

Situação Atual: Projeto Executivo atualizado

Investimento: R\$ 11.323.330,00

Recursos assegurados do OGE – R\$ 4.921.430,00

Recursos a conveniar – R\$ 6.401.900,00;

1.2 Sistema Adutor Umari-Campo Grande

Construção de adutora para abastecimento de 08 comunidades rurais do município de Campo Grande: Salgado, Riacho da Lagoa, Cabeça de Boi, Condado, Monte Alegre, Caiana, Bom Jesus e Lagoinha, captando água da Barragem Umari.

População beneficiada: 2.220 habitantes

Situação Atual: Projeto Básico

Investimento: R\$ 7.800.000,00

1.3 Sistema Adutor de Caicó

1.3.1 Sub-Adutora de Laginha

Garantir o abastecimento com água tratada à comunidade da Laginha localizada aprox. a 16 Km da sede do município de Caicó, com a implantação um sistema adutor

População beneficiada: 600 habitantes

Situação Atual: Projeto Básico

Investimento: R\$ 2.002.600,00

1.3.2 Sub-Adutora de Palma

Garantir o abastecimento de água tratada com a implantação de um sistema adutor, visando garantir o abastecimento com água tratada à comunidade da Palma, no município de Caicó, localizada aprox. a 27 Km da sede do município.

População beneficiada: 350 habitantes

Situação Atual: Projeto Básico

Investimento: R\$ 1.589.900,00

1.3.3 Sub-Adutora de Barra da Espingarda

Garantir o abastecimento com água tratada à comunidade da Barra da espingarda, no município de Caicó, localizada aprox. a 15 Km da sede do município.

População beneficiada: 400 habitantes

Situação Atual: Projeto Básico

Investimento: R\$ 1.203.500,00

1.4 Adutora Santo Antônio Pedro Velho/Montanhas/Nova Cruz/Santo Antônio/Serrinha

Ampliação do Sistema Adutor Integrado Pedro Velho, Montanhas e Nova Cruz para sanar os problemas de abastecimento de água nesses municípios, tendo em vista que o atual sistema produtor estar ultrapassado no seu horizonte de projeto, as inúmeras intervenções na adutora para atender as comunidades rurais e o principal sistema está na ponta do mesmo (Nova Cruz), que sofre sobremaneira com as derivações a montante. Nessa oportunidade, inclui-se nessa ampliação os sistemas de SANTO ANTÔNIO e SERRINHA, atualmente atendidos pelo Sistema Adutora Integrado Espírito Santo/Passagem/Várzea/Santo Antônio que apresenta deficiências importantes do ponto de vista dos mananciais¹, em termos de quantidade e qualidade da água bruta. Constitui-se de implantação de uma nova adutora,

¹ Riachos do Salto 1 e 2, Una, Timbó e Pedras localizados entre Espírito Santo e Goianinha.

em paralelo à existente, para o Sistema Adutor Integrado Pedro Velho, Montanhas e Nova Cruz integrandos a esta os municípios de Santo Antonio e Serrinha, além de 20 comunidades rurais; garantindo a regularidade de fornecimento a esses municípios com água de qualidade e garantias do manancial.

População beneficiada: 92.818 habitantes.

Investimento: R\$ 38.100.000,00 (Trinta e Oito milhões e cem mil reais).

1.5 Implantação de melhorias operacionais na ETA do Sistema Adutor de Espírito Santo – Várzea – Passagem – Santo Antônio, sendo o principal objetivo a regularização para o SAA Santo Antônio.

Implementação de melhorias operacionais na ETA do Sistema Adutor de Espírito Santo – Várzea – Passagem – **Santo Antônio** para manter a água tratada dentro dos padrões de potabilidade. Será constituída da construção de um reservatório e de uma estação elevatória (para lavagem dos filtros), ampliação da estação elevatória existente, incluindo a substituição dos conjuntos motobombas (responsável pela adução de água até os municípios de Várzea, Passagem e Santo Antônio), e construção de uma casa de química, com a implantação de um dispositivo gerador de cloro a partir do cloreto de sódio (sal de cozinha), substituindo, assim, o cloro gasoso.

População beneficiada: Aproximadamente 33 000 habitantes.

Investimento: R\$ 2.200.00,00 (Dois milhões e duzentos mil reais).

1.6 Implantação de uma Subadutora, originada da Adutora do Sistema Boqueirão, para o sistema de abastecimento de água da cidade de Jandaíra.

Melhorar as condições de oferta de água para toda Cidade, com água de melhor qualidade proveniente do manancial subterrâneo que margeia a Lagoa do Boqueirão, sito no Município de Touros – RN, substituindo a captação local através de poços no aquífero Jandaíra de baixa vazão e qualidade inferior à do sistema adutor Boqueirão. A Vazão aduzida para Jandaíra relativo ao Ano de Projeto (2028) será de 47,23 m³/h. Constitui-se de Subadutora para JANDAÍRA com extensão de 50.140 m, DN 200 mm em Tubo de PVC DEFOFO. Está dividida em 04 trechos: Trecho 01: Derivação na cidade de Parazinho, no poço de sucção da EE-1. Desta unidade de bombeamento até Pereiro; L = 22.000m com DN 200 e Q = 79,53 m³/h; Trecho 02: de Pereiro até a EE-2, L = 10.000m com DN 200 e Q = 71,00 m³/h; Trecho 03: da EE-2 ao Stand Pipe, L = 10.400m com DN 200 e Q = 71,00 m³/h. Trecho 04: do Stand Pipe ao novo Reservatório Elevado com capacidade para 120,00 m³ em Jandaíra; L = 7.740m com DN 200 e Q = 47,23 m³/h.

População beneficiada: 3.740 habitantes, inicialmente e para o final do plano, a população beneficiada atendida será de 5.847 hab.

Investimento: R\$ 8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais).

1.7 SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS

Resumo

- **Municípios: 07**
- **Comunidades: 32**
- **População Beneficiada: 7.256 habitantes**
- **Situação: projetos executivos elaborados**
- **Investimento previsto: R\$ 3.507.859,90**
- **TODOS COM PROJETOS EXECUTIVOS ELABORADOS.**

1.7.1 Município de Currais Novos

- Comunidade: Bom Sucesso
- População Beneficiada: 277 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado
- Investimento previsto: R\$ 246.389,48

1.7.2 Município de Currais Novos

- Comunidade: Maniçoba
- População Beneficiada: 431 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado
- Investimento previsto: R\$ 409.846,76

1.7.3 Município de Caicó

- Comunidade: Manhoso/Umari
- População Beneficiada: 352 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado
- Investimento previsto: R\$ 528.171,59

1.7.4 Município de Parelhas

- Comunidade: Boa Vista dos Negros
- População Beneficiada: 238 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado
- Investimento previsto: R\$ 176.599,06

1.7.5 Município de Parelhas

- Comunidade: Várzea do Barro
- População Beneficiada: 243 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado
- Investimento previsto: R\$ 352.795,31

1.7.6 Município de Ipueira

- Comunidade: Boa Vista

- População Beneficiada: 99 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado
- Investimento previsto: R\$ 144.538,34

1.7.7 Município de São José do Seridó

- Comunidade: Umbuzeiro e Badaruco
- População Beneficiada: 139 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado
- Investimento previsto: R\$ 270.516,28

1.7.8 Município de São José do Seridó

- Comunidade: Caatinga Grande
- População Beneficiada: 501 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado
- Investimento previsto: R\$ 418.153,35

1.7.9 Município de São João do Sabugi

- Comunidade: Cachos e Acampamento
- População Beneficiada: 436 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado
- Investimento previsto: R\$ 387.453,00

1.7.10 Município de Venha Ver

- Comunidade: Alto dos Bandeiras, Bartolomeu, Formoso dos Robertos, Sítio Cacos, Cachoeira, Barrinha, Riachão dos Pereiras, Chapada do Formoso, Formoso dos Cristinos, Formoso dos Justinos, Baixio dos Leites Cachos, Abraão, Taboca, Sítio Bode, Bezerra, Rufino, Riachão, Riachão do Joca, Taboca-II e Riachão dos Dantas.
- População Beneficiada: 4.540 habitantes
- Situação: projeto executivo elaborado.
- Investimento previsto: R\$ 573.397,08

1.8 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1.8.1 Ampliação do sistema de abastecimento de água da cidade de Areia Branca

Implantação de Rede de Distribuição de Água nas Comunidades de Upanema, Upanema de Cima e Pedrinhas. O sistema proposto prevê a implantação de 7.600,00m de rede de distribuição, com diâmetro de 50 mm, e execução de 160 ramais prediais.

População beneficiada: 200 famílias.

Investimento: R\$ 159.570,90 (Cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e noventa centavos).

1.8.2 Ampliação do sistema de abastecimento de água da comunidade rural "sobrado" de Monte Alegre

Implantação da Rede de Distribuição de Água na comunidade, localizada na zona rural do município de Monte Alegre/RN, que atualmente é atendida irregularmente através das redes que abastecem os chafarizes ali presentes, propondo-se desta forma uma renovação de toda a estrutura implantada, criando condições para que o Sistema de Distribuição de Água possa ser eficiente e fiscalizado em sua totalidade. A obra abrangerá a implantação de um total de 7.900 metros de rede de distribuição, e um total de 525 ligações.

População beneficiada: 2.362 habitantes.

Investimento: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

1.8.3 Ampliação do sistema de abastecimento de água das comunidades rurais: Comunidades de Timbó, Pau d'olho, Corte, Porteiras e Carnaúba do Padre, de Pedro Velho

Implantação de uma Estação Elevatória para atendimento das Comunidades a partir do Sistema de Abastecimento de Água de Pedro Velho, que atualmente são atendidas a partir da Adutora do Sistema Integrado de Pedro Velho/Montanhas/Nova Cruz, e desta forma possibilitará um aumento da vazão aduzida à Cidade de Nova Cruz. A obra abrangerá a implantação de um total de 3.150 metros de adutoras, dentre elas a substituição da linha tronco que parte do Reservatório Apoiado de Pedro Velho, como também a Construção da Estação Elevatória.

População beneficiada: 55.350 habitantes total, sendo 2.925 habitantes referentes às comunidades rurais.

Investimento: R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais).

1.8.4 Ampliação do sistema de abastecimento de água de Governador Dix-sept Rosado

Ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água do município de Governador Dix-Sept Rosado. O sistema proposto abrangerá apenas a ampliação da rede de distribuição e, conseqüentemente, o aumento no número de ligações prediais. Estima-se que seja implantado um total de 10 800 m de extensão de rede de distribuição, e sejam realizadas 355 ligações.

População beneficiada: 12.374 habitantes.

Valor do investimento: R\$ 1.320.000,00 (Um milhão trezentos e vinte mil reais).

1.8.5 Ampliação do sistema de abastecimento de água de Assu

Atender o crescimento vegetativo da cidade haja vista que o horizonte do sistema em operação já foi ultrapassado a anos e há a necessidade de intervenções para atender satisfatoriamente a população com a expansão urbana, principalmente nos últimos dez anos. A obra abrangerá a realização de melhorias na ETA, nas adutoras de água tratada, nos centros de reservação, além de modificações na rede de distribuição. No projeto da rede foi considerada a divisão da zona urbana em quatro zonas, denominadas de zona baixa, zona média, zona alta e zona oeste. Estima-se que seja implantado um total de 27.027 m de extensão de rede de distribuição, e um total de 2150 ligações.

População beneficiada: 40 376 habitantes.

Valor do investimento: R\$ 8.150.000,00 (Oito milhões cento e cinquenta mil reais).

1.8.6 Projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água da cidade de Caraúbas

Atender a expansão do crescimento vegetativo dos últimos anos, tendo em vista que o horizonte de projeto atualmente em operação venceu desde o ano 2000. Constitui-se do reforço dos anéis de distribuição, construção de mais três reservatórios, sendo um apoiado, com capacidade de 400 m3 (central) e mais dois elevados de 50 m3 de capacidade, situado na Zona Leste e na Zona Sul. Três estações elevatórias de água tratada, contíguas à área do reservatório apoiado, recalcarão, respectivamente para os reservatórios elevados existente e a construir. Está prevista a implantação de rede de distribuição com comprimento total aproximado de 37.000 m, varaindo do DN 50 a 250 mm.

População beneficiada: 12.333 habitantes.

Valor do investimento: R\$ 4.300.000,00 (Quatro milhões e trezentos mil reais).

II - Projetos de Obras Estruturantes de sustentabilidade Hídrica para abastecimento humano

R\$ 88.002.370,00

2 SISTEMAS ADUTORES

1.1 Adutora Expressa do Alto Oeste

A Adutora Expressa, que interligará os dois sub-sistemas do Sistema Adutor Alto Oeste, levará água bruta da barragem Santa Cruz até a ETA de Pau dos Ferros, está projetada para ser construída com a finalidade de garantir que os usuários do Sub-sistema Pau dos Ferros continuem com a garantia de

99% no fornecimento d'água. A Adutora Expressa deverá atender a 40% das demandas do Sub-sistema Pau dos Ferros.

População beneficiada: 178.037 habitantes

Situação: Projeto Básico elaborado

Investimento: R\$ 43.252.370,00

Prazo para elaboração do Projeto executivo – 90 dias

Prazo para início de licitação – 90 dias

Prazo de execução – 10 meses

1.2 Projeto de ampliação do sistema adutor médio oeste

Ampliação da ETA, Estações Elevatórias, Construção de Adutoras em Paralelo e Expansão das Redes de Distribuição de Água para adequar-se à demanda atual e futura do sistema, cujas cidades de final da adutora vêm sofrendo com a irregularidade do abastecimento de água. O sistema proposto prevê uma ampliação do Sistema Adutor Médio Oeste que beneficiará os municípios de Almino Afonso, Campo Grande, Espírito Santo do Oeste (Paraú), Janduís, Messias Targino, Patú, e Triunfo Potiguar, além de 27 comunidades rurais.

População beneficiada: 58.000 habitantes.

Investimento: R\$ 32.500.000,00 (Trinta e Dois milhões, Quinhentos mil reais).

2. BARRAGENS

2.1 Barragem Suçuarana

Localizada no município de Mossoró, com volume de acumulação de 2,2 milhões de m³, tendo como finalidade principal impedir a penetração do fluxo salino pela foz do Rio do Carmo, combatendo o processo de salinização dos solos da área degradada. Servirá, ainda, para a abastecimento humano e dessedentação animal, além de atividades de piscicultura para a região da foz do Rio do Carmo.

População beneficiada: 1.100 habitantes

Situação Atual: Projeto Básico elaborado

Investimento: R\$ 12.250.000,00

Total do Investimento R\$ 174.047.699,00

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senador Garibaldi Alves. Eu acato o seu pedido, e V. Exa. será atendido na forma do Regimento.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, falando das suas preocupações com a seca no seu Estado e, naturalmente, no Nordeste e em grande parte do País.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Exa..

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN)

– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Exa. pode continuar o pronunciamento. Encerrou?

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN)

– Encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Meus cumprimentos.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Casildo Maldaner, V. Exa. vai usar a palavra? Eu o estou convidando, neste momento, para assumir a tribuna.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Nobre Presidente, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, nosso chefe da Comissão de Direitos Humanos, que, hoje, de manhã, numa audiência pública extraordinária, com vários participantes, fez um relato do que foi o primeiro semestre, sempre lutando nessa caminhada, sempre cumpridor de suas obrigações, ao cumprimentá-lo, Sr. Presidente e nobres colegas, quero também dizer que a comissão mista que analisa o Código Florestal continua reunida. Ela começou de manhã, para ver se conseguia entrar num consenso, mas ainda se encontra debatendo, neste momento, para ver se é possível consensuar uma saída em relação ao novo Código Florestal do País, que já vem, há tempo, sendo tratado nesta Casa.

Cito outro caso também que foi analisado aqui, com as ponderações também de V. Exa., Presidente desta sessão, pelo Senador Sérgio Souza, com a participação da Senadora Ana Amélia, que presidiu hoje a audiência pública, a que compareceram muitas pessoas do Brasil inteiro, produtores de suínos, muitos Deputados Federais, deputados estaduais e prefeitos, associações e cooperativas, produtores do Brasil inteiro. Foi usado o espaço do auditório Petrônio Portela, porque havia centenas de participantes nesse encontro com o Ministro da Agricultura, com todas essas pessoas,

para realizar o debate e encontrar uma saída para o caso da suinocultura no Brasil.

Um dos temas levantados que tive a honra de abordar, como membro desta Comissão, é que, apesar de tentarmos encontrar caminhos para mitigar os prejuízos, está na hora de o Ministério da Agricultura – esta foi a tese que sustentamos – fazer um levantamento para sabermos qual é a nossa produção, o que nós temos no Brasil. Hoje não há um controle da oferta e da demanda. Então, é preciso fazer um levantamento da oferta. O que se possui? Qual é o fator produtor no Brasil? O que se tem? É preciso fazer o levantamento desse fator produção, ter o controle disso. Quanto nós produzimos? Qual é a nossa produção no Brasil em suinocultura? Ninguém sabe hoje. E os produtores concordaram.

As associações de produtores nos Estados e a Associação Nacional, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, precisam obter esses dados para sabermos qual é a nossa produção e, em cima disso, estabelecermos a demanda existente não só no Brasil, mas também no mundo. Assim, é possível regularmos isso.

Mesmo tendo em mão essa informação, quando os preços estiverem melhores, quando passar a crise, o que ocorrerá? Muitas vezes, há aqueles aventureiros que pegam os recursos do BNDES, os recursos do Banco do Brasil, do BRDE, na nossa Região Sul, e constroem granjas. Depois de um ano, dois anos, vêm de novo outras crises, e aí todo mundo entra na dificuldade, porque cresce a oferta. Então, é preciso haver esse controle de produção, o chamado controle de produção. Quando há espaço para crescer, primeiro deve-se fazer a oferta aos que estão produzindo.

Primeiro as cooperativas, os que estão há anos se dedicando a essa produção. Essa tem que ser a saída.

Há a perspectiva de abertura de mais um mercado na Albânia; retomamos na Rússia – vamos supor; está em outros países. Hoje é possível fazer a projeção dos negócios. Podemos pensar em, no ano que vem, aumentar em tantas toneladas esse produto. Primeiro, vamos consultar os que estão no ramo, as famílias, os filhos desses que vêm crescendo, que estão aí e querem aumentar. Se eles não quiserem, então dá para abrir para outros que queiram entrar no mercado.

Se não houver um controle de produção, nós vamos, periodicamente, entrar nesse ciclo de crises. Essa é uma das grandes saídas.

Estou abordando isso, Sr. Presidente, porque hoje existe esse debate. Estão agora lá no Ministério discutindo outras saídas.

Quero levantar outro tema muito rapidamente, Sr. Presidente, que também me preocupa. São as cons-

tantes greves a que estamos assistindo no Brasil. Fiz alguns apontamentos em relação a isso.

Nesse momento, em todo o País, está ocorrendo uma série de greves de diversas categorias de trabalhadores, especialmente de servidores públicos, qualquer que seja o âmbito. Ora são professores, ora médicos ou funcionários deste ou daquele órgão.

Trata-se, inegavelmente, de direito legítimo dos trabalhadores, públicos ou privados, conquistado legitimamente e garantido pelo art. 9º de nossa Constituição. Nossa ponderação, nobres colegas, vai no sentido de, antes de partir para o confronto, buscar a via do entendimento, buscar da conciliação.

Durante a minha vida, tenho como lema um pequeno ditado. E isso vivi inclusive na época em que estive à frente do governo do meu Estado, que é Santa Catarina: valem mais duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. Então, conversar, discutir, reunir-se antes de deflagrar um movimento, porque depois de deflagrado, olha, não é fácil.

Tem um ditado que em minha terra, na Serra, dizem, e não é só lá. O ditado diz: eu pago um boi para não entrar numa briga, mas depois pago uma boiada para não sair. É a tal coisa.

Então, o diálogo antes de deflagrar. Antes de acontecer, tentar esgotar todas as partes é a melhor saída, porque depois de deflagrar já viu.

Durante muitos anos, as greves foram o único recurso do trabalhador para buscar avanços. A conquista desse direito, a bem da verdade, veio à custa de muita batalha, no Brasil e no mundo, desde o século XIX até os dias de hoje. Ultimamente, contudo, temos visto certa banalização desse instrumento que, mesmo legítimo, causa grandes prejuízos à sociedade.

Vamos ser sinceros, mesmo sendo legítimo, há momentos em que cria uma confusão, uma instabilidade, hoje, deixa vários setores da sociedade intranquilos.

Não pretendo adentrar no mérito de uma categoria específica. Longe de mim adentrar no mérito; não quero. Tenho plena convicção de que, sob o prisma dos servidores, as reivindicações são sempre justas, claro – houve uma defasagem, ou é isso, ou é aquilo, houve uma promessa, e aí procuram buscar. Mas, antes de paralisar serviços públicos ou mesmo atividades privadas, devem, como disse antes, ser esgotadas todas as vias de negociação. É o melhor a fazer. Sindicatos, centrais sindicais e todas as formas de representação de trabalhadores devem estar imbuídos desse espírito, em verdade, um compromisso público maior com a sociedade.

Obviamente, essa consciência deve vir também das categorias patronais e dos administradores público. E temos de cuidar muito agora, quando estamos en-

frentando um pleito eleitoral no Brasil inteiro, um pleito municipal, e, muitas vezes, no afã, dizem que vão fazer isso e aquilo. Depois, assumem e falam: Olha, eu não sabia e não vou cumprir com isso. Então, temos de cuidar muito. Quer dizer, a classe patronal também tem de ter o cuidado para não vender, muitas vezes, falsas ilusões que, depois, não podem ser concretizadas. Temos de cuidar disso. Hoje, falou; depois, como vão fazer? É como jogar um saco de penas no ar. Depois, para recolher, com o vento, não é fácil.

Por isso digo que a reposição de perdas inflacionárias não deveria ser motivo de conflito. Não deveria ser. Esse entendimento deve ocorrer – eu diria – naturalmente, se houve, no período, dois, três, cinco, sete de inflação. Porque, geralmente, a arrecadação também acompanha, o produto vendido acompanha. Do contrário, o orçamento do trabalhador, com o tempo, começa a ser comprometido.

Porque, geralmente, a arrecadação também acompanha, o produto acompanha o que vende. Se não o orçamento do trabalhador também, com o tempo, começa a ser comprometido, porque se foi estipulada, há um ano, nessa base, se houve 10% de correção disso, disso, disso e disso, se ganhávamos por mil, em 10%, faltam R\$100. De um lado e de outro, como se vai fazer isso? Como é que vai repor? O produto aumenta. Se houve inflação, é porque aumentou. Os custos são os custos relacionados. E isso é em tudo; é na educação, na saúde; até no medicamento ocorre isso. É em tudo. Não tem como fugir.

Quer dizer, isso tinha de ser natural. Não podia ser considerado movimento ou paralisação parar um hospital, parar a saúde, pararem as aulas. Acho que tinha de ser muito natural. Então, quando fizerem os tratados, isso é o mínimo. Tinha de ser um entendimento muito maduro.

Com relação aos reajustes, o espírito de responsabilidade e ponderação deve reinar em ambos os lados.

Reajuste é quando alguma coisa reajusta, quando se acertou um preço: vamos fazer um reajuste. Bom, a reposição não é reajuste. A reposição, não considero reajuste. Repôs porque já estava ganhando isso. É o mesmo que trocar um carro. Eu comprei um carro hoje e vou trocar daqui um ano, daqui dois anos. Se vou entregar o meu carro para comprar outro, eu vou ter de repor, não sei se é 20%, ou 10%, ou 15%, para ter o mesmo carro, só mais atualizado. A mesma coisa é a pessoa. Se ela está comendo hoje, daqui a um ano, daqui a dois anos, não vai comer menos. É a sua alimentação ou são as necessidades básicas. Quer dizer, aí a reposição não é aumento. Então, temos de ter essa maturidade.

Agora, aumento real, essa discussão tem de ser madura. Acho que aí não deve...Olha, se não fizer, para tudo. Acho que não. Acho que tem de ter essa maturidade, para não ensejarmos muitos problemas, porque depois de entrar e paralisar, dá no que dá, muitas vezes. Aí é duro. E, para sair desse problema, não é fácil.

Com relação aos reajustes, o espírito de responsabilidade e ponderação deve reinar em ambos os lados – além de, no setor público, o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quer dizer, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem de ser observada. Agora, na reposição, não. Na reposição, geralmente isso acompanha. Agora, se for para reajuste, tem de cuidar também da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tanto faz se for na iniciativa pública ou na privada, tem de ter os cuidados, tem de ver de onde sai. Aí é que tem de ter o diálogo maduro, então.

Em uma democracia que caminha firmemente rumo à maturidade, a greve, direito estabelecido e positivado, será sempre instrumento legítimo. Sua utilização excessiva e, às vezes, irresponsável, que a gente não quer, contudo, além de prejudicar a sociedade, está sujeita a penas, não contribui em nada para a conquista dos objetivos comuns de nossos trabalhadores.

O chamamento à maturidade, para que haja um entendimento e que se possa esgotar no diálogo, na conversa madura, responsável é a melhor saída.

Conheço muitos pais, amigos e outros que estão aí vivendo um drama agora – coitado do Mercadante, Ministro da Educação não está encontrando um caminho – com a greve, que é um exemplo, nas nossas universidades. Ocorrendo já há uns dois meses, ou coisa que o valha, compromete o semestre. Muitos desses universitários iriam colar grau e terão que refazer todo o projeto, inclusive já tinham reservas para fazer aperfeiçoamento em outros lugares, e assim por diante. Isso cria uma confusão, como se diz na gíria. E assim em todos os setores, ou mesmo em outras escolas, outros colégios; ou em outros setores, como a saúde, a segurança; ou é da fiscalização, ou é da arrecadação, onde for.

Discutir a reposição tinha que ser uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Automática.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não pode ensejar razão de ter greve por parte patronal e por parte do trabalhador, é repor. Ele estava ganhando R\$1.000,00 e, com a inflação de certo tempo, hoje, está em R\$930,00! Então, tem que repor, crescer, automático. Agora, quando é reajuste, tem que ter o debate maduro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria cumprimentar o pronunciamento de

V. Exa., corajoso, autêntico e sincero. V. Exa. está defendendo a tese que também defendo, de que a greve é um direito legítimo dos trabalhadores, principalmente quando não estão recebendo, sequer, a inflação, que é o eixo do seu pronunciamento. Acho que tinha de haver uma política no País que dissesse que o correspondente à perda inflacionária causada nos salários, automaticamente, uma vez por ano, se incorpora, e a sociedade se molda a isso, porque é necessário. É o caso dos servidores. A maioria dos servidores públicos, como das universidades, é uma situação de perda inflacionária.

Por isso que entendo também o pronunciamento de V. Exa., que diz que o Ministro Aloizio Mercadante, com a maior boa vontade, não está na alçada dele, porque depende da Fazenda, do Planejamento.

Por isso, na mesma linha de V. Exa., espero que prevaleça o diálogo. Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, foi proposta, inclusive, uma audiência pública para tentarmos encontrar um caminho para a situação da greve, principalmente dos servidores e da área dos professores, da área do serviço público. Veja bem que os caminhoneiros já anunciaram, hoje pela manhã, casualmente, na comissão, pelo presidente nacional dos caminhoneiros, o Tigrão, que vão fazer uma greve nacional no dia do caminhoneiro, dia 26, se até lá não for acordado algum tipo de procedimento em relação à situação deles.

Então V. Exa. está alertando que precisamos dialogar, conversar, construir uma política de entendimento. Acho que todos os Senadores se manifestaram já com as suas preocupações em relação à greve dos professores, que já vai mesmo para dois meses.

Quero cumprimentar V. Exa. pelo equilíbrio, tranquilo. E claro que aumento real é fruto de outro procedimento com muito mais calma – nós mesmos estamos brigando, e V. Exa. é meu parceiro, o Senador Mozarildo também, o Senador Garibaldi Alves também, para que haja uma recuperação dos benefícios dos aposentados. Mas nós estamos tentando dialogar e achar uma saída. Mas a situação dos servidores e principalmente dos professores é delicada, é preciso achar uma solução.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu concluo então, ainda mais com as ponderações de V. Exa., Senador Paulo Paim.

Isso tem que ser uma coisa normal, me parece, principalmente para as classes menos privilegiadas no Brasil. Acho que a reposição é uma coisa que está embutida. Não se quer ganhar uma reposição para poder fazer altos negócios ou coisa que o valha. Não é. É uma coisa de vida normal, a vida cotidiana durante o ano, o ano que vem. É isso!

Por exemplo, no salário mínimo, além da reposição sempre há...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há o PIB, um crescimento pelo PIB.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pelo PIB, quer dizer há um acréscimo real. Acho que é justo isso. Há o crescimento do PIB, é possível. Então, no mínimo, para ir sempre levantando um pouco, porque o que ganha o mínimo já está, olha, está pedindo água.

Mas, além da reposição ele tem uma reposição, além do PIB, alguma coisa de real. Esse tem garantido. Mas os outros, no mínimo, a reposição. Isso não podia ser motivo de paralisações etc. E aí, com relação às outras questões, eu conclamaria para termos a maturidade fora disso, o diálogo, sempre medindo as consequências que podem ocorrer, porque não é fácil isso. Em alguns setores é preciso ter esse cuidado porque – como já disse no começo – muitas vezes ele até entra, mas não sabe como sair; ou como aquele que diz: Eu pago um boi para não entrar numa briga, mas pago uma boiada para não sair. E aí ninguém quer se entregar e fica a sociedade toda nesse drama.

Então eu acho que nós temos que ter essa consciência.

Agradeço, Sr. Presidente, por ter tolerado ultrapassar o tempo também, mas são ponderações que nós precisamos refletir e meditar, acho que isso é importante para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Exa. por trazer esse tema ao plenário do Senado, porque não dá para a gente também dar uma de avestruz, é como se os Senadores não tivessem vendo o que está acontecendo nas ruas, que é essa greve específica aqui, no caso, dos professores, que já vai para 60 dias. É preciso conciliar, é preciso dialogar, é preciso construir um entendimento.

Veja bem que eu estava conversando ontem com o Ministro Garibaldi – aproveito que Garibaldi Alves pai está aqui conosco –, e nós estamos discutindo – é uma proposta interessante – que, para valorizar os aposentados e pensionistas, nós fizéssemos o vínculo não ao PIB para não vincular ao salário mínimo, mas ao crescimento da massa salarial. Se a massa salarial subir, a Previdência arrecada mais. Se a massa salarial subir no País, real, 3%, o aposentado receberia também 3%. Então, é uma proposta – eu diria – bem construída por parte dos consultores que aponta um caminho que vai garantir uma reposição real aos nossos aposentados e pensionistas, mas acompanhando o crescimento da massa salarial. Se a massa salarial sobe, a Previdência arrecada mais; se arrecada mais, poderia, então, pagar o correspondente ao aposen-

tado sem nenhum tipo de déficit naquela importante Pasta; o maior seguro social da história de um país é a Previdência que segura.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Senador, e vai aproximando a camada mais baixa da mais alta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – De preferência ver essa massa, essa possibilidade de participação sempre procurando acompanhar para chegar aos que estão no teto e tentar fazer com que o Brasil não seja tão desigual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos países de primeiro mundo, entre o maior salário e o menor, é dez vezes; no Brasil, chega a 100 vezes. Então, nós temos que ter uma política que aponte em outro sentido.

Pergunto a V. Exa., Senador Casildo Maldaner, se está com tempo, ou ao Senador Mozarildo, enfim, não sei qual dos dois poderia assumir aqui a Presidência para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com muita honra, considero-me aqui compartilhando a Presidência com o Senador Mozarildo Cavalcanti, os dois presidindo esta Mesa para ouvirmos o nosso Presidente da CDH – Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Casildo Maldaner, que preside a sessão neste momento; Senador Mozarildo Cavalcanti, sempre presente aqui, de segunda a sexta, e também muito atuante na Comissão de Direitos Humanos. V. Exa. é um dos nossos guerreiros lá, apoiando e ajustando os projetos de interesse do nosso povo e da nossa gente.

Senador Garibaldi Alves, também é uma alegria vê-lo aqui, V. Exa., por inúmeras vezes, embora com problemas de saúde, diz: “Avisé que dou um jeito e vou lá. Se precisar de mim, conte comigo que eu estarei lá, na Comissão”. Então, eu agradeço a V. Exa. e a todos os Senadores que estão no plenário neste momento, aos quais já me referi, pelo auxílio que têm me dado para que a Comissão de Direitos Humanos decole e vote os projetos tão esperados por toda a população.

Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner, quero falar hoje da importância de um Tribunal Penal Internacional. Quero dizer que, na Presidência da Comissão

de Direitos Humanos do Senado, suscitei e apresentei, para que houvesse um debate, a questão do Tribunal Penal Internacional, o chamado TPI, um braço internacional que poderia funcionar aqui, no Brasil, a partir de um projeto que está, já, lá na Câmara dos Deputados.

Informo que o Brasil, já em 2002, ratificou o Estatuto de Roma – o Estatuto de Roma, do Tribunal Penal Internacional – através da Emenda Constitucional nº 45, de dezembro de 2004, mas ainda não adotou uma legislação de implementação desse Estatuto, com o intuito de prevenir e punir os crimes internacionais considerados graves, como os genocídios, que atentam contra a humanidade em clima de guerra.

Por isso, venho a esta tribuna, representando a Comissão de Direitos Humanos do Senado, conclamar os Deputados para a mobilização pela aprovação do Projeto de Lei nº 301, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que define os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e de guerra. Já foi aprovado o projeto nas Comissões de Direitos Humanos daquela Casa, Relações Exteriores e também na Comissão de Constituição e Justiça.

Que entre em pauta – esse é o pedido – e seja aprovado pelo Plenário da Câmara o mais breve possível, para que ele chegue ao Senado para análise dos Senadores e Senadoras. Claro que aqui já há um compromisso da Comissão de Direitos Humanos, que será a principal Comissão para esse tema, de agilizar a votação.

Eu tive duas convidadas internacionais, na linha dos direitos humanos, uma da ONU e outra da Costa Rica, que vieram ao meu gabinete cobrar – claro, porque eu presido a Comissão de Direitos Humanos – os motivos por que o Brasil ainda não aprovou esse importante projeto. Na ocasião, comprometi-me a vir à tribuna a fim de tentar garantir a aprovação o mais rápido possível.

Enfim, é urgente a aprovação desse projeto, pois o Brasil só poderá exercer a sua jurisdição perante o Tribunal Penal Internacional se os crimes internacionais, previstos no Estatuto de Roma, também estiverem definidos na nossa legislação.

Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner, recebi, como dizia antes, nesses últimos dias, na Comissão de Direitos Humanos, a Sra. Virgínia Dandan, perita independente em direitos humanos e solidariedade internacional do Conselho da ONU. Ela conheceu experiências acumuladas pelo Brasil no campo da política externa e da cooperação internacional, voltadas para a promoção de direitos humanos. E, por isso mesmo, ela não entendia por que não aprovamos ainda esse Projeto.

Por exemplo, dizia a ela da importância – e fico feliz, porque foram de minha autoria – da aprovação, que ela já conhecia, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial e da política de cotas. E ela já me dizia da sua convicção, como a Câmara já aprovou, o Supremo já reconheceu, os Estados estão adotando, as universidades, em sua maioria, estão adotando, de que o Senado, naturalmente, vai aprovar, também espero, já agora, na primeira semana de agosto, a política de cotas de 25% das vagas para negros, índios e pobres e de 25% das vagas para os mais pobres, a cota social.

Essas cotas seriam para as universidades e também para as escolas técnicas. Vai ter um corte social, e serão destinadas para aqueles em que a renda *per capita* da família não ultrapasse 1,5 salário mínimo.

Ela também questionou e cobrou do Brasil a aprovação desse projeto que implementa uma legislação para prevenir e punir, repito, os crimes internacionais considerados graves.

Como ela, Sr. Presidente, uma delegação de parlamentares e membros do PGA – Parlamentares para a Ação Global, como a Juíza brasileira do Tribunal Penal Internacional, Dra. Sylvia Steiner, o Deputado uruguaio Felipe Michelini, o Dr. David Donat Cattin, e a Dra. Deborah Verduzco veio até a Comissão de Direitos Humanos, no início do semestre, para pedir apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 301, de 2007, e com o intuito de promover a universalidade e efetividade do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Na ocasião, convidaram-me para fazer parte do PGA – Parlamentares para Ação Global, na linha dos direitos humanos, sendo que prontamente aceitei, tendo em vista o objetivo humanitário e de justiça do Tribunal Penal Internacional.

Sr. Presidente, o Brasil está em débito com a comunidade internacional, porque até hoje não participa integralmente da jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI). Apesar da ratificação, repito, do Estatuto de Roma, ocorrida em 2002, o Governo brasileiro também já deveria ter adaptado sua legislação interna à jurisdição internacional.

Daí, mais uma vez reitero a importância do Projeto de Lei nº 301, de 2007, pedindo aos meus pares que o avaliem sensivelmente por se tratar de crimes contra a humanidade que precisam estar devidamente tipificados em nossa legislação.

Sei do esforço que está fazendo a Ministra Maria do Rosário. Fiquem aqui, mais uma vez, para ela, os meus cumprimentos.

Sr. Presidente, enquanto isso não acontecer, não há também uma efetiva participação do Brasil no Tribunal Penal Internacional, o que traduz um retrocesso,

numa visão daqueles que querem que enxerguemos no Planeta políticas humanitárias.

Dou como exemplo de países que já atualizaram e regulamentaram sua legislação sobre esse importante tribunal: Portugal, Bélgica e Alemanha.

No texto da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, o Congresso Nacional assinalou a urgência em regulamentar esta questão.

Em seu art. 5º inseriu o §4º, com a seguinte disposição: “O Brasil se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão”.

Então, não resta dúvida jurídica nenhuma em relação a essa questão e à constitucionalidade do Tribunal Penal Internacional após a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Essa questão alarga o comprometimento com os direitos humanos de todos nós, pois o Tribunal Penal Internacional tem jurisdição sobre determinados crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, todos elencados em 128 artigos do Estatuto de Roma.

Sr. Presidente, quero ainda fazer outro registro que considero de suma importância, com a tolerância de V. Exa., até porque o Senador Cristovam Buarque, Senador Casildo Maldaner, disse que ele está se aproximando do Senado e, se eu puder usar um pouquinho mais do tempo, com a tolerância de V. Exa., daria tempo de o nosso querido Senador Cristovam fizesse, no dia de hoje, o seu pronunciamento.

Sr. Presidente, quero fazer um registro sobre o artigo “A gênese dos acidentes de trabalho no Brasil”, de autoria da presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy.

Sr. Presidente, tive a grata satisfação de ler, no *Correio Brasiliense*, artigo que quero socializar pela nossa TV Senado, pela Agência Senado, pela Rádio Senado com o Brasil: “A gênese dos acidentes de trabalho no Brasil”.

Falo isso com tristeza, mas o Brasil, em proporção, é campeão no mundo de acidentes no trânsito e no trabalho, e isso tem que ser olhado com muito cuidado. São milhares de vítimas de acidentes inclusive fatais.

De autoria da Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy, é o artigo que denuncia o quadro no País, em que, de 2005 a 2010, quase 16.500 trabalhadores perderam a vida em consequência de acidentes de trabalho, tema que é objeto da campanha institucional nacional do Sinait.

Pela exposição de dados e números, o problema é apresentado. Por isso, Sr. Presidente, vou fazer questão de ler o artigo na íntegra.

Diz o texto:

“Uma das questões mais graves nas relações capital x trabalho no Brasil diz respeito aos acidentes de trabalho.

Dados oficiais demonstram que, de 2005 a 2010, foram vitimados 3.862.276 trabalhadores.

Veja bem, Sr. Presidente, quase quatro milhões de trabalhadores em cinco anos.

[...] 74.761 ficaram inválidos permanentemente [quem diz são os fiscais do trabalho] e 16.948 perderam a vida. Os dados referem-se apenas aos casos comunicados à Previdência Social.

Há quem diga que dá para multiplicar esses dados por dois, porque muitos acidentes não são computados, não havendo a devida formulação ou a devida denúncia deles.

[Sr. Presidente,] Quiséssemos reunir todos esses trabalhadores incapacitados, eles não caberiam na maioria dos estádios destinados à Copa de 2014. Um quadro dantesco!

Acidente de trabalho não é fatalidade, é incuria! E, por ela, a sociedade paga um custo altíssimo, não bastasse a dor, o sofrimento e a perda de vidas humanas.

Esses fatos mancham os fundamentos que norteiam a Constituição brasileira, dispostos já no artigo 1º – [...]

[...] cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho [Sr. Presidente,] e intentam contra os direitos dos trabalhadores consagrados [também] no artigo 7º, [...]

[...] cujo inciso XXII dispõe expressamente que sejam reduzidos os riscos inerentes ao trabalho.

A gênese dos acidentes do trabalho é a mesma que encontramos durante as fiscalizações: [...]

Diz a Presidente do Sindicato dos Fiscais.

[...] descumprimento da lei. Falta de registro em carteira; excesso na jornada de trabalho [causa de acidentes]; [...]

O que obriga o trabalhador a fazer horas extras para tentar recuperar o que não recebeu. A carga exagerada e o fato de o cidadão não parar para descansar, durante um, dois, três anos, promove uma estafa, e isso o deixa à mercê do acidente.

[...] não concessão de férias; atraso ou não pagamento de salários; não recolhimento do FGTS.

Tais questões estão relacionadas ao não recolhimento das contribuições previdenciárias, [...]

O que o acabam prejudicando-o no ato da aposentadoria.

[...] do Imposto de Renda e, ainda, [...]

Segundo ela, o correspondente àquilo que deveria ir

[...] ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); ao PIS/Pasep; à Rais e ao seguro-desemprego. Esse descaso com a lei está presente também – de forma ordinária – na exploração do trabalho infantil, [...]

É bom lembrar que hoje, pela manhã, Sr. Presidente Casildo Maldaner, lá na Comissão de Direitos Humanos, nós aprovamos uma audiência pública para discutir a exploração do trabalho infantil no Brasil.

Falamos hoje, pela manhã, e isso também está aqui no artigo dela.

[...] a terceirização fraudulenta e nas condições degradantes encontradas do combate ao trabalho escravo.

Não bastasse tudo isso, o menoscabo contribui para uma odiosa concorrência desleal, um verdadeiro acinte aos empresários que cumprem a lei.

É o descumprimento da lei, via de regra, leva o trabalhador a ingressar em juízo para ter seus direitos respeitados, [...]

E isto faz assoberbar a Justiça do Trabalho, que se vê obrigada a aumentar o número de Varas de Trabalho, de juízes e de servidores, enfim, toda uma estrutura para atender milhares e milhares [para não dizer milhões] de processos. É evidente que medidas precisam ser tomadas, quer no âmbito do Poder Público, quer no seio da sociedade.

Conscientização de empregadores e trabalhadores, orientações por meio de entidades patronais, mas também dos empregados, [...]

Campanhas de sensibilização são necessárias, são importantes, mas é preciso também aumentar a fiscalização dos locais de trabalho. Isso é imperioso. E a gente lamenta que o número de fiscais, Senador Cristovam, do trabalho que temos hoje é praticamente um terço se compararmos o número de empresas que estão em plena atividade que tínhamos há 10, 20 anos.

É no ambiente de trabalho que o auditor fiscal verifica as condições de segurança e higiene, os exames médicos obrigatórios, os programas de segurança, Cipa, enfim, supervisor de segurança, é ali que ele fiscaliza se o empregado está registrado, se a jornada de trabalho é respeitada, se os salários são pagos corretamente, se há recolhimento de FGTS entre outros direitos.

A inspeção do trabalho obteve o recolhimento de seu papel perante a sociedade, graças ao descortino dos parlamentares constituintes atentos aos preceitos do Estado democrático de direito, da prevalência dos direitos humanos, da cidadania, da dignidade e da pessoa humana, da redução das desigualdades, dos valores sociais do trabalho, ao determinar no art. 21 que compete à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, em consonância com as recomendações da Convenção 81 da OIT, ratificada pelo Brasil.

Diz, mais ela Senador Cristovam, Senador Mozarildo – estou me referindo ao art. 81, publicado no Jornal do Brasil da Líder dos Fiscais do trabalho –

“Tem inteira procedência os ditames contidos na Constituição diante do enorme desequilíbrio na relação capital x trabalho, cujo protagonista mais frágil tem seus direitos aviltados ou subtraídos, a exigir a pronta intervenção do poder público para promover ou restaurar esse equilíbrio.

Houvesse melhor estrutura e número suficiente de Auditores-Fiscais do Trabalho reduziríamos – diz ela – a chaga dos acidentes de trabalho que tanta dor tem levado a milhares de lares brasileiros (e nos deixa nessa situação triste e desconfortável perante o mundo).

Adotamos o tema “Acidentes de Trabalho no Brasil” para a campanha institucional 2012 e a categoria dos Auditores-Fiscais do Trabalho encontra-se mobilizada por melhores condições de trabalho da nossa gente; reposição das perdas salariais e luta para aumentar o seu quadro nitidamente insuficiente para fiscalizar mais de sete milhões de empresas espalhadas pelo País, e alcançar e poder acompanhar o dia a dia de 44 milhões de trabalhadores

Enfim, Sras. e Srs. Senadores. Quem quiser saber mais sobre a campanha institucional do Sinait pode acessar www.sinait.org.br.

Senador Cristovam, eu não sei se V. Exa... eu teria muito prazer de receber um aparte de V. Exa.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, Senador Paim, dizer de que não poderia ser outro Senador a trazer este assunto aqui que não fosse o senhor e talvez eu temo a dizer que se o senhor não trouxesse nenhum de nós traria. E é um problema muito grave. Nós já despertamos para morte nas ruas por violência, morte no trânsito por acidente, mais ainda não despertamos plenamente para mortes, como o senhor mesmo disse que não são fatalidades, são resultados de descuidos, de inoperância e de desprezo à segurança do trabalhador. Mas eu pedi o parte não só para elogiar o senhor ter trazido esse assunto,

mas para insistir que uma das causas de acidente de trabalho é a falta de educação.

... Na construção civil o número de trabalhadores que, por exemplo, caem de andares durante a construção é porque não conseguiram ler o que estava escrito: "Cuidado. Não passar desta parte". É triste dizer, mas talvez o Brasil seja o País em que tenhamos o maior índice de acidente de trabalho por analfabetismo, por falta de educação. Neste item a gente precisa insistir e lembrar que a falta de educação é uma das causas dos acidentes de trabalho, além da falta de fiscais, além da irresponsabilidade de muitos dirigentes, de muitos empresários, além também da irresponsabilidade de alguns trabalhadores que não põem o capacete, o que é um prova de falta de educação também, mas é uma falta de cuidados.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Então, parabéns por haver trazido o assunto. Vamos tentar fazer uma campanha contra isso. Eu queria sugerir, o senhor que tem o hábito tão bom de fazer os debates na Comissão de Direitos Humanos sobre tantos assuntos, creio que já houve uma audiência sobre acidente de trabalho, mas vamos fazer uma sobre educação e acidente de trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – E trazer especialistas para que eles analisem quantos desses, o senhor disse há pouco, encheriam a maior parte dos estádios que estão sendo construídos para Copa em que alguns trabalhadores estão morrendo nessas construções. Preciso dizer até que o grande auditório da UnB, construído, na verdade, há 50 anos, tem como nome Dois Candangos em homenagem a dois pedreiros que morreram na construção. Espero que na Copa lembremo-nos dos que vão morrer construindo por falta de educação, por falta de cuidados, por inoperância. Então, vamos fazer uma audiência para discutir quantos desses encham um estádio de mortos por acidente de trabalho; quantos desses poderíamos ter evitado a morte se tivessem tido um mínimo de educação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam quero cumprimentar V. Exa. e, mais uma vez, destacar que aceito a sua sugestão. Vamos fazer, sim, porque a situação é grave, uma nova audiência pública com esse foco: educação e acidentes no trabalho.

Quero dizer que o documento que aqui li, por uma questão de justiça para com aqueles que estão assistindo à TV Senado, foi produzido pelo Sinait, assinado pela Sra. Rosângela Rassy, Presidenta do Sindicato

Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que faz essa grave denúncia.

Sr. Presidente, os números são de fato alarmantes. Vou repetir alguns: de 2005 a 2010, morreram por acidente de trabalho no Brasil, em cinco anos, quase 17 mil pessoas. E nós tivemos, nesse mesmo período, quase 4 milhões, quase 4 milhões de acidentes no trabalho. Por isso que ela diz também no artigo que se pegássemos só os que ficaram inválidos, praticamente 17 mil, lotariam com certeza qualquer estádio da Copa.

Era isso, Sr. Presidente, eu agradeço a tolerância de V. Exa. Muito obrigado.

Peço que considere na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa Legislativa, apresento para o debate a questão do Tribunal Penal Internacional – TPI, um braço internacional dentro do Judiciário brasileiro.

O Brasil, em 2002, ratificou o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, através da Emenda Constitucional nº 45 de dezembro de 2004, mas ainda não adotou uma legislação de implementação com o intuito de prevenir e punir os crimes internacionais mais graves, como genocídio, que atentam contra a humanidade e crimes de guerra.

Por isso que venho nesta Tribuna, conchamar a mobilização dos Deputados para que o Projeto de Lei nº 301 de 2007, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que define os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e de guerra, já aprovado nas Comissões de Direitos Humanos, Relações Exteriores e Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, entre em pauta e seja aprovado no Plenário daquela Casa Legislativa o mais breve possível, para que logo chegue ao Senado para nossa análise.

É urgente a aprovação deste Projeto, pois o Brasil só poderá exercer a sua jurisdição perante o Tribunal Penal Internacional se os crimes internacionais previstos no Estatuto de Roma, também estiverem definidos em nossa legislação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, recebi, nestes últimos dias, na Comissão de Direitos Humanos, a Sra. Virgínia Dandan, perita independente sobre direitos humanos e solidariedade internacional do Conselho da ONU.

Ela conheceu experiências acumuladas pelo Brasil no campo da política externa e da cooperação internacional voltadas para a promoção dos direitos humanos.

Como por exemplo, os Estatutos da Pessoa com Deficiência, do Idoso, política de cotas para negros, índios e pobres nas universidades e o árduo trabalho na elaboração de uma política de salário mínimo mais justa, para os trabalhadores e aposentados.

Mas ela também questionou e cobrou do Brasil a aprovação deste projeto que implementa uma legislação para prevenir e punir os crimes internacionais mais graves.

Como ela, uma delegação de Parlamentares e Membros do PGA – Parlamentares para a Ação Global – como a Juíza brasileira do Tribunal Penal Internacional Sylvia Steiner, o Deputado Uruguaio Felipe Michelin, Dr. David Donat Cattin e a Dra. Deborah Verduzco; vieram até a Comissão de Direitos Humanos no início do semestre, pedindo apoio à aprovação do Projeto de Lei 301 de 2007 e com o intuito de promover a universalidade e efetividade do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Na ocasião convidaram-me para fazer parte do PGA – Parlamentares para Ação Global – sendo que prontamente aceitei, tendo em vista o objetivo humanitário e de justiça do Tribunal Penal Internacional.

Sr. Presidente! O Brasil está em débito com a comunidade internacional porque até hoje não participa integralmente da jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Apesar da ratificação do Estatuto de Roma, ocorrida em 2002, o governo brasileiro também já deveria ter adaptado sua legislação interna à jurisdição internacional.

Daí mais uma vez reitero a importância do Projeto de Lei 301 de 2007, pedindo aos meus pares que o avaliem sensivelmente por tratar de crimes contra a humanidade que precisam estar tipificados em nossa legislação.

E, enquanto isso não acontecer, não há também uma efetiva participação do Brasil no Tribunal Penal Internacional, o que traduz um grande retrocesso.

Como exemplo de países que já atualizaram e regulamentaram sua legislação interna em consonância com o Tribunal Penal Internacional estão Portugal, Bélgica e Alemanha.

No texto da Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, o Congresso Nacional assinalou a urgência em regulamentar esta questão.

Em seu art. 5º inseriu o parágrafo 4º com a seguinte disposição: “O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão”.

Então, não resta dúvida jurídica em relação à constitucionalidade do Tribunal Penal Internacional após a Emenda Constitucional nº 45 de 2004.

Esta questão alarga o comprometimento com os direitos humanos, pois o Tribunal Penal Internacional tem jurisdição sobre determinados crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, todos elencados em 128 artigos do Estatuto de Roma.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tive a grata satisfação de ler no *Correio Braziliense*, artigo “A gênese dos acidentes de trabalho no Brasil”, de autoria da presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy.

O artigo denuncia o quadro no país, em que, de 2005 a 2010, quase 16.500 trabalhadores perderam a vida em consequência de acidentes de trabalho, tema que é objeto da campanha institucional do Sinait.

Pela exposição, dados, números e problema apresentado, peço, Sr. Presidente, que o artigo entre nos anais desta Casa.

Diz o texto:

Uma das questões mais graves nas relações capital x trabalho no Brasil diz respeito aos acidentes de trabalho.

Dados oficiais demonstram que de 2005 a 2010 foram vitimados 3.862.276 trabalhadores, 74.761 ficaram inválidos permanentemente e 16.498 perderam a vida. Os dados referem-se apenas aos casos comunicados à Previdência Social.

Quiséssemos reunir todos esses trabalhadores incapacitados, eles não caberiam na maioria dos estádios destinados à Copa de 2014. Um quadro dantesco!

Acidente de trabalho não é fatalidade, é incúria! E, por ela, a sociedade paga um custo altíssimo, não bastasse a dor, o sofrimento e a perda de vidas humanas.

Esses fatos mancham os fundamentos que norteiam a Constituição Brasileira, dispostos já no artigo 1º cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho – e intentam contra os direitos dos trabalhadores consagrados no artigo 7º, cujo inciso XXII dispõe expressamente que sejam reduzidos os riscos inerentes ao trabalho.

A gênese dos acidentes de trabalho é a mesma que encontramos durante as fiscalizações: descumprimento da lei. Falta de registro em carteira; excesso na jornada de trabalho (causa de acidentes); não concessão de férias (idem); atraso ou não pagamento de salários; não recolhimento do FGTS.

Tais questões estão relacionadas ao não recolhimento das contribuições previdenciárias, do Imposto de Renda e, ainda, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); ao PIS/PASEP; à RAIS e ao Seguro Desemprego.

Esse descaso com a lei está presente também – de forma ordinária – na exploração do trabalho infantil, na terceirização fraudulenta e nas condições degradantes encontradas no combate ao trabalho escravo.

Não bastasse tudo isso, o menoscabo contribui para uma odiosa concorrência desleal, um verdadeiro acinte aos empresários que cumprem a lei.

É o descumprimento da lei, via de regra, que leva o trabalhador a ingressar em Juízo para ter seus direitos respeitados, e isto faz assear a Justiça do Trabalho, que se vê obrigada a aumentar o número de Varas de Trabalho, de Juizes e de servidores, enfim, toda uma estrutura para atender milhares e milhares de processos.

É evidente que medidas precisam ser tomadas, quer no âmbito do poder público, quer no seio da sociedade.

Conscientização de empregadores e de trabalhadores, orientações por meio das entidades patronais e de empregados, campanhas de sensibilização são atividades importantes, mas as fiscalizações nos locais de trabalho são imperiosas.

É no ambiente de trabalho que o Auditor-Fiscal verifica as condições de segurança e higiene, os exames médicos obrigatórios, os programas de segurança e saúde.

É ali que ele fiscaliza se o empregado está registrado, se a jornada de trabalho é respeitada, se os salários estão sendo pagos corretamente e se há recolhimento do FGTS, dentre outros direitos.

A Inspeção do Trabalho obteve o reconhecimento de seu papel perante a sociedade graças ao descortino dos parlamentares constituintes, atentos aos preceitos do Estado democrático de direito, da prevalência dos direitos humanos, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, da redução das desigualdades e dos valores sociais do trabalho, ao determinar, no artigo 21, que compete à União, organizar, manter e executar a Inspeção do Trabalho, em consonância com as recomendações da Convenção 81 da OIT, ratificada pelo Brasil.

Tem inteira procedência os ditames contidos na Constituição diante do enorme desequilíbrio na relação capital x trabalho, cujo protagonista mais frágil tem seus direitos aviltados ou subtraídos, a exigir a pronta intervenção do poder público para promover ou restaurar esse equilíbrio.

Houvesse melhor estrutura e número suficiente de Auditores-Fiscais do Trabalho reduziríamos a chaga dos acidentes de trabalho que tanta dor tem levado a milhares de lares brasileiros.

Adotamos o tema “Acidentes de Trabalho no Brasil” para a campanha institucional 2012 e a categoria

dos Auditores-Fiscais do Trabalho encontra-se mobilizada por melhores condições de trabalho; reposição das perdas salariais e luta para aumentar o seu quadro nitidamente insuficiente para fiscalizar mais de 7 milhões de empresas espalhadas pelo País, e alcançar 44 milhões de trabalhadores (Rais/2010)”.

Sras. e Srs. Senadores. Quem quiser saber mais sobre a campanha institucional do Sinait pode acessar www.sinait.org.br

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – Como sempre, o Senador Paulo Paim abordou diversos assuntos de muita importância – Paulo Paim, o Brasil já sabe dessa sua luta – e fez um relato também do que foi o primeiro semestre, principalmente, na Comissão de Direitos Humanos, que ele preside.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eminente Senador Cristovam Buarque, vou ler um comunicado que chegou à Mesa. É um comunicado que vem da Câmara dos Deputados, do Líder do PSB da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – A Presidência designa o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, conforme o **Ofício nº 117, de 2012**, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro – PSB, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência a indicação do Deputado Glauber Braga (PSB-RJ) como suplente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Respeitosamente, Deputado **Givaldo Carimbão**, Líder do PSB.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of.B nº 117/12

Brasília, 11 de julho de 2012

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação do Deputado Glauber Braga (PSB – RJ) como suplente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Respeitosamente, Deputado **Givaldo Carimbão**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – É o comunicado que ele faz à Presidência do Senado, Senador José Sarney.

Serão tomadas as providências de acordo com o Regimento.

Portanto, passamos agora a palavra ao eminente Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ontem e hoje tivemos a surpresa de ouvir declarações parecidas de duas figuras tão antagônicas na política, embora duas figuras com muito bom diálogo, pelo que se vê pela imprensa.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao receber o grande prêmio, e o Brasil inteiro deve se orgulhar desse prêmio – nós sempre dizemos que o Brasil não tem Prêmio Nobel; agora, se não tem o Nobel, tem algo perto do Nobel, que é o prêmio que o Presidente Fernando Henrique recebeu ontem nos Estados Unidos –, disse algo igual ou parecido com o que disse hoje a Presidenta Dilma.

Eu fico satisfeito de ver essa convergência, Senador Paim. O que disse o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso foi que não se pode medir o futuro de um país apenas pelo produto interno bruto; o que disse hoje, de manhã, a Presidenta Dilma foi que não se pode medir a riqueza de um país pelo produto interno bruto, coerente, aliás, a Presidenta com o *slogan* do seu Governo, criado por ela, de que país rico é país sem pobreza.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso trouxe um debate mais intelectual, conceitual, sobre a ideia de buscar medir se um povo é ou não é feliz.

Pessoas são felizes ou infelizes por razões pessoais; não dependem de governo, não dependem da política. Agora, as pessoas têm mais ou menos dificuldade para buscar a sua felicidade dependendo dos governos. Governos não dão felicidade a ninguém, mas o governo cria muita infelicidade a muita gente. Um governo, portanto, que não crie infelicidade e que elimine os entulhos que atrapalham a busca da felicidade, como o engarrafamento de trânsito, como a busca de trabalho, como uma fila para ser atendido por um médico, tudo isso provoca infelicidade. Se um governo elimina filas para se atendido na saúde, se faz com que o transporte público funcione bem, se faz com que a economia gere emprego, esse governo está ajudando as pessoas a buscarem, com mais facilidade, cada uma delas, sua felicidade.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso provocou esse debate ontem ao receber o prêmio, dizendo que é preciso medir o desempenho de um país pela felicidade que esse país tem em seu povo.

A Presidenta Dilma foi mais prática. Ela disse, de maneira muito interessante, que país rico não é necessariamente o do PIB, mas aquele que cuida bem das suas crianças. Ela disse isso no momento em

que lança, de fato, um programa que vai trazer certo cuidado especial para as crianças: o programa Brasil Carinhoso e o programa de creches.

Mas o que quero dizer tanto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso como à Presidenta Dilma é que, para um país ser melhor que o PIB mostra... E o Brasil é o contrário: o Brasil é muito pior que o Produto Interno Bruto mostra, porque, no Produto Interno Bruto, nós somos o 6º país do mundo, mas, no grau de felicidade – basta ver o que falou, há pouco, o Senador Paim –, nós não somos o 6º, se consideramos o número de mortos em acidentes de trânsito ou de acidentes de trabalho. Precisamos passar a medir se o Brasil vai bem ou mal, não pelo PIB, como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso, como disse a Presidenta Dilma, mas, por exemplo, se o País tem ou não tem corrupção. Esse é um indicador também do bem-estar, da felicidade, do orgulho de um país.

Tomamos conhecimento hoje também de que a Fifa justificou, de certa maneira, a impossibilidade de reaver dinheiro de propina recebido por cartolas brasileiros, dizendo que é uma tradição a corrupção nos países latino-americanos, inclusive o Brasil. A moralidade faz parte da riqueza de um povo. Eu me lembro de que o Ministro Aldo Rebelo foi muito duro com a Fifa, quando ela disse que o Brasil merecia um pontapé porque não estava fazendo as obras na velocidade que devia. Eu espero que ele faça um protesto, dizendo que, aqui, isso não existe ou que diga que existe e que estamos lutando contra, mas eu espero que ele não fique calado. Eu espero que não fique calado o Governo brasileiro diante dessa afirmação da Fifa.

O meio ambiente é outro item que indica se um país vai bem ou vai mal. Às vezes, para proteger uma floresta, tem de o Produto Interno Bruto não crescer muito, porque, para ele crescer muito, em geral, tem de se derrubar florestas. Mas, hoje, a gente só mede pelo Produto Interno Bruto. Uma árvore em pé não tem valor na economia brasileira. Se Fernando Henrique e a Presidenta Dilma consideram que não basta o Produto Interno Bruto para decidir se um país vai bem ou vai mal, comecemos a proteger nossas florestas, nossos rios, o ar das nossas cidades.

E a gente não tem visto isso com clareza por parte do Governo, até porque essa declaração da Presidenta seria boa se tivesse vindo quando o PIB estava crescendo, mas está vindo quando o PIB está estagnado. Dá a impressão até de que não é por uma conversão de percepção de como se mede o bem-estar de um país. Dá até a impressão de que é uma desculpa para o mau desempenho da economia.

A distribuição de renda é um indicador se um país está bem ou não está bem. A segurança nas ruas é

um indicador. A distribuição da propriedade, do capital e da terra é um indicador. O tempo livre de um trabalhador é um indicador. E eu não vejo, Senador Paim, a luta pelas 40 horas de trabalho semanais. Um país que trabalha 40 horas semanais, ainda que o PIB não cresça – até por causa disso, suponhamos –, ainda que não haja um aumento da produtividade, é um país com melhor bem-estar, porque o trabalhador vai ficar mais tempo com a sua família, vai sobrar mais tempo para o lazer, para a cultura.

Esse conjunto de itens de que eu falei – corrupção, meio ambiente, distribuição de renda, segurança, distribuição da terra, distribuição do capital, tempo livre – tem um denominador em comum: eles vêm da educação. A educação é capaz de distribuir renda. Não há outro caminho para fazer uma distribuição séria.

A gente pode dar bolsas famílias, que tiram as pessoas da pobreza extrema, mas não faz com que a renda fique mais bem distribuída. É uma ilusão, é uma mentira falar em distribuição da renda porque algumas pessoas deixaram de passar fome. Deixar de passar fome é deixar de passar fome, e isso é muito importante. A África precisa, sobretudo, disso. Na África, não basta a distribuição de renda. É preciso jogar comida dos aviões e paraquedas. A renda não se distribui, mas a fome diminui.

O meio ambiente será protegido por uma questão de educação, uma questão de educação que não apenas mude a mentalidade daqueles que consideram que o que importa é a destruição da floresta para aumentar o Produto Interno Bruto e a melhoria da qualidade do próprio Produto Interno Bruto. Tudo isso vem da educação.

Uma vez que a Presidenta falou isso, eu quero cometer, talvez, uma indiscrição, Senador Davim, ao ler aqui uma carta que eu enviei em 8 de julho, mas de 2011. Até hoje não recebi nenhum comunicado dizendo se chegou ou não chegou, embora eu a tenha entregue, no Palácio do Planalto, à Ministra Chefe da Casa Civil. É uma carta que traz uma proposta para a educação brasileira, uma proposta que pode não ser boa, pode não ser a melhor, certamente não é a melhor – a melhor não existe –, mas merecia um estudo, merecia um comentário, merecia dizer: encaminhamos para o Ministério da Educação para estudar.

Então, quando a gente vê a Presidenta dizer que tão importante ou mais do que o Produto Interno Bruto é cuidar bem das crianças, ela deveria tentar fazer um esforço maior pela educação brasileira. E a gente não vê esse esforço.

Agora mesmo está o Governo contra 10% do Produto Interno Bruto para a educação. Eu não defendo que precisemos de 10% ou de 12% ou de 8%. Eu vou

dizer nessa carta quanto eu dizia, Senador Paim, de que precisava. Já adianto: 6,4% do PIB para a educação de base. Mas não cheguei a isso pela percentagem; cheguei a isso pelo cálculo de quanto custa pagar R\$9 mil a um professor por mês, quanto custa reconstruir as escolas deste País, para que elas sejam bonitas e confortáveis, como podemos equipar essas escolas para que elas tenham o que há de mais moderno hoje – lousas inteligentes, computadores, televisão – e implantar horário integral.

Isso foi dito – e eu não vou ler toda a carta. Começo dizendo que, apesar dos esforços e resultados de ministros e governos dos últimos 20 anos, as exigências educacionais do mundo moderno crescem mais rapidamente do que nossa educação evolui. Portanto, a brecha cresce. A brecha entre as necessidades educacionais e o grau de educação está piorando no Brasil.

Ao mesmo tempo, a desigualdade com a educação que se distribui entre a parcela rica e a pobre está aumentando essa brecha. Podemos até dizer que houve uma melhora por termos mais crianças na escola, mas a educação das parcelas ricas da população cresceu muito mais rapidamente. Então, a brecha está aumentando.

A simples evolução, como vem ocorrendo, não será suficiente para atender às necessidades educacionais do Brasil no Século XXI, porque a educação hoje é o berço tanto da igualdade quanto do progresso econômico. O berço do progresso econômico, o berço da igualdade está na educação.

Mais do que evolução, será preciso um salto, o que não ocorre em pouco tempo em um país. Só ocorre se for rápido em cada cidade.

Aqui eu acho que está uma novidade que eu venho defendendo, pela qual venho lutando. Nós vamos fazer uma revolução ao longo dos anos, como aconteceu com a economia. A industrialização foi em São Paulo. Não havia aeroporto em todas as cidades do Brasil, ao mesmo tempo. Começamos com dois, porque, se fosse com um só, o avião não sairia. Não é Senador Mozarildo? Ou sairia e não teria para onde ir, ou teria de voltar. Mas começamos em duas – não sei quais.

Eu defendo que façamos a revolução em uma cidade. Todas as escolas dessa cidade seriam da melhor qualidade. Depois, faríamos em outra, em outra, em outra. Como fazer isso? A ideia consiste em fazer uma revolução em cidades escolhidas, cidades com escola básica ideal. E avançaríamos – avançaríamos apenas, não é um salto – na qualidade de todo o sistema educacional vigente. É aqui que o PNE falha. É aqui que o Ministro Mercadante tem razão em dizer que se preocupa, pois de onde virá o dinheiro? Eu me preocupo ainda mais: para onde vai o dinheiro?

Hoje, se jogarmos 10% do PIB na educação, estaremos jogando fora pelo menos uns 3% dele. O sistema não é capaz de absorver. Por exemplo, se amanhã aumentarmos o salário de todos os professores, não haverá o aumento da qualidade, na mesma proporção, se não tivermos formação de professores, se eles não tiverem dedicação ao ensino, se eles não souberem usar os modernos equipamentos e se não tivermos sistema de avaliação permanente, para verificar se o professor está realmente trabalhando. Se amanhã comprarmos milhões de computadores, eles ficarão engavetados, porque não se sabe como usá-los; não há segurança para deixar o computador nas escolas, Senador Paim. Hoje, na maior parte das escolas, o computador desaparece em uma, duas semanas. Se quebrar, não há um sistema que permita consertá-lo. É aí que entra a palavra sistema.

Precisamos de um sistema educacional novo. Como os CEAPs, só que em escala pequena, em um tempo passado, 30 anos atrás. Hoje, não é o prédio que é mais importante. Hoje, o importante é o professor, mas com equipamentos.

Então, precisamos – e o PNE está longe disso – criar um novo sistema educacional, enquanto o atual, antigo, vai desaparecendo.

Eu calculo que levaríamos 20 anos para chegar a todo o Brasil, em um, dois anos, chegaríamos a uma cidade, a uma cidade inteira. E, aos poucos, isso vai se espalhando.

A carta continua, Srs. Senadores: todas as escolas do Brasil seriam melhoradas, mas, ao mesmo tempo, todas as escolas de determinadas cidades seriam radicalmente revolucionadas. Teriam seus professores selecionados pelo Governo Federal, com uma carreira nacional, como tem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Ministério Público, a Justiça, o Congresso.

Com salários atraentes, que eu considero o mínimo, para atrair os melhores quadros do Brasil, R\$9 mil por mês; com um regime especial de formação e exigências específicas de dedicação, inclusive com uma estabilidade relativa, porque a estabilidade tem de ser para impedir que o governador demita, que o prefeito demita, que o presidente demita, que o diretor da escola demita. Mas a estabilidade não pode ser para proteger quem não trabalha; não pode ser para proteger quem não é avaliado corretamente. Essa é uma estabilidade nociva ao País. A estabilidade é para não permitir que ninguém possa demitir, mas tem de permitir que uma avaliação demita.

Os prédios seriam reconstruídos e receberiam os mais modernos equipamentos pedagógicos.

Todas as crianças teriam, pelo menos, seis horas de atividade escolar por dia. Esse é um novo regime,

esse é um novo sistema. O resultado seria que, de imediato, o ensino nessas cidades teria a qualidade que nós esperamos para, daqui a vinte anos, o Brasil inteiro ter; teria uma qualidade que tem a Coreia, que tem a Finlândia. É uma espécie, isso que eu proponho, de CIEP mais moderno por cidade, não por unidade escolar.

Em 20 anos, esse novo sistema estaria implantado em todo o Brasil. O custo dessa proposta é em função do número de cidades com essa educação implantada a cada ano. Pode ser mais depressa ou mais devagar, mas seriam atendidas, no primeiro ano, 3,5 milhões de crianças, em 200 cidades pré-selecionadas, por exemplo, com média de 70 mil habitantes a cidade, e não se começaria pelas grandes, porque não teremos fôlego, a um custo de R\$9 mil anuais, por aluno, que corresponde exatamente a R\$9 mil por mês por professor.

É uma mágica interessante. Se você tem 30 alunos por sala, o valor do salário, por mês, do professor é o mesmo valor do ano por aluno. Isso custaria R\$40,3 bilhões. Nesse custo, está incluído o salário do professor: R\$9 mil. É preciso dizer que é o equivalente à media paga na Coreia do Sul, na Finlândia e no Chile.

Não falamos de Estados Unidos, não falamos dos países mais ricos, contratando 120 mil professores por ano. O Brasil tem dois milhões. Então, é um processo lento para o Brasil, mas é um processo rápido para a cidade que for escolhida.

Nesse mesmo ano em que tivermos essas 200 cidades, o sistema tradicional teria uma evolução. O novo sistema é que teria a elevação dos seus salários.

Na minha proposta, nas cidades onde esse novo sistema for adotado, chegando aí os professores federais com R\$9 mil, os professores locais que não passarem no concurso para a nova carreira receberiam um aumento que elevasse o salário para R\$4 mil, ou seja, mais que dobraríamos o salário, mas não igualaríamos àqueles da carreira federal.

Alguns podem dizer que é absurdo se ter dois regimes. Mas não já existe? Já! Você tem uma escola municipal de um lado da rua e uma escola federal do outro lado da rua, o salário é diferente, a carreira é diferente. Você tem de um lado o colégio Pedro II e do outro uma escola municipal no Rio com salários diferenciados, porque passaram em concursos diferenciados, porque têm qualificações diferenciadas, porque têm exigências diferenciadas.

As cidades poderiam ser escolhidas – todos me perguntam – com base em alguns critérios: o tamanho, porte pequeno; a história, se a cidade tinha alguma tradição educacional para se começar por essas, porque aí veremos o resultado e as outras querem copiar; o compromisso, cidades cujos prefeitos e governado-

res apresentem história de relação com a educação e vontade de participar também eles do financiamento dessa revolução.

Como pode ser visto por quadros que foram entregues, esse processo de substituição de um sistema que vai desaparecendo por outro que vai chegando, em 20 anos, faria com que todos os gastos fossem 6,4% do PIB. O governo está preocupado porque não dá para gastar 10%? Está aqui como fazer, não chega a 10%, chega a menos agora e vai diminuindo se o PIB crescer bem. Se incluirmos o ensino superior, deve chegar a 7% ou 7,5% do PIB, bem abaixo dos 10%, ou seja, sabendo o que fazer e como fazer.

Continuei a carta que mandei para a Presidente dizendo:

Senhora Presidenta, o peso dos custos será bastante menor ao longo dos anos se levarmos em conta o impacto da educação sobre a taxa de crescimento do PIB [porque educar cresce a economia], como também pela redução quase automática nos custos dos programas sociais.

Na medida em que essas crianças forem sendo educadas, a Bolsa Família deixa de ser necessária, os programas de desemprego começam a diminuir a necessidade de proteger pessoas porque o emprego virá. É um dado plenamente reconhecido pelo IPEA, do Governo Federal, que investir em educação apresenta um elevado retorno econômico, social, financeiro e fiscal. Essa Revolução na Educação traria um retorno muitas vezes superior aos investimentos que apresentei.

Nossa evolução é mais lenta do que o aumento nas exigências e a consequência é o aumento na brecha educacional.

Em um País que tem... Faz tanto tempo a carta que aqui dizia a sétima economia mundial... Nem sétima somos mais, somos a sexta, mas como ilusão, porque é uma sexta baseada no preço das *commodities* que podem cair a qualquer momento, na demanda que é fixa para o mundo, mas que pode reduzir para o Brasil se começarem a produzir em Moçambique ou em outros países soja, ou se descobrirem uma mina de ferro. A única demanda, que é crescente, é de produtos de alta tecnologia. E nisso somos zero, com exceção dos aviões da Embraer.

Isso permitiria fazer aquilo que a gente tem que fazer, que é uma economia do conhecimento. Inclusive é preciso dizer que o erro do PNE, além de só ter intenções, de não ter propostas, além de propor 10% do PIB sem dizer como se chegou a esse valor, é que deveríamos pensar algo diferente de Plano Nacional de Educação. Deveríamos pensar um plano nacional de construção de um sistema do conhecimento no Brasil.

Um plano nacional para o conhecimento. Educação é uma parte disso.

Sr. Presidente, eu não vou ler todos os detalhes da carta, mas eu digo aqui também que apresento essas sugestões em resposta às manifestações de interesse e do entusiasmo da Sra. Presidenta ao falar dos resultados recentes de Olimpíadas de Matemática e do desempenho especial dos alunos das escolas federais.

Eu a ouvi elogiando um colégio militar do Rio de Janeiro pelos ganhos de medalhas em Olimpíadas de Matemática. O que eu estou propondo é apenas espalhar essas escolas. É fazer com que as escolas, como a Pedro II, institutos de aplicação, escolas técnicas e escolas federais se espalhem, se ampliem e que, de um número de poucas centenas que são hoje, cheguem a duzentas mil no Brasil.

Seria uma ingenuidade propor isso para hoje, para amanhã. Não é ingenuidade propor isso para vinte anos. Não é! É perfeitamente possível: os recursos existem. Falta levar adiante aquilo que a Presidenta disse: “que um País não pode medir seu desempenho apenas pelo PIB, que deve medir o seu desempenho por outros indicadores também”. E eu até diria: sobretudo esses outros, e perceber – e isso talvez seja difícil de convencer – que todos estes outros itens, como a ética, o fim da corrupção, como a melhor distribuição de renda, como a distribuição do capital, a distribuição da terra, a segurança, a redução de mortes no trânsito, tudo isso tem como elemento central, embora não único, a educação da nossa população que começa pelas crianças.

Eu faço essa fala, Senador Mozarildo, antes de lhe passar ao aparte porque eu gostei de ver a declaração da Presidenta Dilma pela primeira vez a meu ver desde o seu slogan de que “País rico é País sem pobreza”, de que não é o PIB que mede se um país vai bem ou vai mal, como ela tem insistido, como o Ministro Mantega só fala nisso, sem trazer a outra dimensão.

Fico satisfeito, também, quando vejo o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso trazendo essa dimensão que até pouco tempo atrás dizia-se que era um pouco de loucura falar em levar em conta a felicidade das pessoas, como elas se sentem no país onde elas vivem. Isso é um bom despertar, mas é preciso, depois de despertar, caminhar. E eu não vejo como caminhar seriamente, dar um salto, Senador Eurípedes, se não for através de uma revolução na educação. Eu não vejo outra forma de fazer a revolução se não for pela federalização da educação de base. Eu não vejo como federalizar se não for ao longo de anos. Eu não vejo como federalizar espalhando novos professores pelo Brasil, colocando uma escolinha aqui, outra escolinha ali, como os CIEPs. Só colocando todas as escolas

de uma cidade desse tipo; depois; outra cidade e outra cidade. Em 20 anos, teríamos um Brasil do qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso poderia dizer “está caminhando para a felicidade” e que a Presidenta Dilma poderia dizer “mesmo sem crescer tanto, é um Brasil melhor do que antes”.

Era essa a minha fala, Senador Paim, mas o Senador Mozarildo pediu para dar um aparte; e eu, com muito prazer, passo a ele.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Cristovam, como sempre, V. Exa. aborda esse tema da educação que, não há dúvida, é prioritário. Eu tenho sempre dito, como médico, embora apareça nas pesquisas que a maior queixa, a maior preocupação do brasileiro é a saúde, o que é saúde é consequência da educação. Como uma pessoa pode ter noção de cuidados básicos de prevenção, por exemplo, para evitar adoecer se ela não tiver educação? Como podemos priorizar emprego se a mão de obra não está qualificada? Enfim, todos os outros importantes setores da Nação, com certeza, sem educação, vão ficar deficientes. Eu quero, portanto, cumprimentar e dizer que é mais importante mesmo... Não vou dizer a V. Exa. que sou completamente a favor da tese de federalizar a educação; mas, com certeza, o que há que ter é a priorização efetivamente, neste País, da educação, porque, sem isso nós não vamos melhorar os indicadores de saúde, não vamos melhorar os outros indicadores porque, como – repito – um ato simples haveria de convencer uma pessoa de que ela tem que lavar as mãos antes das refeições, escovar os dentes e evitar certas coisas se a pessoa não estiver educada? E como também evitar que essa pessoa tenha um bom emprego se ela não estiver qualificada por meio de uma boa educação? Portanto, parabéns a V. Exa..

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço, Senador Mozarildo, não apenas por trazer uma dimensão que eu não coloquei, que é a saúde. Eu não a coloquei, foi uma falha; segundo, por lembrar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... que tem tudo a ver saúde com educação das pessoas; a terceira porque, ao levantar com muita franqueza, que não tem certeza da federalização, faz-me lembrar que eu defendo a federalização da carreira, a federalização dos prédios, mas com descentralização gerencial. Por exemplo, eu duvido que haja uma cidade neste País que não queira uma escola técnica, ela é federal; eu duvido que não tenha uma que não queira universidade pública, ela é federal; agora, é gerenciada pelo reitor, a outra é gerenciada pelo diretor e o prefeito

pode até ter um papel. Eu até radicalizo, Senador Mozarildo, eu imagino um dia as escolas serem tão descentralizadas na gestão que os pais, os professores, os funcionários e os alunos mais velhos gerenciem a escola; agora, com a carreira nacional, com o salário garantido e com avaliação federal.

Então, é federalização com descentralização gerencial e com liberdade pedagógica. O Governo não tem como impor decentemente um padrão pedagógico para todas as escolas. Nós vivemos um momento em que a educação está sendo reinventada a cada dia e é preciso deixar que as pessoas inventem a educação nas suas escolas. Para isso é preciso liberdade (plena liberdade!) e avaliar depois os resultados.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Davim.

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Senador, eu gostaria de parabenizá-lo pela lucidez de seu pronunciamento. O senhor fala com propriedade sobre este tema, o senhor aborda soluções possíveis para o Brasil na área da educação. Eu também concordo que o olhar sobre a educação deve ser com esse grau de responsabilidade. No Brasil, todas as áreas que são consideradas prioritárias se transformam em carreira de Estado: é assim com a Magistratura, é assim com a área tributária, é assim no Ministério Público, é assim com os delegados, é assim, enfim, com a Receita. Muitas outras carreiras são contempladas, mas educação não consegue ser prioridade, da mesma forma que a saúde não. Eu defendo a carreira de Estado para os servidores da saúde, porque eu acredito que educação e saúde são responsabilidades do Estado e, portanto, o Estado tem que dispensar um olhar mais carinhoso, mais responsável para essas duas áreas. Eu entendo também, Senador, que saúde e educação não podem estar dissociadas. Elas precisam caminhar juntas, porque a primeira ação de saúde não começa com a prescrição do médico; ela começa com informação, e essa informação precisa ser dada nas escolas. Nós precisamos ensinar o nosso povo a ser saudável, nós precisamos ensinar à criança, desde tenra idade, ao jovem a cuidar bem do seu corpo, a cuidar bem do meio ambiente, a cuidar da saúde. Nós precisamos ter essa preocupação, e eu não consigo enxergar ainda por que (qual a justificativa?), a grade curricular não contempla disciplinas que informem, que ofereçam instrumentos para as crianças, os adolescentes e os jovens a serem saudáveis? Eu estudei na antiga Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, hoje Instituto Federal.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Na época em que lá estudei, Senador, havia uma disciplina chamada Programa de Saúde que nos ensinava e nos dava instruções para sermos saudáveis, para cuidarmos da nossa saúde, do nosso corpo. E como foi importante essa formação sobre saúde nos bancos escolares. Foi importante! E todas as pessoas da minha geração têm uma visão diferente sobre a saúde. Portanto, acho que são dois setores estratégicos para qualquer governo. Mais uma vez, parabéns a lucidez do seu pronunciamento. Parabéns, Senador. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu o agradeço, Senador Davim. Acho que esse discurso está muito coerente com o seu livro, elaborado com seus discursos aqui, que tratam, sobretudo, de meio ambiente e de saúde; portanto, de educação, que é o que une os dois.

Sr. Presidente, quero concluir dizendo que, embora fuja da minha maneira tradicional de ser, do cuidado com que eu procuro me comportar, muito respeitosamente, quero aqui cobrar da Presidenta que, pelo menos, diga que recebeu esta carta um ano atrás; pelo menos dizer que mandou estudar e que tudo isso é uma grande besteira. Ou dizer que ainda há muitas dúvidas e que quer discutir essas dúvidas.

O que eu acho é que não está direito isso ficar esquecido em alguma gaveta do Palácio do Planalto porque não chegou à mão dela.

Isso é o resultado de muitos anos, de uma vida, talvez, de preocupação com o assunto, de meses de dedicação de assessores meus trabalhando na elaboração, na quantificação do custo para chegar a esse valor exato. Nós não “chutamos” 10%! Nós, eu e assessores meus, trabalhamos com cuidado nisso.

Eu acho que merecem um mínimo de respeito o tempo que nós dedicamos para elaborar e à figura de um Senador, afinal de contas, que se tem dedicado a isso, que foi Ministro do governo, que é este também, da época do Presidente Lula, e que quer colaborar. Quer colaborar para que a Presidente seja coerente ao dizer que progresso não é, necessariamente renda; que progresso é cuidar de criança, e que diga: “Eu estou fazendo.” Não apenas com algumas creches, o que já é bom, mas com uma revolução na educação brasileira.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam, pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, nós abrimos a Ordem do Dia.

Está aberta a

ORDEM DO DIA

Ao mesmo tempo, encerramos a Ordem do Dia. As matérias da pauta de hoje ficarão para a próxima sessão.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 623, de 2012 – RISF – 336, II) (Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008; e os Projetos de Lei do Senado nºs 344 e 479, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008 (nº 73/2009, na Casa de origem, da Deputada Nice Lobão), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 819, 820 e 827, de 2012:

– da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Ana Rita, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 344 e 479, de 2008, com voto vencido dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Lobão Filho, Álvaro Dias e Luiz Henrique e prejudicados os votos em separado dos Senadores Lobão Filho e Aloysio Nunes Ferreira; e

– da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ/CDH e 3 e 4-CDH, de redação, que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 344 e 479, de 2008.

– de Plenário, Relator: Senador Paulo Paim, em substituição à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, nos termos dos pareceres da CCJ e CDH.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 623/2012 – 336, II)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008; e os Projetos de Lei do Senado nºs 344 e 479, de 2008)

Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2008, do Senador Marconi Perillo, que *institui reserva de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior, pelo período de doze anos, para estudantes oriundos do ensino fundamental e médio públicos.*

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 623/2012 – 336, II)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008; e os Projetos de Lei do Senado nºs 344 e 479, de 2008)

Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2008, do Senador Alvaro Dias, que *reserva 20% das vagas dos vestibulares para os cursos de graduação das universidades públicas federais e estaduais para estudantes oriundos de família com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio.*

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 63, DE 2011***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 123, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 65, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais.*

Parecer sob nº 395, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos

vencidos dos Senadores José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 652, DE 2011 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 652, de 2011-Complementar, do Senador Gim Argello, que *modifica as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos garçons*.

Parecer sob nº 633, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Vicentinho Alves, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeiro signatário a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União)*.

Parecer favorável, sob nº 1.282, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres.

10

REQUERIMENTO Nº 616, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 616, de 2012, do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (alterações na CLT).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, conforme já havia anunciado esta Presidência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. a votação do Requerimento nº 166, que está na mesa e que é assinado pelo Senador Vicentinho Alves, por mim e por outros Senadores, destinado à realização de uma sessão especial em homenagem ao Dia do Aviador, no dia 15 de outubro.

Portanto, eu gostaria que fosse apreciado o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exa. será atendido neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram lidos, anteriormente, os **Requerimentos nºs 58 e 166, de 2012**, do Senador Vicentinho Alves e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar o Dia do Aviador, a realizar-se no próximo dia 15 de outubro.

Em votação os requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer** favorável, sob o **nº 949, de 2012**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator Senador Sérgio Souza, sobre o **Requerimento nº 659, de 2012**, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 26 e 27 de julho de 2012, com ônus para esta Casa, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Curaçao, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento regional daquele Parlamento.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 949, DE 2012

DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 659, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, que “requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 26 e 27 de julho de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Curaçao, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento”.

RELATOR: Senador SÉRGIO SOUZA

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o **Requerimento nº 659, de 2012**, de autoria do **Senador Eduardo Suplicy**, que *"requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 26 e 27 de julho de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Curaçao, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento"*.

II – ANÁLISE

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: *"se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40"*.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que *"a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado"*, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente comunica que estará ausente do País no período de 25 a 28 de julho de 2012, para o desempenho da referida missão.

III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do **Requerimento Nº 659, de 2012**.

Sala da Comissão, em 12 de julho de 2012.



, Presidente


Relator

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE
REQUERIMENTO Nº 659, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 37ª REUNIÃO, DE 12/07/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Cristovam Buarque

RELATOR: Sen. Sérgio Souza

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Sérgio Souza (PMDB)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Majoria(PV, PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Gyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Votação do requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Passamos a palavra, neste momento, ao Líder do Partido dos Trabalhadores da Bahia, Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, antes de entrar neste meu pronunciamento, quero fazer o registro de que, nesta manhã, e nem posso mais falar nesta manhã, começamos de manhã, mas, agora, às 17 horas, votamos ali o parecer dos Senador Luiz Henrique, relativo ao Código Florestal.

Portanto, acabamos de votar o relatório, ressaltando os destaques, e, conseqüentemente, apreciaremos os destaques já no mês de agosto. Assim, avançamos do ponto de vista da apreciação da Medida Provisória nº 571, que trata exatamente do Código Florestal.

Mas, Sr. Presidente, o motivo que me traz à tribuna nesta tarde, primeiro, é dizer da minha satisfação quando li, na semana passada, e hoje até de forma muito mais enfática, que o Governo fala no envio a esta Casa de um projeto, Senador Paulo Paim, que particularmente discuto há muito tempo. Tenho, inclusive, uma proposta apresentada aqui, na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Ao mesmo tempo, eu já vinha fazendo com o próprio Governo diversas discussões sobre esse tema. Recordo-me, Senador Paulo Paim que debati esse tema – refiro-me à bancarização – com o então Ministro Patrus Ananias, que era o nosso Ministro de Desenvolvimento Social à época.

Em que consiste esse projeto? O Governo fala, inclusive, em facilitar o sistema de pagamento por meio do sistema móvel, ou o até muito conhecido mundialmente como *Mobile Banking*, que é um debate que se arrasta no mundo inteiro, já há muito tempo. Eu diria que já é uma prática em diversas nações, tanto nas nações mais desenvolvidas ou até desenvolvidas, para a gente não precisar carregar na tinta do “mais”, quanto em sociedades ainda extremamente, eu diria, isoladas do mundo tecnológico.

Eu me lembro que uma das primeiras experiências que tive sobre essa questão de inclusão bancária e de acesso a crédito foi a partir, inclusive, de uma palestra e da apresentação de um trabalho da Fundação Gates no Congresso de Telefonia Móvel, na cidade de Barcelona. A Fundação Gates desenvolve um belo trabalho no Quênia. Aliás, tema esse discutido com o Senador Suplicy, quando retornei desse evento em Barcelona.

Em Barcelona, todo mês de fevereiro acontece o maior congresso de telefonia móvel do mundo. Ele

já deve estar na oitava edição. O de 2013, meu caro Paulo Paim, já está programado. Esse congresso reúne todos os gigantes de tecnologia do mundo e também os governos. Nós participamos de todas as etapas desse evento. No último, inclusive, o Ministro Paulo Bernardo foi palestrante. Nós também participamos da parte que consideramos a mais importante daquele congresso, que é o foro governamental.

Necessariamente esse fórum tem trabalhado, eu diria, na direção da absorção de novas técnicas para a inclusão, seja a aplicação em tecnologia móvel para essa área financeira, para a agricultura, para a educação, processo de teleducção, para a área da saúde, com telemedicina, com transmissão, inclusive de imagem à distância para a área de saúde, com o processo de manipulação de equipamentos médicos – está aqui o nosso Dr. Mozarildo. Portanto, nós temos várias experiências, meu caro Senador Mozarildo, que são praticadas através da cirurgia, pela via da laparoscopia, termo que a área de V. Exa. assim determina.

Nós já estamos vivenciando experiências com o uso, exatamente, dessas tecnologias para que médicos, à distância, possam operar esses equipamentos, portanto, utilizando a alta capacidade em qualquer lugar do mundo. Eu me refiro a essa experiência do Quênia, das Filipinas, experiências do México ou até experiências no grande centro Nova York, utilizando-se a tecnologia móvel como moeda, o celular como cartão de crédito e, principalmente, a tecnologia móvel como inclusão.

Esse debate, por exemplo, meu caro Senador Mozarildo, eu abri com o Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste é o que tem a maior assistência no País, mas é o banco de menor agência. De menor capilaridade, melhor dizendo, para ser mais incisivo. A Bahia tem 600 mil agricultores da agricultura familiar. O Banco do Nordeste não tem, por exemplo, agência nos 417 Municípios da Bahia. E vamos tratar inclusive, até de forma mais reduzida, dos 270 Municípios do semiárido baiano. Eu não tenho 270 agências do Banco do Nordeste.

Agora, por exemplo, Senador Paulo Paim, na nossa Medida Provisória nº 565, nós estamos discutindo a ampliação do crédito. O Banco do Nordeste tem que fazer isso deslocando gente, ou fazendo o contrário: obrigando o deslocamento de gente. Para se dirigir às agências, os agricultores saem da sua cidade de origem para procurar uma cidade onde haja agência do Banco do Nordeste.

O Bolsa Família utilizou a rede de casas lotéricas para tentar suprir a ausência de agências bancárias. Os 16 milhões de brasileiros que o programa Brasil Sem Miséria – um programa importantíssimo – busca

incluir não têm conta bancária. Ou até nós poderíamos falar desses que hoje estão no Bolsa Família: também não têm conta bancária. São os “desbancarizados”, nós poderíamos dizer assim.

E não é uma relação como uma demonstração de ascensão social ou coisa do gênero. Ter uma relação com o banco, Senador Paulo Paim, todos nós sabemos que é essencial não só para a movimentação dessa verba, que serve fundamentalmente para o sustento das pessoas, ou para o salário, ou até para o pagamento das suas contas, mas principalmente para você contar com um serviço.

Então, a ideia surgiu a partir dessas experiências que levam em consideração exatamente o aspecto da exclusão social. No Quênia, são dois milhões de pessoas que estão incluídas através da bancarização. E aí algumas pessoas dizem assim: “Mas vocês vão botar agora o pagamento pelo celular; o celular vira moeda; o sujeito não vai saber operar”.

Quem hoje opera um celular, inclusive pré-pago, como é chamado... Aliás, é bom dizer às pessoas aqui, Senador Paulo Paim, que, quando a gente fala que o Brasil hoje tem 250 milhões de celulares, 80% desses celulares são pré-pagos. Não são pós-pagos. Oitenta por cento, o que significa dizer que, majoritariamente, no Brasil, o celular está na mão da chamada parte mais baixa dessa pirâmide.

É quem sustenta o sistema. E há, inclusive, uma briga de nossa parte para que o minuto do celular pré-pago seja mais barato do que o do celular pós-pago, até porque o sujeito que compra, com todo o suor, com todas as dificuldades, os seus dez mil-réis de mel coado de crédito está pagando antecipando. Ele paga R\$10,00, Paulo Paim, de crédito para poder usar. Na maioria das vezes, ele recebe e faz muita ligação, inclusive, a cobrar. Mas é natural, o cara está defendendo ali o creditozinho dele.

Portanto, botar na mão dessa gente a possibilidade de usar o celular, ou seja, usar esse instrumento como a sua ferramenta de relação com a agricultura familiar para receber o crédito, para receber o recurso do Pronaf, para receber o Garantia-Safra, botar na mão dessa gente a possibilidade de receber o Bolsa Família, que rede fará isso? Não estamos falando de nada novo no Brasil.

Hoje, a estrutura do que vamos chamar de cartão de crédito via celular é operada pelo Banco do Brasil. O Banco do Brasil comprou uma carteira que era operada por uma das empresas de telecomunicações no País, a Oi Paggo, que credenciava estabelecimentos e permitia que, do outro lado, o sujeito, através do celular, pudesse usar esse celular como cartão de crédito. Portanto, precisamos incluir esse mundo que temos. Falei aqui de 600 mil, na Bahia, da agricultura familiar.

O Governo Federal patrocina, na Bahia, um investimento na ordem de R\$1,6 bilhão de Bolsa Família. Essa gente poderia estar se movimentando muito mais fácil se essa estrutura de bancarização estivesse existindo. Portanto, é incluir as pessoas.

Por diversas vezes, quando estive com Patrus Ananias, na oportunidade que tive, e com a Ministra Tereza, do Desenvolvimento Social, eu disse: “Ministra, precisamos conversar sobre essa questão. Há um projeto aqui na Casa.” Então, fico satisfeito porque o Governo resolveu... E, hoje, o Ministro das Comunicações fala que, em agosto, deve mandar o projeto, mas não custava nada. Inclusive já procurei o Ministro para discutir o assunto, já estive com ele várias vezes, tratando dessa matéria, inclusive na cidade de Barcelona, onde nos encontramos em um congresso de tecnologia móvel, para que posamos, de certa forma, fazer essas experiências-piloto. Que experiências poderiam ser implantadas no Brasil usando a bancarização? Que experiências poderiam ser utilizadas para termos essa estrutura móvel capaz de incluir milhões e milhões de brasileiros?

A primeira proposta, que fizemos originalmente: transformar o Banco do Nordeste em nosso banco virtual, em banco de acesso a todo mundo. Mais uma vez, também, quero lembrar ao Governo aqui que não é uma proposta nova.

Eu também estive com o Diretor do Banco do Nordeste, que, por sinal, hoje é o Presidente em exercício do Banco do Nordeste, Sr. Paulo Ferraro, fazendo exatamente a sugestão de que o Banco adote essa ferramenta de capilarização. Portanto, a primeira experiência que o Governo poderia fazer é com essa instituição, para os milhões de agricultores que se relacionam com o Banco do Nordeste. E não só com a agricultura familiar; essa relação poderia ser estabelecida com o médio agricultor, com o grande agricultor, com as unidades de comércio e de turismo, com os serviços que o Banco do Nordeste financia em todo o Nordeste brasileiro. Portanto, já poderia utilizar essa ferramenta a partir exatamente dessa relação.

Essa foi a primeira experiência que eu aponte para o Governo.

Segunda experiência importante: utilizar com os agricultores a forma de relacionar, a forma de publicar, a forma de informar, a forma de levar o recurso até o agricultor, usando a rede móvel.

Lembro-me que, na conversa que tive com o Ministro Patrus Ananias, eu levei uma experiência clara. E nas conversas que tive inclusive com o Ministro Paulo Bernardo eu insisti: “Olha, a cidade de Itaberaba, na chapada baiana, na Chapada Diamantina, é a cidade que congrega o Banco do Nordeste”. Ela acaba tendo uma facilidade para que os agricultores cheguem até

Itaberaba, mas, por outro lado, gera uma dificuldade: o agricultor sai da sua cidade quando recebe o seguro-garantia, como está acontecendo agora. O seguro-garantia, Mozarildo, é pago exatamente para suprir um problema que o agricultor está enfrentando com a seca: perdeu a sua produção. Mas ele também é um elemento essencial para interferir, para incidir na economia local. Só que o agricultor tem de ir até a cidade de Itaberaba, andar 200 ou 300s quilômetros, para retirar no Banco do Nordeste a sua parcela. Ele recebe, inclusive, esse seguro em quatro parcelas. Ou seja, são quatro viagens para uma cidade. É lógico que na cidade em que ele retira o dinheiro no banco ele faz as compras. Óbvio. Claro. O sujeito vai andar com dinheiro no bolso? Vai botar na meia? Meu pai, que brincava muito, falava, de vez em quando, dos tempos dele na roça, e dizia que de vez em quando as pessoas botavam dinheiro na meia. Porque, se alguém pegasse o sujeito, não ia lá para ver o chulé e, de repente, não botava a mão no dinheirinho. O cara vai fazer isso? Ele pega o bocapiu dele, que é aquela sacola feita com sisal – que na Bahia chamamos de bocapiu –, leva vazia, retira o dinheiro no Banco do Nordeste e faz as compras na cidade em que o banco tem sede, e não na sua cidade.

Portanto, essa medida trama contra um dos programas, que é promover o incentivo local, que é permitir que a economia local receba recursos. Portanto, aplicar o sistema de uso de tecnologia móvel para promover essa bancarização, para facilitar a vida do agricultor. Ele não vai precisar mais sair da sua cidade para procurar outra cidade. Ele pode fazer isso na sua própria cidade. Aí me perguntam: “Mas onde?”. Simples. Em qualquer estabelecimento comercial que pode credenciar qualquer bandeira de cartão de crédito. Esse estabelecimento vai credenciar a bandeira cartão de crédito, que é pagamento móvel, bancarização via celular, como já existe.

Quando o Banco do Brasil comprou a carteira Oi Paggo, se não me falha a memória, essa carteira tinha 15 mil estabelecimentos já credenciados, com a bandeirinha lá, como qualquer outro cartão de crédito, e 150 mil usuários do sistema, como quem usa um cartão de crédito. Portanto, fazer isso dentro do programa seria exatamente um facilitador para a operação desse sistema.

A terceira proposta que levantamos como experiência-piloto para a questão da bancarização pode ser o Bolsa Família. Estou dando um exemplo da Bahia: R\$1,6 bilhão. Aí, voltam a insistir: “Mas o sujeito não vai saber operar!”. Claro que vai. Todo mundo sabe operar um celular.

E aí, Senador Mozarildo, uma brincadeira que eu faço também quando falam que “o sujeito não sabe operar”. Sabe por que a urna eletrônica tem o teclado igual ao de telefone? Vê se alguém deixa de votar porque não

sabe teclar o número dos candidatos? O teclado da urna eletrônica é igual a um teclado de telefone, a disposição dos números. Quem desenvolveu a urna eletrônica, e de forma muito correta, Senadora Ana Amélia, raciocinou: para facilitar a comunicação, a relação entre o operador dessa urna e a urna, vou botar um teclado que é igual a um telefone público, que é igual ao telefone da casa.

A mesma coisa são aqueles terminais de banco. Aquele tecladozinho tem a numeração igual a um teclado de telefone, exatamente para facilitar. É por isto que se convencionou o que nós chamamos de norma internacional: para facilitar. Em qualquer lugar do mundo, número é número. Não existe muita dificuldade. Uma coisa é tentarmos entender a escrita em árabe, em japonês ou em chinês. Mas número é número, Senadora Ana Amélia. O chamado algarismo, que vai para dentro do computador, pouco importa; o cara não quer saber de nada disso, ele quer ver o algarismozinho que esta na tela, que está no teclado, que ele vai enxergar. Então, é essa facilidade de interação.

Portanto, ao promover o uso dessas ferramentas para o Bolsa Família você facilita a vida das pessoas, e permite o que é o uso normal. Hoje, diversos bancos já disponibilizam para seus clientes consultarem, via celular, a sua conta. Nós vamos pegar essa ferramenta e levar para o serviço da sociedade, para aqueles que não têm acesso. E hoje, Paim, a grande bandeira é conseguirmos botar serviços de banda larga, serviços de telecomunicações, em todas as cidades, em todas as localidades do Brasil. Portanto, não há nenhuma dificuldade.

Eu diria que fiquei muito feliz porque o Governo resolveu tocar adiante esse projeto de bancarização, incluir as pessoas, avançar do ponto de vista do uso das ferramentas, para permitir que mais gente possa ter acesso ao crédito. E aqui citei três exemplos, na esfera pública, que podemos utilizar. Três. Mas, tranquilamente, poderíamos utilizar mais, para o dia a dia, para o pagamento, para as compras, para facilitar a vida do cidadão, para pagar uma conta, para pagar uma escola, para comprar num supermercado, a mesma coisa que se faz com o dinheiro de plástico, que é o cartão de crédito. O que estamos propondo é que o dinheiro possa ser exatamente este telefone aqui. O dinheiro não precisa ser móvel, o telefone é que é móvel. O dinheiro pode ser fixo, ou seja, estar na mão do sujeito.

Na realidade, este é um debate importantíssimo. Podem dizer: “Ah, mas isso é você pegar tecnologia para botar...”. Isso está sendo feito, Randolfe, nas Filipinas e no Quênia, incluindo a população, para ela ter acesso ao crédito, para receber os benefícios da assistência. Qual é o problema? Por que nós não podemos fazer? “Ah, mas faz lá no centro de Nova Iorque”. Problema dos nova-iorquinos, que utilizam isso como

mobile banking, utilizam como a sua conta, como muitos fazem aqui, o *Internet banking*, ou seja, o banco via Internet. Agora o sujeito vai poder fazer isso usando o seu celular. E nós estamos propondo a utilização do serviço não como os serviços que nos podem ser vendidos, como a qualquer correntista do banco, mas como serviço entregue, melhor dizendo, vendido não, entregue como serviço público.

Vamos lá, meu caro Ferraro, do Banco do Nordeste, meu Ministro Paulo Bernardo, Ministra Tereza, do MDS. Está na hora de nós usarmos essa experiência-piloto.

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Vou concluir, Senador Paim.

Saúdo, louvo essa atitude do Governo. Queremos ser parte, portanto, ajudar nessa questão, na medida em que o projeto fatalmente virá para o Congresso Nacional.

Volto a insistir: o projeto foi apresentado, inclusive, por mim no Senado da República, e espero debater essa matéria. Mas, principalmente, mais do que o debate ou a síndrome da iniciativa... Não estou reclamando da iniciativa. Aliás, todo Governo sempre faz assim: manda um bocado de projeto, e isso independente de partido, viu, Senadora Lúcia Vânia. Sempre foi assim. O Governo vê um projeto de Senador, de Deputado, e manda outro igual; depois o projeto passa por cima ou às vezes até vem como medida provisória.

Mas eu não tenho problema de síndrome da iniciativa, não. Eu quero é que as coisas fiquem efetivamente em funcionamento. Estou torcendo muito mais para que essa tese... E fico feliz, porque é uma tese na qual venho batendo há muito tempo, desde a época da minha atuação na Câmara dos Deputados, e aqui no Senado da República.

E reafirmo: aqui no Senado, a primeira vez que falei nessa matéria foi exatamente em fevereiro de 2011, logo depois que tomei posse, até porque tinha acabado de chegar, de novo, do congresso de Barcelona. E um dos principais foros de que participo, todo ano, é o foro de inclusão usando tecnologias. Então, fiz questão de fazer esse pronunciamento aqui, em fevereiro, enviei artigos a tudo quanto foi jornal, principalmente da área, tratando dessa matéria, Paulo Paim, e tive a iniciativa de procurar o Governo para que usássemos essa ferramenta para facilitar a vida dos outros, inclusive pelo celular, já que estamos falando de bancarização, de telefonia móvel.

O celular é um grande instrumento para darmos informações ao agricultor. Por que pelo celular não podem ir informações climáticas? Ou sobre o que ele vai produzir? O que está vindo de geada, de seca? Ou seja, usar esse instrumento inclusive como instrumento

de defesa civil, através dos nossos centros de defesa civil, como todo mundo faz. O mundo inteiro tem isso, Paulo Paim. O mundo inteiro.

Os celulares viraram instrumentos de comunicação para serviços com cada cidadão. Assim, vale – insisto, Paulo Paim – para a área da saúde, da educação.

Hoje, Paulo Paim, existe um sistema utilizado na Espanha, que é muito interessante. Para pessoas que tomam medicamento para pressão há um processo já ajustado entre a estrutura de saúde da Espanha e as operadoras de telecomunicações em que o sujeito informa o número de celular dele à estrutura de saúde, e esta, via operadora, faz uma programação, e esse sujeito recebe, em seu celular, com *messenger* ou com outro tipo de informação, com texto ou áudio, enfim, pouco importa, dando o horário, que medicamento ele deve tomar, lembrando-o do medicamento que deve tomar. Existem até, em alguns casos, empresas que produzem aparelhos que também medem a pressão das pessoas e repassam essa informação para um centro médico.

Quando contamos isso, parece *2001: Uma Odisseia no Espaço*. Mas isso foi em 2001, já passou. Nós estamos em outra época. Nós estamos em uma época em que isso é necessário, é possível. Na minha opinião, nós temos que usar essa tecnologia para chegar à ponta, sair dessa história de que lemos isso nas grandes revistas ou assistimos ao anúncio, nas noites de domingo, nos programas de televisão. Isso precisa chegar à vida das pessoas, para podermos tocar.

Portanto, trata-se de disponibilizar essas ferramentas do novo tempo para incluir as pessoas e levar desenvolvimento até onde elas vivem.

Era isso, Paulo Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

De imediato, passamos a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia. Após a Senadora Lúcia Vânia, será a Senadora Ana Amélia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, antes que a Senadora Lúcia Vânia chegue à mesa, gostaria de pedir a V. Exa. pela ordem, para comunicar à Casa que, por requerimento do Senador Cristovam, meu e do Senador Cássio, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte vai realizar um ciclo de audiências públicas sobre o tema “Educação e Federalismo”. E a primeira audiência será no dia 9 de agosto, no esforço concentrado. A indagação é a seguinte: “A educação básica: responsabilidade do Governo Federal?” A segunda audiência será no dia 29 de agosto, também no esforço concentrado.

Portanto, é um registro, pedindo, ao mesmo tempo, a participação dos Colegas, Senadores e Senado-

ras, bem como daqueles que têm interesse realmente num tema tão importante como é a educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador. O Secretário Júlio, competente, já havia, inclusive, me convidado para participar com V. Exa. deste tema “Educação e Federalismo.”

Meus cumprimentos.

Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, chegamos ao fim de mais um semestre de atividades no Congresso Nacional.

Como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sinto-me na obrigação de prestar conta de suas atividades ao longo do semestre. A par de agradecer a todos os membros daquele colegiado pela caminhada através de temas tão importantes para o País, faço um relato aqui dos caminhos percorridos no cumprimento de nossa missão como Comissão.

A necessidade de investimento em infraestrutura coloca-se, atualmente, como uma verdade universal, válida para qualquer país. O nosso País, reconhecido mundialmente como emergente, tem urgência em superar os obstáculos que se colocam entre um presente marcado por significativas carências sociais e um futuro que, todos queremos, seja mais próspero.

Nessa urgente necessidade de modernização da nossa infraestrutura, o Congresso Nacional e, particularmente, o Senado Federal exercem papel fundamental. Creio que posso dizer, com honestidade, que cumprimos a nossa tarefa de colaborar com o progresso brasileiro.

Neste primeiro semestre, realizamos 19 reuniões, sendo 13 de natureza deliberativa, além de 6 audiências públicas. Em termos de matérias, foram apreciadas 45. Houve saudável diversidade de temas. Muitos a tratar de energia alternativa ou de eficiência energética; outros preocupados com o consumidor, caso do projeto que obriga que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt; outros, ainda, preocupados com a melhora na qualidade dos serviços prestados no setor de transporte, caso da instalação de assentos especiais para pessoas obesas ou determinar a abrangência dos benefícios estabelecidos pelo Estatuto do Idoso.

Também houve o exame de questões que repercutiram na sociedade, caso do projeto que dispõe sobre a exigência de habilitação de amadores no tráfico aquaviário.

Além disso, é de se destacar as iniciativas que instituíram normas para licitação e contratos da Administração Pública ou que estabelecem regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, para a consecução de finalidades de interesse público.

As audiências públicas também merecem ser destacadas. Uma, que tratou dos leilões dos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília; outras duas, destinadas a temas das ferrovias; outra buscando informações sobre os portos brasileiros; bem como a respeito da situação das Centrais Elétricas do Pará (Celpa) e outra destinada a colher informações sobre o *software* nacional.

Não poderia, ainda, deixar de registrar as duas reuniões de membros da Comissão de Infraestrutura com Ministros de Estado. A primeira, com o Ministro de Estado dos Transportes, com o objetivo de colher informações a respeito de obras de infraestrutura, investimentos programados e matérias que tramitam na Comissão relacionadas com o Plano Nacional de Viação e o Sistema Nacional de Viação. A segunda reunião, por sua vez, foi com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman. A pauta abordou obras de infraestrutura e investimentos programados para o Programa de Aceleração do Crescimento.

Por fim, sempre com a ideia de ouvir outras opiniões, participei da reunião mensal da Diretoria do Sinduscon-Go, em março, e da reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, cujo tema foi o mercado livre de energia.

Enfim, creio que tivemos um primeiro semestre positivo e produtivo, com diversas matérias sendo votadas, além de audiências sobre temas relevantes, caso dos leilões dos aeroportos, bem como reuniões com Ministros de Estado.

Debater, cobrar, ouvir análises técnicas e de autoridades nas audiências públicas, sugerir caminhos: esse é o papel fundamental da Comissão de Infraestrutura.

Por fim, resta-me destacar que a questão do quantitativo de investimento em infraestrutura é um dos gargalos do desenvolvimento brasileiro. Essa distorção explica, em grande parte, os motivos pelos quais o Brasil ocupa patamares tão incrivelmente baixos no *ranking* mundial de infraestrutura, que foi publicado pelo Fórum Econômico Mundial, em seu último Relatório de Competitividade Global. No quesito específico da infraestrutura, o País ficou na 104ª posição entre os pesquisados sendo que, no quesito rodovias, ocupou o 118º lugar e, no de portos, a 130ª posição. Esse resultado não é de todo surpreendente, uma vez que o investimento brasileiro em rodovias, ferrovias e na navegação aquaviária é muito pequeno, girando

em torno de 0,4% do PIB, segundo as estimativas da Confederação Nacional dos Transportes relativas a 2010. O mais grave é que a ausência de investimentos acaba penalizando as regiões mais fragilizadas e, por consequência, as camadas da população mais pobres.

Outra área que tem preocupado a Comissão de Infraestrutura é a da energia, importante item de custo da cadeia produtiva, com consequências diretas sobre a competitividade. Dessa forma, o preço e a oferta de energia são pontos de máxima importância da agenda econômica mundial. Como insumo fundamental na indústria de base, a energia condiciona os preços dos produtos acabados. Por isso, a redução dos custos da energia poderá impactar de forma benéfica toda a economia.

Os nossos contatos com as várias instâncias do Governo, que já mencionamos, visam à busca de soluções que desempenhem a máquina gerencial e administrativa, a fim de que os gastos dos recursos já disponíveis sejam usados na agilidade que o desenvolvimento do País exige.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a todos os meus Pares da Comissão de Infraestrutura e agradeço V. Exa. pela tolerância do tempo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento-a, Senadora Lúcia Vânia, por seu pronunciamento, fazendo um relato importantíssimo do trabalho que V. Exa. preside, com a competência de sempre, comprometida com o social.

Passamos a palavra, neste momento, à Senadora Ana Amélia como oradora inscrita. *(Pausa.)*

Pela permuta, passo a palavra, então, ao Senador Randolfe Rodrigues, que falará como Líder.

Senador Randolfe Rodrigues, permita-me que faça a leitura deste documento:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 950, DE 2012

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 9, de 2011, originária do Projeto Jovem Senador nº 3, de 2011, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão da disciplina Princípios de Pedagogia no ensino médio.

RELATOR: Senador RANDOLFE RODRIGUES

RELATOR “AD HOC”: Senador PAULO DAVIM

I – RELATÓRIO

A Sugestão (SUG) nº 9, de 2011, foi fruto da aprovação, pelo Projeto Jovem Senador, em sua primeira edição, de projeto de autoria da Jovem Senadora Samira Laís da Silva. A sugestão propõe alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para determinar a inclusão da disciplina “Princípios de Pedagogia” no ensino médio, em caráter opcional e fora do horário regular. Essa alteração tem o objetivo de estimular a vocação docente.

Na justificação que acompanha a sugestão, a Jovem Senadora lembrou que, entre tantos problemas que a educação ainda enfrenta, um dos mais gritantes é a questão da escassez tanto qualitativa como quantitativa de professores. Assim, entendeu que um dos meios de sanar, em parte, esse problema, consiste em incentivar os estudantes do ensino médio a optar pela profissão de professor, implantando na carga horária das escolas uma disciplina que estimule os alunos a lecionar.

A proposta foi aprovada por 26 Jovens Senadores, em sessão Plenária realizada, em 17 de novembro de 2011, no âmbito da 1ª Legislatura do Projeto Jovem Senador – instituído pela Resolução nº 42, de 2010.

II – ANÁLISE

Nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada. Estão, portanto, atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 9, de 2011.

Quando avaliada pelo Plenário do Senado Jovem, a proposta foi considerada positiva e de grande mérito. Os Jovens Senadores que a aprovaram concordaram com a autora: a inserção da disciplina “Princípios de Pedagogia” no ensino médio pode desencadear vários benefícios. Entre elas, uma maior demanda por cursos de licenciatura, que geraria, daqui a alguns anos, maior quantidade de professores, melhorando, consequentemente, a educação em um sentido amplo.

Nesse sentido, entendemos que a SUG nº 9, de 2011, deve ter a chance de ser debatida nesta Casa.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** da Sugestão nº 9, de 2011, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, para determinar a inclusão da disciplina “Princípios de Pedagogia” no ensino médio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 36.

.....
V – será incluída, em caráter opcional e fora do horário regular, a disciplina Princípios de Pedagogia, para estimular vocações docentes.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Entre tantos problemas que a educação ainda enfrenta, um dos mais gritantes é a questão da escassez tanto qualitativa como quantitativa de professores. Um dos meios de sanar, em parte, esse problema, consiste em incentivar os estudantes do ensino médio a optar pela profissão de professor, implantando na carga horária das escolas uma disciplina que estimule os alunos a lecionarem.

A inserção dessa matéria de estímulo pode desencadear vários benefícios. Uma maior demanda nos cursos de licenciatura geraria daqui a alguns anos maior quantidade de professores, melhorando, conseqüentemente, a educação em um sentido amplo. Em virtude disso, diminuiria a evasão dos alunos de algumas escolas e o fechamento de tantas outras devido à falta do educador em sala de aula.

É preciso que haja mais valorização dessa profissão tão importante para toda a sociedade. E, para isso acontecer, faz-se necessário despertar nos estudantes brasileiros o dom de ensinar, dando-lhes diretrizes motivadoras e mostrando que a base de todas as profissões é o professor.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2012.

, Presidente

 , Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
SUGESTÃO Nº 9, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 37ª REUNIÃO, DE 28/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. Lídice da Mata (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)	X 1. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Paulo Davim (PV)	6. VAGO

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

VAGO	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
VAGO	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM)	3. José Agripino (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)

Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)

PSOL

VAGO	1. Randoffe Rodrigues
------	-----------------------

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão da disciplina “Princípios de Pedagogia” no ensino médio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 36.

.....

V – será incluída, em caráter opcional e fora do horário regular, a disciplina Princípios de Pedagogia, para estimular vocações docentes.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

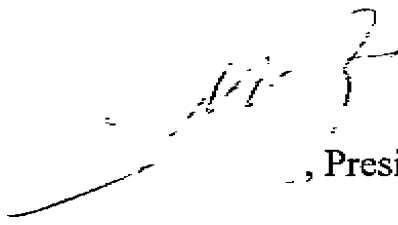
Entre tantos problemas que a educação ainda enfrenta, um dos mais gritantes é a questão da escassez tanto qualitativa como quantitativa de

professores. Um dos meios de sanar, em parte, esse problema, consiste em incentivar os estudantes do ensino médio a optar pela profissão de professor, implantando na carga horária das escolas uma disciplina que estimule os alunos a lecionarem.

A inserção dessa matéria de estímulo pode desencadear vários benefícios. Uma maior demanda nos cursos de licenciatura geraria daqui a alguns anos maior quantidade de professores, melhorando, conseqüentemente, a educação em um sentido amplo. Em virtude disso, diminuiria a evasão dos alunos de algumas escolas e o fechamento de tantas outras devido à falta do educador em sala de aula.

É preciso que haja mais valorização dessa profissão tão importante para toda a sociedade. E, para isso acontecer, faz-se necessário despertar nos estudantes brasileiros o dom de ensinar, dando-lhes diretrizes motivadoras e mostrando que a base de todas as profissões é o professor.

Sala da Comissão,



, Presidente

SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PLS originária de **SUGESTÃO Nº 9, de 2011**

ASSINAM O PARECER, NA 37ª REUNIÃO, DE 28/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Paulo Davim (PV)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
VAGO	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

.....

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 950, de 2012**, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 9, de 2011, que encaminha o Projeto de Lei do Senado Jovem Brasileiro nº 3, de 2011, proveniente do Programa Senado Jovem Brasileiro, concluindo pelo seu acatamento, nos seguintes termos:

– Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2012, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão da disciplina “Princípios de Pedagogia” no ensino médio.

Nos termos do art. 102-E, parágrafo único, I, do Regimento Interno, a matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para exame da matéria.

Programa Senado Jovem Brasileiro não tem nada a ver com o fato de V. Exa. ser o mais novo Senador da República, mas tem a ver pela sua história.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos.

Está com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Feliz coincidência, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Senadora, Srs. Senadores, eu quero ocupar a tribuna para fazer, daqui, dois registros. O primeiro registro trata de uma homenagem a uma magistrada. Essa magistrada, Dra. Sueli Pereira Pini, brasileira, natural do Estado do Paraná, filha de camponeses, há 20 anos atua na magistratura do Estado do Amapá.

No último dia 21 de junho – e eu quero aqui destacar e reiterar que faço esse registro, de fato, fora do tempo em virtude do tempo destinado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em funcionamento no Congresso Nacional e a outros temas daqui do Senado da República, mas não poderia deixar de fazê-lo, de registrar a ascensão à Desembargadoria do Tribunal de Justiça do Amapá da Dra. Sueli Pini. Registrar e destacar a história de vida de Sueli Pini, que emociona todos os amapaenses, todos os amazônidas.

Fazendo este registro em nome dessa magistrada, pela sua ascensão à Desembargadoria, quero também ocupar a tribuna para destacar com preocupação fatos gravíssimos que envolvem ameaças a magistrados, procuradores, promotores de Justiça, servidores do Poder Judiciário por todo o País. E por todo o País, esses servidores do Judiciário, do Ministério Público, têm sido ameaçados por estarem no exercício de suas atribuições, baseadas na Constituição da República, cumprindo suas atribuições, tendo, em decorrência disso, sido ameaçados, alguns de morte, outros recebendo ameaças aos seus familiares. Isso é um clima de insegurança e de vulnerabilidade ao

nosso Estado democrático de direito, e eu diria mais, Sr. Presidente, é uma afronta à Constituição, é uma afronta ao nosso Estado de direito.

Quero aqui somente lembrar alguns casos. No dia 26 de junho de 2012, o jornal *Correio Braziliense* revelou que a Procuradora da República, Dra. Léa Batista, Procuradora do Distrito Federal, devido à sua atuação na Operação Monte Carlo, que investiga a atuação da quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira, começou a receber uma sequência de ameaças à sua vida e à vida dos seus familiares.

Mas isso não se resume ao caso da Dra. Léa Batista. O Dr. Paulo Augusto Moreira Lima, juiz do mesmo caso, acabou sendo afastado em decorrência das ameaças que tinha sofrido, em decorrência da autorização da quebra do sigilo telefônico do Sr. Carlos Cachoeira e da prisão do contraventor.

Este conjunto de ameaças – só para citar o caso da Operação Monte Carlo – tem que ser refutado, repudiado por todos nós, e tem que ser dado aos magistrados, por parte do Conselho Nacional de Justiça, ao Dr. Paulo Augusto Moreira e, por parte do Conselho Nacional do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República, à Dra. Léa Batista toda a segurança necessária para o exercício de suas funções.

Pelo visto, essa ameaça não se restringe a esses casos da Operação Monte Carlo. Matéria da revista *Is-toÉ*, edição nº 22/24, de 27 de junho de 2002, traz provas cabais da violência que se tem cometido contra autoridades do judiciário e do Ministério Público. Não é demais fazermos aqui um lamentável registro. Desde 2003, foram assassinados três juízes de Direito do País em função da atuação firme no combate ao crime organizado.

Esse tipo de procedimento merece o repúdio de todas as instituições do Estado de direito e merece mais que isso: uma tomada de providência de proteção a esses juízes.

Além de render minhas homenagens a esses servidores públicos que honram a República, a Constituição, que honram o Brasil, servidores que às vezes tombam defendendo os interesses da sociedade e combatendo o crime organizado, quero aqui deixar registrado o trabalho já executado anteriormente por estes profissionais que dedicaram a vida à defesa das instituições brasileiras: a juíza criminal Patrícia Acioli, o juiz criminal José Machado Dias e o juiz federal Alexandre Martins de Castro Filho. Esses juízes pagaram com suas vidas a defesa de nossas instituições no combate ao crime organizado.

Não podemos, de forma alguma, permitir que episódios dessa natureza voltem a se repetir.

Senador Mozarildo, é com imensa honra que ouço o vosso aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quero cumprimentá-lo, Senador Randolfe, pelo pronun-

ciamento que faz. Realmente é uma temeridade um juiz ousar investigar essas organizações criminosas. E nós temos exemplo, vários exemplos. O mais recente foi daquela juíza no Rio de Janeiro. E este Senado aprovou uma lei que, justamente, protege o Judiciário da ação desses criminosos. Como? Não vai ser mais o juiz, individualmente, quem vai ouvir e sentenciar esses elementos dessas organizações de criminosos, mas sim um colegiado de juízes, de forma que, de maneira colegiada, mesmo em primeira instância, e não identificando os juízes, nós podemos também combater, de maneira mais eficiente, o crime organizado, sem que se sofra, sem que os juízes sejam vítimas desses bandidos. Então, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que realmente é muito importante que nós possamos dar – e V. Exa. faz um apelo –, enquanto isso, toda a garantia para que membro do Ministério Público e os juízes possam ter de fato proteção para poder exercer o que a sociedade reclama, que é o combate à criminalidade e à insegurança que reina neste País. Acho muito oportuno o pronunciamento que V. Exa. faz, inclusive homenageando a Desembargadora do seu Estado. E quero fazer minhas as suas palavras. Até sou suspeito, porque tenho dois filhos juízes, mas acho muito importante, pela minha crença de cidadão, porque, se nós não temos Justiça, até mesmo a nossa saúde fica abalada pela insegurança jurídica que gera a incerteza do dia de amanhã. Portanto, parabéns!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Incorporo o aparte de V. Exa.

De fato, este é um tema que merece a preocupação de todos nós.

Veja, Senador Mozarildo e Sr. Presidente, nós estamos agora investigando, nós estamos avançando nas investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito que apresentam para nós que as relações do Sr. Carlos Cachoeira vão além do que nós imaginávamos, vão além da circunscrição do Estado de Goiás, ou do Estado de Tocantins, do Centro-Oeste. Mostra uma inter-relação com um esquema de empresas, de empreiteiras, notadamente de uma empresa, a quinta empreiteira do País, a empreiteira Delta, que se comunica com o esquema do Sr. Carlos Cachoeira.

Só para ter uma ideia, nas investigações que temos percebido e apurado até agora, foi diagnosticado que, numa conta dessa empreiteira, na conta da Caixa Econômica Federal, foi apurado, advindo do Poder Público, de governos, de prefeituras, R\$1,2 bilhão. Deste R\$1,2 bilhão, R\$500 milhões, pelo menos, R\$460 milhões foram transferidos para uma conta da empreiteira, no Rio de Janeiro, para a conta do Banco HSBC. Desses R\$460 milhões, R\$50 milhões, pelo menos, caíram na conta da empresa, Senadora Ana Amélia, Alberto & Pantoja e da empresa Brava. Ambas, empresas laranja do esquema do Sr. Carlos Cachoeira.

O que nós percebemos, então? É que há uma rede de crime organizado, que não importa como se manifesta. Não se manifesta somente pelos negócios da contravenção do Sr. Carlos Cachoeira; manifesta-se através da contravenção do Sr. Carlos Cachoeira, mas do cumplicidade dessa contravenção com outros agentes privados. Nesse caso, mais especificamente, com uma empreiteira, uma das mais importantes do País, que, obviamente, se relaciona com agentes do Poder Público para obter mais poder e mais dinheiro.

Essa relação de cumplicidade entre Poder Público e agentes privados, diagnosticada pela CPI, mostra até onde pode chegar a ação do crime organizado em nosso País. Nós estamos diante de um momento em que é necessário avançarmos em nossas instituições. E por isso é importante aquele agente público que vai cumprir a sua obrigação, o seu papel. Creio que não deve ser confortável, já vivi isso, para qualquer promotor, para qualquer procurador da República cumprir o ofício de acusar, de denunciar. Mas sem o Ministério Público, no Brasil, não existiria democracia. Sem o papel valoroso – eu já falei isso desta tribuna e não me canso de destacar –, sem o papel valoroso de promotores, procuradores da República, procuradores de Justiça nós teríamos uma limitação ao funcionamento de nossas instituições, porque, veja, é devido à ação do Ministério Público, muitas vezes, ao lado de investigações da Polícia Federal, que nós temos, que nos é possível, melhor dizendo, desbaratar enormes esquemas existentes de corrupção em nosso País.

Então, quem atua dessa forma, como é o caso da Dra. Léa Batista, necessita de apoio de todas as instituições, necessita de proteção, necessita se sentir apoiada para continuar e para avançar no exercício das suas atribuições.

Quero trazer aqui, no caso da Magistratura, dos juízes, um outro caso, o caso do Dr. Rui Barbosa, juiz do Trabalho. Tem investigado e desbaratado um esquema de precatórios, que as suas investigações encontraram em especial no Estado de Rondônia. Esse juiz do Trabalho, Dr. Rui Barbosa de Carvalho Santos, hoje lotado no Estado de Goiás, em Goiânia, vem sendo constantemente ameaçado de morte, juntamente com pessoas da sua família, devido também à sua firme atuação em defesa dos interesses da sociedade brasileira. As denúncias da revista *IstoÉ*, já citadas aqui anteriormente por mim, dão conta da gravidade das denúncias da atuação do Dr. Rui Barbosa de Carvalho Santos.

Portanto, cidadãos como este merecem e devem ter a proteção das instituições do Estado brasileiro. Nós vivemos um momento no País de funcionamento de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, um momento em que as instituições tomam medidas duras, em alguns momentos cortando na própria carne, e as instituições brasileiras não podem se intimidar. Nós vivemos no Bra-

sil o esquema de corrupção existente no País, que é um esquema que se infiltra nas instituições brasileiras. Quem enfrenta esses esquemas, quem denuncia esses esquemas, quem ousa cumprir o seu dever – e não deveria ser motivo de ousadia, mas o dever da obrigação e da atribuição –, mas quem tem a coragem e a disposição de cumprir o seu dever, pedindo investigação e investigando – como é o caso do Ministério Público –, concedendo decisões judiciais contra os esquemas criminosos deve merecer, de todos nós, o apoio necessário e deve merecer, por parte do Estado, a proteção e a segurança necessárias para o livre exercício de suas atribuições.

Peço, Sr. Presidente, para ser transcrita na íntegra a matéria da revista *IstoÉ*, assinada pela jornalista Adriana Nicácio, na data já citada, que acompanha necessariamente este pronunciamento.

Iniciei este pronunciamento destacando a ascensão ao mais alto cargo da Magistratura do Amapá, a Desembargadoria, da Dra. Sueli Pereira Pini.

Isso é motivo de regozijo e de felicidade para nós, amapaenses. Eu tenho certeza de que a Magistratura do Amapá será ainda melhor com a presença, com a honestidade, com a dedicação, com o empenho e a dedicação ao outro que tem a Dra. Sueli Pini. Isso é motivo de regozijo. O que ocorre com magistrados em todo o País é motivo de preocupação e merece a atenção de todos os Poderes da República.

Agradeço, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

“Juízes acuados

Dados do CNJ mostram que pelo menos 100 magistrados estão sob ameaça no País. E muitos deles são obrigados a se afastar de processos porque não resistem à pressão dos criminosos

Adriana Nicacio

INTIMIDAÇÃO

O juiz Paulo Moreira Lima, que já foi delegado da PF, teve de abandonar processo contra o bicheiro Carlinhos Cachoeira por temer as ameaças contra si e sua família

Quando criminosos se sentem à vontade para intimidar um juiz, é porque há algo de muito errado nas relações de poder. A ameaça a magistrados é uma afronta ao Estado e na grande maioria das vezes só ocorre porque agentes públicos estão envolvidos com marginais. Foi exatamente o que ocorreu há duas semanas. O juiz substituto Paulo Augusto Moreira Lima viu-se obrigado a se afastar do processo contra o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, por temer as ameaças contra si e sua família. Ao conduzir a investigação que envolve a Operação Monte Carlo, autorizar escutas telefônicas e denunciar 79 réus, entre eles 35 policiais, Moreira Lima perdeu a paz. Em fevereiro deste ano pediu autorização para usar o veículo blindado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, onde está lotado, e passou a viver recluso em casa, impedido de frequentar lugares públicos. Apesar dessas precauções, a inteligência da Polícia Federal o alertou que algo pior ainda poderia acontecer. Com Moreira Lima sucumbiu ao estresse.

Mas pretendia continuar à frente do processo até setembro, quando, seguindo orientação da PF, deixaria o País por três meses. O juiz disse a amigos que antecipou a decisão e pediu para sair agora depois que ficou sabendo do voto do desembargador Tourinho Neto, do TRF 1, que quase jogou por terra todo o seu trabalho. Na terça-feira 12, Tourinho considerou ilegais as interceptações telefônicas, que deram base à Operação Monte Carlo, e votou pela liberdade do bicheiro de Goiânia. "Se minhas provas estão sendo desqualificadas, se estou me sacrificando à toa, eu estou saindo do processo", explicou Moreira Lima à corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon. "Ele me disse estar preocupado por não se sentir seguro sequer perante os seus colegas", comentou a ministra. Na semana passada, Moreira Lima entregou definitivamente os pontos e foi transferido para a 12ª Vara Federal, bem longe da bandidagem.

VIDA EM RISCO

Em quatro meses, o juiz do Trabalho Rui Barbosa trocou o número de seu celular 12 vezes. Mesmo assim, ele e sua filha continuaram a receber ameaças de morte

A saída de cena do magistrado que conduziu o caso Cachoeira não é um caso isolado no Judiciário e nem é exclusivo de quem trabalha na área criminal. Levantamento do CNJ mostra que pelo menos 100

juízes estão sob ameaça no País e o número não para de aumentar. No entanto, menos da metade possui escolta. Há um mês, o juiz do Trabalho Rui Barbosa Carvalho levou a mulher e duas filhas para bem longe de Rondônia e escondeu-se no interior do País. Seu inferno começou há um ano. Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 14ª Região, Rui Barbosa recebeu um ofício da juíza da 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho, Izabel Carla, pedindo que a entidade denunciasse ao CNJ a movimentação irregular de um processo bilionário que saiu da 2ª Vara para a 7ª Vara do Trabalho. Trata-se do processo 2039/1989, uma ação coletiva de funcionários da área de educação do antigo território de Rondônia, que poderia chegar a R\$ 3 bilhões. Apesar de inúmeras denúncias de fraudes, a Justiça de Rondônia já liberou cerca de R\$ 1 bilhão. E mais R\$ 750 milhões deveriam ser liberados neste ano. Na tentativa de intimidar Rui Barbosa, bandidos passaram a ameaçar sua filha mais velha.

Em quatro meses, Rui Barbosa trocou o número de seu celular 12 vezes e, mesmo assim, continuou a receber ameaças de morte. Numa ocasião, logo depois de sua filha sair para a escola, recebeu a seguinte mensagem: "Estou na esquina, observando sua casa." Por duas vezes a ameaça foi mais direta: "Vamos matar sua filha." Rui Barbosa, então, mandou-a estudar em outro Estado. Os criminosos seguiram seus passos: "Fala para o seu pai não se meter nesse assunto." Mas Rui Barbosa não recuou e a

corregedora Eliana Calmon suspendeu o pagamento dos precatórios. Hoje, ele vive sob proteção policial. Outros juízes também foram ameaçados nesse mesmo processo. Titular da 7ª Vara, o juiz Delano Serra Coelho recebeu ligações para que despachasse a favor da liberação dos R\$ 750 milhões ou sua esposa e filha – que não moram mais em Rondônia – sofreriam as consequências. Delano resistiu.

BLINDAGEM

Alvo do crime organizado, Wilson Witzel passou a usar colete à prova de balas

Sem querer se identificar, um terceiro juiz também ligado ao julgamento dos precatórios em Rondônia foi transferido do Estado. Nos autos do Inquérito Policial nº 383/2011 – SR/RO, ele diz que foi pressionado a não atuar no processo. O presidente da Associação Nacional dos Magistrados, juiz Renato Henry Sant'Anna, diz que o número de juízes do Trabalho ameaçados triplicou no último ano. Mas os casos são guardados a sete chaves para evitar a exposição dos juízes e a fragilidade da Justiça. "Não podemos nos intimidar", diz Sant'Anna.

Mas não ficar acuado está cada vez mais difícil. A maior parte dos juízes ameaçados está no interior do Paraná, seguido do Rio de Janeiro. Um juiz criminal paranaense, que não quer se identificar por não ter segurança oficial, conta que a última ação dos

criminosos foi colocar um bilhete debaixo da porta. Num episódio inspirado em filmes, a carta dizia "Cuidado" com recortes de revista. Há oito anos, o juiz Wilson Witzel bateu de frente com o crime organizado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e chegou a receber ameaças diretas de um presídio de segurança máxima. Sua rotina virou de cabeça para baixo. Wilson passou a usar colete à prova de balas e montou um sistema de segurança sofisticado em sua residência. Mas cansou de viver na linha de tiro do crime e pediu transferência para a 2ª Vara de Execução Fiscal de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. "O juiz vive numa situação vulnerável e o Congresso não aprova medidas de proteção e não dá para uma única pessoa combater o crime organizado. É uma loucura", disse Witzel à ISTOÉ.

Quem não morre ou se esconde é obrigado a viver sob escolta. O juiz mais ameaçado do País, Odilon Oliveira, tem um posto da Polícia Federal dentro de sua casa em Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Titular da 3ª Vara Federal, sua especialidade é combater a lavagem de dinheiro e confiscar bens, o que tem feito nos últimos 25 anos. Sob proteção policial desde 1998, há um ano recebeu um e-mail do tráfico: "O doutor fará 70 anos em 25 de fevereiro de 2019 e prejudicou muita gente." A mensagem era clara: aos 70 anos, Odilon será obrigado a se aposentar e corre o risco de perder a escolta policial. Diante de casos que se multiplicam, a ministra Eliana Calmon faz uma grave advertência: "Nós não podemos ter juízes ameaçados, não podemos aceitar que ameaças veladas, físicas ou morais, possam impedir que a nossa magistratura desempenhe suas funções." Em suma, a Justiça não pode curvar às pressões do Estado paralelo."

SUELI PEREIRA PINI, brasileira, natural do Estado do Paraná, filha de camponeses, tendo aprendido desde cedo a trabalhar para ajudar os pais. Formada em Direito em 1982 pela Universidade Estadual de Londrina, aos 22 anos. Mãe de nove (9) filhos: Fernando Rodrigo Pereira Pini, 26 anos; João Pini Neto, 24 anos; Maria Gertândia Carneiro, 24 anos; Valdeisa dos Anjos Lúcio, de 16 anos; Eduardo Pereira Pini, 15 anos; Pedro Aurélio Pereira Pini, 13 anos; Catarina Pereira Pini, 7 anos; Antônio Lorenzo Pereira Pini, 3 anos e Maria Cecília Pereira Pini, de 6 meses. Vive na Amazônia há 29 anos, sentindo-se privilegiada por ser moradora da maior floresta do planeta. Trabalha desde os onze anos de idade, tendo iniciado ajudando na limpeza de casas vizinhas quando sua família saiu do campo e veio para a cidade.

Em 1983, recém formada, deixou o Paraná e mudou-se para Rondônia onde exerceu a advocacia e de 1990 a 1991 ocupou, por aprovação em concurso público, o cargo de Procuradora daquele Estado, chefiando a Procuradoria do Contencioso.

Ingressou na Magistratura no Estado do Amapá em 1991 assumindo a titularidade de Vara Criminal na Capital Macapá. Em 1996 foi designada para coordenar o então recém criado **Juizado Especial Cível e Criminal da Capital** e, aí, houve uma simbiose entre a sua natureza e aquele simplificado modelo de prestação jurisdicional. Sentiu-se empreendedora e corresponsável por este novo desafio. Mergulhou profundamente nesta nova empreitada e hoje sente-se muito grata pela oportunidade que a vida (com todas as suas intrincadas circunstâncias) lhe ofertou.

Imbuída no propósito de ampliar o acesso das pessoas à Justiça, passou a executar em 1996, na esteira dos Juizados, as modalidades itinerantes, tanto via terrestre (através de um ônibus) quanto via fluvial (através de um barco regional), esta última modalidade criada em face à realidade da Amazônia, em que os rios são as estradas e em muitas vezes o único meio de acesso.

Atuou por dez (10) anos na Justiça Itinerante com milhares de pessoas beneficiadas com os serviços. O funcionamento ficou cada vez mais simplificado à medida que se foi ganhando experiência, registrando-se que nestas itinerâncias a competência é plena podendo ser processada e julgada todas as matérias afetas à Justiça Estadual, buscando-se, assim, solucionar os conflitos de natureza cível, família, infância e juventude, criminal, Juizados Especiais etc....

A rica experiência de vinte (20) de magistratura e cada vez mais realizada e estimulada a criar, todos os dias, novos mecanismos de acesso à Justiça e de efetividade da prestação jurisdicional, faz-la crer que é possível reformar o Judiciário mais de dentro para fora, com a mudança de postura e sincero compromisso dos Magistrados, do que somente com as infundáveis discussões que se arrastam no Congresso Nacional Brasileiro e nas cúpulas dos Tribunais Superiores tem tantos anos.

Atualmente o Juizado Cível Central em que é titular e em que tramitam milhares de processos, é a unidade da justiça que mais recebe demanda. Contudo, trabalha por manter, desde o início, uma pauta que não ultrapassa 30 dias para a audiência. Tudo isso, entretanto, só tem sido possível graças a sua obstinação pessoal e de uma valorosa equipe, composta de colegas juizes, funcionários, servidores cedidos, estagiários de Direito e do 2º grau, detentos do LAPEN e até de prestadores voluntários.

O segredo, se é que há, para a coesão da equipe é que todos trabalham muito e sempre finalizam o dia com a certeza de que foram efetivamente úteis a um significativo número de pessoas. Cada um sente-se co-responsável pela prestação jurisdicional a tal ponto

que mais se parece uma grande empresa privada bem sucedida em que o bônus pelo lucro obtido é a certeza do dever cumprido e de estar contribuindo para o resgate da tão desprezada cidadania, que nada mais é senão a própria dignidade humana, respeitando pessoas e se interessando por elas. É sabedora que quando um cidadão procura o Judiciário é porque ele já esgotou os meios próprios de solução de seu conflito. Sabe, também, que o nível de estresse desse jurisdicionado é altíssimo (só perdendo para morte de cônjuge e/ou ente familiar próximo e separação/divórcio) e que o mínimo que se deve fazer é atendê-lo com presteza, ouvindo-o com sincero interesse pelo problema que ele traz.

- ✓1) Juíza de Direito desde 1991.
- ✓2) Juíza de Direito Coordenadora dos Juizados Especiais Cível e Criminal da Comarca de Macapá desde 1996. Atualmente é Juíza titular do Juizado Cível Central.
- ✓3) Juíza Presidente do **Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**, no ano de 2002, entidade destinada ao intercâmbio de todos os juizes brasileiros que atuam no Sistema dos Juizados Especiais, com a finalidade de padronizar os procedimentos, propiciar a troca de experiências de práticas bem sucedidas entre os magistrados e traçar políticas de administração judiciária que os aprimore.
- ✓4) Juíza Membro da **Comissão Judiciária de Adoção do Amapá – CEJA/AP** de 1993 a junho/2007;
- ✓5) Juíza Membro do Grupo de Trabalho criado em 2005 pela **Secretaria Nacional Anti-drogas do Gabinete Institucional da Presidência da República** para a execução do Projeto de Capacitação dos Juizados Criminais para atuação acerca da nova Lei anti-drogas.
- ✓6) Professora da Escola da Magistratura da Justiça do Estado, tendo lecionado o módulo “Juizados Especiais”.
- ✓7) Membro Permanente da Comissão Legislativa do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais e integrante do Grupo de Estudos sobre Juizados Especiais do Conselho Nacional de Justiça – CNJ no ano de 2006.
- ✓8) Agraciada em 1998 com o **PRÊMIO CLÁUDIA**, conferido pela Revista Cláudia da Editora Abril às mulheres que pelo talento, perseverança e capacidade de criar soluções, contribuíram para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros;
- ✓9) Agraciada em 2004, com Menção Honrosa por ocasião do **I PRÊMIO INNOVARE – O JUDICIÁRIO DO SÉCULO XXI** com o Programa “**JUSTIÇA PREVENTIVA NA ESCOLA: INCLUIR E EDUCAR PARA NÃO PRECISAR RESPONSABILIZAR**”, em Brasília/DF, programa este que iniciou em 2002 e vem sendo executado até a presente data, com a finalidade de contribuir com a formação das novas gerações, levando o aparato da justiça para as escolas, disseminando entre os alunos a forma de seu funcionamento e de como ter acesso à Justiça, bem assim, atuando nos conflitos de forma preventiva para que evitem chegar ao judiciário.

- ✓10) Criadora dos Programas: 1) **“JUSTIÇA NAS PRAÇAS”**, finalista em 2004 por ocasião do **I PRÊMIO INNOVARE**, instituído pelo Ministério da Justiça; 2) **“S.O.S. Justiça – Pronto-atendimento”**, destinado ao imediato atendimento da justiça aos envolvidos em acidentes de trânsito; 3) **Juizados das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, destinado ao atendimento judicial das pessoas jurídicas; 4) **Capacitação Continuada em Técnicas de Conciliação**, destinado ao permanente treinamento de servidores, estagiários, voluntários e acadêmicos de Direito em técnicas de mediação e conciliação; 5) **“Sábado Também é Dia de Conciliar”**, destinado à realização de dezenas de audiências em manhãs de sábado, criando a cultura de que a justiça deve estar acessível todos os dias e, ainda, a cultura do diálogo entre as partes em conflito; 6) **“Eu Existo–Registro Legal para Todos”**, visa facilitar o acesso ao processamento para o Registro de Nascimento às pessoas que não possuem condições e nem acesso aos burocráticos e carentes serviços cartorários dos registros públicos de pessoas naturais e erradicar o sub registro; 7) **“Eu Existo–Registro Legal para o Preso”**, iniciativa que realiza mensalmente atendimentos na área do registro civil e audiências de justificação nas dependências da Penitenciária local (IAPEN), com a finalidade de viabilizar o reconhecimento espontâneo de paternidade, registro tardio de nascimento, retificações, 2ª vias de certidões de registro de nascimento e de casamento, visando com que os presos tenham acesso facilitado e desburocratizado aos serviços judiciários; 8) **Aprendendo pela Cinesofia**, criado em parceria com Faculdade de Direito Estácio de Sá (FAMAP), destinado a contribuir com a formação científica do acadêmico através de películas(filmes) que propiciem a reflexão e o debate; 9) **Ativista em Movimentos e Campanhas Populares** (Movimento Pelo Direito à Maternidade; Movimento Luto Pela Vida; Projeto Mãos que Plantam e Alimentação Sustentável e Campanha Eleições Limpas).

A diversificação das atividades, então direcionadas para cada tipo específico de demanda detectada, encurtou o tempo de tramitação dos feitos e, de consequência, a solução final do processo, com a realização mínima de atos e redução de custos. Benefícios alcançados que tornaram a Justiça rápida e eficiente. Deu acesso real, e de qualidade, à justiça; Identificou e alcançou demandas reprimidas, com facilitação de acesso e resolução ágil dos conflitos; Houve presença permanente e firme do Juiz, que para ser um bom gestor passou a conhecer “in loco” a realidade da cidade, atuando diretamente na criação de programas e práticas voltadas ao atendimento do cidadão em conflito; Envolveu entidades, colaboradores e a sociedade na entrega da prestação jurisdicional; Aprimorou os recursos humanos, criando capacitação permanente e atmosfera de envolvimento; Alcançou milhares de pessoas, na maioria excluídas e à margem do judiciário, dando-lhes digno acesso à justiça e real possibilidade de mudanças sócio-econômicas; Deu importante visibilidade ao judiciário, com consequente ganho de credibilidade à justiça. Apresentou números recordes de produção, melhorando significativamente a estatística da justiça local.

- ✓11) Integrante do Grupo **1000 Mulheres Para o Nobel da Paz/2005**, selecionadas no mundo pelo Comitê Internacional da Fundação de Mulheres Suíças Pela Paz.
- ✓12) Membro integrante do **IAWJ – International Association of Women Judges**.

- ✓13) Membro da Associação Mulheres pela Paz, que representa, no Brasil, o Movimento Internacional “1000 Mulheres Pela Paz ao Redor do Mundo” (www.mulherespaz.org.br).
- ✓14) Juíza membro do TRE/AP no ano de 1998 e Juíza de Zona Eleitoral 2009/2010.
- ✓15) Juíza membro titular da Turma Recursal dos Juizados Especiais, no período de 31/07/2007 a 31/07/2009, em que foram julgados milhares de processos, tendo relatado 437 recursos e encerrado o mandato com somente seis(6) recursos pendentes de julgamento;
- ✓16) Protagonista de inúmeras reportagens na imprensa nacional (Programa Jô Soares-2 vezes, Programa Silvia Popovic-Humanização e acesso à Justiça, Programa Roda Viva da TV Cultura, Revista Cláudia, Revista da AMB, Revista Bons Fluidos, Revista CNT, Revista da Escola Paulista de Magistratura, Revista Paulista O Judiciário, Revista TPM, Jornal Gazeta Mercantil, Revista Época, Jornal Folha de São Paulo, etc) e internacional (Jornal The Guardian e Independence (Inglaterra), Rádio BBC de Londres, Revista Italiana GQ, Revista Alemão Der Spiegel, TV Japonesa NHK, TV ABC da Austrália, Emissora CBC Television do Canadá, ABC Television, da Austrália, etc.).
- ✓17) Integrante permanente da Comissão Legislativa do FONAJE, responsável pelo acompanhamento e estudos de Projetos de Lei de interesse do microssistema dos Juizados Especiais, importando registrar trabalho recente na apresentação de substitutivo que originou a Lei 12153/09 (Juizado Especial da Fazenda Pública).
- ✓18) Membro do Grupo de Trabalho “Justiça Itinerante” instalado no XV Fonaje, realizado em maio/2004, em Florianópolis/SC, que aprovou relatório que foi enviado à Comissão de Reforma do Judiciário para fins de contemplação no texto constitucional da obrigatoriedade de todas as justiças brasileiras instalarem Justiça Itinerante em suas atividades, resultando exitosa aquele relatório, subscrito em parceria com a magistrada Cristina Gaulia do Rio de Janeiro, nos arts. 107, § 2º; 115, § 1º e 125, § 7º, todos da Constituição Federal em que se prevê que a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal e a Justiça Estadual deverão instalar “a Justiça Itinerante, com realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamento públicos e comunitários”.
- ✓19) Juíza Coordenadora da “**CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA**” no Amapá (Recomendação 26 do CNJ), instalada em março/2010 na agência Super Fácil/Zona Sul, com mais de 32.000 atendimentos de março a dezembro/2010.
- ✓20) Participação por três (3) vezes, com práticas de acesso à Justiça selecionadas entre dezenas de inscritos, em eventos das II, V e VI **Mostras Nacional de Trabalho de Qualidade do Judiciário**, programa criado e coordenado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na sede do STJ, em Florianópolis/SC e em Porto Alegre/RS, respectivamente.

- ✓21) Homenageada em 2007 pelo Bloco Carnavalesco **“Unidos do Caldeirão”**, com a temática **“Sueli Pini - do Paraná ao Amapá fazendo Justiça na Amazônia”**.
- ✓22) Integrou os nove(9) Juizados pesquisados pelo CEBEPEJ no País, resultando a pesquisa na conclusão de estar o **Juizado Cível Central de Macapá** em primeiro lugar nos tópicos pesquisados, situação que foi confirmada pelo estudo da Professora Maria Teresa Sadek sobre o programa **“Justiça em Números”**, do CNJ, apontando os Juizados do Amapá em 1º lugar no ranking nacional de menor taxa de congestionamento (Justiça em Números – novos ângulos).
- ✓23) Prolatando centenas de sentenças mensalmente e primando pela qualidade, apresenta pequeno percentual de reforma de suas decisões junto ao órgão recursal dos Juizados Especiais.
- ✓24) Palestrante convidada em 2003 pela **Universidade do Sarre/Alemanha** para explanar sobre o **Programa Justiça Itinerante**.
- ✓25) Integrante da comitiva de mulheres Juízas, chefiadas pela Conselheira do CNJ Germana Moraes, no **Congresso Internacional de Mulheres Juízas**, realizado em **Sidney, na Austrália**, em 2005, tendo protagonizado documentário realizado pela AMB sobre o trabalho das mulheres na magistratura brasileira.
- ✓26) Integrante da comitiva brasileira no **I Congresso Internacional da AMB** realizado no **Canadá**, com o objetivo de conhecer o sistema judicial daquele País, tendo participado de mais de quarenta(40) palestras nas cidades e Toronto, Montreal e Ottawa.
- ✓27) Convidada pela **Universidade Estácio de Sá** para explanar sobre experiência dos **Juizados Especiais do Amapá**, em evento que reuniu o corpo docente e centenas de acadêmicos daquela instituição.
- ✓28) Convidada pela **Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro /RJ** para explanar sobre **Acesso à Justiça**.
- ✓29) Convidada pela **Escola Judicial de Sergipe** para explanar sobre **Humanização do Judiciário**.
- ✓30) Selecionada entre as três(3) finalistas do **I Prêmio Conciliar é Legal**, do CNJ, com o **Programa Sábado Também é Dia de Conciliar**.
- ✓31) Convidada para participar, em 2007, como expositora, no **Congresso de Direitos Humanos** realizado em **Roma e Perúgia/Itália**, com a temática de **Acesso efetivo a uma Justiça de qualidade**.
- ✓32) Juíza Diretora do Fórum dos Juizados Virtuais da Comarca de Macapá.
- ✓33) Juíza Titular do **Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Macapá** desde 05/03/2012.

Sueli Pereira Pini

por Fernanda Pompeu

Ela enfrenta as maresias do delta do Amazonas. Não é uma navegação fácil mesmo para estômagos acostumados. As ondas do rio castigam o costado do barco *Tribuna – A justiça vem a bordo*. O Amazonas não é um rio qualquer, é o maior do planeta em volume de água. Um rio metido a mar.

Ela não é peixe pequeno. É juíza de direito, coordenadora dos Juizados Especiais Cíveis de Macapá, capital do Amapá. Apesar de levar a justiça para as populações ribeirinhas, por meio de um barco, seu nome não é Atena, nem Obá. Ela se chama Sueli Pereira Pini, nascida em Londrina, Paraná, no ano de 1960.

A filosofia que norteia seu trabalho é de clareza fulminante: “A justiça só é justiça se chegar para todos.” Mas como alcançar populações, espalhadas na floresta, distantes uma infinidade dos centros urbanos e dos fóruns? “Ora, se as pessoas não podem ir atrás da justiça, a justiça terá que ir ao encontro delas.” Simples assim. Verdadeiro assim.

O tribunal, que recebe os ribeirinhos do Arquipélago de Bailique (185 km de Macapá, por via fluvial), é um barco de dois andares. Dentro dele, há sala de audiência, computadores, impressoras, máquina de xerox. Dentro dele, há uma juíza disposta a olhar com os ouvidos e a pensar com o coração. Sueli gosta de dizer: “Sentenciar é sentir.”

O arquipélago chama-se Bailique porque, devido à agitação das águas na foz do Amazonas, suas oito ilhas “bailam”. Os ribeirinhos, cerca de oito mil, moram em palafitas distribuídas pelas margens de incontáveis igarapés e furos. Eles se viram como podem com suas pescas e seus roçados de subsistência. Suas demandas são básicas: documentação, aposentadorias, benefícios, disputas de terra, brigas entre vizinhos.

Nos primeiros anos de magistratura, Sueli chegou a pensar em desistir da profissão. Não se sentia bem mandando pequenos infratores para a prisão, nem julgando vidas por meio de autos. Tinha necessidade de olhar, ouvir e falar com as pessoas. Ela é uma entusiasta da mediação de conflitos. Alguém que, no dia-a-dia, ressuscita a velha máxima do “conversando, a gente se entende”. E não é esse, afinal, o princípio da civilização?

O que nos salvou de perder a juíza Sueli Pini foi a criação dos Juizados Especiais – bem mais próximos das pessoas, falando a linguagem delas. “Foi como se tivessem me tirado de um vaso e me plantado no campo! Abandonei a toga de pingüim. Deixei os muros do castelo que impedem de ver as ruas. Abracei com paixão a proposta da justiça em movimento e, portanto, para todos.”

Partidária da Reforma do Judiciário – que regulamenta a justiça itinerante – Sueli enxerga a urgência de outra reforma: a do juiz! Na sua opinião, ele ou ela precisam ter um “choque de gente”. O que é isto? Ver onde e como as pessoas vivem, ouvir suas

necessidades. Informá-las e, se necessário for, ensiná-las acerca de seus direitos. Ela também gosta de repetir que para pagar os servidores públicos, o Estado tira comida da boca de muita gente. Em última instância, os juízes, servidores bem pagos, têm o dever de trabalhar muito e com qualidade.

Sueli Pini labora para valer. Mãe de seis filhos, ela tenta esticar as irrisórias vinte quatro horas do dia. Lidera uma equipe de funcionários e voluntários no Fórum de Macapá. Está à frente de projetos inovadores: atendimentos em praças públicas, nas periferias miseráveis da cidade, no lixão onde urubus disputam sobras com *homo sapiens*.

Naturalmente, tantas ousadias atraem adversários. Gente que prefere que as coisas sigam como são. Mas, guerreira, ela avança no caminho. Sabe que “a vida é curta e a obra é longa”. A ideia de uma justiça mais justa só vingará se contagiar as jovens gerações. Trabalhando para isso, Sueli desenvolve o programa *Justiça Preventiva na Escola*, abrangendo alunos das redes pública e particular.

A cada jornada itinerante fluvial, quando o barco *Tribuna* deixa Macapá com destino a Bailique, a juíza arregimenta, com verve e entusiasmo, profissionais de outras áreas: médicos, assistentes sociais, educadores, artistas. Eles transformam o barco da justiça em uma nau multidisciplinar. São pessoas dispostas a enfrentar as dozes horas de um rio caprichoso, a dormir em redes enfileiradas e a sofrer as coceiras causadas pelas picadas dos mucuins.

Tudo isso para que? Para servir aos cidadãos. Para informar às pescadoras, aos lavradores, aos fazedores de canoas e barcos que eles têm direitos, que pertencem a um País como uma Constituição. Informá-los que o Estado brasileiro tem para com eles uma amazônica dívida social.

Mas não pensem que as coisas engasgam no gogó. Sueli e sua equipe não discursam, fazem. Fazer constituído de escuta, diálogo e ações. O barco atraca na primeira ilha. Logo depois, os igarapés se enchem de canoas, o Amazonas se colore com o trânsito dos pequenos barcos. Os ribeirinhos pulam dentro do *Tribuna*. Às vezes são famílias inteiras. A bordo, a justiça e a juíza esperam por eles.

“Acredito que as escolas de direito devem ter uma disciplina chamada gente”

Durante a posse, Magistrados, servidores, autoridades e jornalistas lotaram as dependências do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Amapá. A cerimônia que promoveu ao cargo de Desembargadora a Magistrada Sueli Pereira Pini ocorreu na manhã desta quinta-feira (21.06).

Ela foi promovida pelo critério de merecimento na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro na condição de primeira colocada na lista tríplice apurada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Emocionada pela promoção, a Magistrada agradeceu a Deus e a cada uma das pessoas que torceram por ela. A Desembargadora disse estar duplamente feliz: "chegar aqui é uma imensa conquista, e ser a primeira mulher a chegar ao Desembargo do Amapá completa ainda mais essa felicidade".

VISUALIZAR

FOTOS <http://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/galerias/73-eventos-regionais/1436-posse-da-desembargadora-sueli-pini.html>

A nova Desembargadora disse que inicia a partir de hoje um desafio árduo em sua carreira, pois compor a Corte de Justiça de um Estado é uma grande responsabilidade, e ela destacou: "eu vou trabalhar incansavelmente para não frustrar expectativas. A sociedade torceu para nós estarmos aqui, em especial por ser a primeira mulher que chega ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá".

O Presidente do Judiciário Amapaense, Desembargador Mário Gurtyev de Queiroz, disse que o Tribunal aguardava com ansiedade pela ocupação desta vaga no Desembargo, uma vez que a falta de um Magistrado compromete as Sessões por causa do quórum necessário para realizá-las. "Nós estávamos com grande dificuldade, tínhamos que convocar Juizes. Eu estava ansioso para receber esta notícia do CNJ, para minorar as dificuldades que estávamos enfrentando após a aposentadoria do Desembargador Edinardo Souza".

O Presidente parabenizou a nova Desembargadora, desejou sorte e lembrou que cada vez mais as mulheres têm ocupado posição de destaque no campo profissional. "A responsabilidade das mulheres hoje é igual a dos homens, e elas têm desempenhado com muita competência", concluiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues.

Passamos a palavra, neste momento, à nobre Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, que preside esta sessão; demais Senadoras e Senadores; telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Encerramos, hoje à tarde, a votação na Comissão Mista que examina a Medida Provisória nº 571, que trata do Código Florestal, e aprovamos o relatório do Senador Luiz Henrique a respeito da Medida Provisória enviada ao Congresso Nacional pela Presidente Dilma Rousseff tratando da matéria, a que, como se sabe, foram apostos alguns vetos. A Medida Provisória tratou, então, de aperfeiçoar, e esse trabalho, digamos, de grande dedicação, competência e aplicação feito – e hoje concluído – pelo Senador Luiz Henrique.

Pelo acordo havido entre Câmara e Senado, pelos Parlamentares que integram essa Comissão Mista, presidida pelo Deputado Elvino Bohn Gass, votado hoje o relatório do Senador Luiz Henrique, no dia 7 de agosto, votaremos os destaques a essa medida provisória, que superam os trezentos.

Agora, quero chamar a atenção, Senador Paulo Paim, de que na Medida Provisória que veio a esta Casa haviam sido preservados dois parágrafos do art. 4º, os §§ 9 e 10, que tratavam da definição, de competência dos respectivos planos diretores dos Municípios, de Áreas de Preservação Permanentes nas áreas urbanas.

Depois de um debate em que não houve consenso dentro do próprio Governo, porque há um Ministério das Cidades que está, digamos, com a responsabilidade para definir essas competências, não houve consenso – é a informação que se tem – a respeito disso, e o relator aboliu, do seu relatório, os dois parágrafos: 9º e 10 do art. 4º.

A Confederação Nacional dos Municípios, Senador Paim – o senhor, como eu, é um Senador municipalista –, me alertou para um fato relevante e, por isso, apresentei e acolhi a proposta do Deputado Sciarra, do Paraná, exatamente oferecendo como destaque o retorno dos dois parágrafos, o 9º e o 10, para preservar a autonomia das municipalidades, ou dos Municípios, na definição, nos seus respectivos planos diretores, dessas Áreas de Preservação Permanentes.

A omissão dessa matéria nessa medida provisória, Senador Paulo Paim, cria um vazio legal e uma verdadeira barreira que vão criar um problema jurídico inclusive para o desenvolvimento. Mais do que isso: o Ministério Público vai acionar as prefeituras quan-

do não cuidarem de definir as Áreas de Preservação Permanentes na zona urbana.

Então, estamos diante dessa, digamos, situação esdrúxula, desse vazio de legalidade, e provocando uma insegurança jurídica que se vai abater não só sobre o administrador municipal, porque a lei não vai existir, mas também vai impedir projetos de desenvolvimento da construção civil e outros tantos, por conta desse vazio legal.

Qual é a segurança jurídica que terá um empreendedor que queira fazer em Canoas, ou na minha Lagoa Vermelha, ou na Ijuí, do Marco Aurélio, ou na Caxias, do Senador Pedro Simon e do Senador Paim? Como vai fazer isso se não há nada previsto na lei?

Se se deixar essa matéria fora do Código Florestal, os mesmos critérios para a área rural serão aplicados na área urbana. Então, veja que conflito legal nós estamos criando ao não acolher aquilo que a Presidência mandou para cá e que se refere, eu digo, ao art. 4º, §§ 9º e 10.

Recebi não só da Confederação Nacional dos Municípios, mas de vários outros setores que estão muito preocupados com essa possibilidade de uma verdadeira perturbação no desenvolvimento de projetos dos Municípios e no emperramento do desenvolvimento urbano por conta da retirada dessa competência.

Hoje, os conselhos municipais, os planos diretores é que teriam a competência dessa definição, não apenas em relação à Área de Preservação Permanente, caro Presidente Paulo Paim, mas também na questão relacionada à Política Nacional de Proteção de Defesa Civil. E os critérios igualmente previstos nesses dois parágrafos, o § 9º e § 10, para a prevenção dos desastres naturais e também da proteção à infraestrutura. Porque nós temos visto que é exatamente na área urbana que têm acontecido os desastres naturais mais graves, com mortes, em várias cidades, especialmente nas regiões montanhosas – tivemos em Blumenau e, depois, no Rio de Janeiro, na Região dos Lagos, e isso foi a revelação da ocupação desordenada do solo urbano.

Exatamente estes dois parágrafos, o § 9º e o § 10, do art. 4º dessa medida provisória, tratam de definir essas responsabilidades aos Municípios dentro de seus respectivos planos diretores. Então, eu os apresentei com dois Destaques, o nº 292 e o nº 293, dentre os 300 que eu lhe disse que serão examinados no dia 7 de agosto, quando teremos o mutirão de votação ou esforço concentrado por conta das eleições municipais, sabendo que muitos Senadores e Deputados Federais são candidatos a prefeito. Talvez eles também pensem nessa matéria, já que, tendo a possibilidade de chegar ao comando dos executivos mu-

nicipais, enfrentarão esse dilema na hora de assumir as prefeituras municipais.

Realmente, é preciso que tenhamos uma clareza muito grande. O Senador Luiz Henrique, não só quando o Senado aprovou o Código, fez um trabalho excelente, ele e o Senador Jorge Viana, mas também agora nesse desafio que é compatibilizar conflitos muito acirrados, como vimos agora há pouco no debate da comissão mista que trata da Medida Provisória 571, dentro desse novo critério que está sendo examinado.

Assim, eu queria trazer esse problema e essa questão ao Plenário do Senado para as pessoas que estão acompanhando verem que os Municípios têm razão ao reclamarem uma clareza na legislação específica dentro do Código Florestal.

Caso contrário, será aplicada, como eu disse, a mesma regra da área rural para a área urbana. E como isso vai se compatibilizar? Aí realmente é uma incógnita, e eu não tenho a mínima ideia de quem possa assegurar uma eficácia na execução ou na administração municipal a respeito disso.

Então, eu queria, ao mesmo tempo em que apresento – digamos – o êxito que foi obtido hoje na votação dessa matéria, depois de exaustivas tentativas de entendimento... É uma matéria complexa e avanços consideráveis foram obtidos pelo Senado. Penso que agora também vamos conseguir avanços consideráveis para assegurar a preservação ambiental e assegurar também a produção agrícola com sustentabilidade.

Neste momento, minha abordagem é para defender um marco legal para dar tranquilidade e segurança jurídica não apenas aos administradores municipais, aos prefeitos – faço aqui este apelo em nome da Confederação Nacional dos Municípios –, como também da mesma forma o faço em relação àqueles empreendedores que querem fazer o desenvolvimento das comunidades, que tanto precisam, para geração de renda, para geração de emprego.

Afinal, temos aí até um grande programa do Governo que precisa dessa definição, que é o Minha Casa, Minha Vida, uma das meninas dos olhos do Governo Dilma Rousseff. Se não houver o critério adequado, Senador Ciro Nogueira, para essa questão do Código Florestal, na área municipal, o prefeito não terá o que fazer, a não ser esperar que na votação o Senado e o Congresso – as duas Casas deverão manifestar-se sobre ele – o definam claramente nessa legislação. Se formos esperar que um novo plano ou uma política nacional ambiental para as cidades seja definido... O nosso Ministro Aguinaldo Ribeiro tem essa responsabilidade, mas até encontrarmos a definição de uma política para isso perderemos um tempo muito longo, comprometendo até os empreendimentos com apoio,

como o Minha Casa, Minha, como eu disse, e tantos outros de que as comunidades estão precisando nesta hora.

Queria também fazer um registro, Senador. Mozarildo Cavalcanti, que agora preside esta sessão. Os suinocultores brasileiros – eu fiz essa referência há pouco – estão reunidos em Brasília e são mais de 800 suinocultores de vários Estados, especialmente da Região Sul, mais afetada, por uma profunda e aguda crise que se abate sobre o setor. São necessárias medidas emergenciais por conta do agravamento de uma defasagem entre os custos elevadíssimos na produção da suinocultura. Por outro lado, além da queda de preços em virtude de uma grande oferta de carne suína, há também uma redução não só do mercado interno, mas também no mercado externo em decorrência do fechamento das portas de mercados importantes, como a Rússia e a Argentina.

Esperamos que com a vinda de uma missão russa e também a reabertura lenta – espero que seja mais rápida – do mercado argentino para a carne suína se possa, pelo menos, imaginar que a situação deixa de sofrer esse agravamento.

Ainda agora, os líderes do setor, comandados pelo Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Carne Suína (ABCS), Marcelo Lopes, como também o Presidente da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, *Valdecir* Folador; de Santa Catarina, Losivania de *Lorenzi*; do Paraná, o Vice-Presidente da entidade; o de Mato Grosso também está lá presente, e o de São Paulo, estão discutindo com técnicos do Ministério da Agricultura aquelas medidas que vão desde a prorrogação de dívidas de custeio e de investimento até mecanismos de comercialização, para que os suinocultores não fechem as portas dos seus estabelecimentos. Não só aqueles que são chamados produtores independentes, mas também os chamados integrados.

Alguns Municípios no meu Estado e em Santa Catarina vivem e dependem – a receita dos Municípios –, basicamente, da atividade da suinocultura. Então, o prejuízo não é só para o suinocultor. O prejuízo é para o Município inteiro, que depende dessa produção na geração de emprego, na arrecadação de impostos, na agregação de valor em relação à suinocultura.

Hoje, o representante da *Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína* (Abipecs) e também a Associação Brasileira de Supermercados participaram de uma audiência pública realizada no auditório Petrônio Portella exatamente mostrando quais as alternativas que poderemos imaginar em relação não só à questão do mercado externo, mas também a algumas providências do mercado interno.

Eu ouvi com muita atenção uma sugestão do Secretário de Agricultura de Santa Catarina, o Deputado Federal João Rodrigues, que sugeriu que o Governo, através das compras que o Exército faz, por exemplo, ou nas penitenciárias brasileiras, pelo menos dois a três dias na semana inclua a carne suína como forma de desovar os estoques à disposição das indústrias ou das cooperativas, que igualmente vivem um drama muito sério em relação a essa crise que a suinocultura está enfrentando. Seriam mecanismos interessantes para resolver o problema da oferta da carne suína.

Espero que, na concessão de financiamentos para a comercialização, com o crédito especial que o Governo está abrindo para a aquisição de leilões, definindo um preço de R\$3,60 por quilo, que possam já, a partir de hoje, estar disponíveis R\$200 milhões, com taxa de juro de 5,5% ao ano. E esse financiamento pode ser acessado pelos produtores, pelas cooperativas, pelas agroindústrias e também pelos varejistas, no caso, os supermercados.

Penso que o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda devem intensificar o esforço para não, digamos, procrastinar ainda mais essas medidas, já que isso pode, se não for tomada a medida adequada no tempo certo, asfixiar e até, eu diria, destruir um setor que é um dos mais modernos em matéria genética, em matéria de produção, em matéria de indústria, em matéria de criatório.

Além do mais, Senador Mozarildo Cavalcanti, a suinocultura no Brasil, especialmente na Região Sul, resolveu um grande passivo ambiental com a questão dos dejetos, fazendo a produção de energia através do uso exatamente desse que era uma fonte poluidora. E, agora, temos também essa contribuição a ser estimulada e defendida.

Eu queria que o Ministério da Agricultura, na pessoa do Ministro Mendes Ribeiro Filho, e o Ministério da Fazenda, com o Ministro Guido Mantega, ampliassem o esforço dos Ministérios para que não vejamos suinocultores chorando na frente das câmeras de televisão para mostrarem o seu desalento em relação à falta de estímulo e a uma, digamos, crescente redução da atividade por uma total falta de estímulo e de condições de produção.

Preço justo para produzir é o mote da campanha desses mais de 800 suinocultores, que têm o apoio das prefeituras municipais, das câmaras municipais, da cadeia produtiva, que envolve o produtor de rações, os que trabalham com genética, os que trabalham com *software*, com informática, com tecnologia da informação para tornar a suinocultura brasileira como é hoje: uma das mais modernas do mundo.

Então, não é justo que esses produtores não vejam o seu trabalho ser reconhecido e até a possibilidade de fechamento dos seus estabelecimentos em praticamente todos os Estados brasileiros.

Há um aumento do preço do custo da ração, aumento do preço do milho, aumento do preço do farelo de soja e também das próprias condições em relação à tributação, aos custos, ao transporte, ao combustível. Tudo entra para aumentar o custo de produção.

E é preciso também sugerir – isso aconteceu hoje, durante a nossa audiência pública, e foi criada também uma frente parlamentar mista em defesa da suinocultura, liderada pelo Deputado Vilson Covatti – que o BNDES, que tem atuado e beneficiado grandes grupos do setor do agronegócio, amplie a participação e dê mais capilaridade ao crédito em relação ao benefício das cooperativas ou das pequenas e médias empresas, que precisam, neste momento, de um socorro, e em condições favoráveis para a manutenção das atividades desse setor. Tudo está interligado, o Código Florestal com a produção da agricultura e da suinocultura brasileira.

Eu queria agradecer a V. Exa., Senador Mozarildo Cavalcanti, pela oportunidade que tive hoje, mesmo me valendo do art. 17, para falar sobre este tema, porque estou muito preocupada com o destino desses milhares de produtores que, de mãos calejadas, sofrendo muito todo tipo de dificuldade, chegaram a Brasília, ontem e hoje, para participar da audiência pública e também dos encontros com o Ministro da Agricultura. Tenho a convicção de que não sairão daqui de mãos vazias. Alguma coisa o Governo tem a obrigação de dar a essas pessoas que têm contribuído tanto para o desenvolvimento brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr^a Ana Amélia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência designa o Deputado Pastor Eurico, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, para integrar, como titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, conforme o **Ofício nº 119, de 2012**, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro – PSB, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of.B nº 119/12

Brasília, 12 de julho de 2012

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Pastor Eurico (PSB – PE) para a vaga de

titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Laurez Moreira (PSB – TO).

Atenciosamente, – Deputado **Glauber Braga**, Vice-Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, do PT do Estado do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mozarildo, colega de região, de luta e um dos mais dedicados e assíduos desta Casa. Eu queria agradecer o privilégio de estar aqui hoje e, em primeiro lugar, caro Presidente Mozarildo, fazer o registro de que hoje é o dia do engenheiro florestal. Quero, da tribuna do Senado, cumprimentar todos os colegas, já que sou engenheiro florestal, que trabalham, que procuram aperfeiçoar seu conhecimento e que se dedicam a transformar as florestas do Brasil num ativo econômico que possa ajudar na geração de emprego e no desenvolvimento econômico, especialmente trabalhando em defesa das florestas e no seu manejo, fazendo com que essas florestas sejam consideradas também fundamentais e estratégicas para a própria produção agrícola ou agropecuária do Brasil.

Sr. Presidente Mozarildo, daqui da tribuna, então, parabeno todos os colegas engenheiros florestais Brasil afora.

Devo dizer, Sr. Presidente, que, hoje pela manhã, tivemos uma votação muito importante na comissão mista que aprecia a Medida Provisória do Código Florestal, do relatório do Senador Luiz Henrique.

O Senador Luiz Henrique tem sido um amigo, um companheiro, mais que um colega Senador, porque, primeiro, estabeleceu comigo uma boa parceria, quando da apreciação da proposta do novo Código Florestal, aqui no Senado, junto comigo. Conseguimos ter o apoio de 57 Sras. e Srs. Senadores. Alcançamos essa situação por conta de termos feito uma proposta suprapartidária, pensando sempre no Brasil. Mas, por se tratar de uma lei que atende aos interesses dos produtores, sempre levamos em conta como poderíamos trabalhar uma legislação que tire da insegurança jurídica os produtores do nosso País. Foi isso que fizemos aqui no Senado. E, adotando esse propósito, esse objetivo, fizemos uma diferença entre seringueiros, ribeirinhos, sitiantes, pessoas que têm uma vida, uma história dedicada ao cultivo da terra, à criação. Todo o nosso País tem origem rural e, nesse tratamento diferenciado, buscamos fazer justiça.

Nosso texto, lamentavelmente, passou por mudanças radicais na Câmara, e a Presidenta Dilma, é bom que se registre, teve a coragem de, publicamente,

e também com sua atitude, assumir uma postura de resgatar no texto votado na Câmara aquilo que tinha sido perdido e que tinha origem no Senado. A Presidenta Dilma vetou o projeto do Código Florestal votado na Câmara e editou a Medida Provisória nº 571. Nessa Medida Provisória, ela restabeleceu as questões centrais construídas aqui no Senado, que carregavam o bom-senso e o equilíbrio, que pensavam em proteger o meio ambiente, em cuidar e fazer do Brasil uma referência ambiental, mas também estava estabelecido ali um olhar diferenciado para quem quer criar e produzir dentro da lei. Mais do que isso, a Presidenta Dilma estabeleceu um olhar diferenciado para o agricultor familiar, para a pequena produção.

E lá, com a ação da Ministra Izabella Teixeira, uma ação ativa, permanente, no zelo pelo meio ambiente, com a contribuição dos demais ministros, estabeleceu-se algo que eu penso que deveria nortear todos, que é a construção do novo Código Florestal, que fará com o Brasil tenha cuidado com seus recursos naturais, mas que também fará com que estenda a mão para os produtores, especialmente para os pequenos, e aproxime a produção, que é tão estratégica para o Brasil, do ponto vista econômico e social, do meio ambiente. Quer dizer, a nossa proposta de Código Florestal aproxima a produção do meio ambiente, e não afasta.

Mas, hoje, o que nós vimos na Comissão foi a explicitação de uma realidade: na Câmara dos Deputados, existe um grupo de parlamentares – o que é legítimo, tendo em vista que foram votadas – que tem uma posição muito radicalizada, uma posição que eu ponho até em dúvida se estão atendendo aos interesses dos próprios produtores, porque é uma posição que eu não consigo enxergar nem mesmo como um cuidado de proteger os produtores. Quem é que produz sem água, sem solo, sem um ambiente equilibrado? É uma posição que me parece mais contra o meio ambiente do que a favor.

E aí, Sr. Presidente, eu queria dizer para todos que me ouvem pela Rádio Senado, que me assistem pela TV Senado e que nos acompanham, graças a esse rede de comunicação estabelecida, que hoje, no dia do engenheiro florestal, sinto-me no dever de vir aqui e falar de floresta.

O mundo, Senador Presidente Mozarildo, antes da ação destruidora do homem, tinha 6,5 bilhões de hectares de florestas. Vou repetir: o mundo tinha 6,5 bilhões de hectares de florestas. Hoje, são 4 bilhões de hectares. Ou seja, ao longo desse tempo, o mundo destruiu 2,5 bilhões de hectares de florestas, e o nosso País, lamentavelmente, sempre esteve nessa estatística negativa, perversa, da destruição.

Mas o mundo começou a mudar também essa agenda. Entre o ano de 2000 e 2010, a destruição foi de 13 milhões de hectares de florestas. Na década anterior, foram 16 milhões de hectares de florestas. Quer dizer, houve uma redução significativa no mundo inteiro. O mundo está destruindo menos as florestas, mas o número ainda é assustador. E o Brasil deu uma grande contribuição, tanto no governo do Presidente Lula, tendo a Ministra Marina à frente do Ministério, e depois o Ministro Minc, como também agora, com a Ministra Izabella. O Brasil, que na década de 90 chegou a desmatar o equivalente a 4 milhões de hectares num único ano, agora está conseguindo ter recorde de redução de desmatamento. E não estou falando de pouca coisa. Nosso Brasil leva o nome de uma árvore. Nosso Brasil tem somente 6% das florestas da Mata Atlântica, o resto foi todo destruído. O nosso Brasil ainda tem 13% das florestas do mundo. O nosso Brasil tinha 800 milhões de hectares de floresta, para um mundo que tinha 6,5 bilhões. O Brasil hoje tem 506 milhões de hectares de floresta, num mundo com 4 bilhões de hectares de floresta, com uma diferença: a nossa floresta tem uma biodiversidade sem referência no mundo. É uma das maiores do mundo.

Fazendo a conta, se tínhamos 800 milhões de hectares e temos 506, durante todos esses anos de Brasil já foram destruídas ou passaram por transformações, por ação antrópica, 300 milhões de hectares de floresta. Nosso País destruiu 300 milhões de hectares de floresta e plantou apenas 6,8 milhões de hectares. Então, é um número para se refletir.

E aqui da tribuna do Senado faço esta reflexão, no Dia do Engenheiro Florestal. Já fizemos a conversão. Durante esse tempo todo de Brasil, 300 milhões de hectares de floresta deixaram de existir. E só conseguimos plantar, até hoje, 6,8 milhões de hectares de árvores. Existe aí um déficit. O Brasil tinha que ter perto de 20 milhões de hectares de floresta plantada.

O PIB florestal brasileiro é muito aquém do tamanho da riqueza que nós guardamos. O Brasil, lamentavelmente, ainda não entendeu a floresta como um ativo econômico tão ou mais importante que o agronegócio. Lamentavelmente, o setor florestal, do ponto de vista da governança, é vexatório. Nós não podemos misturar o papel de fiscalizar e de licenciar com o papel de fomento, de estímulo ao manejo dos recursos florestais.

O Acre foi e segue sendo uma referência nesse aspecto. Passamos de uma situação em que floresta era vista como problema para uma situação que vivemos hoje, na qual floresta é a solução dos problemas, a partir do manejo e do uso inteligente dela.

O Acre surgiu em função da exploração florestal de duas árvores: seringueira e castanheira. E agora o Acre quer o uso múltiplo da floresta. O Governador Tião Viana está procurando de todas as maneiras consolidar um projeto de indústrias no Acre, não só em Rio Branco, mas no Vale do Acre, também no Vale do Iaco, no Vale do Envira/Tarauacá e no Vale do Juruá, consolidando atividades industriais, porque só com atividades industriais é que nós vamos ter emprego, renda; nós vamos ter geração de impostos, geração de riqueza; mas também, junto com essa atividade, o cuidado do manejo e da proteção das florestas. Isso porque a indústria vai se preocupar sempre com o suprimento de matéria-prima.

Esta é uma fase que o Acre está vivendo, mas o Acre é uma exceção na Amazônia. Lamentavelmente, ainda não existe uma política nacional com esse propósito. O Acre foi o primeiro a criar as florestas públicas, a criar florestas que propiciam tranquilidade para o suprimento de matéria-prima. E isso precisa ganhar força e se ampliar em toda a Amazônia.

Também queria, Sr. Presidente, senhoras e senhores que me ouvem pela Rádio Senado e me assistem pela TV Senado, registrar que a Presidenta Dilma e a Ministra Izabella estão assumindo que, logo após a votação do Código Florestal, faremos um debate sobre governança florestal no Brasil, para que o Brasil saia dessa situação.

Quero, aqui da tribuna, dizer, com alguma tristeza e muita preocupação, que, hoje, no debate sobre a medida provisória do Código Florestal, na Comissão Mista, em que apreciamos o relatório do Senador Luiz Henrique, vi discursos que me deixam com esta tristeza e com muita preocupação. Sr. Presidente, vi alguns se posicionarem de tal maneira, às vezes usando o argumento de que estão defendendo o interesse do produtor – atender ao interesse do produtor é o desejo de todos nós –, mas com posições tão radicais, tão estranhas aos interesses do País e do próprio produtor, que fica parecendo que o fato de o Brasil ter a floresta que tem, a biodiversidade que tem, os recursos naturais, a água, o solo, o clima, tudo isso que é tão invejado no mundo, o mundo inteiro inveja o nosso País por não haver extremos, fica parecendo que o discurso de alguns contra o meio ambiente, contra as florestas, é porque ter toda essa riqueza, ter toda essa floresta, ter tantos recursos naturais é uma maldição brasileira. Mas nós sabemos que toda essa riqueza, toda essa biodiversidade, toda essa floresta é uma vantagem comparativa que o Brasil tem.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, queria aqui, no Dia do Engenheiro Florestal, dizer que o propósito do Senador Luiz Henrique, do Deputado,

Presidente da Comissão, Bohn Gass, do Relator auxiliar, Deputado Edinho, e de boa parte dos Congressistas presentes na Comissão é dar uma solução para o Código Florestal. Virar essa página, dar segurança jurídica para os produtores, mas sem abrir mão de fazer com que o Brasil tenha uma legislação ambiental que siga sendo uma referência no mundo. Isso é da maior importância.

Falo no mundo, porque o Brasil disputa o mundo. O Brasil é um dos poucos países do mundo que pode ajudar acabar com a fome no Planeta. São 7 bilhões de pessoas, 1,5 bilhão passando fome, escassez de água. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem como expandir, do ponto de vista do melhor uso, da produtividade, a sua produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar. Aliás, a ONU espera isso do Brasil.

Mas a Rio+20, realizada recentemente, que tinha como propósito discutir combate à fome, economia verde e desenvolvimento sustentável, deixou um legado da maior importância, que faço questão de ressaltar aqui da tribuna do Senado – da maior importância.

Tenho defendido e defendi que o mundo tem que parar de se nortear, de se seguir pelo PIB – Produto Interno Bruto. O mundo se segue pelo PIB desde 1930, quando ele foi criado. E o criador do PIB já alertava, um ano e meio, dois anos depois, que o mundo não deveria se guiar por ele, porque ele visava só ao econômico. E a prosperidade econômica está longe de expressar se uma família, se uma pessoa, se um país, se uma sociedade está prosperando ou não. Só esse componente não vale. Sem o social, sem o ambiental, sem variáveis que expressam algum grau de felicidade, de satisfação, de bem-estar, você pode estar falseando quando olha apenas o número econômico.

Os indígenas, com a sabedoria que carregam por conta do tempo e da cultura, usam os que se de IBV – Índice do Bem Viver, que é muito melhor do que o PIB. Se tiver uma tragédia, como acontece diariamente – mortes, acidentes de trânsito, hospitais superlotados, falta de medicamentos, mortes, muitas mortes – o PIB cresce. O país cresce seu PIB. Mas nós não queremos medir o crescimento de um país – e isso não tem como se medir – a partir da tragédia, das desgraças.

Então, defendi muito aqui nos debates do Senado que um grande legado que a Rio+20 poderia deixar era fazer um desafio ao mundo de encontrar um sucessor para o PIB e deixar de se guiar pelo econômico pura e simplesmente. Ter o econômico sim, no novo indicador, mas também o social, o ambiental e outras variáveis.

O legado da Rio+20, um dos legados, estabeleceu que a ONU vai organizar debates até 2015 e que,

até lá, serão estabelecidos indicadores de desenvolvimento sustentável. Acho que, aí sim, vamos dar os primeiros passos para mudar e fazer do mundo uma sociedade sustentável para acabar com a destruição de recursos naturais, com as injustiças sociais e com o *apartheid* econômico. Penso que se nós nos guiarmos agora por novos indicadores socioambientais e econômicos, como ficou acertado no documento final da Rio+20 – e isso deve ocorrer até 2015 –, aí, sim, vamos dar um passo muito importante.

Aí volto para o tema do nosso País, do Código Florestal. O Brasil quer se consolidar – e tem oportunidade – como um país que está trabalhando e consolidando um desenvolvimento sustentável. O Brasil é um dos poucos países do mundo que, nos últimos anos, cresceu, do ponto de vista econômico, com inclusão social e com menos danos ambientais. Então, o Brasil faz essa agenda. O Brasil está estabelecendo indicadores que atendem o conceito de desenvolvimento sustentável. Mas se o Brasil quer disputar o mundo, precisa levar em conta que o mundo de 7 bilhões de habitantes – que, até 2050, vai chegar a 9 bilhões de habitantes – é o mundo que tem de viver transformações já, imediatamente. Uma delas é mudar o padrão de produção e de consumo.

O cidadão, a sociedade, as sociedades, estão mais avançadas, do ponto de vista da preocupação com sustentabilidade, com meio ambiente, com um padrão novo de consumo, do que governos e partidos. Isso é bom. O cidadão, individualmente, começa a ter consciência de que ele tem de tomar uma atitude unilateral na hora de consumir. Se ele toma uma atitude como consumidor, aquele que produz também vai ser levado a tomar uma atitude e a promover mudanças. Mudar o padrão de produção no mundo é fundamental para que o mundo tenha alguma chance de ser sustentável. Mas, para isso, tem de haver uma ação coordenada entre a produção e o consumo. Se o Brasil quer conquistar novos mercados, se o Brasil quer liderar nesse mundo do novo padrão de produção e consumo, tem que ter uma legislação ambiental que possa ser referência no mundo.

Sr. Presidente, concluo dizendo que hoje, no dia do Engenheiro Florestal, venho aqui na tribuna do Senado para dizer da minha preocupação com o andamento da proposta do Código Florestal aqui no Senado, aqui no Congresso, com a Medida Provisória. Sem a mobilização da sociedade, sem a presença do movimento ambiental, sem a presença das organizações da sociedade, podemos ter uma destruição da proposta que a Presidenta Dilma apresentou na MP do Código Florestal e naquilo que conquistamos de

bom senso, de equilíbrio, de entendimento na votação no Senado.

Tivemos, na votação do Código Florestal, 57 votos, um a mais do que teve a cassação do Senador Demóstenes ontem aqui. Foi uma das poucas vezes que conseguimos reunir, de maneira suprapartidária, o Senado Federal na solução de um problema gravíssimo para o nosso País, para o presente e para o futuro. Mas, na Câmara dos Deputados, está havendo um debate, um confronto e, lamentavelmente, essa proposta de equilíbrio, de ponderação, que visa a fazer a conciliação da produção com o meio ambiente não tem voto ou tem um déficit de voto. É muito importante o envolvimento do Governo, das lideranças para que possamos auxiliar o Senador Luiz Henrique, que tanto tem trabalhado para que os 300 destaques possam ser tratados, discutidos e que não tenhamos mais danos ao meio ambiente cada vez que se aprecia a mais importante lei ambiental do Brasil, que é o Código Florestal.

É importante a vigilância de todos, é importante a contribuição e a união de todos para que possamos fazer uma lei boa para os produtores, diferenciando o pequeno do grande, dando segurança jurídica para quem quer produzir dentro da lei, fazendo da agropecuária do Brasil um assunto, um tema, estratégico e fundamental como já é, mas sem abrir mão de fazer do Brasil um país do futuro. E, para que o Brasil possa ser um país do futuro, tem que dar exemplo no trato, no cuidado, dos seus recursos naturais, especialmente com suas florestas.

Essas são as minhas palavras.

Agradeço a tolerância de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento.

Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Ciro Nogueira.

Com a permissão de S. Exa., antes dele chegar à tribuna, quero ler a seguinte matéria:

Assunto: renúncia ao mandato parlamentar.

“Sr. Ministro, comunico a V. Exa. a declaração de renúncia ao mandato do Deputado Federal Maurício Rands Coelho Barros, nome parlamentar Maurício Rands, em 06 de julho de 2012, nos termos dos arts. 238, inciso II e 239, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados nº 114, de 7 de julho de 2012.

Exemplar em anexo.

Deputado Marco Maia. Presidente da Câmara”.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of. nº 1.336/2012/SGM/P

Brasília, 10 de julho de 2012

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Maurício Rands Coelho Barros, nome parlamentar Maurício Rands (PT – PE), em 6 de julho de 2012, nos termos dos arts. 238, inciso II e 239, **caput**, do RICD, publicado o Suplemento ao **Diário da Câmara dos Deputados** nº 114, de 7 de julho de 2012, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – Deputado **Marco Maia**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento a perda desta Casa do Parlamentar Maurício Rands. Era um grande parlamentar, mas são decisões, Sr. Presidente, que a vida toma, não é?

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no último dia 27 de junho, o Brasil deu um passo da maior importância na direção de um futuro com mais segurança e menos impunidade: o Ministério da Justiça lançou, em Maceió, o programa Brasil Mais Seguro.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma iniciativa que devemos saudar com o máximo entusiasmo e a máxima esperança. O entusiasmo é provocado pela abrangência e pela ousadia do programa, talvez o mais ambicioso programa de segurança pública da história deste País; e a esperança é a tradução do nosso desejo de que todos os objetivos do programa Brasil Mais Seguro sejam plenamente alcançados, especialmente a redução do número assombroso de crimes hediondos e de assassinatos que se praticam no nosso País hoje.

A escolha do Estado de Alagoas para sediar o projeto piloto do Brasil Mais Seguro, Sr. Presidente, não foi aleatória. Segundo dados divulgados pelo Instituto Sangari, no Mapa da Violência de 2012, Alagoas é, lamentavelmente, o Estado mais violento do Brasil, com uma taxa absurda de homicídio anual em torno de 66,8 ocorrências em cada 100 mil habitantes. Entre as capitais, Maceió é também a que detém o primeiro posto, com 109,9 homicídios a cada 100 mil habitantes.

É preciso dizer, Sr. Presidente, que números dessa magnitude não são exclusividade de Alagoas. A criminalidade também é altíssima em outras cidades,

em especial nos Estados do Espírito Santo, Pará e Pernambuco, que são exemplos de Estados em que a violência homicida adquiriu, como podemos ver, como Alagoas, um *status* de verdadeira calamidade pública.

A escolha de Alagoas para o lançamento do Brasil Mais Seguro, porém, é acertada, e por dois motivos principais: em primeiro lugar, a necessidade urgente de se tomar medidas emergenciais para debelar a onda de violência que varre aquele Estado; e, em segundo lugar, os resultados positivos que certamente serão alcançados em Alagoas mostrarão o acerto das medidas que o compõem e estimularão as autoridades dos demais Estados a adotarem e ampliarem o programa com a máxima rapidez.

E que medidas são essas, Sr. Presidente? Fundamentalmente, o Brasil Mais Seguro enfatiza duas vertentes: a primeira, a investigação e a integração. Para solucionar mais crimes, prevenir mais assassinatos e combater a impunidade, é preciso, em primeiro lugar, que as forças da lei e da ordem – polícias, secretarias de Estado, Poder Judiciário – estejam bem integradas, trabalhando em harmonia e falando uma linguagem comum. Em segundo lugar, é preciso fortalecer o trabalho de investigação e de perícia dos crimes, especialmente os crimes com morte.

Este último objetivo, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, será atingido, sobretudo, com investimento em treinamento e em novas tecnologias. Em Alagoas, por exemplo, está previsto um aporte de R\$25 milhões, apenas em recursos federais, que abrangem a capacitação de profissionais de segurança pública, viaturas, armamentos, equipamentos para perícia e auxílio da Força Nacional.

Aliás, Sr. Presidente, peço licença para salientar um pouco mais essa questão das novas tecnologias que estarão à disposição das forças de segurança a partir deste ano. Tive a satisfação de ser o autor do projeto – o PLS nº 93, de 2011 – que, após ser aprovado nas duas Casas do Congresso, se tornou a Lei nº 12.654, de 28 de maio do corrente ano, que prevê a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal.

Em outras palavras, o Brasil passará a contar, a partir de novembro, com um importante incremento no seu banco de dados de DNA, cuja implantação começou em 2004. Será um banco centralizado, que armazenará e analisará os perfis genéticos colhidos por peritos em cenas de crime em todo o País, para, em seguida, compará-los com os dados de criminosos que tenham registro criminal por conta de outros delitos, cometidos no passado.

Segundo reportagem da revista *Veja*, publicada na semana do lançamento do programa Brasil Mais

Seguro, os países que já utilizam o banco de dados de DNA registraram verdadeiros saltos na eficiência da investigação policial. No Reino Unido, por exemplo, o percentual de casos solucionados subiu de 26% para 43%, quando o banco de dados passou a ser utilizado. Nos Estados Unidos, a eficiência dobrou.

Esperamos que o mesmo ocorra no Brasil, agora que nosso banco de dados de DNA está perto de começar a funcionar. O FBI gentilmente doou ao Brasil o programa que gerenciará a astronômica quantidade de informação que um banco de dados dessa natureza armazena. Dependíamos, para complementar a alimentação do banco de dados, de algumas alterações pontuais na legislação penal, que permitissem a colheita de material genético durante a fase da identificação criminal. Esse obstáculo foi finalmente superado com a Lei nº 12.654, e admito que é grande a minha satisfação por ter contribuído para o sucesso do novo plano de segurança nacional.

Fazemos parte, a partir de agora, de um grupo de mais de 30 países que utiliza o programa do FBI denominado CODIS (Combined DNA Index System). E, com a Lei nº 12.654, alimentaremos esse banco de dados não apenas com os vestígios encontrados nas cenas de crime, o que já está em utilização no nosso País, permitindo que agora, com o advento da lei, possamos, também com a identificação genética dos criminosos, aumentar consideravelmente a eficiência do trabalho investigativo.

Esses avanços na tecnologia de investigação criminal, Sr. Presidente, combinados com as demais medidas do programa Brasil Mais Seguro, serão responsáveis, tenho absoluta certeza, por uma verdadeira revolução na segurança pública deste País. É uma grande alegria fazer parte, ainda que modestamente, dessa conquista, e é um grande prazer compartilhar essa alegria com V. Exas., ao tempo em que agradeço a todos aqueles que, no Senado e na Câmara dos Deputados, apoiaram o PLS nº 93, de 2011, que gerou a Lei nº 12.654, de 2012.

Que o programa Brasil Mais Seguro marque o momento em que nosso País passe a encarar a segurança de seus cidadãos de bem como uma de suas prioridades máximas, coibindo os assassinatos e outros crimes hediondos com a combinação infalível de recursos bem empregados e tecnologia de ponta a serviço do bem comum do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 951, DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2012 (nº 525/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Guiné Equatorial sobre o Exército de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2011.

RELATOR: Senador SÉRGIO SOUZA

I – RELATÓRIO

Foi encaminhada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores à Presidente da República a Exposição de Motivos nº 277, de 3 de junho 2011, na qual se afirma que o acordo internacional em tela “semelhante aos assinados com mais de cinquenta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes de missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional”. A Presidente da República, por sua vez, encaminhou o Acordo ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 336, de 2011, sem considerações de mérito.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi remetida à Comissão de Relações Exteriores, que elaborou projeto de decreto legislativo. Referido projeto foi encaminhado às Comissões de Constituição Justiça e Redação (CCJR) e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). No dia 26 de abril de 2012, a proposição foi aprovada pelo Plenário daquela Casa.

II – ANÁLISE

Dois atos internacionais versam sobre os regimes de responsabilidade dos atos dos agentes oficiais de Estados acreditantes, e de seus dependentes, nos Estados acreditados: a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e a Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Ambas positivam normas consuetudinárias e, por sua ampla aceitação na comunidade internacional, são consideradas universais. No Brasil, vigoram

desde 1965 e 1963, quando os respectivos decretos promulgadores foram publicados.

Em termos gerais, elas conferem proteção especial ao agente estrangeiro e a seus dependentes. A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas confere imunidade penal a agentes diplomáticos, ao pessoal administrativo e técnico das missões diplomáticas e aos seus respectivos dependentes em todos os casos e imunidade civil, administrativa e tributária, exceto, entre outras hipóteses, por ações referentes a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercido fora de suas funções oficiais. A Convenção de Viena sobre Relações Consulares é mais branda: o art. 41 circunscreve a exceção à jurisdição penal do Estado acreditado aos casos de crimes graves e em caso de decisão por autoridade competente e tampouco confere aos atos pessoais imunidade civil ou administrativa.

Esse sistema de responsabilidades, pensado sobre o binômio “atos de ofício” e “atos particulares”, parte da prosaica constatação de que os membros da comunidade diplomática, em sentido lato, estão fadados a desempenhar, a título pessoal, atos civis nos países acreditados, eventualmente até mesmo a prestação de serviços, mercê do próprio processo de interação com a comunidade local.

A geração de atos internacionais do qual o Acordo em tela faz parte visa a complementar esse quadro normativo, permitindo e disciplinando a prestação de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais.

O texto do Ato internacional foi exitoso ao não ferir as disposições constitucionais, convencionais e legais atinentes à condição jurídica dos dependentes dos chefes de missões diplomáticas e consulares e do pessoal administrativo, técnico, de apoio ou serviço que sejam da nacionalidade do Estado acreditado. Embora permita o exercício de atividade remunerada, o Acordo respeita a regulação das profissões pelos Conselhos de classe de ambos os países, medida salutar à manutenção da qualidade e da segurança na oferta de serviços em ambos os países, bem como as regras nacionais de validação de diplomas e títulos.

Finalmente, seguindo a regra de vigência dos vistos, dispõe-se, de maneira lógica, que a autorização para o exercício de atividade remunerada expirará na data em que o agente diplomático ou consular, empregado administrativo, técnico de apoio ou serviço do qual emana a dependência termina suas funções perante o governo ou organização internacional em que se encontre o acreditado.

Interessante é notar que a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, art. 98, prevê que ao estrangeiro que se encontra no Brasil em razão de visto de turista, trânsito ou temporário, na condição de estudante, bem como aos dependentes e todos aqueles de titulares de quaisquer vistos temporários, é vedado o exercício de atividade remunerada por fonte brasileira. A vedação, no entanto, exclui os portadores de visto diplomático ou consular e os dependentes daqueles que o portem, desde que o visto lhes tenha sido estendido. Percebe-se, dessarte, uma receptividade latente na legislação brasileira à ideia de que os dependentes dos agentes oficiais estrangeiros dêem o curso mais natural possível às suas trajetórias acadêmicas e profissionais e aos seus projetos de vida quando no país.

Quanto ao mérito, o Acordo é de todo oportuno e conveniente por minimizar o sacrifício pessoal a que os familiares dos servidores estrangeiros são submetidos. A medida promove a harmonia familiar, uma vez que favorece a conjunção de interesses entre seus componentes. Serve ainda, em alguns casos, como medida de justiça econômica e estímulo às relações bilaterais, uma vez que alguns países encontram dificuldades em manter representações permanentes em razão, entre outros elementos, dos altos salários que devem oferecer aos seus agentes diplomáticos e consulares para que mantenham a si e a todos os seus familiares em condições condignas no exterior.

III – VOTO

À luz do que exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 191, de 2012**

ASSINAM O PARECER, NA 37ª REUNIÃO, DE 12/07/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Cristovam Buarque**RELATOR:** Sen. Sérgio Souza

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Sérgio Souza (PMDB)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Domelles (PP)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, RSC, PR)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O parecer lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 513, de 2012**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003 (nº 4.024/2012, na Câmara dos Deputados), que *institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP; altera as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007, a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; e revoga dispositivo da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001*, sancionado e convertido na Lei nº 12.681, de 2012.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 513/12/PS-GSE

Brasília, 11 de julho de 2012

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 4.024, de 2012 (PLS nº 310/03), que “Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP; altera as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007, a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; e revoga dispositivo da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001”, foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2012

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para permutar a ordem das fases do julgamento nos processos de licitação.

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de propostas, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Art. 2º O art. 43 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I – preceder-se-á à abertura dos envelopes contendo as propostas, que serão obrigatoriamente assinadas, em todas as páginas, pelos membros da comissão de licitação e pelos respectivos proponentes, e facultativamente, pelos demais licitantes que desejarem, até o número de cinco, permitida a assinatura de quantos mais licitantes que manifestarem interesse;

II – verificar-se-á a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

III – promover-se-á ao julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

IV – far-se-á a abertura do envelope contendo a documentação relativa à habilitação do concorrente vencedor, e será efetuada sua apreciação e assinatura obrigatoriamente, em todas as páginas, pelos membros da comissão

de licitação e pelos respectivos proponentes, e facultativamente, pelos demais licitantes que desejarem, até o número de cinco, permitida a assinatura de quantos mais licitantes que manifestarem interesse;

V – considerado inabilitado o vencedor, será aberto o envelope contendo a documentação relativa à habilitação do concorrente seguinte, na ordem de classificação a que se refere o inciso III, até que se encontre um licitante que preencha os requisitos de habilitação, procedendo-se à apreciação e assinaturas a que se refere o inciso anterior;

VI – serão arquivados lacrados os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos demais concorrentes, após serem assinados obrigatoriamente pelos membros da comissão de licitação e pelos respectivos proponentes, e facultativamente, pelos demais licitantes que desejarem, até o número de cinco, permitida a assinatura de quantos mais licitantes que manifestarem interesse;

VII – deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

§ 1º A abertura dos envelopes contendo as propostas e os com a documentação para habilitação será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pela Comissão e pelos licitantes presentes, até o número de cinco, permitida a assinatura de quantos mais licitantes que assim desejarem.

§ 2º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à concorrência e, no que couber, ao concurso, ao leilão, à tomada de preços e ao convite.

§ 4º Ultrapassada a fase de habilitação do vencedor (incisos V e VI), não cabe desclassificá-lo por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

§ 5º Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Art. 3º Fica revogado o § 4º do art. 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a processos licitatórios já iniciados nesta data.

Justificação

A atual ordem procedimental adotada na Lei nº 8.666 para o julgamento da habilitação e proposta dos licitantes carece de alteração pois compromete fundamentalmente a eficiência, atributo alçado à categoria de princípio constitucional da administração pública.

Isso ocorre porque, atualmente, é primeiro examinada a documentação de habilitação de todos os licitantes, para que, daí, se adentre na fase de propostas.

Tal rito abre espaço para infundáveis demandas judiciais movidas por licitantes inabilitados na primeira fase, que vão ao Judiciário em busca de manter-se no certame, requerendo, ainda, a concessão de medidas liminares, no mais das vezes destinadas a suspender o processo licitatório, impedindo, assim, que a Administração possa satisfazer a necessidade pública.

Uma vez que somente existe um único vencedor na fase de propostas, todos os tenham sido inabilitados na primeira fase e que não venham a ser o vencedor na proposta estarão simplesmente contribuindo para uma demora absolutamente inútil no deslinde do processo licitatório, com severo prejuízo para o melhor proponente, para a Administração e, antes de tudo, para a população, que não usufruirá daquele bem ou serviço que será contratado.

Estados que têm feito essa inversão na ordem de apreciação – examinar primeiramente as propostas para, em seguida, verificar a habilitação apenas do vencedor – têm obtido grande êxito na redução das demandas judiciais e na aceleração dos processos de compras, conseguindo, assim, dar efetividade ao princípio da continuidade do serviço público.

Exemplo disso é o Estado do Paraná, cuja Lei de Licitações há mais de cinco anos estabeleceu essa inversão, pelo que a população coleciona benefícios pela agilidade e continuidade na prestação dos serviços.

No plano federal, tal inversão somente foi estabelecida no pregão, já que a Lei nº 10.520, de 2002, prevê um procedimento próprio para essa modalidade. A experiência com o pregão tem sido satisfatória.

A inversão de fases, portanto, economiza tempo e recursos da Administração, além de se mostrar, em todos os aspectos, uma alternativa mais racional de procedimento, pois que interesse pode ter a Administração em verificar os documentos de habilitação de todos os licitantes, quando o que importa é saber se

o autor da melhor proposta atende aos requisitos de habilitação?

Ou seja, a atual ordem tem na verdade servido aos licitantes que pretendem tumultuar o certame, com a conhecida guerra de liminares no Poder Judiciário. Como as propostas dos inabilitados sequer são abertas, os integrantes de cartéis concentram suas forças na impugnação da participação de licitantes que não o integram e que poderiam ameaçar o sucesso da estratégia de conluio, apresentando proposta em condições mais vantajosas para a Administração.

Verificada a relevância da matéria, ofereço ao Congresso Nacional a oportunidade de reverter esse quadro deveras prejudicial a todos os envolvidos, mas que se corrigirá pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das sessões, em de julho de 2012. – Senador **Roberto Requião**, PMDB/PR.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I – abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

II – devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III – abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV – verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V – julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

VI – deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

§ 1º A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão.

§ 2º Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se à concorrência e, no que couber, ao concurso, ao leilão, à tomada de preços e ao convite, facultada, quanto a este último, a publicação na imprensa oficial.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se à concorrência e, no que couber, ao concurso, ao leilão, à to-

mada de preços e ao convite. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

§ 5º Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II) e abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

§ 6º Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

(*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2012

Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para permitir, nos processos licitatórios destinados a propaganda e publicidade, a participação de licitantes por meio de consórcios.

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 5º
Parágrafo único. É permitida a participação de consórcio de pessoas jurídicas nos processos licitatórios de que trata a presente Lei.

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 3º:

§ 3º No caso de consórcio, serão observadas, ainda, as seguintes normas:

I – deverão ser apresentados por todos os componentes do consórcio os documentos de habilitação de que trata o inciso I do caput deste artigo, relativamente a cada componente;
II – qualquer pessoa jurídica somente pode participar de um único consórcio em um mesmo certame licitatório e nele não poderá concorrer como licitante singular;

III – cada consórcio apresentará, em cumprimento do disposto no inciso III do caput: um único plano de comunicação publicitária, pertinente às informações expressas no briefing; e de um conjunto de informações referentes a cada componente do consórcio proponente;
IV – cada consórcio apresentará, em cumprimento do disposto no inciso IV do caput, uma única proposta de preços;

V – no cômputo da pontuação para efeito de técnica serão somados os pontos decorrentes dos atestados e demais documentos de todos os componentes do respectivo consórcio;

VI – as proibições de que tratam os incisos XII e XIII do caput deste artigo atinge o consórcio e cada um de seus componentes;

VII – o descumprimento do disposto nos incisos XII e XIII do caput deste artigo provocará a desclassificação integral do consórcio;

VIII – aplicam-se aos consórcios as normas estabelecidas no art. 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º O art. 8º da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 8º
Parágrafo único. Em caso de consórcio, serão computados os trabalhos realizados por todos os componentes do consórcio.

Art. 4º O § 2º do art. 11 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11
§ 2º Os invólucros padronizados com a via não identificada do plano de comunicação publicitária só serão recebidos pela comissão permanente ou especial se não apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a licitante, o consórcio ou qualquer componente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando-se a processos licitatórios em curso cujo prazo de entrega dos documentos e propostas ainda não tenha transcorrido.

Justificação

A CPI dos Correios evidenciou que uma das maiores fontes de peculato e corrupção no Brasil tem sido as despesas com publicidade e propaganda.

As investigações daquela CPI revelaram que mais de um bilhão de reais foram pagos de sobrepreço às agências comandadas por Marcos Valério, e esses recursos foram utilizados, em parte, para as campanhas eleitorais, e, em parte, para enriquecer agentes públicos que detinham o comando de contratações de tais despesas.

Um dos meios utilizados nesse processo de desvio de recursos públicos é o impedimento para a participação de pequenas agências, agrupadas na forma de consórcio.

(*) Avulso republicado em 13/07/2012 para correção do título do projeto.

De fato, individualmente é impossível a uma pequena agência de publicidade vencer um processo licitatório, uma vez tais certames são executados na forma de melhor técnica ou de técnica e preço, o que impossibilita, em termos fáticos, o alcance de uma pontuação que permita aos pequenos entrarem em igualdade de condições com os grandes.

A permissão de participação por consórcio, todavia, elimina tal distorção e oferece à Administração Pública uma maior gama de licitantes, o que vai impactar, a um só tempo, na redução dos custos e no aumento da qualidade, além de dificultar as práticas criminosas contra o erário.

Proponho ao Parlamento, portanto, o presente projeto de lei, com a certeza de estar assim contribuindo para a moralidade e economicidade que devem basear os atos dos agentes da República.

Sala das sessões, – Senador **Roberto Requião**, PMDB/PR.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010

Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.

Art. 5º As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no [art. 22 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), adotando-se como obrigatórios os tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço”.

Art. 6º A elaboração do instrumento convocatório das licitações previstas nesta Lei obedecerá às exigências do [art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), com exceção das previstas nos incisos I e II do seu § 2º, e às seguintes:

I – os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelos licitantes classificados no julgamento final das propostas, nos termos do inciso XI do art. 11 desta Lei;

II – as informações suficientes para que os interessados elaborem propostas serão estabelecidas em um briefing, de forma precisa, clara e objetiva;

III – a proposta técnica será composta de um plano de comunicação publicitária, pertinente às informações expressas no briefing, e de um conjunto de informações referentes ao proponente;

IV – o plano de comunicação publicitária previsto no inciso III deste artigo será apresentado em 2 (duas)

vias, uma sem a identificação de sua autoria e outra com a identificação;

V – a proposta de preço conterá quesitos representativos das formas de remuneração vigentes no mercado publicitário;

VI – o julgamento das propostas técnicas e de preços e o julgamento final do certame serão realizados exclusivamente com base nos critérios especificados no instrumento convocatório;

VII – a subcomissão técnica prevista no § 1º do art. 10 desta Lei reavaliará a pontuação atribuída a um quesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos postos no instrumento convocatório;

VIII – serão fixados critérios objetivos e automáticos de identificação da proposta mais vantajosa para a administração, no caso de empate na soma de pontos das propostas técnicas, nas licitações do tipo “melhor técnica”;

IX – o formato para apresentação pelos proponentes do plano de comunicação publicitária será padronizado quanto a seu tamanho, a fontes tipográficas, a espaçamento de parágrafos, a quantidades e formas dos exemplos de peças e a outros aspectos pertinentes, observada a exceção prevista no inciso XI deste artigo;

X – para apresentação pelos proponentes do conjunto de informações de que trata o art. 8º desta Lei, poderão ser fixados o número máximo de páginas de texto, o número de peças e trabalhos elaborados para seus clientes e as datas a partir das quais devam ter sido elaborados os trabalhos, e veiculadas, distribuídas, exibidas ou expostas as peças;

XI – na elaboração das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do plano de mídia e não mídia, os proponentes poderão utilizar as fontes tipográficas que julgarem mais adequadas para sua apresentação;

XII – será vedada a aposição, a qualquer parte da via não identificada do plano de comunicação publicitária, de marca, sinal ou palavra que possibilite a identificação do seu proponente antes da abertura do invólucro de que trata o § 2º do art. 9º desta Lei;

XIII – será vedada a aposição ao invólucro destinado às informações de que trata o art. 8º desta Lei, assim como dos documentos nele contidos, de informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do plano de comunicação publicitária, em qualquer momento anterior à abertura dos invólucros de que trata o § 2º do art. 9º desta Lei;

XIV – será desclassificado o licitante que descumprir o disposto nos incisos XII e XIII deste artigo e demais disposições do instrumento convocatório.

§ 1º No caso do inciso VII deste artigo, persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do quesito, os membros da subcomissão técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao quesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da subcomissão e passará a compor o processo da licitação.

§ 2º Se houver desclassificação de alguma proposta técnica por descumprimento de disposições do instrumento convocatório, ainda assim será atribuída pontuação a seus quesitos, a ser lançada em planilhas que ficarão acondicionadas em invólucro fechado e rubricado no fecho pelos membros da subcomissão técnica prevista no § 1º do art. 10 desta Lei, até que expirem os prazos para interposição de recursos relativos a essa fase da licitação, exceto nos casos em que o descumprimento resulte na identificação do proponente antes da abertura do invólucro de que trata o § 2º do art. 9º desta Lei.

Art. 8º O conjunto de informações a que se refere o inciso III do art. 6º desta Lei será composto de quesitos destinados a avaliar a capacidade de atendimento do proponente e o nível dos trabalhos por ele realizados para seus clientes.

Art. 11. Os invólucros com as propostas técnicas e de preços serão entregues à comissão permanente ou especial na data, local e horário determinados no instrumento convocatório.

§ 1º Os integrantes da subcomissão técnica não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos invólucros com as propostas técnicas e de preços.

§ 2º Os invólucros padronizados com a via não identificada do plano de comunicação publicitária só serão recebidos pela comissão permanente ou especial se não apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar o licitante.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2012

Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ação regressiva previdenciária em casos de acidentes de trânsito e de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 120. Caberá ação regressiva da Previdência Social contra os responsáveis por atos ilícitos que ocasionem a concessão de alguma prestação social, dentre as previstas no art. 18 desta Lei, nos casos de:

I – acidentes de trabalho decorrentes de negligência quanto às normas de saúde e segurança indicadas para a proteção individual e coletiva dos trabalhadores;

II – acidentes de trânsito decorrentes de infrações gravíssimas às normas de trânsito, assim definidas no Código de Trânsito Brasileiro;

III – violência doméstica e familiar contra a mulher, assim definida na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.”

Art. 2º O artigo 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 121. O pagamento, pela Previdência Social, das prestações sociais decorrentes dos atos ilícitos indicados no art. 120 não afasta a responsabilidade civil e administrativa da empresa ou do responsável pelo evento.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A ocorrência de atos ilícitos tem ocasionado graves consequências econômico-sociais no cenário nacional, especialmente quando relacionados a acidentes de trabalho, acidentes de trânsito e atos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

No que se refere aos acidentes de trabalho ocorridos no Brasil, estima-se que boa parte deles resulte da negligência dos empregadores quanto ao cumprimento e a fiscalização das normas de saúde e segurança do trabalho. Como resultado disso, segundo estatísticas internacionais (*XVII World Congress on Safety and Health at Work*), o Brasil é o quarto colocado mundial em número de acidentes fatais e o décimo quinto em números de acidentes gerais.

De acordo com as informações obtidas no site da Previdência Social (www.previdenciasocial.gov.br), em 2009 foram registrados 723.452 acidentes e doenças do trabalho, sendo que os riscos decorrentes dos fatores ambientais do trabalho geraram cerca de 83 acidentes a cada hora, bem como uma morte a cada 3,5 horas de jornada diária. Além disso, por dia em média 43 trabalhadores deixaram de retornar ao trabalho por motivos de invalidez ou morte.

A consequência financeira desse cenário também pode ser aferida a partir das informações extraídas no *site* da Previdência Social. Considerando-se o pagamento dos benefícios relacionados a acidentes e doenças do trabalho, somado ao pagamento das aposentadorias especiais decorrentes das condições ambientais do trabalho em 2009, encontrar-se-á um valor superior a R\$ 14,20 bilhões por ano. Adicionando-se as despesas com o custo operacional do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, mais os gastos na área da saúde e afins, verificar-se-á que o custo atinge valor superior a R\$ 56,80 bilhões.

Com relação aos acidentes de trânsito, muitos deles também resultam de gravíssimas violações às normas do Código de Trânsito Brasileiro. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil ocupa o quinto lugar no mundo em relação ao número de fatalidades no trânsito, registrado aproximadamente 40 mil mortes por ano, o que tem acarretado à Previdência Social uma despesa anual de aproximadamente R\$ 8 bilhões.

A violência contra a mulher, por sua vez, permanece ostentando números assustadores no País. De acordo com pesquisa recente intitulada “Mapa da Violência 2012”, realizada pelo Instituto Sangari, sob a coordenação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), de 1980 a 2010 aproximadamente 91 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, sendo 43,5 mil apenas na última década. Os dados indicam que o poder público precisa de novos instrumentos jurídicos para combater o fenômeno da violência de gênero.

É preciso destacar que, no que se refere ao combate das consequências econômico-sociais que derivam dos acidentes do trabalho, a atual redação do art. 120 da Lei 8.213, de 1991, já possibilita que o INSS ajuíze ações regressivas contra os empregadores, visando o ressarcimento da despesa previdenciária que resulta da conduta ilícita daqueles que descumprem as normas de saúde e segurança do trabalho.

Referidas ações regressivas acidentárias têm-se mostrado um relevante instrumento de concretização da política pública de prevenção de acidentes no Brasil, visto que as condenações obtidas nestas ações apresentam uma forte dimensão punitivo-pedagógica, o que incentiva o setor empresarial a observar as normas protetivas dos trabalhadores.

Objetivando ampliar essa responsabilização civil para outras hipóteses de atos ilícitos com repercussão previdenciária, apresentamos a presente proposta de ampliação do art. 120 da Lei 8.213/91, a fim de também abranger os casos de acidentes de trânsito e a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, conforme as definições da Lei Maria da Penha.

Estamos convencidos de que a dimensão punitivo-pedagógica dessa medida contribuirá de maneira

efetiva para a redução dos acidentes de trânsito e da violência contra a mulher, que têm tirado dos indivíduos senão a vida, sua capacidade produtiva, com prejuízos irrecuperáveis para toda a sociedade.

Por se tratar de iniciativa de grande alcance social, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO III

Do Regime Geral de Previdência Social

Capítulo II

Das Prestações em Geral

Seção VIII

Das Disposições Diversas Relativas às Prestações

Art. 120. Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis.

Art. 121. O pagamento, pela Previdência Social, das prestações por acidente do trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem.

Brasília, em 24 de julho de 1991; 170º da Independência e 103º da República. – **FERNANDO COLLOR**
– **Antonio Magri**.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência

contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

.....
Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.** – *Dilma Rousseff.*

(À Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2012 (Complementar)

Acrescenta o artigo 74-A à Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, fica acrescida do art. 74-A, com a seguinte redação:

“Art. 74-A. Os juízes que, na data da aposentadoria, tiverem somado cinco anos de substituição, intercalada ou não, nos termos do art. 118 desta Lei, farão jus a se aposentar com as vantagens do cargo que, por mais tempo, houverem exercido na condição de substitutos. Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo ao Auditor a que se refere o §4º do art. 73 da Constituição Federal se, na data

da aposentadoria, tiver somado cinco anos de substituição, intercalada ou não, de ministro do Tribunal de Contas da União.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não é raro ocorrer de um juiz passar vários anos de sua vida profissional no exercício, intercalado ou até mesmo ininterrupto, da substituição de magistrado de instância superior. Essa situação impõe ao substituto as elevadas responsabilidades inerentes ao cargo ocupado em caráter de substituição.

Por essa razão, é de justiça que essa peculiar situação seja reconhecida quando da aposentadoria desse magistrado, permitindo que aufera as vantagens do cargo que por mais tempo exerceu na condição de substituto, desde que tenha somado pelo menos cinco anos de substituições ao longo de sua carreira.

Ressalte-se que a aposentadoria continuará ocorrendo no cargo que o juiz exerceu como titular, estendendo a ele apenas as vantagens do cargo do substituído por mais tempo.

Também por questão de justiça, deve-se aplicar essa regra aos auditores do Tribunal de Contas da União a que se refere o §4º do art. 73 da Constituição Federal, que são em número de quatro, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.443/92 e do art. 1º da Lei nº 11.854/2008, e têm como uma de suas funções a substituição de ministros daquela Corte de Contas.

Sala das Sessões, . – Senador **Antonio Carlos Valadares.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 35,
DE 14 DE MARÇO DE 1979

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.100

CAPÍTULO IV

Do Conselho Nacional da Magistratura

Art. 50 – Ao Conselho Nacional da Magistratura cabe conhecer de reclamações contra membros de Tribunais, podendo avocar processos disciplinares contra Juízes de primeira instância e, em qualquer caso, determinar a disponibilidade ou a aposentadoria de uns e outros, com vencimentos proporcionais ao tempo de Serviço.

Art. 56 – O Conselho Nacional da Magistratura poderá determinar a aposentadoria, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, do magistrado:

I – manifestadamente negligente no cumprimento dos deveres do cargo;

II – de procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decore de suas funções;

III – de escassa ou insuficiente capacidade de trabalho, ou cujo proceder funcional seja incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário.

CAPÍTULO V

Da Aposentadoria

Art. 74 – A aposentadoria dos magistrados vitalícios será compulsória, aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativo, após trinta anos de serviço público, com vencimentos integrais, ressalvado o disposto nos arts. 50 e 56.

Parágrafo único – Lei ordinária disporá sobre a aposentadoria dos Juízes temporários de qualquer instância.

Art. 75 – Os proveitos da aposentadoria serão reajustados na mesma proporção dos aumentos de vencimentos concedidos, a qualquer título, aos magistrados em atividade.

Art. 76 – Os Tribunais disciplinarão, nos Regimentos Internos, o processo de verificação da invalidez do magistrado para o fim de aposentadoria, com observância dos seguintes requisitos:

I – o processo terá início a requerimento do magistrado, por ordem do Presidente do Tribunal, de ofício, em cumprimento de deliberação do Tribunal ou seu órgão especial ou por provocação da Corregedoria de Justiça;

II – tratando-se de incapacidade mental, o Presidente do Tribunal nomeará curador ao paciente, sem prejuízo da defesa que este queira oferecer pessoalmente, ou por procurador que constituir;

III – o paciente deverá ser afastado, desde logo, do exercício do cargo, até final decisão, devendo ficar concluído o processo no prazo de sessenta dias;

IV – a recusa do paciente em submeter-se a perícia médica permitirá o julgamento baseado em quaisquer outras provas;

V – o magistrado que, por dois anos consecutivos, afastar-se, ao todo, por seis meses ou mais para tratamento de saúde, deverá submeter-se, ao requerer nova licença para igual fim, dentro de dois anos, a exame para verificação de invalidez;

VI – se o Tribunal ou seu órgão especial concluir pela incapacidade do magistrado, comunicará

imediatamente a decisão ao Poder Executivo, para os devidos fins.

Art. 77 – computar-se-á, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de quinze anos, em favor dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos membros dos demais Tribunais que tenham sido nomeados para os lugares reservados a advogados, nos termos da Constituição federal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º – Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II – idoneidade moral e reputação ilibada;

III – notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV – mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º – Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I – um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II – dois terços pelo Congresso Nacional.

~~§ 3º – Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.~~

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º – O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

.....

Lei Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

CAPÍTULO V
Audidores

Art. 77. Os auditores, em número de três, serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os cidadãos que satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, mediante concurso público de provas e títulos, observada a ordem de classificação.

Parágrafo único. A comprovação do efetivo exercício por mais de dez anos de cargo da carreira de controle externo do quadro de pessoal da secretaria do Tribunal constitui título computável para efeito do concurso a que se refere o caput deste artigo .

.....

LEI Nº 11.854, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008

Acrescenta um cargo ao quadro de auditores do Tribunal de Contas da União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O quadro de auditores do Tribunal de Contas da União fica acrescido em um cargo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O Sr. Senador Valdir Raupp e a Sra. Angela Portela, enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exas. serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, em diversas oportunidades, nós, Senadores, ocupamos esta tribuna para

louvar o trabalho dos defensores públicos. Eu mesmo já me pronunciei em mais de uma ocasião sobre essa categoria, que considero um dos pilares do Estado democrático de Direito.

De forma abnegada e com extremo profissionalismo, os defensores públicos exercem a nobre função de zelar por um dos principais dispositivos da Constituição Federal: o direito à assistência jurídica integral e gratuita, prestada pelo Estado, a todos aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

Volto, portanto, a falar da Defensoria Pública, desta vez para comemorar, junto com toda a categoria, a recente aprovação, pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), da resolução intitulada “Defensoria Pública Oficial como Garantia de Acesso à Justiça para as Pessoas em Condição de Vulnerabilidade”.

Aprovada na sessão plenária do último dia 4 de junho, a resolução reitera as mesmas recomendações que a OEA já havia feito há um ano: por exemplo, que os Estados Membros que já contam com serviços de defensoria pública adotem medidas para garantir a independência e a autonomia funcional dos defensores públicos

Outra recomendação digna de menção da resolução da OEA, à qual me associo, foi a de felicitar a iminente realização do Quinto Congresso da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (ATDEF).

O evento será realizado de 15 a 17 de agosto, em Fortaleza, e contará com especialistas nacionais e estrangeiros, que debaterão o papel da defensoria pública na aplicação dos direitos humanos e os avanços e desafios das defensorias nas Américas em sua luta para garantir o acesso à justiça aos cidadãos menos favorecidos.

Aproveito, finalmente, para reafirmar meu apoio irrestrito aos defensores públicos brasileiros, particularmente aos que atuam em Rondônia. Com todas as dificuldades orçamentárias que são a regra em praticamente todas as defensorias do País, a Defensoria Pública de Rondônia investe em novos postos e na realização de concursos para a contratação de novos defensores. Foram inaugurados, recentemente, novos postos da Defensoria na zona leste de Porto Velho e no município de Nova Mamoré, e há um concurso público em andamento para o preenchimento de 30 vagas de defensor no Estado.

Esses reforços são mais do que bem-vindos, já que a Defensoria Pública de Rondônia atua em nada menos do que 90% dos processos criminais e 80% dos processos cíveis no Estado. São exatamente 41 servidores, Senhor Presidente, que se sacrificam, se desdobram, fazem o trabalho de dois ou três, frequen-

temente têm que se deslocar para os municípios do interior, mas conseguem cumprir suas funções com profissionalismo e dignidade. E a situação dos cinco - isso mesmo, Senhor Presidente, apenas cinco - Defensores Públicos Federais que atuam em Rondônia é a mesma dos estaduais: muita abnegação e muito sacrifício para atender às demandas dos 52 municípios do meu Estado.

Presto, portanto, minha mais sincera homenagem à Defensoria Pública do País, parabenizando-os pelo valioso serviço que prestam ao povo brasileiro e unindo-me a eles na comemoração das recentes conquistas que narrei anteriormente em meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, aprovamos aqui, ontem, a Medida Provisória nº 568, de 2012, com disposições que alteram a remuneração de uma série de categorias do serviço público. Foram corrigidas várias situações que apresentavam equívocos.

É o caso dos médicos. Se prevalecessem os termos da proposta original sofreriam redução de salário. Essa situação foi corrigida pelo relator, Senador Eduardo Braga, que alterou a tabela dos médicos, mantendo o pagamento correspondente a 40 horas semanais de trabalho.

Apresentei emenda para reestruturar o plano de cargos dos servidores técnicos e administrativos do Ministério da Agricultura e, ainda, para reajustar a Gratificação Especial de Função Militar, a GEFM, para os policiais e bombeiros militares dos extintos Territórios.

Quanto às demais categorias dos extintos Territórios, meu desejo era aprovar a emenda para beneficiar os professores, pois assim eles receberiam o mesmo percentual de reajuste concedido aos docentes das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Infelizmente todas essas emendas propostas foram rejeitadas. Apresentamos em plenário um destaque, que também foi rejeitado.

Nessa oportunidade, e apesar do apoio que sempre prestei à presidenta Dilma Rousseff, votei contra a orientação do Governo, por acreditar que não se está, ainda, fazendo justiça a essas categorias de servidores públicos. Foi, a propósito, a mesma posição assumida pelos demais integrantes da bancada de Roraima.

Não se trata, porém, de um caso perdido. Será preciso continuar as negociações junto ao Ministério do Planejamento, para que as propostas contidas nas emendas não se percam e, em vez disso, integrem o texto de outra Medida Provisória que oportunamente

será encaminhada ao Congresso Nacional. Assumo, portanto, o compromisso de continuar empenhada na busca de uma solução.

É preciso lembrar que os servidores dos extintos Territórios pertencem ao governo federal e, em consequência, também têm direito aos mesmos benefícios remuneratórios dos demais colegas da União. A Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 19/98 asseguram todos os direitos e vantagens aos servidores dos ex-Territórios do Amapá e de Roraima.

Os professores reivindicam desde 2008 integrar o mesmo plano de carreira do magistério básico, técnico e tecnológico das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Esse é um pleito dos mais justos, visto que todos os professores são federais e, desde 1978, sempre tiveram sua situação funcional regida por um mesmo plano de carreira.

O pleito dos policiais e bombeiros militares foi, inclusive, oficializado mediante expediente protocolado em meu gabinete pelo presidente da Associação dos Policiais Militares do ex-Território de Roraima, sargento Valdecir Martins.

Ele relatou que a perda da média salarial da corporação alcança 42% nos últimos cinco anos. Sensível a esse pedido, apresentei emenda propondo reajuste em uma gratificação, que também está com o valor muito defasado.

Portanto, Senhoras e Senhores, encaminhei expediente à ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, sugerindo que sejam alocados recursos suficientes, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, para conceder reajustes para todas as categorias dos extintos Territórios e para arcar com o benefício de assistência à saúde, mediante convênio com operadora de plano de saúde, como reivindicam os policiais militares e os servidores civis dos extintos Territórios.

Dessa forma – e apesar da rejeição das emendas apresentadas à Medida Provisória nº 568, de 2012 – as negociações com o Ministério do Planejamento continuam. É nesse sentido que vou continuar lutando, recebendo nossos servidores, policiais militares, policiais civis, professores. Vou acolher seus pedidos e, ato contínuo, encaminhar e negociar as propostas no âmbito do governo. Vamos continuar lutando!

Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

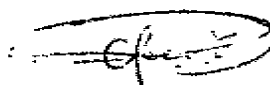
(Levanta-se a sessão às 18 horas e 27 minutos.)

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dez do mês de julho do ano de dois mil e doze, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 574**, adotada em 28 de junho de 2012, e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que "Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona", sob a Presidência Eventual do Senador Casildo Maldaner e com a presença dos Senadores José Pimentel, Jorge Viana e Walter Pinheiro; Deputados Cláudio Puty, Sandro Mabel, e Deputada Carmen Zanotto, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.



SENADOR CASILDO MALDANER
Presidente Eventual

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia onze do mês de julho do ano de dois mil e doze, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 574**, adotada em 28 de junho de 2012, e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que "Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona", sob a Presidência Eventual do Senador Casildo Maldaner e com a presença dos Senadores José Pimentel, Flexa Ribeiro; Deputados Cláudio Puty, Rogério Carvalho, Glauber Braga, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2012.



SENADOR CASILDO MALDANER
Presidente Eventual

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
VAGO*
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima** (S)
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Assis Gurgacz* (S)
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (Of. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (Of nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (Of nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

Prazo prorrogado: 24/06/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

** Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

*** Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

*****. Em 22.05.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012/GMGD, de 9.05.2012, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por trinta dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 22.05.2012.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECF, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

Instalação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

Designação: 07/03/2012

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹³⁾	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 04/04/2012

Prazo final: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Instalação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Assis Gurgacz (PDT) ^(35,36)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL (25)

Kátia Abreu (PSD) (24,26)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽³⁾
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
Renan Calheiros (PMDB) ^(24,26)	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

Secretário(a): Dulcécia Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(25,26,50,52)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(40,51)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(2,4,16,21,28,40,51)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(3,17,40,51)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(5,16,37,40,47,51)
Pedro Simon (PMDB) ^(40,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(14,16,40,51)
Romero Jucá (PMDB) ^(40,51)	4. Eduardo Braga (PMDB) ^(15,16,40,51)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(21,40,51)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(18,43)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(19,43,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,44)	1. Kátia Abreu ^(30,31,32,38,41,42,44)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
44. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
52. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,32,42,46)	2. VAGO ^(46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(31,34,43,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
Valdir Raupp (PMDB) ^(46,49)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Assis Gurgacz (PDT) ^(12,16,41,42)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(32,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. VAGO ^(9,30,31,33,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,26)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,35)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

36. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (Of nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ^(7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.

8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁹⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹²⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Vicentinho Alves (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
VAGO ^(1,13,28,29,30,42)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(32,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,31)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ^(19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁴⁷⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o Of. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Assis Gurgacz (PDT) ^(32,33)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	4. VAGO ⁽³¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾
PSD	
Kátia Abreu ^(28,30)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,30)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CIJ).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(4,5)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).

3. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,24,28,31,36)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,26,33,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1ª.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lidice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹²⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).

2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

10. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

11. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,24)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁰⁾	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO ^(28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO ^(26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(25,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁵⁾
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³²⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽¹⁰⁾
João Alberto Souza (MA) ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽²⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽¹⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹¹⁾	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 28/06/2012**Notas:**

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o Of. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**MEMBROS****PMDB**VAGO ^(9,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR**VAGO ^(8,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(4,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾

PSD

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁸⁾**PR**VAGO ^(11,20,21)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ^(17,23)**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾**PSOL**VAGO ^(13,14)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,18,19)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(2,16)**PSD**

PPS**PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾**Atualização:** 28/06/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
14. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
17. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
19. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
23. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾**PTB**Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 25/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC**PSD**

Kátia Abreu (TO) ⁽⁸⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁷⁾

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(Resolução nº 3/1990-CN)
Eleita em 4-7-2012 na CD e em 10-7-2012 no SF
Mandato: 18-7-2012 a 31-7-2012

Número de membros: 7 Senadores e 16 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Vice-Presidente: Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS)
Secretária: Claudia Lyra Nascimento

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Pedro Taques (PDT/MT)
Lídice da Mata (PSB/BA)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	
José Sarney (PMDB/AP)	1. Valdir Raupp (PMDB/RO)
Renan Calheiros (PMDB/AL)	2. Eduardo Braga (PMDB/AM)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Clovis Fecury (DEM/MA)
Cyro Miranda (PSDB/GO)	2. Alvaro Dias (PSDB/PR)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Epitácio Cafeteira (PTB/MA)	1. Vicentinho Alves (PR/TO)
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Arlindo Chinaglia	1. Biffi
Marina Santanna	2. Rubens Otoni
Paulo Teixeira	3. Weliton Prado
PMDB	
Geraldo Resende	1. Leandro Vilela
Mauro Benevides	2. Pedro Chaves
PSDB	
Bruno Araújo	1. Antonio Carlos Mendes Thame
Leonardo Vilela	2. Paulo Abi-Ackel
PP	
	1.
DEM	
Alexandre Leite	1. Onyx Lorenzoni
PR	
Maurício Quintella Lessa	1.
PSB	
Gonzaga Patriota	1. Givaldo Carimbão
PDT	
Flávia Moraes	1. Ângelo Agnolin
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV)	1. Sandro Alex (PPS)
PTB	
Paes Landim	1. Ronaldo Nogueira
PSC	
Andre Moura	1. Hugo Leal
PCdoB	
João Ananias	1. João Moraes
PTdoB¹	
Lourival Mendes	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta ⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima ⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja ⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves ⁴

Instalação: 27-3-201

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares ⁶

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá ⁶

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty ⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTD/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: scn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CNEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>E-mail: scn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público ou relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-20**Designação da Comissão:** 14-12-20**Instalação da Comissão:** 8-2-20**Prazo final da Comissão:** 19-8-20

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argello (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argello, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

- 1- Vaga cedida pelo PMDB.
 2- Vaga cedida pelo PR.
 3- Vaga cedida pelo PTB.
 4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.
 5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.
 6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.
 7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.
 8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
 9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁶
Jorge Viana (PT/AC) ³	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ^{3 e 6}
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁶
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁶
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) ^{4 e 6}
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ^{5 e 7}
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Blairo Maggi (PR/MT) ²
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁴
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{9 e 10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{3, 6 e 7}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Junior (PCdoB/PI) ^{5 e 11}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partido e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: scn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 304 páginas
(OS: 13483/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

